

**KELLY LISLIE JULIO**

***PRÁTICAS EDUCATIVAS E  
SOCIABILIDADES:  
MULHERES FORRAS EM  
SÃO JOÃO DEL-REI E  
SÃO JOSÉ DEL-REI (1808-1840)***

**BELO HORIZONTE  
2007**

**KELLY LISLIE JULIO**

***PRÁTICAS EDUCATIVAS E SOCIABILIDADES:***

**MULHERES FORRAS EM SÃO JOÃO DEL-REI  
E SÃO JOSÉ DEL-REI (1808-1840)**

Dissertação apresentada ao Programa e Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: História da Educação

Orientadora: Professora Thais Nivia de Lima e Fonseca

**BELO HORIZONTE  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG**

**2007**

*Dissertação intitulada “Práticas Educativas e Sociabilidades: mulheres forras em São João del-Rei e São José del-Rei (1808-1840)”*, de autoria da mestranda Kelly Lisie Julio, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Doutora Silvia Maria Jardim Brügger –  
Departamento de Ciências Sociais - UFSJ

---

Professora Doutora Maria Cristina Soares de Gouvêa –  
Faculdade de Educação - UFMG

---

Professora Doutora Thais Nivia de Lima e Fonseca  
Orientadora  
Faculdade de Educação - UFMG

---

Professora Doutora Cynthia Greive Veiga – suplente  
Faculdade de Educação – UFMG

---

Professor Doutor José Newton Coelho Meneses - suplente  
Faculdade de Veterinária - UFMG

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2007.  
Faculdade de Educação - UFMG

*Este trabalho é dedicado primeiramente à minha mãe que soube, com sua calma, ajudar durante os momentos de desespero nessa trajetória. À minha Tia Tuca que, do seu modo, me fez nunca perder a fé de que "eu seria capaz de tudo". Ao meu avô Divino, Tia Lita e Sulica que com "os causos e contos" da família me ensinaram a "arte da eterna curiosidade pelo novo".*

## *AGRADECIMENTOS*

*Durante o desenvolvimento dessa dissertação, tive apoio de muitas pessoas e instituições. Ciente do risco do esquecimento e, talvez, da falta de palavras para expressar o que realmente significaram, como ajudaram intelectual, financeiro e emocionalmente, desde já me volto a todo que estiveram comigo nessa caminhada. Muito obrigada!!!*

*Entretanto, gostaria de agradecer a algumas pessoas e instituições de modo particular.*

*À Faculdade de Educação da UFMG, seus funcionários e professores que, à todo momento, permitiram uma convivência e crescimento intelectual e humano.*

*Ao CNPQ que, financeiramente, possibilitou minhas idas e vindas à Belo Horizonte e à realização da pesquisa de campo.*

*Aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE/FAE?UFMG) que permitiram momentos de estudo, conversas, barzinhos e muitas risadas...*

*Ao André, Larissa e Gabriel que nos momentos de sufoco, quando eu não podia sair de São João del-Rei, resolveram meus problemas, matrículas, documentos, livros... Vocês foram imprescindíveis, serei eternamente grata.*

*Ao Museu Regional de São João del-Rei – IPHAN, à Ordem Terceira do São Francisco, à Casa Paroquial de São João del-Rei, à Irmandade do Rosário e todos os seus funcionários que proporcionou o acesso aos documentos, mas também deram dicas preciosas.*

*À Christianni Cardoso Morais que, além de possibilitar que o “mundo da pesquisa” se descortinasse à minha frente, foi amiga, confidente e, desde a graduação, me orientou e ajudou. À você Chris, obrigada de um modo particular, você tem sido uma referência...*

*Aos professores da Universidade Federal de São João Del-Rei e também ao Carvalho, cada um à seu modo, me ajudaram a conhecer um pouco mais dos vários espaços educativos...*

*À minha mãe que, sem eu dizer nada, sabe dos meus problemas e só com “seu jeitinho” sabe solucioná-los... Idiô, obrigada pelo incentivo...Te amo...*

*Às minhas tias e avô em São Vicente de Minas que, mesmo reclamando da minha ausência, souberam entender os motivos.*

*À Rubia que, antes de eu conhecer qualquer inventário ou testamento mais de perto, doou suas fichas adiantando demasiadamente meu trabalho. Obrigada pela força, quando você nem sabia quem eu era...*

*À Mônica Yumi. Obrigada pela cópia do Mentor das Brasileiras, por compartilhar comigo sua escrita, ajudar solucionar dúvidas, sempre com atenção, disponibilidade e interesse. Você tem sido uma grande amiga. Estou aqui sempre, pode contar comigo.*

*À Renata do Museu Regional de São João del-Rei, à Marileide e Rita que deram um “empurrãozinho”, com pequenos detalhes preciosos... Muito preciosos...*

*À Magda, Marcus, Joana, Paola, Rita, Eliane Calsavara que foram muito mais que colegas de curso, foram amigos e que às vezes tornaram a vida acadêmica uma “festa”. Tenho saudades de nossas conversas na cantina...*

*À Edriana que ajudou de tudo em quanto era jeito... Obrigada pelos documentos doados também. Você é uma das grandes amigas que o mestrado me proporcionou conhecer.*

*Ao José Roberto, você tem sido um grande amigo... Nossas conversas sempre trazem algo novo.*

*À Daniela e Paola, à Dona Madalena e ao Senhor José, que foram importantíssimos, pois foram eles que me deram abrigo quando precisava ficar em Belo Horizonte. Obrigada... É muito bom ter um cantinho aconchegante.*

*Ao Heitor que, de última hora permitiu que esse trabalho fosse impresso e entregue a tempo. A você Heitor muito obrigada, estou aqui para o que precisar.*

*À professora Cynthia Greive Veiga com quem aprendi Nobert Elias... Civilidade e civilização... E ainda, obrigada pelas dicas, atenção e interesse.*

*À professora Cristina Gouvêa, suas idéias e sugestões de leitura deram contornos a essa escrita.*

*À professora Cynthia Greive, à professora Cristina Gouvêa, ao professor José Newton e à professora Sílvia Brügger que aceitaram o convite para compor a banca.*

*À Thais Nívia – orientadora dessa dissertação. Você foi muito mais que orientadora, suas dicas são para a vida. Suas sugestões de escrita permitiram meu crescimento, conhecer novos mundos, ver os documentos de outra forma. A interlocução atenta, o respeito e a disponibilidade... minha eterna admiração.*

*Ao meu namorado Enio, sua compreensão, atenção, ajuda, interesse e incentivo foram indispensáveis... Muito obrigada, te amo... Sabe que sempre pode contar comigo.*

*Às minhas amigas Kelly, Ana Paula e Fátima, eu gostaria de dizer que os momentos ao lado de vocês me deram a certeza de que quando eu precisasse vocês estariam presentes, não foi diferente...*

*Ao Beto pela revisão e dicas.*

*Ultimamente à Deus. Só Ele sabe como nossas conversas me deram força, força que às vezes vinha mais rápido do que eu pensava.*

## RESUMO

Este trabalho tem como tema a análise das práticas educativas não escolares desenvolvidas a partir das relações estabelecidas entre as ex-escravas e suas descendentes e as mulheres da elite nos espaços de sociabilidade das movimentadas Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei entre os anos de 1808 e 1840. Procura-se demonstrar que o processo ensino-aprendizagem não se resume apenas aos ambientes de natureza escolar, podendo ocorrer nos mais variados espaços de sociabilidade, a partir da observação ou do exemplo que, em consequência permitia a apropriação de diversos valores, comportamentos e objetos. Tal processo, tendo como suporte as expressões culturais específicas das mulheres analisadas, provocava uma mestiçagem cultural, na qual representações de mundo eram apropriadas e re-elaboradas e em alguns aspectos, mantidas. O estudo privilegia a mestiçagem ocorrida nas atitudes e pertences das ex-escravas e descendentes. Busca-se realizar uma análise e comparação dos testamentos e inventários das ex-escravas e descendentes e das mulheres da elite a fim de perceber o que tinham em comum entre seus pertences, em especial as roupas e jóias, mas também em relação às determinações testamentárias. O interesse é tentar demonstrar que a semelhança de objetos e legados testamentais provavelmente seria fruto de um processo de circulação de saberes e/ou possíveis misturas de culturas e representações de mundo diferentes. Ao mesmo tempo, especificamente em relação às ex-escravas e sua descendência, a similaridade de seus bens e legados se comparados aos das mulheres da elite poderia significar uma ostentação e demonstração de uma posição diferenciada dos extratos mais humildes, mas, ao mesmo tempo, a conquista de determinado *status* e poder.

**Palavras-chave:** práticas educativas; mestiçagem cultural; apropriação.

## ABSTRACT

This work has as a theme a analysis skill to educate no scholars developed from the statement established between the ex-slaves and yours women descendant from the elite on the spaces of sociability of the movemented villages of São João Del Rei and São José Del Rei between the years of 1808 and 1840. It try to demonstrate that the process of teaching do not resume only on the ambient of nature scholar, it can occur on the moist varied spaces of sociability, from the observation or for example that, in consequence allows a appropriation of different merit, behavior and purpose. This process has as a specifics culture expressions of the analyzed women´s, provoked a crossbreeding culture, in which representation from the world were appropriated and re-elaborated in some aspect. The study privileged a crossbreeding occured on the on the attitude and accessories of the ex-slaves descendants. It get to realize a analysis and comparison of the will and inventories of the ex-slaves and descendants and of the elite women ´s to understand what had in common between yours accessories, in special the clothes and jewels, but also in relations at the testamentary executor decision. The interest is to try to demonstrate that a resemblance of objects and legates testamentaries (wills) probably would be the result of a process of circulation of knowing or possible a mixture of cultures and representations from different world. At he same time, specification in the relations of the ex-slaves and yours descendants, a similarity of yours well and legates if compared of the elite women´s it could signify a ostentation and demonstration of a position of different ways of statement more hulmide, but at the same time, a conquest of status and power.

**Key words:** educational practices; crossbreeding culture; appropriation

## LISTA DE QUADROS

1 - Origem das mulheres forras – 1808 – 1840	103
2 - Estado civil das mulheres forras e descendentes	104
3 - Estado civil das mulheres da elite	104
4 - Relação Herdeiros – casadas e viúvas – forras e descendentes	106
5 - Relação Herdeiros – casadas, viúvas e divorciadas – mulheres da elite	108
6 - Relação Herdeiros – solteiras e que não mencionaram estado civil	109
7 - Relação do estado civil e filhos – ex-escravas e descendentes	110
8 - Relação monte-mor e porcentagem de vestuários – ex-escravas e descendentes	136
9 - Relação monte-mor e porcentagem de vestuários – Mulheres da elite	138
10 - Comparação da quantidade de indumentárias que mais apareceram nos documentos das mulheres da elite e ex-escravas e descendentes	140
11 - Indumentárias presentes nos inventários e testamentos de ex-escravas, descendentes e mulheres da elite.	141
12 - Comparação da quantidade de tecidos que mais apareceram nos documentos das mulheres da elite e ex-escravas e descendentes	145
13 - Tecidos presentes nos inventários e testamentos de ex-escravas, descendentes e mulheres da elite.	147
14 - Adornos presentes nos inventários e testamentos de ex-escravas, descendentes e mulheres da elite.	154

## LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 - Negras livres vivendo de suas atividades	115
Fig. 2 - Negras livres vivendo de suas atividades 2	144
Fig. 3 - Moda Inverno: século XIX	150
Fig. 4 - Folia do Divino	162

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	11
<b>Historiografia da Educação e História das mulheres</b>	17
<b>1 As Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei – comércio, população e a influência do Rio de Janeiro</b>	41
1.1 A Comarca do Rio das Mortes	49
1.2 As Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei	54
1.3 Os espaços culturais das Vilas	61
<b>2 O espaço urbano como educativo e sua função pedagógica</b>	69
2.1 Os instrumentos presentes no processo educativo	71
2.1.1 O espaço urbano	71
2.1.2 As atividades econômicas	79
2.1.3 Atividades e instituições culturais	80
<b>3 Forras e descendentes – importantes “arquitetas” na formação econômica, política e cultural das Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei</b>	99
3.1 Outras Estratégias	126
<b>4 Práticas Educativas e Mestiçagem Cultural: adornos e vestimentas das ex-escravas e suas descendentes</b>	130
4.1 A indumentária	132
4.2 Os adornos	151
4.3 Duas mulheres – misturas e manutenções	155
4.4 Os espaços de sociabilidade onde realidades mestiças eram forjadas	161
<b>Considerações Finais</b>	166
<b>Referências</b>	170

## **INTRODUÇÃO**

O objeto desta pesquisa teve suas primeiras nuances durante a graduação em Pedagogia na Universidade Federal de São João del-Rei, quando, através da disciplina “A Prática de Pesquisa em Educação: Estudos Introdutórios”, surgiu o interesse em estudar a história da educação dos negros. No entanto, seu aprofundamento e sistematização deram-se a partir da inserção no *Grupo de Estudo em História da Alfabetização, Leitura e Escrita (GEHALE)*, criado em 2003, na mesma Universidade, pela professora Christianni Cardoso Morais.

As reuniões periódicas do Gehale, suas atividades, leituras e discussões, possibilitaram-me conhecer um pouco mais sobre a historiografia da educação, as variadas possibilidades de pesquisa, e ainda, as diversas fontes manuscritas e impressas que poderiam ser utilizadas no desenvolvimento de estudos os mais distintos. Dentre essas fontes, conheci um periódico local publicado na primeira metade do século XIX denominado *O Mentor das Brasileiras* (1829-1832), voltado para a educação das mulheres. Juntamente com as atividades do Gehale e o primeiro contato com a fonte impressa, tive a oportunidade de conhecer o Museu Regional de São João del-Rei. Nesse local havia uma infinidade de documentos, dentre eles uma grande quantidade de inventários e testamentos, alguns de indivíduos que foram importantes nas localidades em que moravam; e outros, a sua maioria, de pessoas comuns, mas que contribuíram para a formação da história da região, especificamente para os objetivos deste trabalho, para a constituição do universo cultural.

Assim, dos dois processos – o contato com as fontes impressas e manuscritas e as leituras no grupo de estudo, especialmente sobre a *História Cultural* – a pesquisa aos poucos foi se delineando e a primeira idéia surgida foi a de estudar o cotidiano das pessoas anônimas da Vila de São João del-Rei que contribuíram para a formação do universo cultural ali presente<sup>1</sup>. No entanto, a idéia ainda estava muito abrangente e, por isso, voltei às fontes que, além de importantes suportes de pesquisas, contribuíram também para o direcionamento do estudo,

---

<sup>1</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716 – 1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 85.

como mostrarei. Finalmente, escolhi o processo de construção e difusão de um discurso civilizador, então em voga, especialmente nos Termos da Vila de São João del-Rei e São José del-Rei, atual Tiradentes, nos primeiros anos do século XIX, quando houve um aumento da influência estrangeira a partir da vinda da Corte portuguesa para o Brasil em 1808. Inserido nesse contexto, elegi o processo de apropriação, por partes das ex-escravas e suas descendentes, desse ideal de civilidade que se construía, através de práticas educativas não escolares desenvolvidas nos contatos estabelecidos nos espaços comuns. Esse tema de estudo tornou-se a proposta de pesquisa que me permitiu a entrada no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Durante o processo de constituição do meu objeto percebi que havia uma preocupação, por parte da elite de São João del-Rei, de construir e difundir o que eles julgavam serem elementos de civilidade, que deveriam ser propagados e apreendidos de diversas formas: através das modificações no espaço físico da Vila, na introdução de novas leis municipais; mas também, nos sermões religiosos pregados nas missas aos domingos, nas celebrações das irmandades e ordens terceiras, nos modos de trajar das pessoas, na incorporação de novos hábitos e costumes, além dos discursos de instituições, como, por exemplo, a imprensa e a criação de escolas especificamente para as mulheres. Todas essas transformações visavam uma formação de comportamentos, posturas e atitudes mais civilizadas na população em geral. Especificamente em relação às mulheres, os ideais de civilidade eram voltados para a formação da primeira educadora dos futuros cidadãos que levariam o Brasil ao “desenvolvimento” e à “civilização”, equiparando-se assim, às culturas européias. As regras de polidez e civilidade a elas destinadas deveriam produzir uma educação capaz de diferenciá-las das mulheres pertencentes ao restante da população.

A partir dessas observações, foi possível perceber que o discurso era destinado a um grupo de mulheres específicas, ou seja, aquelas pertencentes às elites das Vilas onde moravam. Por “mulheres da elite” estou entendendo aquelas que faziam parte de um seletivo grupo, o qual era constituído por famílias que detinham o poder econômico das Vilas, sejam com casas de negócio ou realizando usuras; e também aquelas que faziam parte do poder político, por exemplo, as esposas de vereadores. Famílias essas, que buscavam alcançar *status* a partir

dessas atividades ou ainda prestando algum tipo de favor para o restante da população. Além disso, como medidores de riqueza, foram verificadas a escravaria, seja em número absoluto ou em valorização, e a existência de variados bens imóveis e instrumentos de trabalho em um único inventário, que, em conjunto, indicam diversificação de atividade econômica. Para completar essa análise, juntamente com os fatores anteriormente apontados, somente aquelas mulheres nascidas livres que poderiam fazer parte do grupo entendido como “da elite”, ou seja, estavam excetuadas aquelas que, em algum momento de seus testamentos e inventários, deixaram indícios de sua ascendência escrava<sup>2</sup>.

Os discursos destinados às mulheres da elite traziam temas ligados à moral, à religião, ao comportamento, à política, à educação dos filhos e também, regras de convivência. Desses discursos era possível inferir que a intenção era produzir mulheres que se diferenciavam do restante da população e que pudessem educar seus filhos dentro dos ideais de civilidade então em voga. Se havia um público específico para as idéias presentes nesses discursos, por outro lado, existia um que era excluído desses ideais e, talvez, que servissem de modelo do que não deveria ser. A partir dessas constatações, julguei interessante estudar as mulheres excluídas daquele discurso, ou seja, aquelas que não pertenciam à elite para quem os ideais haviam sido criados, mas que poderiam ser, também, alvo do referido discurso. Dentre essas mulheres, sejam as brancas pobres, as ex-escravas e descendentes nascidas livres e as cativas, escolhi para a análise as mulheres forras e suas descendentes nascidas livres, mesmo as pertencentes à elite econômica. Desse modo, inicialmente, foram levantadas as seguintes questões: Como elas agiam em relação a esse discurso? Havia uma apropriação dos padrões de civilidade por parte dessas mulheres? Se havia como esse discurso era apropriado?

Mas, para responder tais questionamentos surgiu a necessidade de estudar também aquelas para quem os discursos eram criados. Isso porque, se mostrou imprescindível primeiramente, saber se o ideal de civilizar as mulheres da elite estava sendo alcançado, ou pelo menos parte dele. Sendo assim, as mulheres pertencentes ao grupo social entendido como “a elite” também passou a fazer parte da análise.

---

<sup>2</sup> Para melhor entender as noções de riqueza, seus cálculos e proporção, ver ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial, 1750-1822*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 2001, p. 46-7; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831 – 1888)*. São Paulo: Annablume. 2002, p.56.

Para responder as questões apresentadas, decidi fazer uma comparação entre essas mulheres. Utilizei como pano de fundo os espaços de sociabilidade das Vilas de São João e São José del-Rei, no início dos oitocentos, pois acredito que mesmo havendo uma hierarquia social, os dois grupos femininos se encontravam e, a partir daí, uma troca de conhecimentos, posturas e atitudes seria possível. Ao mesmo tempo, os espaços seriam os lugares onde o discurso civilizador poderia ser percebido em sua materialidade, seja através de alguma atitude mais requintada, ou a partir dos trajes e adereços utilizados.

A partir das observações acima, os testamentos e inventários se fizeram imprescindíveis. Afinal, seria através dos bens existentes nos inventários e legados testamentais que seria possível perceber o discurso civilizador em sua materialidade. Os inventários, resumidamente, são documentos em que há descrições minuciosas dos bens inventariados<sup>3</sup>, das dívidas – ativas ou passivas, além da partilha. Como afirma Douglas Libby, os inventários “jogam luz sobre o cotidiano material e sobre as relações familiares e domésticas na hora da partilha dos bens do falecido”<sup>4</sup>. Sendo assim, acredito que o uso desses documentos permite estabelecer um diálogo com o passado dos grupos em questão, pois representam fragmentos de suas vidas e revelam práticas desenvolvidas e postas em jogo na demarcação de espaços, mas também de construção da sua própria história e do seu universo cultural. Os pertences inscritos nos documentos e, para a análise, em especial as jóias e indumentárias, são importantes indícios que permitem estudar o cotidiano dessas mulheres, as relações estabelecidas, as trocas e misturas efetivadas no vestuário, imagens e imaginários. E, mais do que isso, possibilitará perceber a troca de saberes que poderia se efetivar a partir de alguns contatos estabelecidos em espaços de sociabilidade.

Já os testamentos são entendidos como “relatos individuais que expressam modos de viver coletivos e informam sobre o comportamento quando não de uma sociedade, pelo menos de grupos sociais”<sup>5</sup>. Esses documentos são, conforme Libby, o momento de revelar o que estava guardado durante muito tempo e, quem sabe,

---

3 Essas descrições são de todos os objetos presentes nos inventários. A roupa, por exemplo. Há uma apresentação, na maioria das vezes, de todas as suas características, a forma – saia, capa – o material utilizado – baeta – a cor, o estado de conservação, a quantidade e o valor.

4 LIBBY, Douglas Cole. Apresentação. In: PAIVA, Eduardo França Paiva. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistências através de testamentos*. 2ª ed. São Paulo Annablume, 2000, p.15.

5 *Ibidem*, p.11.

acertar as contas com Deus e com os homens visando à absolvição divina<sup>6</sup>. Os testamentos das mulheres se configuram assim como uma importante fonte de análise, pois trazem nas suas disposições, indícios que podem revelar uma apropriação por parte das ex-escravas e a sua primeira geração de elementos e costumes que supostamente pertenciam às camadas socialmente dominantes.

Os testamentos e inventários utilizados se encontram no Museu Regional de São João del-Rei. Para os anos de 1808 à 1840 foram encontrados 3.722 inventários e 1.252 testamentos, tanto de homens quanto de mulheres. Especificamente para a análise, foram escolhidos os que tinham como titulares as mulheres. Foram utilizados 41 inventários e 45 testamentos de ex-escravas e descendentes. Das mulheres da elite foram escolhidos 23 e 17, respectivamente. Em relação aos documentos do primeiro grupo – forras e suas filhas – foram transcritos todos os documentos encontrados que estivessem dentro da data que abarca a pesquisa. Para a escolha dos inventários e testamentos das mulheres da elite, adotei o seguinte caminho. Inicialmente fiz uma leitura de alguns estudos referente à Comarca do Rio das Mortes, ou que fizesse alguma análise dessa localidade<sup>7</sup>. Os estudos permitiram inicialmente traçar um perfil das mulheres e até mesmo indicaram alguns nomes que compunham a elite econômica e política da Comarca. Juntamente com esse trabalho, selecionei aleatoriamente 640 mulheres moradoras dos Termos de São João e São José e dessas, escolhi, também de modo aleatório, 351 inventários. Nos 351 busquei o número de escravos, bens de raiz, quantidade de roupas, adereços e o valor do monte-mor. Desse processo foram escolhidos 23 inventários e, dentro deles, foram encontrados 17 testamentos<sup>8</sup>. Sendo assim, serão analisados 126 documentos<sup>9</sup>.

Além dos inventários e testamentos, durante a trajetória percorrida para a construção do objeto de pesquisa aprofundado e, muitas vezes, lapidado durante o

---

<sup>6</sup> *Ibidem*, p.34.

<sup>7</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste....*; BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). Tese (doutorado) Niterói: UFF, 2002; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens Ricos, Homens bons ...*

<sup>8</sup> Optei por verificar somente os inventários das mulheres da elite, pois meu maior interesse era analisar seus pertences. Por isso os testamentos analisados são somente aqueles existentes dentro do processo de inventário.

<sup>9</sup> Não foram computados aqui os inventários dos comerciantes que também farão parte desse trabalho. A explicação para isso está no fato de tais documentos funcionarem somente como um apoio na construção de uma realidade comercial das Vilas. Os comerciantes não fazem parte do grupo analisado nessa pesquisa quando diz respeito à tentativa de perceber as práticas educativas não-escolares efetivamente. Serão somente um grupo no qual a descrição de suas casas comerciais possibilita conhecer as formas, cores, valores e qualidades dos produtos, especificamente nessa pesquisa as jóias e roupas, que poderiam ser comprados por mulheres de variada qualidade e condição, se configurando assim como um ambiente de trocas e mistura de conhecimentos, idéias e objetos.

mestrado, tive acesso a outras fontes que foram incorporadas ao estudo. Os outros suportes de pesquisa utilizados foram os relatos de viajantes, iconografias, periódicos, sermões e tratados. Essas últimas fontes foram incorporadas na pesquisa no intuito de “possibilitar” uma análise mais aprofundada dos inventários e testamentos, as principais fontes. Nesse sentido, os demais suportes de pesquisa foram utilizados visando a construção de uma materialidade do contexto, mas também como sustentáculos na análise do processo entendido como uma tentativa de construção de uma civilidade, da noção de aparência, *status*, distinções e, especificamente aqui, do processo educativo existente.

Para a análise, o espaço é a Comarca do Rio das Mortes, especificamente, os Termos das Vilas de São João e São José del-Rei, atual Tiradentes, e o período circunscreve as primeiras décadas dos oitocentos. A delimitação do período – 1808 a 1840 – toma como marco inicial a vinda da Corte portuguesa para o Brasil. O ano de 1808 é o momento em que há um aumento da influência estrangeira provocada não somente pela mudança da Corte, mas também pela abertura dos portos. É o período que se tornam mais visíveis aspectos do modo de vida europeu, especialmente entre as pessoas das elites. Já o marco final, escolhido de forma arbitrária, se explica mais politicamente, pois é a partir desse período que o Brasil vive efetivamente o segundo reinado, o que acaba produzindo uma relação com a Europa de outra natureza. A delimitação geográfica se baseia na importância das duas Vilas, em especial São João del-Rei, seja em relação à economia, à política, às atividades culturais e sociais que, se tornaram mais intensas já no final do século XVIII e efetivamente consolidada no período em questão.

Analisar as relações estabelecidas entre as ex-escravas e suas descendentes nascidas livres e as mulheres brancas da elite é percorrer o universo cotidiano de uma pequena parcela anônima da sociedade. Mas, ao mesmo tempo, é acreditar que a partir desses estudos torna-se possível entender e perceber as atitudes, se não de uma sociedade como todo, pelo menos de um grupo específico.

Por outro lado, buscar nessas relações as práticas educativas é entender que, da convivência dos variados segmentos sociais, particularmente, da coexistência de grupos femininos distintos nos espaços de sociabilidade, seria possível existir um trânsito de conhecimentos, costumes e práticas que poderiam ser apropriados, interiorizados e re-elaborados a partir da percepção das funções pedagógicas presentes nas práticas sociais e culturais.

Entretanto, para o desenvolvimento do estudo, e, principalmente, a fim de contribuir para as discussões realizadas dentro da historiografia da educação das mulheres, mais especificamente no que tange às práticas educativas não escolares, das quais faziam parte ex-escravas e suas descendentes, nos primeiros anos do século XIX, faz-se necessário contextualizar a discussão. Para isso, apresentarei alguns trabalhos que contribuíram para descortinar um universo de significativa participação das mulheres<sup>10</sup>, não só no recorte espaço-tempo da minha pesquisa – o início dos oitocentos e os Termos da Vila de São João del-Rei e São José del-Rei – mas também, algumas discussões sobre outras vilas e cidades analisadas à luz do período colonial.

## ***II – Historiografia da Educação e História das Mulheres.***

Conforme Rachel Soihet, a escassez de documentos, ou melhor, de indícios produzidos pelas próprias mulheres, constitui-se como um grande problema para a realização das pesquisas. Em contrapartida, uma infinidade de suportes de informação produzida por homens<sup>11</sup> dá, mais facilmente, uma representação acerca da mulher<sup>12</sup>. Mas além das fontes, que trazem discursos masculinos, é possível se aproximar mais das mulheres, como sujeitos da história, por meio de outros indícios. Dentre eles, as roupas, as jóias, enfim, os objetos pessoais deixados por elas, apresentados nos inventários, e também, através dos arranjos testamentais que, possibilitam vislumbrar as expectativas, e religiosidade das mulheres, apesar de, quase sempre, não terem sido elas próprias a redigirem tais documentos.

Ao se fazer uma análise, em conjunto, dos dois grupos específicos – as fontes que contém uma representação da mulher e as fontes mais diretamente ligadas às suas vidas pessoais, – há a possibilidade de se aproximar mais do universo das

---

<sup>10</sup> FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary. (Org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 184.

<sup>11</sup> Posso citar como fontes em que estão presentes as representações das mulheres que foram produzidas por eles, alguns periódicos, iconografias e descrições dos viajantes. Um comentário, mais detalhado sobre cada uma delas, será feito em parte específica sobre a discussão das fontes.

<sup>12</sup> SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro. E. & VAINFAS, R. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 295.

mulheres, analisar seu cotidiano, destruir o silêncio e, quem sabe, construir novas visões a respeito delas, de sua intimidade, de suas relações com outras mulheres e também com os homens. Essas fontes passaram ser suportes de análise a partir das contribuições trazidas pela *História Cultural* que em comunicação com outros campos do conhecimento tais como, a antropologia e a lingüística, passou a utilizar métodos e conceitos das áreas referidas, como o de “representação”, “imaginário”, e “mestiçagem”, a fim de construir e ampliar as abordagens, ampliando-se as possibilidades da pesquisa.

Assim, Soihet<sup>13</sup>, ao dissertar a respeito da história das mulheres, faz referência não somente às novas fontes incorporadas pela historiografia mais recente, como também a todo processo de construção das mulheres como objetos de estudo da história. Para isso, faz um retorno cronológico apresentando alguns movimentos e pesquisadores que se limitaram ao estudo das mulheres conforme as discussões do período, nas quais elas eram vistas como iguais, submissas, vítimas, rebeldes, e ainda a construção e rejeição da oposição binária masculino-feminino. Ainda no mesmo estudo, Soihet se volta para alguns trabalhos produzidos em decorrência das novas temáticas produzidas mais recentemente, seja a respeito da relação feminina com o trabalho, com a família, a maternidade ou a sexualidade.

Outro autor que pesquisou o mundo feminino a partir das novas perspectivas historiográficas seria Ronaldo Vainfas, que, em um artigo intitulado *Homoerotismo feminino e o Santo Ofício*<sup>14</sup>, se volta para as mulheres no Brasil. Inicialmente o autor disserta a respeito de alguns estereótipos femininos consagrados pelo senso comum e a história tradicional que viam as mulheres submissas, sempre em completa sujeição ou ainda aquelas mulheres “fogosas”, sedutoras, prontas a satisfazerem os desejos dos homens. Depois, de maneira diferenciada, o autor se atém às pesquisas mais recentes, dentre as quais sua discussão está inserida e se volta para uma análise e visão nas quais as mulheres passam a serem vistas como sujeitos de suas vidas. Conforme o autor, eram essas mulheres de “carne e osso” que “movidas pelos desejos” se envolviam ou experimentavam relações homoeróticas. Tais relações, segundo Vainfas, eram associadas à heresia, já que, ao violar à lei da natureza, certamente violava a lei divina e, por isso, eram assuntos inquisitoriais. No entanto, na maioria das vezes, a sodomia feminina representava uma dúvida para os

---

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 275.

<sup>14</sup> VAINFAS, Ronaldo. Homoerotismo Feminino e o Santo Ofício. In: DEL PRIORE, Mary (Org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2000, p. 115.

juízos, pois acreditavam que para ser considerado como um crime era necessário uma penetração. Assim, vários questionamentos são levantados e, em meados do século XVII, a investigação por parte dos inquisidores se dava, na maioria das vezes, apenas para os casos de sodomia masculina. Conforme Vainfas, as relações entre mulheres foram menos perseguidas talvez pelo fato de serem menos visíveis ou ainda experiências esporádicas que não comprometiam à castidade.

Emanuel Araújo<sup>15</sup> também utiliza como tema para sua pesquisa, as mulheres no período colonial. No entanto, sua análise se volta para a sexualidade feminina. Conforme o autor, apesar das leis do Estado e da Igreja criadas para “abafar a sexualidade feminina que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas”, nem sempre tais regras conseguiam moldar as atitudes dessas mulheres. Isso significa dizer que, ao contrário dos estereótipos criados pelas leis do Estado e pela Igreja, a realidade que se apresentava era muito diferente do discurso, do ideal de mulher. O total adestramento da mulher, submissa ao pai e depois ao marido, recatada e modesta, jamais foi alcançado por inteiro, segundo o autor. Ao contrário, muitas mulheres, em busca da satisfação de sua sexualidade, cometiam adultérios e, em algum momento de suas vidas, já haviam mantido algum tipo de relação homossexual.

O autor demonstra ainda a explícita ligação entre feitiçaria e sexualidade, sendo a primeira vista não só pelo Estado, mas também pela Igreja, como capaz de interferir nas vontades e desejos, além de influenciar no sentimento alheio. Além do feitiço, outros subterfúgios, tais como o vestuário e a dança, poderiam ser utilizados para chamar a atenção. Os tecidos e as roupas seriam, segundo Araújo, os meios preferidos das mulheres para serem admiradas, que variavam conforme sua condição econômica ou social. Já a dança, quando possível, “propiciava não só a exibição lúbrica do corpo feminino como a ocasião de seduzir e ser seduzida”<sup>16</sup>. Araújo, de uma forma mais sucinta, também faz referência aos estatutos elaborados pelo Bispo Azeredo Coutinho que foram analisados por Nizza da Silva, como mostrarei, mas aprofunda o estudo quando demonstra as possibilidades de manifestação da sexualidade não só nos recolhimentos, mas também nos conventos

---

<sup>15</sup> ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary (Org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2000, p. 45.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 62.

e quando destaca a prática da utilização dos conventos e casas de recolhimento como locais de “regeneração feminina”.

Leila Mezan Algranti<sup>17</sup>, preocupada em apresentar o que havia de comum e diferente entre as mulheres que viviam reclusas nos conventos e recolhimentos no período colonial, buscou demonstrar, no dia-a-dia, suas atitudes e os motivos da clausura. Segundo a autora, eram três os determinantes para a reclusão: a honra – preservação das virtudes femininas e do nome da família ou o castigo por tê-la perdido; educação – momento para as mulheres se prepararem para tomar a vida de casadas; e a devoção – quando existia a vocação religiosa. Os recolhimentos, surgidos como orfanatos e educandários, muitas vezes encobriam o verdadeiro caráter religioso, já que, conforme as determinações metropolitanas que visavam o povoamento e incentivava os casamentos, as instituições de reclusão eram proibidas na Colônia. Entretanto, independentemente da natureza para o qual estavam sendo criadas, as instituições religiosas serviram como uma possibilidade de manter as mulheres afastadas das probabilidades de desonrar a si e a família. Essa é a idéia que perpassa a discussão da autora. Muitos dos compêndios que regiam os recolhimentos e instituições possuíam como redatores homens que resumiam em seus escritos os ideais de mulheres desejados. Neles, mas também, de uma maneira geral, segundo a autora, nos discursos do Estado e da Igreja, a prudência e a honra deveriam ser observadas. Do mesmo modo que Araújo, Algranti demonstra como a honra estava intimamente ligada à sexualidade e, uma vez perdida, só poderia ser recuperada através do casamento, da indenização ou da *internação em um recolhimento*. Uma mulher desonrada, ou seja, que se entregava ao homem sem se casar ou cometesse adultério, significava dizer antes de tudo que se tratava de uma mulher pecadora, merecedora de castigo, sendo o maior deles, o divino. Diferentemente de desonrada, eram as escravas que não possuíam honra e com as quais os homens poderiam se relacionar. No entanto, como observa a autora, sendo somente as não-brancas escravas, muitas vezes, a cor se sobrepunha à condição legal, “e as mulheres negras – livres ou escravas – poderiam ser vistas pelos brancos como socialmente desqualificadas, portanto, sem virtude ou honra a serem preservadas”<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p.122.

A autora mostra ainda como, muitas vezes, os recolhimentos também foram utilizados pelas mulheres como refúgio dos maridos dominadores ou casamentos fracassados. Demonstra ainda, como nesses locais, elas possuíam uma liberdade e desfrutavam de uma sociabilidade, às vezes, muito maior se comparada com a que se estivessem junto da família. Muitas das enclausuradas e recolhidas utilizavam os locutórios para manter o contato com o mundo lá fora. Os contatos, juntamente com festas e representações poderiam significar uma ameaça à observação, dentre outras coisas, da castidade. Tal fator, muitas vezes, contribuía para a má fama dos conventos e recolhimentos, o que parece não ter representado um aspecto essencial no momento da decisão de mandar filhas e esposas para tais instituições, já que, o *status* de religiosa dava à família prestígio social.

As mulheres também foram o tema e objeto de análise de Mary Del Priore no artigo intitulado *Magia e Medicina na Colônia: o Corpo Feminino*<sup>19</sup>. Segundo a autora, entre os séculos XVI e XVIII, a medicina em Portugal e seus domínios viviam em pleno atraso, já que devido às idéias dos jesuítas, do Tribunal do Santo Ofício e da Coroa, qualquer iniciativa científica ou cultural era considerada heresia. Nesse contexto, muitos médicos se uniram ao discurso da Igreja e desenvolveram conceitos dentre os quais, a saúde era vista como um assunto divino e, por isso mesmo, inquestionável. Assim, o corpo, em especial o feminino, era visto como o espaço para lutas entre Deus e o Diabo, e a doença como castigo divino. Conforme os médicos, o corpo da mulher não diferia dos homens somente na questão orgânica, mas também por características morais, sendo a natureza feminina mais vulnerável às tentações do demônio. Todos os conhecimentos em relação às mulheres estavam ligados à reprodução. As mulheres deveriam parir e procriar, mas tal fato estava intimamente ligado à moralidade: ser boa mãe, frágil e submissa. Toda natureza feminina era, conforme a autora, ordenada pela genitália que a transformava num monstro e vítima de males maiores solucionados somente pela concepção e gravidez. Dentro desse contexto, surgem as curandeiras, personagens de grande importância na sociedade, em especial no Brasil colonial. A partir de conhecimentos populares e a experiência, elas exerciam as funções dos médicos nos tratamentos das doenças. As “médicas do povo”, com suas rezas, gestos, plantas e, também, amuletos, muitos desses itens apropriados de outras culturas,

---

<sup>19</sup> DEL PRIORE, Mary. *Magia e Medicina na Colônia: o corpo feminino*. In: *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2000, p. 78.

resgatavam a saúde do doente, sendo respeitadas pelo povo, mas, ao mesmo tempo, conforme Del Priore, perseguidas pelo Estado e pela Igreja.

Del Priore busca em seu estudo demonstrar os mistérios e superstições que envolviam o corpo feminino. Conforme a época, o útero era encantado e, sendo um órgão independente, capaz de movimentar-se dentro do corpo da mulher. Seus excretos eram considerados poderosos na produção de feitiço. Uma mulher menstruada deveria se afastar de tudo o que era produzido ou que se reproduzia. Ela “passava para o lado das mulheres diabólicas que freqüentavam a morte, capazes de destruir o que estava visivelmente organizado”<sup>20</sup>. Por isso mesmo, segundo a autora, quando menstruadas, deveriam se afastar da comunidade, da vida cotidiana. Conforme a autora, com o desenvolvimento da medicina, a significação do funcionamento do corpo feminino aos poucos foi se transformando em mera fisiologia. No entanto, o saber-fazer feminino não foi totalmente abandonado, sendo paralelamente desenvolvido um território feminino no qual as mulheres trocavam seus saberes e curavam-se mutuamente apesar dos avanços da medicina.

Em um trabalho mais recente sobre, principalmente, a Capitania de São Paulo, a cidade de Salvador e o Rio de Janeiro durante o século XVIII e a primeira metade do XIX, Maria Beatriz Nizza da Silva<sup>21</sup> se volta mais especificamente para as mulheres. Assim, busca fazer uma análise segundo a sua origem social, seu pertencimento étnico e suas condições econômicas. Reserva um momento em sua discussão para as mulheres em casa e na rua. Para tal, inicia a análise a partir do conceito de trabalho dentro de uma sociedade escravista, na qual haveria não somente o trabalho assalariado, mas também as obrigações religiosas, a gestão de um patrimônio ou de um convento, além da organização doméstica que poderiam ser vistas como formas de trabalho. Dentro desse contexto, apresenta uma variedade de atividades nas quais as mulheres poderiam estar empregadas, tais como, na panificação, no comércio, como costureiras, parteiras ou ainda como tecedeiras. A partir daí, defende sua tese de que a “ociosidade das mulheres constantemente apontada constitui uma generalização”<sup>22</sup> que simplesmente excluiu a diversidade de situações e, principalmente, a hierarquia social. As brancas de qualidade, ou seja, “as donas” da elite social, muitas vezes, se ocupavam, dentro de

---

<sup>20</sup> *Ibidem* p. 104.

<sup>21</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas e Plebéias na Sociedade Colonial*. Lisboa: Estampa, 2002.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 169

seus lares, da gestão de seus patrimônios. Já as brancas plebéias, segunda a autora, estavam nas ruas do mesmo modo que as mulheres de cor, sendo comum o exercício das mesmas atividades por brancas e não-brancas fora do ambiente doméstico.

Mais a frente, a autora se volta para as formas de sociabilidade de uma mulher. Inicialmente disserta a respeito da socialização comunitária realizada dentro dos recolhimentos, nas aulas e, mais tarde, em colégios que preparavam as mulheres para a vida em família, em sociedade, visando ao casamento, à organização doméstica e, nos casos de meninas mais humildes, para o trabalho como forma de se sustentar. Era então, uma formação voltada para a vida mundana, a busca de um saber voltado para a convivência. Mais tarde, apresenta, mais especificamente, formas de sociabilidade feminina. Entre as plebéias, segundo a autora, havia as reuniões para conversas informais, nas quais as mulheres usufruíam das relações de compadrio, mas também dos contatos com a vizinhança. As festas em família, tais como os batizados, as bodas e os aniversários, apesar de pouco documentadas, também serviriam como espaço para o exercício da sociabilidade.

São as festas religiosas os espaços mais freqüentados pelas mulheres. Seus eventos e comemorações, sejam eles as missas, as procissões, as festas para um santo ou novenas, permitiriam o aparecimento em público das “donas” e, ao mesmo tempo, a possibilidade de serem vistas não só pelos homens, mas também por outras mulheres de estamentos sociais diferentes, ainda que um pouco distanciadas pelas regras de composição dessas festas. As cerimônias religiosas eram o momento de as mulheres se enfeitarem com o que tinham de melhor. Eram também o instante preciso para marcar, através de suas jóias e vestuários, sua posição social, sua distinção. Juntamente com as festas religiosas, havia ainda as festividades civis que, em algumas situações, permitiam uma mistura de extratos sociais distintos. Dentre os locais, destacavam-se as peças teatrais, as casas de ópera que, do mesmo modo que as solenidades religiosas, serviam como espaços públicos comuns, nos quais as mulheres de qualidade e as plebéias, dentre elas as de cor, muitas vezes, poderiam freqüentar.

O cotidiano feminino mereceu atenção no estudo realizado por Luciano Figueiredo<sup>23</sup>. O autor se volta para a análise das mulheres nas Minas Gerais durante o século XVIII, “sobretudo aquelas que trabalhavam enfrentando situações adversas em que se misturavam miséria, preconceitos e dificuldades de toda ordem”<sup>24</sup>. Para tal, o autor apresenta mulheres que, ao contrário da idéia de que seriam submissas e passivas como se pensava, teriam participado significativamente das práticas sociais e econômicas onde moravam. Figueiredo apresenta inúmeras profissões nas quais as mulheres estariam presentes. Dentre elas, segundo o autor, merecia destaque o mercado a varejo exercido por muitas delas, em especial as forras. Sendo conhecidas como “negras de tabuleiro”, as mulheres forras vendiam gêneros que contribuíam para afastarem da escravidão. Com seus produtos, secos e molhados, elas eram as responsáveis pelo abastecimento da população trabalhadora das vilas e áreas de mineração. Entretanto, apesar da sua importância primordial, muitas vezes elas representavam uma ameaça e um perigo para a administração local, sendo chamadas de “sutis ladrões”, já que sua presença contribuía para o desvio do ouro, o contrabando, a prostituição e a articulação com os quilombos.

Ainda segundo Figueiredo, juntamente com o comércio, outra atividade feminina foi a prostituição. Esta, exercida pelas escravas a mando dos seus senhores, mas também por mulheres pobres, existindo situações nas quais elas trabalhavam a mando dos pais ou maridos para o sustento da família, se configurou como estratégia de sobrevivência. Para muitas delas, a prostituição foi um complemento do comércio ambulante quando ele não servia como um disfarce para a prostituição plena. A prática da prostituição era reprimida não só por parte do Estado, mas também pela Igreja, seja por causa da imoralidade, do pecado, mas também pelos altos índices de crianças abandonadas que ficavam a cargo dos cofres públicos.

Juntamente com a referida discussão, o autor reflete ainda a respeito das relações consensuais. A Coroa, a fim de combatê-las cria um projeto de política familiar, que deveria ser executado pela Igreja. Primeiramente, estimula a realização de matrimônios entre a população de pura descendência portuguesa, buscando o “crescimento de gente” (elite social). Em segundo, volta-se para o povo e tenta

---

<sup>23</sup> FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas...

<sup>24</sup> *Ibidem*, p.141.

difundir a prática do matrimônio assegurado em bases legais pela Igreja. No entanto, mesmo com variadas ameaças, dentre elas a prisão e a multa, a formação particular de famílias consensuais cotidianamente sempre existiu. A explicação para isso, segundo o autor, talvez fosse a contradição existente nas intenções da Igreja que por um lado tenta acabar com as uniões ilegítimas, mas por outro não oferece mecanismos para tal, já que o sacramento do matrimônio possuía altas taxas. Para burlar as ações da Igreja, os membros das uniões consensuais produziram estratégias, como por exemplo, viver em casas separadas, significando uma resistência frente à ação da Igreja. Tal fato permitia a participação na vida religiosa, de suas atividades sem, necessariamente, se enquadrar nas normas por elas impostas. Assim, Figueiredo apresenta a Província de Minas Gerais marcada por uma população que, com exceção da elite social, teve uma divisão de papéis, nas uniões consensuais, que obedeceu muito mais as necessidades econômicas do que qualquer outro fator. Ou seja, sem qualquer preconceito sexual, muitas vezes, eram as mulheres quem chefiavam suas famílias.

Minas Gerais em fins do século XVIII e início do XIX também foi o palco de análise de Júnia Furtado<sup>25</sup>, se detendo mais ao distrito diamantino. Conforme a autora, a Capitania de Minas Gerais teve, desde a sua formação, uma configuração bastante peculiar. Devido às atividades de extração mineral, sua população era composta em sua maioria por homens, sendo as mulheres um “produto” bastante escasso, principalmente as brancas. De tal conformação, se generalizou a prática do concubinato entre homens livres e mulheres de cor, escravas ou forras. Dessas uniões um novo grupo emergiu composto de pessoas miscigenadas que tinham uma maior possibilidade de ascensão social e econômica. Para demonstrar a realidade vivenciada na província mineira como um todo e, mais a frente, dissertar a respeito da região dos diamantes, a autora se pauta nos trabalhos de Luciano Figueiredo e Eduardo França Paiva<sup>26</sup> a respeito das mulheres forras nas áreas de exploração aurífera. Tais trabalhos, apesar das perspectivas e conclusões diferenciadas, tiveram em comum a percepção de que para as mulheres era mais comum alcançar a liberdade e ter acesso aos meios de mobilidade econômica. Fato, segundo a autora,

---

<sup>25</sup> FURTADO, Júnia F. (Org.) Pérolas Negras: mulheres livres de cor no distrito diamantino. In: *Diálogos Oceânicos*: Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002, p. 81 – 121.

<sup>26</sup> As obras de Luciano Figueiredo utilizadas pela a autora foram: FIGUEIREDO, Luciano R. *O avesso da memória*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993; FIGUEIREDO, L. R. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997. Já de Eduardo França Paiva foi: PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos...*

muito semelhante para a região dos diamantes. Conforme Furtado, entre os forros, as mulheres eram majoritárias, representando o segundo maior grupo entre os chefes de domicílio. Para a autora, as mulheres forras oscilavam entre a desclassificação social e a inserção no mundo dos brancos. Uma das formas encontradas para a inserção seria o casamento com homens brancos. Sendo o mundo colonial formado por grupos hierárquicos, mas ao mesmo tempo, fluído, em especial nas Minas Gerais, era possível, a partir de suas brechas, melhorar as condições econômicas e melhor posicionar se não a si, pelo menos sua descendência no mercado dos casamentos. Nesse caso, o casamento com homens brancos representava uma forma de apagar o estigma da cor e da escravidão e também um mecanismo de promoção social. Mesmo o casamento entre iguais já significava uma inserção social, pois a Igreja procurava moralizar e regradar a sociedade pelos laços sagrados do casamento cristão, como bem salientou Figueiredo<sup>27</sup>. Por outro lado, destaca as relações amasiadas que, se por um lado possibilitavam às mulheres a inserção em alguma instituição restrita à população branca, por outro não se configurava uma ascensão social, já que os brancos as viam com desconfiança e preconceito.

As “pérolas negras”, conforme a autora, construíam seu patrimônio a partir do seu próprio trabalho. O patrimônio acumulado era constituído de escravos, ouro lavrado, jóias, bens imóveis, trastes de casa e de uso, além das imagens e oratórios. Ser proprietária desses bens, em especial o escravo, revelou, segundo Furtado, uma realidade na qual a mulher forra tinha mais facilidade em acumular algum pecúlio.

Outro trabalho de Furtado que merece destaque na análise sobre as mulheres negras é o que diz respeito à mulata Chica da Silva<sup>28</sup>. Segundo sua análise, Chica da Silva, moradora no Arraial do Tejuco, região diamantina, teria tido um relacionamento estável com o contratador de diamantes, o Desembargador João Fernandes de Oliveira. Foi também a partir desse relacionamento que a referida mulata teria alcançado a condição de livre, concedida pelo próprio contratador que teria comprado-a do seu antigo dono, o médico português Manoel Pires Sardinha, com o qual já havia tido um filho. Com o contratador, conforme Furtado, ela teria vivido entre os anos de 1753 e 1770, período suficiente para ter mais treze filhos – quatro homens e nove mulheres. Mesmo depois da volta de João Fernandes para

---

<sup>27</sup> FIGUEIREDO, Luciano. *Mulheres nas Minas...*

<sup>28</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o Contratador dos Diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Portugal, Chica ainda teria vivido mais alguns anos, gozando de sua ascensão social e econômica, sendo no ano de 1796, quando morreu, enterrada com todo o luxo na Igreja de São Francisco de Assis, teoricamente reservada à população branca, acompanhada pelos sacerdotes locais e celebrada várias missas em sua intenção. Chica chegou mesmo a ser juíza da Irmandade das Mercês e proprietária de um grande plantel de escravos. No entanto, conforme a autora, Chica não teria sido uma exceção, mas sim, uma entre várias mulheres que teria visto no concubinato com homens brancos uma forma de se inserir na sociedade e minimizar o estigma da cor e da escravidão, tanto referente a ela, concubina, como e, principalmente, a sua prole. Entretanto, como ressalta Furtado, mesmo com as vantagens econômicas e sociais alcançadas, uma dupla exploração se efetiva nessa relação de concubinato – de cunho sexual e racial – já que jamais seriam alçadas à condição de esposas.

Donas de seu viver, as mulheres livres de cor, ao viverem no mundo dos livres, buscavam imitar seus hábitos, costumes, estilos de vida e indumentárias, reproduzindo, assim, o mundo dos brancos. A alforria, muitas vezes, teria se configurado como o início do processo de aceitação das visões de mundo da elite branca. Juntamente com ela, ou melhor, para marcar a sua condição de livre na sociedade hierarquizada do antigo regime, as mulheres forras e, especificamente nessa análise de Furtado, as moradoras do Arraial do Tejuco buscavam meios de exteriorizar a sua posição. Dentre os sinais utilizados, pode-se destacar o modo de vestir luxuoso e as jóias usadas durante as cerimônias religiosas ou nos espaços públicos em geral. As mulheres forras, conforme Furtado, acabavam provocando uma inversão da ordem social ao se apropriar dos adereços e roupas até então exclusivas das senhoras brancas. Tal exteriorização da condição social e econômica a que pertencia era possível a partir das cerimônias públicas, especialmente a missa, que se configurava como um momento propício para verem e serem vistas, nas palavras da autora.

Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz, uma africana, é outra mulher que também mereceu atenção da historiografia. Em um estudo a partir de um processo inquisitorial conservado no Arquivo da Torre do Tombo em Portugal, Luiz Mott descreve a trajetória de uma visionária africana que teria vindo para o Brasil, mais especificamente, para o Rio de Janeiro, em 1725, quando tinha apenas seis anos de

idade<sup>29</sup>. Nesse período, Rosa ainda não seria uma visionária, mas uma escrava que teria vindo da Costa da Mina, local, conforme o autor, onde as mulheres “eram reputadas como inteligentes, afáveis e rápidas na assimilação dos modos civilizados”<sup>30</sup>. O primeiro dono de Rosa Egipcíaca teria sido um senhor de nome José de Sousa Azevedo, o qual, segundo o processo relatado por Mott, teria deflorado-a e depois vendido-a para as Minas Gerais. Nas Minas, sua dona teria sido a mãe do frei José de Santa Rita Durão, autor do poema *O Caramuru*, e moradora da Freguesia do Inficionado, próximo a Mariana. Na referida freguesia vivera como meretriz durante quinze anos até, ao atingir trinta anos, sofrer uma enfermidade, identificada mais tarde como um “encosto”. A partir desse episódio, Rosa decide mudar de vida e, para isso, vende seus bens e distribui aos pobres, adotando a vida de beata, a qual lhe permite conhecer o padre Francisco Gonçalves Lopes, o “Xota-Diabos”, o qual lhe revela que estava possuída por sete demônios. Xota-Diabos passa então a ser seu protetor e auxiliador que a leva para outras localidades, dentre elas, a Vila de São João del-Rei, onde interrompe uma pregação de um missionário capuchinho e acaba sendo presa e enviada para a sede do bispado em Mariana, onde acabou sendo açoitada. Numa tentativa de evitar novos problemas, Rosa se muda para o Rio de Janeiro em companhia do padre Francisco Gonçalves Lopes, agora seu proprietário legal. No Rio, Rosa continua tendo suas visões que são reveladas ao provincial dos franciscanos, Frei Agostinho de São José que passa a ser seu diretor espiritual. Aprendendo a ler e escrever, Rosa funda no Rio de Janeiro, em cumprimento às ordens celestiais, o Recolhimento de Nossa Senhora do Parto. Dentre as recolhidas do Recolhimento e devotos de Madre Rosa, como assim era chamada, haviam pessoas pertencentes aos variados estamentos sociais, chegando mesmo a ser exaltada e nomeada pelo alto clero brasileiro, como “a maior santa do céu”. Se por um lado Madre Rosa rezava em latim hinos litúrgicos e entoava cantos na mesma língua, por outro, não dispensava seu cachimbo e danças ao ritmo do batuque. Acabou sendo denunciada para a Inquisição, a qual abriu um processo contra Rosa Egipcíaca que foi presa e mandada para Lisboa.

---

<sup>29</sup> MOTT, Luiz. *Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1993.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 76.

Ainda sobre as mulheres, mas, voltando para o universo das “sinhas pretas”, temos o trabalho de Sheila Siqueira de Castro Faria<sup>31</sup>, no qual ela retrata a experiência de mulheres que, após a alforria, adquiriram escravas e com elas estabeleciam um íntimo contato, chegando a nomeá-las nos testamentos como sua família. Segundo a autora, essa atitude e, juntamente com ela, a preferência pela compra de escravas em maior quantidade se comparado ao número de escravos presentes nos bens das “sinhas pretas” estava atrelada não só às atividades comerciais exercidas<sup>32</sup> e à prostituição, mas também às experiências mais profundas ligadas às escolhas que faziam parte do seu universo cultural de origem. Conforme Faria, as mulheres africanas analisadas, em especial aquelas que pertenciam à África Ocidental, ou seja, Minas e Guiné, tinham como experiência da África residências nas quais as mães eram as referências para os filhos, devido a poligamia. Dentro desse contexto, era a mãe que garantia à prole feminina algum bem, já que ela não poderia herdar nada do pai. Tal situação se convertia na velhice da mãe, sendo agora a filha a responsável pelo seu sustento. Esses fatores levariam às mulheres a buscar independência de recursos e de rendimentos em relação aos homens a partir de atividades comerciais. Desse grupo feminino teria emergido um outro que se caracterizava pela prática do “casamento entre mulheres”, ou seja, na ausência de filhos, muitas mulheres que não tinham a quem transmitir sua herança ou não queriam que suas propriedades fossem parar nas mãos de seus maridos, acabavam levando uma menina para morar consigo e dava a ela todo o necessário. Segundo Faria, mesmo dentro das condições específicas do Brasil, muitas mulheres tendiam a reproduzir certas práticas africanas, dentre elas, o “casamento de mulheres”, visto que as senhoras africanas no Brasil formavam domicílios majoritariamente femininos. As mulheres transmitiam seus bens para suas escravas e suas “crias” fêmeas, nunca aos machos, e, na velhice, eram nas suas escravas ou naquelas às quais haviam alforriado que buscavam algum apoio. Outro fator semelhante seriam as atividades de acumulação de pecúlio, muitas vezes ligadas ao comércio. A autora ressaltou ainda que, mesmo sendo a posse de um escravo investimento, afirmação da condição de livre e demonstração de poder, consistindo

---

<sup>31</sup> FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Sinhas pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII e XIX). In: SILVA, F. C. T. da; MATOS, H. M.; FRAGOSO, João (Orgs.). *Ensaio sobre História e Educação*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001, p. 289 – 329.

<sup>32</sup> Diferentemente de Furtado (FURTADO, Júnia F. (Org.) Pérolas Negras: mulheres...), Faria não via a compra de escravas pelas “sinhas pretas” como uma aspiração à vida ociosa, mas sim visando o acúmulo de pecúlio a partir das atividades conjugadas entre elas e a mãos-de-obra escrava auxiliar.

ainda, na maioria das vezes, o maior bem, a prática da alforria foi muito comum, especialmente entre as proprietárias ex-escravas. Entretanto, conforme foi demonstrado pela autora, a liberdade não significava um afastamento, já que, estar perto da ex-senhora poderia significar o recebimento de algum bem para si ou para suas filhas. Nesse contexto, a autora acredita que a não procriação foi uma escolha pessoal das “sinhas pretas” que preferiam construir a sua família conforme seus interesses pessoais, econômicos e culturais. A ausência de filhos também foi salientada por Furtado<sup>33</sup>, apesar da autora não especificar se as mulheres analisadas seriam africanas ou descendentes.

Além da posse de escravos, Faria destaca outros tipos de investimentos das mulheres forras, tais como os prédios urbanos e ainda as jóias e roupas, sendo estas últimas vistas como uma possibilidade de serem utilizadas como símbolos de prestígio social. Especificamente sobre as jóias, serviam ainda como capital, para penhora e, até mesmo, como amuletos. Do mesmo modo que Figueiredo<sup>34</sup>, a autora ressalta que, foi a partir das atividades econômicas exercidas pelas mulheres forras que, muitas delas conseguiram conquistar algum pecúlio e até se enriquecer pelo seu próprio trabalho e de suas escravas. Era a partir das atividades econômicas desenvolvidas que as ex-escravas conseguiam uma determinada ascensão econômica. Conforme Faria e Figueiredo, não significou uma ascensão social, já que a elite letrada e social insistia em vê-las a partir do seu passado como escravas. Além disso, outro agravante seria a prostituição que muitas exerciam que causava espanto e preconceito.

Silvia Hunold Lara<sup>35</sup>, por sua vez, se volta para a análise dos panos e balangandãs utilizados pelas escravas, mulheres forras e senhoras no Rio de Janeiro e Salvador durante o século XVIII. Segundo a autora, existiam determinações que buscavam proibir o uso de alguns tecidos e jóias por pretas e pardas, ou mulheres que não fossem as brancas, sendo vista tal atitude como imprópria da sua cor e condição. Conforme a autora, a legislação portuguesa a respeito do vestuário específico para cada grupo social era uma tradição bastante antiga e estava ligada ao controle e manutenção das distinções sociais que, juntamente com outros fatores como as formas de tratamento, o uso da linguagem e

---

<sup>33</sup> FURTADO, Júnia F. (Org.) Pérolas Negras: mulheres...

<sup>34</sup> FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas...

<sup>35</sup> LARA, Silvia Hunold. Sedas, Panos e Balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador (século XVIII) In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva (Org.) *Brasil: Colonização e Escravidão*: Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000, p. 177 – 191.

a distribuição de espaços produziam a sociedade portuguesa do Antigo Regime. O que se vê aqui é uma ligação com o pensamento de Nobert Elias<sup>36</sup>, que percebe esse conjunto de coisas, dentre eles os trajes, como uma forma de comunicar a hierarquia social, o poder, o prestígio e a condição. As leis proibindo o ornamento de jóias e vestuários por negros e mulatos no Brasil e demais conquistas portuguesas era uma tentativa de manter as distinções sociais entre brancos e negros e evitar a inconveniência da equiparação simbólica entre escravos e senhores. No entanto, como mostra a autora, várias determinações produzidas haviam sido revogadas ou mesmo abandonadas. Isso ocorria mesmo quando havia como argumento o fato de que a partir do modo de vestir, muitas mulheres, livres ou escravas, acabariam cometendo os mesmos erros que as prostitutas e, pior, com o excesso no modo de vestir, poderiam influenciar de modo maléfico, os comportamentos, a modéstia e compostura dos senhores e/ou de sua família.

Várias das determinações e correspondências a respeito do modo de vestir muitas vezes se referiam às negras e mulatas ou mulheres de outra cor que não fosse a branca, conforme Lara, de uma forma generalizada, não especificando se tratava-se de escravas ou não. Conforme a autora, na América portuguesa, além dos tecidos, roupas e adornos utilizados como símbolos da ausência ou presença de riqueza, a cor da pele também foi incorporada na linguagem visual da hierarquia social. A cor da pele mais escura remetia ao universo de exploração e dominação do universo escravista. Sendo assim, certas mulheres, sobretudo as não brancas, usavam os vestuários mais luxuosos para se diferenciarem das forras e, principalmente, das escravas. Segundo a autora, para muitas pessoas, o modo de vestir mais luxuoso dessas mulheres poderia ser visto como um sinônimo de luxúria, de ostentação dos sinais de pecadora. O que se pode perceber, conforme Lara, era uma busca de identidades, aproximações e diferenças a partir de panos e enfeites nas quais estavam ligadas não só as questões morais, de gênero, mas também culturais que permitiam interpretações variadas conforme a origem não só social, mas também étnica do espectador.

Ainda sobre as mulheres negras e a sua inserção na sociedade colonial, enfatizo o trabalho de Eduardo França Paiva<sup>37</sup>. Ao discutir a questão da escravidão à luz das contribuições teórico-metodológicas trazidas pela História Cultural, o autor

---

<sup>36</sup> ELIAS, Nobert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

<sup>37</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural...*

analisa o cotidiano das mulheres negras, especialmente as libertas, no cenário mineiro, em especial nas Comarcas do Rio das Velhas e Rio das Mortes, entre os anos de 1716 e 1789. Através dos testamentos e inventários *pós-mortem*, Paiva se volta para a análise dos relacionamentos sociais e econômicos, além das práticas desenvolvidas por essas mulheres dentro do universo cultural em que estavam inseridas. Essas mulheres, segundo o autor, em sua maioria solteiras, “teciam” as teias de sociabilidade a fim de conseguir uma melhor mobilidade física e econômica que se refletia num processo de apropriação de valores culturais entendido como uma forma de resistência<sup>38</sup>. Tais apropriações se desenvolveriam a partir das estratégias individuais e se caracterizariam “pela incorporação (real ou teatralizada) de valores dominantes [vindos, por sua vez, de referências culturais européias], por adaptações e acomodações”<sup>39</sup>. No entanto, conforme Paiva, tal atitude não significava o abandono por parte das forras de suas identidades, mas sim, uma mistura de valores culturais, hábitos, práticas e representações a partir da convivência cotidiana, na qual havia elementos referentes à cultura européia e à sua de origem, sendo o mundo colonial, mestiço, mas ao mesmo tempo, distinto, híbrido e também impermeável.

As mulheres e sua participação na construção do cotidiano têm merecido atenção especial da historiografia, principalmente se levarmos em conta os avanços dos estudos sobre as mulheres negras, livres ou escravas, e ainda aqueles referentes à participação feminina nas atividades econômicas e culturais. Nesse quadro ainda se destacam os estudos ligados às idéias, visões de mundo, ou seja, o discurso masculino presente em instituições, tais como a Igreja e a imprensa. Foram nesses trabalhos que me ative até então. No entanto, ao buscar estudos referentes à história da educação feminina, o que percebi foi um quadro diferenciado, sobretudo, a respeito das mulheres negras. Poucos são os estudos que se dedicam a essa abordagem diretamente e, quando o fazem, suas análises dão ênfase na educação doméstica ou ainda o ensino conventual – como mostrarei – evidenciando nessa forma de educação a busca da preparação das mulheres para o casamento ou para a vida religiosa. As abordagens contextualizadas até, principalmente, o final do século XVIII, são bastante semelhantes quando comparamos os estudos da historiografia brasileira e portuguesa. Talvez a explicação para isso esteja no fato de

---

<sup>38</sup> Para um melhor entendimento dessa noção de incorporação como forma de resistência ver PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural...*

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 88.

que, até o início dos oitocentos, havia muita semelhança no modo de tratar a questão educacional feminina nas duas partes de um mesmo Império.

Com o aparecimento das idéias iluministas na Europa, a educação passa a ser uma preocupação para o Estado e para a Igreja. A ela é dado o poder de moldar os espíritos e preparar para a sociedade que se queria civilizada. É nesse contexto que surgem as primeiras discussões a respeito da importância da educação feminina.

Dentre os autores que fizeram parte do debate Iluminista de valorização da educação, vista como capaz de moldar os espíritos e inculcar nas pessoas novos princípios e idéias, destaca-se o filósofo Jean-Jaques Rousseau que, ainda no período setecentista, mais precisamente em 1762, publica *Emílio*<sup>40</sup>. No quinto livro dessa obra o autor apresenta as características de uma mulher educada, ideal que deveria ter como referência o homem. Ou seja, sua formação estaria voltada para a educação dos homens quando estes fossem pequenos e, uma vez grandes, ela deveria agradá-los, aconselhá-los e tornar as suas vidas mais agradáveis. As idéias apresentadas por Rousseau, mas também por outros pensadores revelam o interesse de construir uma mulher capaz de ocupar um determinado lugar na sociedade: ser boa esposa e boa mãe.

Com as reformas pombalinas em Portugal e suas colônias, na segunda metade do século XVIII, algumas mudanças foram feitas nas leis que regiam a educação. No mesmo período, os Jesuítas são expulsos do Império português e o ensino passa a ser organizado em aulas avulsas, as chamadas “aulas régias”, ministradas por professores leigos e pagos pela Coroa.

Conforme Adão<sup>41</sup>, as aulas régias eram destinadas “aos rapazes que iriam seguir as artes liberais, aos que iriam preencher lugares na Administração pública, aos que iriam trabalhar no comércio e em algumas artes mecânicas, bem como alguns filhos de cultivadores proprietários ou arrendatários”<sup>42</sup>. No entanto, segundo a autora, a criação de uma rede de escolas régias, gratuitas e governadas pelo Estado ocorreu somente dezoito anos após o afastamento dos jesuítas e, mesmo nesse período, o sistema educacional não teve à disposição do meio popular. Ao contrário,

---

<sup>40</sup> Jean-Jaques Rousseau. *Émile ou De l'éducation des files*. Paris: Garnier-Flammarion, 1966. *Apud*: SONNET, Martine. Uma filha para educar. In: DAVIS, Natalie Zemon e FARGE, Arlette (org). *História das Mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Vol. 3 Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 151.

<sup>41</sup> ADÃO, Áurea do Carmo da Conceição. *Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras - as aulas régias (1772-1794)*. TOMO I. Tese (doutorado) Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1995.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p.70.

“do ensino de ler, escrever e contar ficavam afastados os filhos de todos os trabalhadores manuais que são necessariamente empregados nos serviços rústicos, e nas Artes Fabris”<sup>43</sup>. Ainda conforme a autora, a reforma pombalina foi omissa em relação à educação feminina, mesmo existindo discussões e propostas que sugeriam “que o excedente dos dinheiros recolhidos pelo Subsídio Literário, depois do pagamento de todos os ordenados, fossem também aplicados na retribuição de algumas mestras de ler e escrever destinadas às meninas órfãs e pobres”<sup>44</sup>. Quando tais propostas foram acatadas e postas em prática, conforme a autora, já em inícios do século XIX, outra realidade se apresentou, na qual às mestras eram destinados salários mais baixos se comparados aos dos seus companheiros. As mestras deveriam ensinar a ler, escrever, fiar, coser, bordar, cortar além, é claro, a Doutrina Cristã e a educação moral, visando à preparação para os deveres de mãe, educadoras de seus filhos e esposas.

É nesse âmbito que se encontram as idéias do pensador português Luiz Antônio Verney. Em sua obra *O verdadeiro método de estudar*, ele apresenta algumas sugestões a respeito da educação feminina, de acordo com seu papel na sociedade, e as vantagens presentes na ação educativa, independentemente da condição social da mulher. Segundo Verney há uma necessidade de que elas estudem, já que elas,

principalmente as mães de família, são as nossas mestras nos primeiros anos de vida: elas nos ensinam a língua, elas nos dão as primeiras idéias das coisas. E que coisa boa hão de ensinar, se elas não sabem o que dizem? (...) Além disso, elas que governam a casa, e a direção do econômico fica na esfera da sua jurisdição<sup>45</sup>.

As meninas deveriam aprender a ler, escrever e contar, além da Gramática Portuguesa, Geografia, História – sagrada e universal. A Aritmética seria ensinada com o objetivo voltado para economia doméstica.

Já para Ribeiro Sanches<sup>46</sup>, outro autor preocupado com a educação feminina, o saber deveria ser limitado às camadas superiores, devido ao perigo que poderia

---

<sup>43</sup> *Ibidem*, p.98.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p.96.

<sup>45</sup> VERNEY, Luiz Antônio. *Verdadeiro Método de estudar*. (edição organizada pelo prof<sup>o</sup>. Antônio Salgado Junior). Vol. 5. Lisboa: Livraria Sá da Costa/ Editora Lisboa, 1952, p.125. *Apud* Adão, Áurea do Carmo da Conceição. *Estado absoluto e ensino das...*

<sup>46</sup> Educação de hua menina ate a idade de tomar Estado, no Reyno de Portugal. Escrita a meu Am<sup>o</sup> o Dr. Barbosa a Elvas. Pello ano 1754. In: PINA, Luis de – Plano para a educação de uma menina portuguesa no século VIII (no II Centenário da publicação do *Método* de Ribeiro Sanches). *Cale* Revista da Faculdade de Letras do Porto, v. I., 1996, p. 41- 46. *Apud*: Adão, Áurea do Carmo da Conceição. *Op. Cit.*

decorrer da aprendizagem escolar pelas pessoas mais pobres. Sendo assim, seu estudo foi destinado apenas às meninas nobres e ricas, às quais, ele acreditava, deveriam ter acesso à educação. Conforme Sanches, uma mulher seria no futuro uma esposa, uma religiosa ou ainda uma solteira senhora que governaria a sua casa ou a de outra pessoa. Nos três estados, seria muito útil a educação<sup>47</sup>. Do mesmo que Verney propunha para o ensino o mesmo currículo, no entanto, como se preocupava apenas com as meninas mais abastadas, acreditava ser importante ainda o aprendizado da dança. Ainda para o autor, a educação das meninas não deveria ser ministradas por preceptores, pois acreditava que “as meninas ficariam com os mesmos vícios e modo rasteiro de pensar, de obrar das suas amas, que de ordinário são gentes de comum e alguma coisa pior”<sup>48</sup>.

Como já demonstrei, em comum esses estudos tinham por objetivo preparar a mulher para ser esposa e mãe. Além disso, são idéias e visões de mundo de homens que buscavam construir uma mulher ideal. Como bem salientou Adão<sup>49</sup>, até o final do século XVIII em Portugal, não havia escolas régias para as meninas e, devido a isso, a tarefa de ensinar as meninas ficava por conta dos conventos e recolhimentos e, no caso das pertencentes a alguma família abastada, havia a possibilidade de escolher o ensino particular. Nas duas situações, o currículo, geralmente, se resumia a ensinar a ler, contar e escrever, além dos trabalhos manuais, indispensáveis para se arrumar um bom casamento.

Essa realidade em Portugal fora bastante semelhante em muitos aspectos aqui no Brasil. O processo educacional feminino até, pelo menos, a vinda da Corte portuguesa no início do século XIX, esteve também a cargo das mães, de preceptores e mestres particulares ou ainda em instituições religiosas. Durante o período colonial, havia apenas alguns poucos conventos e recolhimentos. Nesses espaços, desenvolvia-se uma instrução que poderia ser voltada para a formação religiosa ou ainda para a preparação para o casamento.

Nos internatos, as meninas aprendiam a delicada arte de ser mulher, um pouco de música, bordados, orações, francês... Aprendiam a ser tímida, ou a mostrar-se tímida diante dos estrangeiros. O estereótipo

---

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 95.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 96.

<sup>49</sup> Adão, Áurea do Carmo da Conceição. *Estado Absoluto e Ensino...*, p. 96.

feminino impunha um rígido padrão de comportamento e apresentação que era preciso observar<sup>50</sup>.

Alguns trabalhos, na historiografia brasileira, têm abordado as diferentes práticas educativas e os espaços nos quais estas eram desenvolvidas em relação à mulher durante o período colonial. Muitos deles trabalhos foram desenvolvidos por historiadores que não tratam da educação especificamente. Entretanto, devido a escassez de trabalhos específicos de história da educação de mulheres para o período colonial, tais pesquisas têm merecido atenção especial.

Leila Mezan Algranti, em seu já citado livro *Honradas e devotas: Mulheres da Colônia*, apesar de não ter como preocupação específica a questão educacional, faz uma abordagem sobre a educação feminina realizada nos conventos e também a desenvolvida no espaço doméstico. Segundo a autora,

as meninas podiam aprender as primeiras letras em casa (...) [ou,] uma outra opção era o ensino nos conventos e recolhimentos (...) com o objetivo de dar-lhes uma instrução religiosa já diferenciada para a vocação futura. Entretanto, tais estabelecimentos não recusavam aquelas que desejavam apenas se educar, para quem a clausura seria apenas um estágio passageiro<sup>51</sup>.

Tais ensinamentos, nesse último caso, tinham como objetivo prepará-las para o casamento, para ser mãe e esposa, a companheira e administradora do lar enquanto o marido estivesse ausente. No entanto, conforme Algranti, a instrução feminina se resumia a aprender a ler, escrever, as quatro operações e o ensino religioso, além é claro, uma atenção especial aos afazeres próprios de uma senhora, os trabalhos de agulha. Segundo Algranti, durante o século XVIII, a educação feminina estava longe de ser uma prática corriqueira, mesmo entre as elites, sendo os recolhimentos, na maioria das vezes, vistos como guardiões das virtudes femininas. No Brasil, conforme a autora, a educação feminina tornou-se moda somente “após a chegada da Corte, quando novos hábitos serão introduzidos na pacata sociedade carioca”<sup>52</sup>.

Araújo, por sua vez, no artigo *A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia*, do mesmo modo que Algranti, não se atém à discussão do processo

---

<sup>50</sup> DUARTE, Constância Lima. Para a história da educação feminina brasileira, séc. XIX. In: *Com Textos*. CIED/UFOP. Mariana, v.9. 1999, p.22.

<sup>51</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas...*, p. 259.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 247.

educacional especificamente. Entretanto, trata da educação feminina ao apresentar o pensamento da época no qual as meninas deveriam aprender, além das habilidades do sexo, como bordar, coser e cozinhar, o ler, escrever e contar e ainda a delicada “arte de prender seus maridos e filhos”<sup>53</sup>. Os ensinamentos poderiam ser ministrados em casa ou nos recolhimentos. O autor discute ainda, outras formas possíveis de ocorrência do processo de ensino-aprendizagem das mulheres, quando afirma que o encanto e a arte da sedução poderiam ser aprendidos a partir das brincadeiras, das confidências com as amigas, escravas, primas e criadas. Assim, as atitudes e os meios utilizados pelas mulheres para manifestar e exercer sua sexualidade seriam apropriados, ensinados e aprendidos, conforme o autor, numa rede de cooperação entre as mulheres, na qual um universo feminino poderia ser criado a partir da “troca de informações [e] da difusão de saberes restritos ao cotidiano feminino”<sup>54</sup>.

Mary Del Priore<sup>55</sup>, no seu estudo sobre o corpo feminino e os conceitos e os pré-conceitos construídos pela medicina e a magia sobre ele, ressalta a idéia de educação informal como o fez Araújo. No entanto, diferentemente deste último, no qual os ensinamentos estavam mais ligados à sedução, a autora apresenta saberes que estavam mais relacionados com os cuidados do corpo. Tais saberes, como Del Priore ressaltou, conseguiu sobreviver paralelamente, mesmo com o desenvolvimento da medicina e as perseguições civis e religiosas. Isso se tornou possível porque o “saber curar” era transmitido de mãe para a filha, configurando-se numa tradição feminina que, muitas vezes, auferiam para seus “trabalhos” conhecimentos de culturas distintas.

Ainda a respeito das discussões a respeito da história dos processos educacionais femininos durante o século XIX, está o trabalho de Duarte<sup>56</sup>. Nesse estudo, a autora faz uma comparação entre os trabalhos de três mulheres: Nísia Floresta (1810 – 1885), Júlia Lopes (1862 – 1934) e Maria Amália (1847 – 1921) que dissertaram sobre e em prol do sexo feminino. Explica que, apesar das diferenças temporais, as três autoras foram mulheres que tiveram em comum, a defesa da educação feminina visando à “formação de seu caráter e correção dos maus

---

<sup>53</sup> ARAÚJO, Emanuel. *A arte da sedução...*, p. 51.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 54.

<sup>55</sup> DEL PRIORE, Mary. *Magia e Medicina...*

<sup>56</sup> DUARTE, Constância Lima. *Para a história da educação...*, p. 21-25.

instintos”<sup>57</sup>. Além disso, do mesmo modo que outros autores do período, elas destacavam a importância da educação feminina, pois elas seriam as educadoras dos homens de amanhã. Em muitos escritos europeus, mas também brasileiros, cria-se uma estreita relação entre a importância da educação feminina e o progresso de uma nação. Já em meado do século XIX, muitos homens entram mais efetivamente na discussão. Há uma supervalorização dos títulos de esposa e mãe. Segundo a autora, muitos deles se apossaram das palavras das primeiras escritoras e determinaram, segundo os seus interesses, novos comportamentos, direitos e deveres das mulheres, numa perspectiva patriarcalista. As mulheres, por sua vez, se deixaram contaminar pelas idéias moralistas e pelo discurso patriarcal dominante, se aproximando perigosamente do que tentavam combater. Houve um desvirtuamento de suas idéias, pois desejavam a emancipação feminina, mas reforçavam a importância em “renunciar aos prazeres do mundo”<sup>58</sup> para uma maior dependência e subordinação ao lar, creditando, como muitos homens, *status* e poder em ser boa mãe e esposa, que representava uma forma de serem úteis à sociedade.

Nizza da Silva<sup>59</sup>, por sua vez, em um estudo comparativo sobre a educação masculina e feminina no Brasil colonial, faz uma análise de dois estatutos – um para um recolhimento e outro para um seminário – produzidos pelo Bispo de Pernambuco Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho em 1798. Nesse estudo, a autora percebe que o conteúdo os dois estatutos diferiam não só em relação ao conteúdo que deveria ser ministrado para a instrução, mas também às normas que regiam os estabelecimentos, por exemplo, no que dizia respeito às visitas ou aos vestuários. Em relação às meninas, o ensino estava mais voltado para sua formação do que para a instrução propriamente dita. A justificativa estava no fato de que deveriam aprender o necessário para o emprego nas atividades próprias de mulheres – viver para o marido, para os filhos e para o governo de um lar. Conclui ainda que as idéias do Bispo de Pernambuco, em consonância com o discurso do período, não difere das expressadas por Molière e Fénelon. Para eles, as mulheres deveriam ser guardiãs da economia doméstica e mentora dos filhos. Ainda apresenta a mesma conformidade entre Azeredo Coutinho e Fénelon em mais duas situações: sobre a importância da educação das meninas desde a infância e no que

---

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>59</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Educação Feminina e Educação Masculina no Brasil Colônia. In: *Revista de História. São Paulo. 109: 149-164. 1977.*

diz respeito à natureza feminina. Ambos a viam como repleta de defeitos, tais como: a simulação; o costume de falar muito e a vaidade. Azeredo Coutinho muitas vezes parecia seguir fielmente o *Traité de l'éducation des filles* de Fénelon, já que determinadas partes dos Estatutos é a tradução literal do livro.

Maria Cristina Soares Gouvêa<sup>60</sup> também destaca o discurso no qual à mulher era atribuída a formação das novas gerações. Devido a isso, um ideal de mulher foi construído, diferente daquela mulher real, que buscava produzir condutas. Conforme a autora, o ideal de mulher foi apropriado pelos sujeitos concretos, no cotidiano, a partir dos seus lugares sociais. Para entender essa apropriação, a autora privilegia o século XIX e a província de Minas Gerais. Do mesmo modo que outros autores já citados<sup>61</sup>, Gouvêa destaca uma pluralidade de arranjos familiares que possibilitavam a muitas mulheres, experiências diferentes daquela tradicionalmente conhecida, ou seja, de total dependência e submissão em relação aos maridos, pais, irmãos e tios, mesmo quando dizia respeito às mulheres da elite que, na ausência de um homem, geriam os negócios. Além disso, destacou também o grande número de domicílios chefiados por mulheres, realidade bastante diferente do ideal de civilidade europeu buscado. Nesse contexto mineiro, marcado por características específicas, a escola seria, conforme a autora, o espaço difusor de uma moral civilizada e, mesmo quando a experiência de vida da maioria das mulheres fosse diferente daquele ideário, era na instituição escolar que se buscava colocar em prática a produção de um feminino nos moldes europeus. No entanto, a escola ou seus ensinamentos se diferenciavam daqueles destinados aos meninos e, mesmo com o projeto de escolarização em busca de uma mulher ideal, havia pais que se mostravam resistentes em enviá-las para os estabelecimentos educacionais.

De um modo geral, os trabalhos apresentados, em sua maioria, demonstraram mulheres reais que, buscando construir ou alcançar um espaço, foram sujeitos de suas vidas. Por outro lado, mostraram também a tentativa de difusão de um discurso civilizador e as influências exercidas por ele que, dentre suas diversas idéias, enfatizava a educação das mulheres. Nesse contexto, poucos são os estudos que se referem a educação feminina fora dos estabelecimentos educacionais de forma explícita. Devido a isso, julguei interessante fazer essa

---

<sup>60</sup> GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. *Os Fios de Penélope: A mulher e a educação feminina no século XIX*. 26ª Reunião Anual da Anped: Poços de Caldas, 2003.

<sup>61</sup> LARA, Silvia Hunold. *Sedas, Panos e Balangandãs...*; FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás pretas, acumulação de pecúlio...*; FURTADO, Júnia F. (Org.) *Pérolas Negras...*; FURTADO, Júnia F. *Chica das Silva...*; FIGUEIREDO, Luciano. *Mulheres nas Minas Gerais...*

análise, e não somente ela, mas o processo de apropriação do ideal de civilidade como o fez Gouvêa, só que me atendo especificamente às mulheres não brancas. Para isso, elegi como espaço, a Comarca do Rio das Mortes, especificamente, as Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei, durante os primeiros anos do século XIX.

O presente trabalho se divide em quatro capítulos. O primeiro deles busca descrever um pouco sobre as Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei e a ligação das duas localidades com o Rio de Janeiro, tanto em termos políticos, econômicos ou culturais. Na análise, é interesse dissertar um pouco sobre o comércio, a população e o trânsito cultural desenvolvida por essas três localidades, além da influência exercida pelo Rio de Janeiro sobre as duas vilas mineiras especificamente.

Já no segundo capítulo, a intenção é analisar os variados espaços urbanos, como a igreja, o comércio e os outros ambientes como as irmandades, as festas civis ou religiosas que exercerem determinada função pedagógica e tiveram papel importante no processo de mestiçagem cultural. Além disso, busca-se destacar alguns dos instrumentos presentes no movimento educativo, como a imprensa, o teatro, as associações em geral.

No terceiro capítulo, o interesse se encerra nas ex-escravas e descendentes de modo particular. Parcela importante nas Vilas analisadas, essas mulheres se destacaram tanto na economia, como na produção de estratégias de sobrevivência e ostentação da ascensão econômica. Igualmente, deram importantes contribuições para o processo de mestiçagem cultural e biológica que se processaria. Tais mulheres, no período analisado, contribuíram para a conformação das Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei, sendo parte importante no comércio e demais espaços urbanos.

O último capítulo procura elucidar a respeito das práticas educativas desenvolvidas nos espaços de sociabilidade das vilas analisadas. A análise se ocupa com os vestuários e adereços tanto das mulheres da elite como também das ex-escravas e descendentes a fim de, por meio desses elementos, entender o processo de construção de aparências e de afirmações e, ao mesmo tempo, da mestiçagem cultural presente. Além disso, é interesse analisar o papel do comércio e dos outros espaços de sociabilidade para o desenvolvimento dessa mestiçagem cultural, entendida como prática educativa.

## Capítulo 1

### **AS VILAS DE SÃO JOÃO DEL-REI E SÃO JOSÉ DEL-REI – COMÉRCIO, POPULAÇÃO E A INFLUÊNCIA DO RIO DE JANEIRO**

Estudar as relações estabelecidas entre as ex-escravas e suas descendentes nascidas livres e as mulheres da elite no início do século XIX é se preocupar não somente com as visões de mundo, ou seja, com “o conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um mesmo grupo e os opõe aos outros grupos”<sup>62</sup>, mas é ao mesmo tempo, analisar, mesmo que em parte, as crenças, os valores e as representações de uma sociedade. Particularmente nesta análise, acreditar que dessas relações poderia ocorrer um trânsito das visões de mundo, das crenças e valores é entender que, através delas seria possível existir uma prática educativa. A pesquisa tem como interesse, perceber como esse trânsito poderia permitir ao mesmo tempo, a construção e o estabelecimento de posições sociais e culturais e provocar uma *mistura cultural* tendo como base dois mundos – o africano e o europeu.

Entretanto, para o desenvolvimento do estudo, primeiramente, faz-se necessário dissertar a respeito dos espaços nos quais estas relações poderiam se estabelecer. A pesquisa se atém às práticas educativas ocorridas no cotidiano das Vilas mineiras de São João del-Rei e São José del-Rei e seus respectivos termos. Essas Vilas foram marcadas por diversificadas e intensas atividades, em especial São João del-Rei, sede da Comarca do Rio das Mortes, como mostrarei mais adiante. No primeiro momento, creio ser mais pertinente tecer algumas considerações sobre o Rio de Janeiro que, apesar de não fazer parte do espaço geográfico da pesquisa, exerceu grande influência sobre São João del-Rei e São José del-Rei, atual Tiradentes, pois elas estiveram muito ligadas à capital do Império, seja em termos econômicos, políticos, sociais ou culturais.

---

<sup>62</sup> GOLDMANN, L. *Apud*: CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 47.

O lugar onde futuramente seria conhecido como o Rio de Janeiro fora inicialmente ocupado por franceses, no ano de 1555, e pouco tempo depois – 1556 – fora recuperado pelos portugueses, motivando assim a criação da cidade. Assim, fora antes de 1600 que tal grupo, vencendo os franceses e também os índios tamoios, conquistou o recôncavo da Guanabara em nome *del Rey*. A partir daí, o Rio de Janeiro, ou melhor, São Sebastião do Rio de Janeiro seria a cabeça de um distrito que, devido principalmente à fabricação de açúcar e aguardente, se consolidaria rapidamente<sup>63</sup>.

Conforme João Fragoso, suas atividades mercantis estavam ligadas “ao negócio bandeirante de apresamento de índios”, que permitia o fornecimento de “escravos da terra” aos engenhos da Guanabara, mas também o comércio negreiro<sup>64</sup>. Além dessas atividades, outras formas de acumulação de riquezas pela a elite senhorial do Rio de Janeiro foi o comércio, e também a produção de alimentos e cana. Como bem destaca o autor, a diversificação era uma característica para o acúmulo de capital<sup>65</sup>.

Tais atividades possibilitaram a reiteração da posição política e social da elite senhorial do Rio de Janeiro, a chamada “*as melhores famílias da terra*”. Isso porque, além das atividades mencionadas acima, utilizaram-se de outros fatores para serem reconhecidas como “a nobreza do Rio de Janeiro”, tais como, os cargos públicos que exerciam, as mercês dadas por Sua Majestade e o casamento com pessoas do mesmo *status*<sup>66</sup>. Esse segmento da sociedade, conforme João Fragoso, seria originário de um grupo de homens “que fogem da pobreza, procedentes da pequena fidalguia ou egressos da ‘elite’ de uma capitania pobre [São Vicente]”<sup>67</sup>.

Com o passar do tempo, mais precisamente no final do século XVII, há alguns indícios de crise da economia do Rio de Janeiro baseada na agricultura, e o domínio econômico sai das mãos da nobreza e vai para os grandes negociantes. Tal situação se mostra mais evidente já no início do século XVIII quando se observam o “despovoamento”, a redução de alimentos e a falência dos engenhos de açúcar em

---

<sup>63</sup> FRAGOSO, João. A Formação da economia no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII) In: FRAGOSO, João *et al.* *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 32.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 52-4.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 37.

conseqüência da mudança de algumas pessoas com cabedais do Rio de Janeiro para Minas Gerais<sup>68</sup>.

Nesse contexto, a ligação com Minas Gerais, especificamente seu abastecimento, já no século XVIII, permitira a consolidação de uma elite caracterizada pelo comércio de grosso trato tanto interno quanto no Atlântico<sup>69</sup>. A ligação com as Minas Gerais possibilitou também o reconhecimento internacional da importância do Rio de Janeiro “no novo desenho do Império” lusitano<sup>70</sup>. Como bem destaca Antonio Carlos Jucá de Sampaio, o Rio de Janeiro passa a desempenhar papel estratégico após a descoberta do ouro,

graças exatamente às suas relações privilegiadas com as regiões auríferas. Ao longo da primeira metade do século XVIII, a praça carioca vai sobrepujando a de Salvador [então capital do Brasil] em importância dentro do sistema mercantil imperial, tornando-se assim a principal da América portuguesa<sup>71</sup>.

O predomínio fluminense ocorre por causa de um amplo mercado consumidor que surge nas Minas Gerais durante o século XVIII, o qual é abastecido principalmente pelo Rio de Janeiro já no ano de 1727, pelo menos<sup>72</sup>. O que significa que a ligação econômica de Minas Gerais com o Rio de Janeiro, consolidada no século XIX, teve suas origens muito anteriormente, quando foram descobertos os metais preciosos na região mineira que, em conseqüência, provocou a formação de um mercado consumidor carente de produtos, em especial importados, que chegassem através dos portos fluminenses.

Mas, além dos trabalhos historiográficos, creio ser muito importante destacar os relatos de viagem que falam a respeito da ligação de Minas Gerais com o Rio Janeiro. Lembrando-se sempre que ao se trabalhar com a literatura de viagem, estas não devem ser tomadas como o “decalque” do real, mas como uma produção criada a partir de suas experiências em um lugar considerado por eles, muitas vezes, como “exótico”, “misterioso”.

---

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>70</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Os homens de negócio no Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750) In: FRAGOSO, João *et al.* *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 75.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 76.

Ainda sim esses relatos contribuem para a compreensão do contexto vivido naquele período.

Especificamente sobre a Comarca do Rio das Mortes, os viajantes Spix e Martius, ao visitar a referida comarca e descrever a força de sua produção agropecuária, além da importância do seu comércio já no século XIX, destacam a ligação existente já em tempos mais remotos. Segundo os viajantes,

noutros tempos, a Comarca devia ao Rio de Janeiro quarenta mil cruzados; atualmente, porém, depois da vinda do rei, a antiga dívida foi não somente remida, mas ali ela tem depositado um capital de igual importância<sup>73</sup>.

Jean Baptiste Debret, por sua vez, ressaltaria a rapidez do crescimento da cidade. Segundo o viajante francês, o Rio de Janeiro seria considerado uma das principais cidades da América portuguesa sob o ministério de Pombal<sup>74</sup>. Em 1753, fora governada pelo irmão do ministro, chegando à época a ter uma população estimada em 40 mil homens<sup>75</sup>. Com a instalação da Corte portuguesa nessa capital em 1808, pouco tempo depois, em 1815, seria nomeada a capital do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves<sup>76</sup>.

Entretanto, falta ainda dizer que, pouco antes, em 1763 o Rio de Janeiro receberia o título de capital da América portuguesa. A transposição do título de sede da América portuguesa de Salvador para o Rio de Janeiro viria, conforme Maria Fernanda Bicalho,

---

<sup>73</sup> SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.F.P. von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. BH: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1981, p. 194.

<sup>74</sup> Só para contextualizar, a segunda metade do século XVIII, período em que Portugal e seus domínios estavam sob o reinado de Dom José I, fora um momento de muitas transformações. Dom José I, ao nomear o 1º ministro e futuro marquês de Pombal – Sebastião José de Carvalho e Melo – abriu espaço para inúmeras transformações. Fora durante esse período que foi executado o Tratado dos limites do Brasil; a Declaração de Liberdade dos Indígenas na América; também o terremoto em Lisboa (1755); a expulsão dos jesuítas do Império português; a criação das aulas régias, dentre outras coisas. Para uma melhor compreensão do governo de Dom José e do marquês de Pombal ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>75</sup> Debret não especifica se a palavra “homens”foi utilizada para designar a quantidade de homens ou a população total do Rio de Janeiro.

<sup>76</sup> DEBRET, J. B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. t. 2. São Paulo: Itatiaia, 1989. p 17. (Coleção Reconquista do Brasil)

corroborar a posição conquistada, desde o início do século XVIII, de *cabeça e locus* articulador do território centro-sul da América e do espaço aterritorial do Atlântico, em decorrência do tráfico negreiro, dos incessantes conflitos de delimitação das fronteiras luso-espanholas e da importância assumida pela região mineradora<sup>77</sup>.

Com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil muitas mudanças se processariam rapidamente, sejam em termos culturais, políticos, sociais, econômicos ou populacionais. Maximiliano, príncipe alemão de Wied Neuwied, em viagem ao Brasil nas primeiras décadas do século XIX, redigiu algumas considerações a respeito da então sede da América portuguesa. Conforme Maximiliano, cerca de 20 mil europeus acompanharam a Corte portuguesa na sua travessia para o Rio de Janeiro naquela época. Com a enorme imigração, segundo o viajante, “naturalmente” os costumes brasileiros se modificaram influenciados pelos da Europa: “Melhoramentos de todo gênero foram realizados na capital. Ela muito perdeu de sua originalidade, tornando-se hoje mais parecida com as cidades européias”<sup>78</sup>.

O Rio de Janeiro teria sido assim, conforme Maximiliano, muito *beneficiado* com a vinda do rei. Pois, com a presença da família real, houve um aumento na circulação de capital, contribuindo para o enriquecimento e prosperidade do lugar. A presença da Corte ainda teria colaborado para “espalhar o gosto pelo luxo entre as diferentes classes da população. A aparência dos habitantes, as modas, semelham em tudo às das capitais européias”<sup>79</sup>. Há uma europeização do Rio de Janeiro que, pouco a pouco, se deixa influenciar social e culturalmente pelos gostos e costumes das “civilizadas” nações européias. No entanto, ainda que a Europa se fizesse mais fortemente presente e que tenha influenciado mais diretamente a população, tem-se na capital do Rio de Janeiro uma confluência de variadas culturas, vindas de diversas partes do mundo. Era no Rio de Janeiro que se encontravam o africano, os naturais do Brasil, os norte-americanos e os europeus. Conforme o autor, em termos populacionais, havia um grande contingente de negros e mulatos, e dos estrangeiros, a sua maioria, eram portugueses. No entanto, existiam gentes de várias partes da Europa: alemães, franceses, ingleses, holandeses, espanhóis,

<sup>77</sup> BICALHO, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no século XVIII: A transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. In: *Urbana*: Revista Eletrônica do centro interdisciplinar de estudos da cidade, Campinas, Ano 1. nº 01. Set/Dez 2006. Dossiê: religião, poder, civilização e etnia na cidade colonial, p. 01. <http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/dossie1.pdf> Acessado em: 10-07-2007.

<sup>78</sup> WIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1958, p. 23. (Biblioteca pedagógica brasileira; serie 5).

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 25.

italianos, suecos, russos que, em conjunto, davam às ruas da cidade uma singular mistura de pessoas exercendo variadas ocupações<sup>80</sup>. Tem-se assim a co-existência de diversos mundos ligados por diferentes motivos, sejam eles políticos, comerciais, que em conseqüência, possibilitaria às variadas pessoas ali presentes, se apropriarem, uns mais outros menos, daquela efervescência cultural então figurada, produzindo assim, um grande processo de mestiçagem cultural.

A europeização do Rio de Janeiro também seria lembrada por John Luccock, um inglês em viagem pelo Brasil no início dos oitocentos. Em seu livro *Notas sobre o Rio de Janeiro...*, ele descreve as ruas, igrejas, casas religiosas, estabelecimentos do governo, a estrutura física em geral e muitas outras construções da cidade de maneira bastante minuciosa. Mas o que chama mais a atenção nas suas anotações, diz respeito às modificações culturais e sociais, além das influências estrangeiras sobre o Rio de Janeiro com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil. Dentre as influências e modificações, Luccock descreveria que na “Corte [do Rio de Janeiro] começou a aparecer alguma semelhança para com a magnificência das européias”<sup>81</sup>. Essa semelhança se dava, por exemplo, nos trajes, já que “a nobreza local fez-se mais atenta ao bom gosto e propriedade das suas maneiras de vestir...”<sup>82</sup>. No entanto, houve também uma modificação nas casas e no costume da utilização da carruagem que se fez mais freqüente. Tudo isso, em conjunto com as atividades da realeza, “parecia despertar a ambição de distinções”<sup>83</sup> de determinadas pessoas. Em outras palavras, elegiam-se novos comportamentos, maneiras de vestir, introduziam elementos até então aqui não existentes, ou pelo menos não em grande quantidade, para partilhar com a “boa sociedade” da convivência na Corte e, assim, se aproximarem das “civilizadas” culturas européias. Pelo que se percebe, com a vinda da Corte há uma tentativa de produzir uma *civilidade*, já que as pessoas começavam a se preocupar com o controle de suas emoções, a regulação dos seus impulsos, buscando modificar suas posturas, costumes e atitudes e, ao mesmo tempo, passando a observar também as outras pessoas à sua volta<sup>84</sup>. Nesse contexto, pouco a pouco as elites intelectuais e políticas, se apropriando dos costumes e maneiras de pensar das culturas

---

<sup>80</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>81</sup> LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974, p.163.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p.163.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 163

<sup>84</sup> Os comentários feitos sobre o Rio de Janeiro foram baseados nas análises feitas por Nobert Elias. ELIAS, Nobert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994, p. 90-1.

européias, passam a se auto-intitular *civilizadas*. Da convivência com o Rio de Janeiro, as elites de São João del-Rei e São José del-Rei também buscam agir dessa forma, apropriando-se de elementos europeus, modificando suas posturas, costumes e atitudes e, do mesmo modo, passam também a se considerarem *civilizadas*<sup>85</sup>.

Ainda sobre o Rio de Janeiro, Luccock também ressaltaria as atividades teatrais que “progrediam de par com os assuntos de maior importância”<sup>86</sup>. Sendo um local bastante freqüentado pela família real, também passou a ser por todos aqueles que desejavam se passar por pessoas importantes, inclusive acompanhados de suas mulheres e filhas. O autor ressaltaria a importância das peças teatrais na educação das pessoas, pois corrigiam os gostos do público<sup>87</sup>. Além do teatro, o viajante inglês vai destacar outras “melhorias” ocorridas na capital, como a criação de escolas e colégios, a fundação do Jardim Botânico, o estabelecimento de livreiros e redatores que “embora afetassem mais diretamente a capital, exerceram influência considerável através do país todo. (...) As finanças do país fizeram-se mais produtivas, arrendando-se, com vantagem, muitos dos serviços”<sup>88</sup>.

Muitos são os trabalhos historiográficos a abordar essa questão. Luiz Felipe de Alencastro, ao escrever a respeito do cotidiano e das transformações ocorridas na vida privada durante o Império, afirma que, em termos numéricos, 15 mil pessoas transferiram-se de Portugal para o Rio de Janeiro naquela época, ligados à família real. Isso sem falar das pessoas que moravam em outros domínios portugueses e que também vieram para o Brasil. Os números dos censos de 1799 e de 1821 demonstram que, só na área urbana, a população livre mais que dobrou, subindo de 20 mil habitantes para 46 mil; e o percentual de escravos retidos na cidade subiu de 35% para 46%<sup>89</sup>.

O Rio de Janeiro passou a ser, então, o local das discussões e das decisões políticas, que se refletiriam no restante da América portuguesa. Além de capital

---

<sup>85</sup> Alguns periódicos produzidos em São João del-Rei indicam essa ligação com o Rio de Janeiro. Por exemplo, conforme os redatores do periódico *Astro de Minas* (1827-39) seria um de seus interesses trazerem as notícias sobre o Rio de Janeiro, isto é, sobre seus acontecimentos e, em conseqüência, refletir sobre seus assuntos para que as pessoas não “copiassem” tendências perigosas. Conforme as próprias palavras do periódico: “sendo o nosso principal objeto transcrever as mais importantes notícias (...) não é acertado que os copiemos sem que deles ofereçamos aos nossos leitores reflexões sobre os artigos da mais perigosa tendência”. *O Astro de Minas*. São João del-Rei, n.º 14, quinta-feira, 20-12-1827, p. 03. [grifo meu]

<sup>86</sup> LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro...*, p. 163.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 163.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 166.

<sup>89</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e ordem privada no Império. In: *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, v.2, 1997, p. 12-3. (Coleção História da Vida Privada no Brasil).

política, a cidade do Rio de Janeiro seria também a capital econômica e cultural do Brasil, responsável pela “produção de um padrão de comportamento que molda o país pelo século XIX afora...”<sup>90</sup>. A cidade, ponto de encontro político, de “propaganda” das novidades culturais e de redistribuição econômica, funcionaria como uma porta através da qual entravam as influências estrangeiras beneficiadas agora pela abertura dos portos em 1808. Ao mesmo tempo, era também lá que se efetivava a metade do comércio exterior do Brasil<sup>91</sup>. O Rio era o local onde as pessoas de variados lugares iam comercializar seus produtos. A confluência de pessoas provocada pelos contatos comerciais poderia, em consequência, contribuir para um trânsito de modos de vidas e costumes diferenciados.

O trânsito talvez ocorresse mais intensamente graças ao posto de capital que era conferido ao Rio de Janeiro, o que lhe permitia uma maior ligação com outros lugares da extensão entendida como a América portuguesa. Especificamente Minas Gerais, que durante todo o século XVIII manteve uma forte ligação econômica com o Rio de Janeiro, sendo a principal consumidora dos produtos importados que chegassem a seu porto, de certo modo não perdeu esse lugar. No entanto, com a vinda da Corte, essa relação foi modificada. Parte da região mineira que até então produzia principalmente para o seu consumo passou a fornecer produtos agropastoris para o Rio de Janeiro, criando uma via de mão-dupla em relação à atividade econômica. Se até então essa relação se baseava principalmente nas transações econômicas, a partir desse momento ela se fundamentaria também nas questões de outra natureza, como a política e a cultural. A agora sede do Império português era o centro das decisões político-administrativas que afetariam a vida de Minas Gerais, e que também passou a receber ainda maior influência cultural do Rio de Janeiro. Novas posturas, hábitos, costumes, gostos e objetos europeus, considerados então representativos das culturas “civilizadas” e “desenvolvidas”, virão para as Minas Gerais e, nessa análise, especificamente, para São João del-Rei e São José del-Rei e seus termos, através do Rio de Janeiro. Nesse contexto, Minas Gerais passou também a fazer parte do mercado de hábitos de consumo europeizados incentivados agora pela abertura dos portos, a presença da Corte, a criação da imprensa no Brasil e, principalmente, pela tentativa de se aproximar das “civilizadas” culturas européias. Nas palavras de Alencastro:

---

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 24.

Entre a diversidade regional esboçada nas diferentes partes da Colônia desde o Seiscentos e a influência estrangeira continuamente manifestada após a abertura dos portos em 1808, o Rio de Janeiro funcionaria como uma grande eclusa, recanalizando os fluxos externos e acomodando os regionalismos num quadro mais amplo...<sup>92</sup>

Percebe-se, assim, a forte ligação que existia entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro. Minas Gerais integrou então todo o processo de transformação política, econômica e cultural ocorrido a partir de 1808. Dentre as variadas regiões que compunham Minas Gerais, elegi a Comarca do Rio das Mortes, especificamente, as Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei e seus Termos como recorte espacial desta pesquisa, por considerar que o Rio de Janeiro esteve presente na vida dessas duas localidades e, de certa forma, contribuiu para a tentativa da construção de uma civilidade e, especificamente nessa análise, para o processo de desenvolvimento de determinadas práticas culturais, entendidas aqui como práticas educativas.

### **1.1 - A Comarca do Rio das Mortes**

As Vilas de São João del-Rei e de São José del-Rei pertenciam à Comarca do Rio das Mortes, uma das três comarcas<sup>93</sup> que formavam a Capitania de Minas Gerais. Conforme Afonso de Alencastro Graça Filho, sua criação “remonta ao Alvará de 06 de abril de 1714”, entretanto, como o governador da Capitania já havia nomeado os ouvidores para as respectivas unidades, acredita-se que tais circunscrições judiciárias existiam anteriormente<sup>94</sup>.

A Comarca do Rio das Mortes teve, durante a sua formação e afirmação, algumas particularidades em relação às demais comarcas que compunha a Capitania de Minas Gerais. Suas atividades foram fortemente influenciadas pelas

---

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>93</sup> As outras duas comarcas criadas foram as de Vila Rica (Ouro Preto) e Vila Real do Sabará (Rio das Velhas). Mais tarde seriam criadas as Comarcas de Serro Frio (Vila do Príncipe – 1720) e também de Paracatu (1815)

<sup>94</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste...*, p.31.

características naturais e também pelos caminhos que por ela passavam. Os primeiros desbravadores dessa região foram os bandeirantes que vinham de São Paulo e do Rio de Janeiro para as áreas mineradoras de Sabará e Vila Rica, nos primeiros anos de exploração aurífera.

A Comarca do Rio das Mortes, em 1818, segundo o viajante e naturalista Auguste de Saint-Hilaire, tendo como limites as comarcas de Sabará, Paracatu, Vila Rica e as províncias de São Paulo e a do Rio de Janeiro, era dividida em oito termos: São José (Tiradentes), São João del-Rei, Barbacena, Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), Campanha da Princesa, Santa Maria do Baependi, Tamanduá (atual Itapeverica) e São Carlos do Jacuí<sup>95</sup>.

Já em outros períodos, a referida Comarca, assim como toda a Capitania de Minas Gerais, sofreria variadas transformações. Pelo que se percebe em relação à isso, a formação político-administrativa de Minas Gerais foi marcada por uma grande maleabilidade, já que constantemente ocorriam supressões, desmembramentos e reinstalações de comarcas, vilas, distritos e municípios.

Mas, além das transformações político-administrativas, mudanças de outras naturezas ocorreriam como, por exemplo, na esfera econômica e populacional. Carla Maria Carvalho de Almeida, ao ressaltar a reorganização econômica e populacional da capitania mineira em fins do século XVIII e início do XIX, destaca um “rearranjo” interno da capitania. Conforme a autora, nesse período, há uma modificação em relação à atividade principal e uma redistribuição da população e dos recursos econômicos no interior da Capitania. Para a autora, a segunda metade do século XVIII seria o momento em que ocorreria um fortalecimento da diversificação econômica existente desde o período do início do povoamento, quando os produtos agropecuários ganhariam força e passariam a predominar na economia da capitania<sup>96</sup>.

A Comarca do Rio das Mortes, gradativamente, seria a maior responsável pela geração de recursos e ainda concentraria em seu espaço geográfico a maioria da mão-de-obra escrava e da população livre. Em 1821, 41,5% da população total da Capitania – 38,7% da população livre e 46,7% dos escravos – estaria na citada comarca<sup>97</sup>. Segundo a autora, do total de escravos presentes na comarca, 60,8%

---

<sup>95</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974, p.105.

<sup>96</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens Ricos, Homens Bons...*, p. 46-7.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p.51.

estariam empregados na atividade agropecuária, o que revelaria uma maior disposição à mercantilização desses produtos<sup>98</sup>. No entanto, ainda que boa parte da mão-de-obra escrava estivesse empregada nessas atividades, isso não significa dizer que a agropecuária tenha sido a única atividade da comarca. Mesmo desempenhando gradativamente um papel central na economia, ela dividiu espaço com outras atividades, tais como a mineração e depois a manufatura. Do mesmo modo que as outras comarcas de Minas Gerais, ela foi marcada pela diversificação. Almeida destacou ainda a ligação econômica entre a Comarca do Rio das Mortes e o Rio de Janeiro. Conforme a autora, principalmente depois da vinda Corte portuguesa para o Brasil, o Rio de Janeiro seria um mercado ávido por produtos de subsistência que acabaria impulsionando a produção de mercadorias agropastoris no sentido de uma economia mercantil<sup>99</sup>.

Alcir Lenharo também ressaltou a ligação mercantil entre o Sul da Capitania de Minas Gerais, onde estava localizada a Comarca do Rio das Mortes, com o Rio de Janeiro. Para o autor, essa região seria a principal responsável pelo abastecimento da Corte de produtos de subsistência, em especial pecuários, no início do século XIX. Desse processo surgiria uma integração territorial, na qual ocorreria uma “interiorização da metrópole”. Conforme Lenharo, citado por Almeida, da articulação comercial entre as duas regiões, das bases sócio-econômicas então modeladas, originaram um novo grupo social que acabaria influenciando os rumos da política nacional<sup>100</sup>. Esse grupo pode ser entendido como aquele citado por Graça Filho, que seria formado especialmente pelos negociantes de grosso trato e alguns fazendeiros mais proeminentes que exerciam a função de intermediários entre os produtores mineiros e o comércio com o Rio de Janeiro, sendo direcionado a esse grupo a maior parcela do lucro alcançado<sup>101</sup>.

Também para Graça Filho, a ligação entre as duas regiões se mostraria evidente. Segundo o autor, a “Comarca do Rio das Mortes destacou-se como área abastecedora de alimentos para a província do Rio de Janeiro desde as primeiras décadas do século XIX”<sup>102</sup>. A Comarca em questão seria, segundo o desembargador José João Teixeira, citado por Graça Filho, já no final dos setecentos “a mais

---

<sup>98</sup> *Ibidem*, p.61-2.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 73.

<sup>100</sup> LENHARO, Alcyr. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens Ricos, Homens Bons...*, p. 23.

<sup>101</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste...*, p. 109.

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 36.

vistosa, e a mais abundante de toda a Capitania em produção de grãos, hortaliças e frutos ordinários do País, de forma que além da própria sustentação, provê toda Capitania de queijos, gados, carne de porco etc.”<sup>103</sup> Do mesmo modo que Almeida, Graça Filho lembraria a diversificação econômica existente na Comarca, sendo comum a co-existência, numa mesma propriedade, de duas atividades distintas, como por exemplo, a mineração e a agricultura<sup>104</sup>.

Segundo Maria Augusta do Amaral Campos, a Comarca do Rio das Mortes foi marcada por uma consolidada atividade mercantil<sup>105</sup>. Conforme a autora, o pequeno produtor era o responsável pela comercialização de seus produtos atendendo à demanda da região. No entanto, a relação comercial com o Rio de Janeiro era controlada por comerciantes mais ricos<sup>106</sup>. Foi graças à necessidade de abastecimento da Corte recém-chegada, que se formou um grupo social específico no início do século XIX composto por esses negociantes. Além de serem os responsáveis pela ligação mercantil entre a Comarca do Rio das Mortes e Rio de Janeiro, eles também estabeleciam as relações comerciais com outras partes da comarca que viam maiores facilidades em adquirir os produtos necessitados na praça comercial de São João del-Rei ao invés de se deslocarem até a Corte. Ainda segundo a autora, as relações comerciais, o acúmulo de capital e as ligações matrimoniais entre iguais provocariam um fortalecimento das posições dos negociantes e possibilitariam ainda uma inserção na política da região. Esse mesmo grupo acabaria fazendo parte do movimento de rearticulação política nacional, conforme foi também salientado por Alcir Lenharo<sup>107</sup>.

Em viagem pela Comarca do Rio das Mortes por volta de 1818, o naturalista Auguste de Saint-Hilaire já destacaria a importância da pecuária no comércio entre a referida comarca e o Rio de Janeiro. Segundo ele, seria da região banhada pelo Rio Grande que saía “a maior parte dos animais vendidos na capital do Brasil”<sup>108</sup>. Além da pecuária, outra ocupação citada por Saint-Hilaire foi a suinocultura. Das duas atividades resultariam seus derivados, como o queijo e o toucinho que, segundo o francês, seriam outros importantes artigos de exportação. Criavam-se ainda

---

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>105</sup> CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João del-Rei e São José do Rio das Mortes – 1810/1844*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 51

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 53-54.

<sup>107</sup> *Ibidem*, p. 61-73.

<sup>108</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, p. 50.

carneiros para a produção de tecidos grosseiros para os negros e fabricação de chapéus de lã. As fazendas eram lucrativas, sendo de fundamental importância a privilegiada localização da região, tão próxima do Rio de Janeiro”<sup>109</sup>.

Entretanto, o processo de rearticulação de Minas Gerais ocorreria também em relação à população. Atendo-se mais às modificações ocorridas na Comarca do Rio das Mortes, o que se percebe é um aumento populacional nos primeiros anos do século XIX. Conforme Maria Augusta Campos, que analisou os dados apresentados na tabela do Barão Eschewege<sup>110</sup>, a referida comarca era a mais populosa e composta proporcionalmente pela maior parte de pessoas brancas. O maior número da população da comarca estava entre os livres, dos quais, a maior parte se constituía de brancos. Como em outras comarcas de Minas Gerais, os homens eram a maioria. Segundo a autora, uma justificativa para o aumento populacional teria sido a migração das áreas mineradoras para a região<sup>111</sup>.

Silvia Maria Jardim Brügger destacou o contínuo crescimento populacional da Comarca do Rio das Mortes já no final do século XVIII, processo esse que se intensificou no início do século XIX. Para a autora, esse comportamento teria ocorrido paralelamente à perda de importância da mineração em Minas e o sucessivo crescimento das ocupações agropecuárias e comerciais. Da mesma forma que outros estudos apresentados anteriormente, a autora ressaltou o maior número de pessoas brancas entre os moradores da Comarca. Mas ao mesmo tempo, citando um quadro presente na obra de Raimundo José de Matos, construído em 1821, a Comarca em estudo seria a que possuía o maior contingente de escravos, que segundo a autora, estaria mais em conformidade com o dinamismo da região no período. Dessa forma, para a autora, o fato da maior presença de brancos no Rio das Mortes não é incompatível com o grande número de escravos. Outra característica importante da população diz respeito ao número de homens e mulheres na região. Conforme os dados apresentados por Brügger, há um relativo equilíbrio entre os sexos em meio à população livre<sup>112</sup>, chegando mesmo, na Vila de São João del-Rei no ano de 1838, a existir mais mulheres do que homens, ou seja,

---

<sup>109</sup> *Ibidem*, p. 52-353.

<sup>110</sup> Publicado na obra já citada de Raimundo José da Cunha Matos. CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização...*, p. 28.

<sup>111</sup> CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *Op. Cit.*, p. 29-30.

<sup>112</sup> Os dados apresentados por Brügger trazem algumas considerações a respeito da quantidade de homens e mulheres no Rio das Mortes. Segundo esses dados, há um maior desequilíbrio entre os sexos na população cativa que, conforme a autora teria sua explicação nas condições do tráfico. BRÜGGER, Sívia Maria Jardim. *Minas patriarcal...*, p. 41.

para cada 79 pessoas do sexo masculino haviam 100 do sexo feminino, o que pode ser indício de que eram as áreas urbanas que ofereciam às mulheres as melhores condições de sobrevivência<sup>113</sup>.

Outro autor a ressaltar os números populacionais da Comarca foi Kenneth Maxwell. Segundo ele em fins do século XVIII, a Comarca do Rio das Mortes “era povoada pela maior parte dos homens brancos e quase a metade do número total das mulheres brancas de Minas Gerais”<sup>114</sup>. Em conformidade com outros autores apresentados, o referido pesquisador destacou o aumento demográfico da comarca. Esse crescimento demográfico, conforme o pesquisador norte-americano teria a contribuição da

mudança da população para o sul [de MG, o que] indicava profunda alteração das funções e da economia de Minas Gerais, após a década de 1760. O declínio de Vila Rica e a ascensão do sul refletiam a queda do papel dominante da mineração e a crescente importância das atividades agrícolas e pastoris (...) [o que não significava] que qualquer uma delas (...) jamais tivesse sido excludente em relação à outra<sup>115</sup>.

## **1.2 - As Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei**

São João del-Rei era a sede da Comarca do Rio das Mortes. A Vila teve seu início decorrente das povoações fixadas nas áreas próximas ao rio denominado “das Mortes”, onde havia sido estabelecida a paragem conhecida como Porto Real da Passagem. A região era caminho obrigatório para todos os que partiam em direção à Sabará e à Vila Rica nos primeiros anos da atividade mineradora, sendo conhecido como “Caminho Velho”. Segundo Eduardo Canabrava Barreiros, o fundador da futura Vila de São João del-Rei teria sido o taubateano Tomé Portes del-Rei, um dos

---

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 37-41.

<sup>114</sup> MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa; a Inconfidência Mineira: Brasil – Portugal – 1750 – 1808*. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.110.

<sup>115</sup> *Ibidem*, p. 110.

bandeirantes paulistas que em busca de riquezas minerais seguiu o trajeto de Fernão Dias chamado "Caminho Velho". O bandeirante, que teria atracado na paragem referida acima, exercia ali "as funções de Capitão-mor para a repartição das terras minerais", e também "as de concessionário da travessia do rio"<sup>116</sup>. A acomodação de Tomé Portes, segundo Silvia Brugger, estaria ligada na intenção de se produzir alimentos a serem comercializados com aqueles que se dirigiam às áreas de mineração<sup>117</sup>. Já Mafalda Zemella, citada por Graça Filho, destaca que o povoamento de São João del-Rei "tivera início com as fazendas de cultura e criação, estabelecidas às margens do rio das Mortes (...). Até o descobrimento do ouro de aluvião neste rio, por Tomé Portes del-Rei fora uma região agrícola pastoril"<sup>118</sup>.

Fora em 1702<sup>119</sup> o ano em que Tomé Portes del-Rei em companhia de João da Siqueira Afonso descobriram ouro no local chamado "Ponta do Morro" onde surgiu em conseqüência, o "Arraial de Santo Antônio", depois Vila de São José del-Rei e [atualmente] cidade de Tiradentes"<sup>120</sup>. Com a sua morte, seu genro Antônio Garcia da Cunha passou a exercer suas funções e, por volta de 1704, juntamente com o paulista Lourenço Costa, descobriram fontes auríferas no local onde pouco tempo depois surgiu o Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar.

Com o passar dos tempos, o arraial foi se desenvolvendo e, no dia 08 de dezembro de 1713, agora não mais como Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar e sim como São João del-Rei, essa região fora elevada à categoria de Vila pelo Governador e Capitão-General D. Brás Baltasar da Silveira. Logo depois, mais precisamente dia 06 de abril de 1714, seria nomeada a cabeça da comarca<sup>121</sup>. Seu título de cidade foi dado, segundo Graça Filho "pela lei provincial nº 93, de 6 de março de 1838"<sup>122</sup>.

São José del-Rei, como foi dito, surgira em decorrência da exploração aurífera no local chamado "Ponta do Morro". A ereção da Vila de São José se dera em 19 de janeiro de 1718 e, conforme Barreiros, sua criação tão perto da sede da

---

<sup>116</sup> BARREIROS, Eduardo Canabrava. *As Vilas del-Rei e a cidadania de Tiradentes*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p. 05.

<sup>117</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Apud* BRUGGER, Silvia. *Minas Patriarcal*, p. 24.

<sup>118</sup> ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII. 2ª ed., São Paulo, HUCITEC/Edusp, 1990, p. 221-222. *Apud* GRAÇA FILHO, A. A. *A princesa do Oeste...*, p. 34.

<sup>119</sup> BRUGGER, Silvia. *Op. Cit.*; GAIO, SOBRINHO, Antônio. *Um passeio histórico e turístico por São João del-Rei*. São João del-Rei: A Voz do Lenheiro, 1996, p. 07. Conforme esse último autor, esse teria sido o mesmo ano do assassinato de Tomé Portes del-Rei por alguns de seus escravos.

<sup>120</sup> *Ibidem*, p. 07.

<sup>121</sup> MATOS, Raimundo José da Cunha. Comarca do Rio das Mortes. *In.*: *Corografia histórica da Província de Minas Gerais* (1837). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, p. 115.

<sup>122</sup> GRAÇA FILHO, A. A. *A princesa do Oeste...*, p. 33.

Comarca, se explicava pelos apelos de seus moradores que se sentiam incomodados com a travessia do Rio das Mortes, passagem obrigatória até São João del-Rei<sup>123</sup>. No entanto, outras explicações são dadas para essa criação. Dentre elas, a importância da localidade devido a grande quantidade de ouro retirada de suas lavras que necessitava de uma maior fiscalização.

O viajante Robert Walsh teceu algumas considerações sobre a Vila de São José. Ao visitar a região onde ela estava localizada, por volta de 1828, relatou que a Vila era constituída por aproximadamente 300 casas, distribuídas por ruas tortuosas, mas que, “pintadas com cal branca, quando vistas de determinados lugares, davam a impressão de ser uma Vila bem cuidada”<sup>124</sup>.

Já em termos econômicos, as duas Vilas serão marcadas pela diversidade. Especificamente sobre São João del-Rei, essa distinção das atividades permitiu a construção de uma sólida economia. Conforme Brugger, “o peso da mineração na economia da região é difícil de ser dimensionado pelos relatos de época”<sup>125</sup>. Para a autora, não obstante a análise de Graça Filho<sup>126</sup>, de que o objetivo inicial do povoamento teria sido a produção de gêneros, “não se pode esquecer da ligação intrínseca desta atividade com a mineração, uma vez que sua produção visava abastecer, primeiramente, os transeuntes em direção às áreas mineradoras e, posteriormente, às próprias regiões<sup>127</sup>”. Em outras palavras, não se pode esquecer que a intensidade da mineração, ao menos quando se iniciou a extração aurífera, fora um fator em si importante para o povoamento da região de São João del-Rei.

Mesmo levando em consideração as questões problemáticas existentes nos relatos de viagem, talvez seja interessante destacar algumas descrições feitas por eles a respeito das atividades comerciais de São João del-Rei. Robert Walsh, visitando o comércio da Vila, por volta de 1828, teceu as seguintes considerações:

A maioria das casas se compõe de lojas de aparência bem cuidada e cheia de mercadorias de várias procedências, principalmente louças e artigos de algodão da Inglaterra. Viam-se fardos de algodão cru e pilas de grosseiros chapéus de feltro, fabricados na província, bem como outros artigos manufaturados em Minas Gerais. Tudo isso dava a impressão de ser ali uma próspera e florescente cidade. Entre as mercadorias à venda havia grandes quantidades de sal, em sacas

<sup>123</sup> BARREIROS, Eduardo Canabrava. *As Vilas del-Rei e a cidadania...* p. 43-5.

<sup>124</sup> WALSH, Robert. *Notícias do Brasil – 1828 – 1829*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985, p. 56. (vol. II)

<sup>125</sup> BRUGGER, Silvia. *Minas Patriarcal*, p. 25

<sup>126</sup> GRAÇA FILHO, A. A. *Op. Cit.*

<sup>127</sup> BRUGGER, Silvia. *Op. Cit.*, p. 25.

colocadas do lado de fora, junto à porta. Todo ele era trazido do Rio; durante nossa viagem, as tropas de burros com carregamento de sal, que encontramos pelo caminho, eram mais numerosas do que as que transportavam qualquer outra mercadoria<sup>128</sup>.

Além de Walsh, Spix e Martius que também estiveram na Vila nos primeiros anos dos oitocentos destaca a realidade econômica da Vila. Segundo eles:

Atualmente, com a diminuição e incerteza do rendimento do ouro, esse trabalho decresceu, e somente a gente pobre continua a lavar o pó do ouro do cascalho dos córregos, a fim de, com a sua venda, prover a premente necessidade de alimento. (...) Em vez da mineração de ouro, é agora o comércio do sertão que aumenta diariamente a riqueza dessa pequena cidade; dizem que, noutros tempos, a Comarca devia ao Rio de Janeiro quarenta mil cruzados; atualmente, porém, depois da vinda do rei, a antiga dívida foi não somente remida, mas ali ela tem depositado um capital de igual importância. Quanto é aqui animado o comércio, logo se vê pelo fato de fazerem quatro tropas, cada uma de cinquenta mulas cargueiras, contínuas viagens para lá e para cá da capital, anualmente, levando toicinho, queijos, algum tecido de algodão, chapéus de feltro, gado bovino, mulas, galinhas e barras de ouro para vender ali; pelo valor de seus produtos trazem de volta mercadorias européias, sobretudo portuguesas e inglesas, como chitas, panos, rendas, utensílios de ferro, vinho, cerveja Porter, licores, etc<sup>129</sup>

Ainda em relação à ligação econômica entre São João del-Rei e o Rio de Janeiro, merece destaque o estudo de Afonso de Alencastro Graça Filho. O autor, limitando-se ao Termo de São João del-Rei entre os anos de 1831 e 1888, buscou reavaliar a idéia de decadência de Minas Gerais através de uma análise da economia, sobretudo das estruturas agrárias da região. Conforme o autor, a atividade mercantil de São João del-Rei fora bastante expressiva, servindo “como centro atacadista intermediário, ligando os produtores da Comarca do Rio das Mortes ao mercado do Rio de Janeiro durante o século XIX”<sup>130</sup>. “A proximidade de São João del-Rei com a fronteira do Rio de Janeiro, tendo acesso ao Caminho Real, principal rota de ligação da Corte com a zona mineradora de Minas, permitiu-lhe a centralização do comércio dos produtos do sul da Capitania”<sup>131</sup>. Nesse sentido, o referido autor destaca a importância da relação comercial entre São João del-Rei e o Rio de Janeiro, principalmente após a vinda da Corte portuguesa para o Brasil em

<sup>128</sup> WALSH, Robert. *Notícias do Brasil...*, p. 74.

<sup>129</sup> SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.F.P. von. *Viagem pelo Brasil...*, p. 194-5.

<sup>130</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste...* p.55

<sup>131</sup> *Ibidem*, p.38.

1808. Era a região de São João del-Rei que fornecia a maior parte de animais vendidos na Corte. Segundo o autor, em São João del-Rei era o predomínio dos negócios de molhados – gêneros líquidos, comestíveis, azeite, vinho, tintas, carne seca, pólvora e o milho – e efeitos da terra – mercadorias produzidas na região como os gêneros de alimentação e aguardente; secundados pelo comércio de fazendas e fazendas secas – tecidos, vestuário em geral, livros, instrumentos musicais, utensílios domésticos, peças em metal, louças, especiarias, objetos de armarinho, papelaria etc. –, que caracterizava o comércio<sup>132</sup>. Em outras palavras, São João del-Rei possuía uma realidade comercial bem diversificada. Outro item destacado pelo autor, mas também relacionado com o vínculo comercial da Vila com o Rio de Janeiro, foi o estabelecimento, por grandes negociantes são-joanenses, de casas comerciais “com parentes e filhos na Corte com o propósito de facilitar a intermediação entre as duas regiões”<sup>133</sup>. Desse modo, havia uma troca em que as casas do Rio recebiam os produtos das Minas e ao mesmo tempo os estabelecimentos comerciais enviavam as mercadorias importadas para suas sócias mineiras<sup>134</sup>.

Assim parece ser o caso existente no inventário de Ana Custódia de Magalhães<sup>135</sup>, esposa de seu primo e comerciante, o Comendador Francisco de Paula de Almeida Magalhães. Apesar de não haver nenhuma declaração da existência de algum negócio na Corte, no documento há uma grande quantidade de dívidas ativas no Rio de Janeiro. Essas, em conjunto com as do estabelecimento comercial em Minas, somavam valor considerável dos bens declarados. Seu montemor chegara ao valor de 30:491\$604, dos quais 18:588\$900 advinham de bens de raiz, escravos e outros pertences, ficando o restante em dívidas a receber. Conforme Graça Filho<sup>136</sup>, que analisou o inventário de Francisco de Paula de Almeida de Magalhães, pelas licenças municipais para comerciantes e ofícios de 1830-32, o comendador, segundo ele, falecido no ano de 1849, era proprietário de um armazém de molhados e efeitos do reino e da terra. Outro indício da possível ligação com o Rio de Janeiro, era a permanência na Corte de duas escravas,

---

<sup>132</sup> *Ibidem*, p.61-2.

<sup>133</sup> *Ibidem*, p. 81.

<sup>134</sup> *Ibidem*.

<sup>135</sup> MRSJDR – INV – 1834 – caixa 147. Inventário de Ana Custódia de Magalhães - São João del-Rei, 14 de maio de 1834.

<sup>136</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste...*, p. 71-4.

inscritas no inventário de Ana Custódia, que estavam em companhia de certa Ana Maria de Jesus<sup>137</sup>.

Com casa comercial no Rio ou não, o importante é que boa parte dos bens inventariados eram em dívidas ativas firmadas na capital, o que reforça o argumento sobre a forte ligação entre o negociante da Vila de São João del-Rei e pessoas do Rio de Janeiro. Não é possível dizer o motivo dessas dívidas, se eram de empréstimos ou alguma compra de produtos das Minas. No entanto, já no inventário de Ana Custódia de Magalhães é possível encontrar algumas dívidas passivas que podem ter sido adquiridas em negócio no Rio de Janeiro.

Silvia Brugger também ressalta a importância das relações comerciais com o Rio de Janeiro. Conforme a autora, essas relações “garantiam o farto sortimento das casas comerciais de São João del-Rei, que abasteciam não só a própria Vila, mas também outras regiões das Gerais”<sup>138</sup>.

São José del-Rei, por sua vez, já no início do século XIX, tinha como principal atividade econômica as desenvolvidas no meio rural. Era no campo que o comércio circulava, tendo suas mercadorias destino certo – o Rio de Janeiro.

Dentre os produtos fabricados na Vila, era comum o cultivo do milho, feijão, arroz e, ainda, criava-se o gado vacum, cavalariço, porcino e lanígero. Da criação de porcos, a Vila exportava suas carnes salgadas e frescas. Juntamente com a carne suína, as outras criações eram comercializadas na própria capitania, mas também com o Rio de Janeiro. Além desses produtos, os manufaturados também tinham o mesmo destino. Dentre eles, destacam-se o açúcar, a aguardente e o melado<sup>139</sup>.

A Vila de São José no início do século XIX tinha uma realidade urbana divergente da de sua vizinha São João del-Rei. Tal vila, que durante o século XVIII tivera uma realidade urbana tão movimentada como São João del-Rei, passara no século XIX a ter como característica uma população que tinha sua vida presa ao campo e por isso residiam principalmente na área rural.

Baseada nas informações contidas no *Mapa de População* produzido em 1826, pela câmara da referida Vila, Maria Augusta do Amaral Campos, destacou que sua população chegava a 1.193 habitantes. Desse total, 836 eram pessoas livres e

---

<sup>137</sup> Não foi possível entender a ligação existente entre Ana Custódia e essa tal Ana Maria de Jesus. No entanto, creio que a Ana Maria de Jesus era um pessoa íntima da família, sendo comum, nessa circunstância, o “empréstimo” de cativos.

<sup>138</sup> BRUGGER, Silvia. *Minas Patriarcal*, p. 35.

<sup>139</sup> Vila de São João del-Rei. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, 2(3): 471 e 472, 1897, p.46-7. *Apud*: CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização...*, p. 128-9.

357 cativos. No conjunto de pessoas livres, 225 ou cerca de 18% eram nomeadas como brancas. Além das questões relativas aos problemas metodológicos referentes aos mapas de população, pelos dados apresentados, a grande maioria das pessoas que moravam na Vila era de pessoas pardas e negras. Já, em relação à proporção do número de homens e mulheres, segundo os mesmos dados apresentados, existia certa “paridade”<sup>140</sup>. Ainda em relação aos dados apresentados por Campos, já no ano de 1837, ou seja, pouco mais de dez anos, a Vila teria outra queda no número total de habitantes, que chegaria naquele ano à cifra de 760 pessoas, revelando assim um “refluxo populacional”<sup>141</sup>.

Por esses dados apresentados, o que se percebe na Vila de São José del-Rei é um esvaziamento urbano, em que seus habitantes se voltavam para as áreas rurais ou mudavam para localidades vizinhas mais próximas como São João del-Rei. Nesse contexto, do mesmo modo que Campos, creio eu que, a Vila de São José del-Rei funcionasse somente nos finais de semana. Era durante esses dias que muitos moradores das áreas rurais das redondezas vinham com a sua família para as atividades religiosas, tais como a missa de domingo. Mas eles estavam presentes na Vila também em dias especiais quando ocorria algum festejo religioso ou cívico, ou ainda, quando necessitavam estabelecer algum contato político. Ainda conforme a autora, alguns deles mantinham casas na Vila que eram ocupadas somente em ocasiões como essas apresentadas anteriormente<sup>142</sup>.

Somente com a chegada de uma companhia inglesa de mineração na segunda década dos oitocentos é que vai ocorrer uma dinamização da realidade urbana da Vila, segundo Campos. São os ingleses que possibilitarão a maior valorização dos imóveis e, além disso, uma “aquecida” na economia. No entanto, pouco tempo depois a companhia desistiu da mineração e foi embora, indicando que a área urbana da Vila voltava a ser aquela marcada pela presença de pessoas ociosas<sup>143</sup>. Em decorrência disso, conforme Barreiros, a Vila de São José del-Rei foi suprimida em 30 de setembro de 1848, subordinando-se à São João del-Rei. Mas essa situação se manteve por bem pouco tempo, porque a Vila de São José del-Rei fora restaurada em 20 de outubro de 1849.

---

<sup>140</sup> Mapa da População – 1826. Vila de São João del-Rei. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, 2(3): 471 e 472, 1897, p.46-7. *Apud*: CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *Op. Cit.*, p. 129.

<sup>141</sup> MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais – (1832)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, p. 126. 0

<sup>142</sup> CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização...*, p. 140.

<sup>143</sup> *Ibidem*, p. 146.

Mesmo com o “esvaziamento” de São José, a Vila não perdeu sua importância dentro do contexto da Comarca do Rio das Mortes. Suas atividades voltadas para a produção de alimentos permanecerão durante todo esse tempo tendo importância significativa nas relações comerciais estabelecidas entre a comarca e as outras regiões, por exemplo, o Rio de Janeiro. Além do mais, num quadro menor, a Vila de São José del-Rei fora abastecedora das atividades comerciais que se desenvolviam na Vila de São João del-Rei, que de certa forma estava ligada às desenvolvidas pela Comarca.

### **1.3 - Os aspectos culturais das Vilas**

Feitas as considerações a respeito do contexto econômico e populacional das Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei, é possível pensar quão intensa poderia ser a realidade cultural, política e social de São João del-Rei, principalmente.

As duas Vilas em questão tiveram uma realidade cultural, marcada pela presença das atividades políticas e religiosas. Mesmo São José del-Rei, que como foi dito, vivia, nos oitocentos, um “esvaziamento” urbano tinha sua vida cultural. Quando se analisa as movimentações de final de semana da Vila, influenciadas pelas comemorações religiosas e atividades políticas, certamente seria possível encontrar uma atividade cultural. As atividades desenvolvidas pela Igreja e também pela elite política eram marcadas pela presença de bandas, apresentações teatrais, fatores que talvez estivessem presentes também em São José del-Rei.

Especificamente sobre São João del-Rei, sede da Comarca, as atividades culturais foram muito intensas, influenciadas pelas questões políticas e econômicas. Para uma análise da realidade cultural da Vila, algumas considerações são necessárias. Inicialmente, dois fatores devem ser destacados: *a formação acadêmica e a posse do dinheiro* – além de outros decorrentes do segundo como o

crédito, tão bem discutido por Graça Filho<sup>144</sup> - significavam poder e prestígio social. Como foi apresentado anteriormente, seus negociantes, ao dominar o comércio inter-regional e conquistar *status* social que resultava garantias, privilégios, cumplicidades e proteções<sup>145</sup>, conseguiram conquistar certa autonomia e interferir na realidade dos negócios públicos nacionais quando se inseriram na política representativa da Corte, então capital da América portuguesa; mas ao mesmo tempo, puderam mais localmente participar das funções políticas da região e de Minas Gerais. Além disso, sendo a Vila de São João del-Rei a sede da Comarca do Rio das Mortes, muitas das funções administrativas da região eram praticadas na referida Vila, o que, de certa forma, poderia “ajudar” nessa interferência dos rumos políticos da região.

A intensidade urbana da Vila de São João del-Rei percebida nos aspectos políticos e econômicos e na densidade da malha populacional pôde ser percebida também no conjunto de características culturais da Vila, formada por variados contextos e referências que se encontravam, em especial, o europeu e o africano. Era nessa realidade urbana que as *representações* de mundo, ou seja, o conjunto de fatores que permitem a percepção e apreciação do real, que tentam exhibir uma maneira própria de estar no mundo e de lhe atribuir algum sentido, eram postas em jogo. Cada grupo que compunha e formava a sociedade da Vila utilizava as suas próprias representações de mundo para interpretar a realidade em que viviam. Nesse contexto, as *representações* de um determinado grupo sobressaiam e tendiam a se impor em relação às outras. Em outras palavras, a elite social e intelectual de São João del-Rei, em busca de construir uma *civilidade* nos moldes da corte do Rio de Janeiro, que seguia os modelos europeus, tentava impor uma representação de mundo que legitimasse sua intenção de reformar as atitudes e costumes da sociedade de São João del-Rei e, ao mesmo tempo, justificasse o porquê de determinadas escolhas e condutas<sup>146</sup>. A intenção de reformar as atitudes e costumes dos moradores da Vila estava presente em vários processos, seja na introdução da imprensa<sup>147</sup> ou na criação de uma biblioteca pública em 1827. Mas, ao

---

<sup>144</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste...*

<sup>145</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>146</sup> Essas análises foram baseadas nas discussões sobre representação de Roger Chartier. CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990. p.17-25.

<sup>147</sup> O primeira tipografia da Vila de São João del-Rei fora instalada em 1827, dando origem ao periódico *Astro de Minas*. Essa tipografia surgira a partir de iniciativa de Batista Caetano de Almeida, vereador e também um dos fundadores da biblioteca pública, inaugurada em 19 de agosto de 1827. JINZENJI, Mônica Yumi. A instrução e

mesmo tempo, estava presente em outras formas, como por exemplo, nos modos de se portar em público, nas maneiras de se vestir, que, de forma implícita, também serviam como instrumentos difusores dessas novas idéias. Assim, tem-se no periódico *O Astro de Minas* um exemplo de como a imprensa pôde contribuir para essa “intenção de reformar” os moradores da Vila de São João del-Rei. Conforme seus escritos, “a tipografia é um dos melhores estabelecimentos do nosso país que todos devemos animar para assim promover esta escola de educação, meio único de chegarmos a virilidade da nossa civilização”<sup>148</sup>.

Assim, conforme foi salientado por Christianni Cardoso Morais, a Vila de São João del-Rei,

na primeira metade do século XIX, era o centro não só de exportações de produtos de primeira necessidade para a Corte do Rio de Janeiro e demais províncias do Império, mas possuía também uma vida cultural bastante ativa (que buscava sobretudo referência na Corte, a qual por sua vez, se espelhava nos países europeus ‘civilizados’, principalmente a França)<sup>149</sup>.

Nesse sentido, percebe-se que, além da influência política e econômica exercida pela Corte sobre São João del-Rei em particular, e a Comarca do Rio das Mortes como um todo, havia também uma influência cultural, marcada pelo que ocorria não só na capital da América portuguesa, mas também pelo que vinha da Europa através do Rio de Janeiro. Essa influência poderia ser percebida nas mudanças de atitudes, nas posturas, no modo de vestir das pessoas e na instalação de alguma instituição que fosse capaz de modificar valores e costumes. Isso significa dizer, que uma *representação* de mundo era produzida dentro dos moldes das culturas européias, consideradas então “civilizadas”, que chegavam à Vila de São João del-Rei a partir de novos elementos vindos do Rio de Janeiro. Esses elementos buscavam construir, modelar, refinar e transformar as atitudes, condutas, costumes e demais aspectos que compreendiam a realidade social de São João del-Rei. Conforme afirmado por Luiz Felipe de Alencastro, o Rio de Janeiro era a capital

---

educação das senhoras brasileiras do século XIX através do periódico *O Mentor das Brasileiras*. In: *VIII Congresso do Brazilian Studies Association*, 2006, Nashville, TN, USA. Disponível em: [www.brasa.org](http://www.brasa.org). Acessado em 22-03-2007.

<sup>148</sup> *O Astro de Minas*. São João del-Rei, n.º 09, sábado, 08-12-1827, p. 03.

<sup>149</sup> MORAIS, Christianni Cardoso. *Para aumento da instrução da mocidade da nossa pátria: Estratégias de Difusão do Letramento na Vila de São João del-Rei (1824-1831)* Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 57.

política, econômica e cultural do país e foi nessa localidade que se produziu um padrão de comportamento que moldou o país durante o século XIX<sup>150</sup>.

Na tentativa de construir uma sociedade ordeira, a Vila de São João del-Rei seria um espaço de grandes modificações, como mostrarei mais profundamente no próximo capítulo, influenciadas pela ligação com o Rio de Janeiro. E, nesse contexto, um ideal de *civilidade* seria produzido, ou seja, a busca do comedimento dos gestos, posturas e palavras em especial das pessoas pertencentes à elite seria uma constante nas variadas instituições.

Conforme Maria Augusta do Amaral Campos, teria sido através daquele grupo de negociantes e mais tarde políticos, anteriormente mencionado, que as intenções civilizadoras teriam adquirido forças. Seriam eles os indivíduos que se sentiriam encarregados de veicular os valores e costumes da sociedade “civilizada”<sup>151</sup>. Para tal, elegeram as instituições, em especial a imprensa. Mas, além da imprensa, outros meios também funcionaram como propagadoras de uma civilidade, não necessariamente ligados às elites da Vila de São João del-Rei. Assim era o caso, por exemplo, das conversas informais que também exerceram essa função de propagar as idéias infiltradas nas notícias que corriam pelo ambiente urbano. Conforme Campos,

como a grande maioria da população era analfabeta, o encontro na praça, na farmácia, no barbeiro transformou-se em momentos de intensas atividades sociais, culturais e políticas. Os que sabiam ler comentavam as notícias, espalhando-as entre os moradores, tornando-se, assim, no assunto do dia<sup>152</sup>.

Os diferentes modos de se ter acesso às noções de civilidade, a partir de um escrito, incluindo também os periódicos, foram destacados por outros autores. Para Christianni Cardoso Morais,

o escrito estava presente numa multiplicidade de formas de acesso. Para a maioria urbana, a relação com o livro não implica necessária e unicamente a forma de se manter em contato com a palavra escrita. Pode se afirmar que esta se encontrava por toda parte, nos mais diferentes momentos da vida dos habitantes da cidade, desde a hora de fazer o registro de batismo e em demais cerimônias religiosas, como o casamento, até na hora da morte. Quanto ao não

---

<sup>150</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Vida Privada e Ordem...*, p. 23-4.

<sup>151</sup> CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização...*, p. 49.

<sup>152</sup> *Ibidem*, p. 68

saber ler, esse empecilho de acesso ao escrito poderia ser resolvido em leituras comunitárias em voz alta, muito comuns para o período<sup>153</sup>.

Nesse sentido, para a autora, o acesso ao escrito se dava de formas múltiplas, principalmente em São João del-Rei, sede administrativa da Comarca do Rio das Mortes e uma vila bastante próspera. Mas segundo a autora, o “sonho da civilização” dos “homens ilustres” se dava também por meio de outras formas. Uma delas seriam as instituições culturais que se apresentavam como “*espaços de socialização* do ideário civilizador”, e que foram inauguradas em muitas localidades no Brasil, dentre elas na Vila de São João del-Rei. Muitas dessas instituições, com ideais políticos, econômicos ou culturais, tinham sua sede na Vila de São João del-Rei. Ainda conforme a autora, destacam-se na Vila as atividades musicais<sup>154</sup>.

Dentre outros elementos que compunham os aspectos culturais da Vila de São João del-Rei, destaca-se ainda as práticas religiosas que se desenvolviam em torno, principalmente, das irmandades leigas e ordens terceiras. Originadas na Europa, essas associações na América portuguesa, existentes desde o período colonial e presentes por todo o século XIX, possuíam como especificidade, principalmente, a sua composição, já que a filiação em cada uma delas estava subordinada às hierarquias sociais e ao pertencimento étnico das pessoas. Elas eram as responsáveis pelas atividades religiosas, mas, também, por boa parte das assistências filantrópicas. Eram ainda através delas que se tornava possível legitimar as práticas religiosas e alcançar determinada inserção social. Nesse quadro, as irmandades e ordens terceiras de São João del-Rei ao mesmo tempo em que desenvolviam as atividades a elas designadas, permitiam propagar os ideais de civilidade e a aproximação com a cultura europeia civilizada. A aproximação com a cultura europeia através das irmandades se tornava possível porque, inicialmente, essas associações, mesmo com suas especificidades, ainda tinham traços de associações europeias. Ao mesmo tempo, e juntamente com isso, o fato de serem locais propícios para a propagação de ideais de civilidade, as irmandades possibilitavam, através de suas atividades, que ocorresse maior controle,

---

<sup>153</sup> MORAIS, Christianni Cardoso. *Para aumento da instrução...*, p. 56.

<sup>154</sup> *Ibidem*, p. 55-7.

aceitação e enquadramento da população em relação aos costumes e atitudes das expressões culturais vistas como ideais, como, por exemplo, a religião<sup>155</sup>.

Além das irmandades e ordens terceiras, havia também as festas. Eram nas festas religiosas e nas que aconteciam por causa de alguma comemoração civil, que missas e *Te Deums* eram celebrados, e sermões e discursos eram proferidos. Os sermões e discursos serviam como instrumento persuasivo e comunicador, mas também como educativo, já que, ao serem utilizados para comunicar, serviam como meio para a propagação de determinadas idéias, posições e determinações. Eram momentos importantes essas festas, pois uma grande parte da população se envolvia não somente no momento de sua execução, mas em toda a produção. Juntamente com esses elementos apresentados, havia ainda as peças teatrais, recitais de poesia e sessões literárias que também poderiam “divulgar” certa *civilidade* às pessoas da elite especificamente, mas também às demais que compunham a sociedade de São João del-Rei. Para completar as festas, havia ainda desfiles, danças, música, queimas de fogos de artifício e, ainda, toda a cidade recebia iluminação.

Sendo assim, uma *civilidade* era almejada. Em outras palavras, o que se tencionava era produzir nas pessoas determinadas maneiras de se portar, capaz de regular seus impulsos e que caracterizassem a “boa sociedade” que se queria construir. A *civilidade* seria assim “aquele tipo de comportamento refinado, aquele padrão de conduta, hábitos e controle de emoções”<sup>156</sup> que caracterizariam as pessoas pertencentes à “boa sociedade”. Nesse sentido, o que se vive nas Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei era a busca inicialmente de uma *civilidade*, a construção de hábitos e atitudes mais contidos por parte das elites culturais e sociais, e que fossem capazes de diferenciá-los do restante da população. Isso significa dizer que, nesse contexto, o que se tencionava era a construção de uma *civilidade*, estágio antecedente da *civilização*, pois os ideais buscavam marcar uma distinção social de determinados grupos e não se referem “aos níveis de tecnologia, aos tipos de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes” de um modo geral<sup>157</sup>. Além disso, nesse período, o ideal que se buscava era algo pronto, que deveria ser “imitado” das culturas européias, e

---

<sup>155</sup> BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.

<sup>156</sup> ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: Uma história...*, p. 94.

<sup>157</sup> *Ibidem*, p. 23.

não um processo sempre em movimento, fator que caracteriza também a idéia de *civilização*<sup>158</sup>.

Nesse contexto, mesmo com a demarcação de forte hierarquia social, na qual os grupos ocupavam lugares *a priori* estabelecidos, manifestações culturais diversas eram percebidas, interessando especificamente para esta análise as referências européias e africanas, que permitiam uma *mestiçagem cultural*. Pois, era a partir das festas, das irmandades, das peças teatrais, dentre outros espaços de sociabilidade, que os diversos grupos deixavam vir à tona suas representações de mundo, entendida como as posições e interesses “que descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” ou, em outras palavras “que informa as diferentes modalidades de apreensão do real”<sup>159</sup>. A mestiçagem cultural, isto é, o processo de interação, de misturas de *representações de mundo* se dava a partir de um movimento de apropriação de referências européias e africanas que resultavam em expressões mestiças. Muito mais que choque, justaposição, substituição ou mascaramento, o que ocorre é uma “atração” que permite uma aproximação de coisas diferentes que são organizadas e tem um sentido agora diferente daquelas concepções das quais esses elementos que a compõe vieram<sup>160</sup>. Assim as *mestiçagens culturais* se desenvolviam nos contatos cotidianos, produzindo novos elementos, mas, ao mesmo tempo, permitindo a “co-existência de elementos irreduzíveis”. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que expressões mestiças eram criadas, muitas vezes outras eram mantidas, apresentando-se assim momentos de impermeabilidade<sup>161</sup>.

Dentro do processo de mistura, de *mestiçagem cultural* provocado pela confluência do africano e o europeu, interessa analisar os encontros de expressões culturais distintas que tiveram como sujeitos as ex-escravas e suas filhas quando estas tentavam alcançar *status* e demarcar espaços que as afastassem do mundo da escravidão. Para isso, se apropriavam dos comportamentos, das crenças, dos imaginários e das idéias produzidos para e pela elite social e cultural. Nesse contexto, um *novo* era construído, baseado nas referências culturais vindas de outras partes do mundo para a Comarca do Rio das Mortes, especialmente, São

---

<sup>158</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>159</sup> CHARTIER, Roger. Por uma histórica..., p. 19.

<sup>160</sup> GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço* São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 196.

<sup>161</sup> Dentre os variados autores que tratam da questão da mestiçagem cultural, vale destacar: PAIVA, Eduardo França. 2000; 2001; FURTADO, Júnia Ferreira. 2002; 2003; MOTT, Luiz. 1993; e FARIA, Sheila Siqueira de Castro. 2001; 2004.

João del-Rei. Essa construção de algo novo era possível, graças às brechas que permitiam vencer normas e costumes enraizados numa hierarquia social que, ao mesmo tempo em que se apresentava tão rígida, era marcada pelas indeterminações e improvisações.

As tradições culturais, em especial nesta análise o africano e o europeu, que serviam como elementos para a produção de algo novo, coexistiam há muito tempo na Vila de São João del-Rei. Nesse contexto, o resultado das misturas das duas expressões, muito mais que mestiçagem cultural, seria expressões *híbridas*. Isso porque não eram misturas que ocorreram durante o século XVI quando houve uma aproximação de formas de vida distintas por causa da “conquista e exploração” da América portuguesa, mas sim uma mistura fundamentada na co-existência de expressões culturais diferentes, dentro de uma mesma sociedade, que produziam algo novo que já não era africano nem europeu e sim *híbrida*<sup>162</sup>. No entanto, perceber a existência desse processo de mistura não significa ignorar as permanências das referências culturais de origem. Pois, como argumenta Eduardo França Paiva, “o hibridismo cultural não eliminou espaços, práticas, crenças e ritos que se fizeram impermeáveis e permaneceram resistentes a alterações e a adaptações”<sup>163</sup>. Assim, o universo cultural que ali se apresentava “era mestiço e, também distinto; era híbrido, mas, também, impermeável”<sup>164</sup>.

---

<sup>162</sup> GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço...*, p. 62.

<sup>163</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural...*, p. 38.

<sup>164</sup> *Ibidem*, p. 38.

## **Capítulo 2**

### **O ESPAÇO URBANO COMO ESPAÇO EDUCATIVO E SUA FUNÇÃO PEDAGÓGICA**

As duas Vilas em questão – São João del-Rei e São José del-Rei – como já foi dito anteriormente, pertencentes ao eixo minerador, fizeram parte, em consequência disso, do grupo de localidades que possuíam uma intensa atividade urbana. Dessa grande movimentação urbana surgiram instituições e espaços que permitiam o encontro de pessoas pertencentes aos mais variados grupos que compunham a sociedade. O processo, iniciado no século XVIII, se consolidou nos oitocentos, agora incentivado pela abertura dos portos, a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, a criação da imprensa brasileira e, juntamente com isso, o surgimento de novas idéias e representações de mundo.

Da intensa atividade urbana, da convivência de variados segmentos nos espaços e instituições formadas nas Vilas mineiras, tornava-se possível a troca de costumes e idéias, baseadas nas diversas representações de mundo. Tendo como base essa noção, ou seja, de que existia uma confluência de idéias e a partir daí, novas eram criadas, é que pretendo perceber os espaços urbanos como espaços educativos e, ao mesmo tempo, exercendo funções pedagógicas.

Os espaços urbanos poderiam ser tanto os espaços físicos, como também os agrupamentos de pessoas, sejam eles religiosos, políticos, econômicos ou culturais que, a partir das representações inscritas em cada um deles, tentavam educar as pessoas. Sendo assim, essa perspectiva amplia a noção de educação, pois além da escola, outras instituições são vistas como parte do processo de formação e instrução<sup>165</sup> das pessoas. As artes plásticas, a imprensa, a religião, as atividades

---

<sup>165</sup> A noção de formação se refere aos procedimentos ligados à constituição dos elementos relacionados à conduta e às concepções de mundo das pessoas de uma forma mais geral. Já instruir estaria mais ligado às idéias morais, aos princípios religiosos e civis e, até mesmo, à leitura e escrita. Ver: FONSECA, Marcus Vinícius da. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSP, 2002.

econômicas, as associações leigas e religiosas, o teatro e a festa, dentre outros, podem fazer parte de práticas pedagógicas que intentam formar e instruir as pessoas. Conforme Carla Simone Chamon, durante o século XIX, a instrução e formação das pessoas teriam sido uma obsessão da elite dirigente, pois, através desse processo seria possível formar cidadãos, ensinar práticas e sentimentos que os identificassem com a nacionalidade e, assim, espalhar a civilização.

A instrução e a educação do povo seriam capazes de formar cidadãos não só pela difusão de conteúdos, mas pela difusão de sentimentos religiosos e de uma moral pública. A educação seria um momento onde princípios e virtudes cívicas e morais, 'fundamentais à convivência social', estariam sendo difundidos, estabelecendo os elementos pelos quais se identificariam aqueles que seriam os membros da sociedade civil.

Dessa forma, a educação do povo permitia o estabelecimento de uma sociedade civilizada, de costumes adiantados e sem desordens, ao mesmo tempo em que promoveria a difusão de uma moral cívica e o aguçamento de um espírito público<sup>166</sup>.

A educação era vista como o meio de se construir uma sociedade mais civilizada. E essa formação e instrução não necessariamente ligadas à idéia de uma educação escolar, eram, conforme Chamon, destinados a todos os segmentos sociais, excetuando os escravos<sup>167</sup>. Talvez seja importante relativizar as palavras da autora, pois mesmo que os escravos não tenham sido alvos das intenções presentes nesses espaços, eles ainda sim estavam presentes e poderiam, do mesmo modo que os demais, se apropriarem dos discursos proferidos.

Preocupados com a transformação e o desenvolvimento da sociedade rumo à civilização, as elites de São João del-Rei e de São José del-Rei utilizaram dos variados instrumentos citados anteriormente. Para entender como se deu a ação educativa, ou pelo menos as tentativas de a levarem a efeito, seja em relação à moral, religião, à forma de comportamento ou as regras de convivência, creio ser pertinente analisar os instrumentos presentes no processo educativo.

---

<sup>166</sup> CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815 – 1845)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p. 161.

<sup>167</sup> *Ibidem*, p. 161.

## **2.1 - Os instrumentos presentes no processo educativo**

### *2.1.1. O espaço urbano*

Os espaços urbanos nem sempre sofrem transformações na sua composição, podendo se processar então sob outros aspectos, como por exemplo, na forma em que eles sejam utilizados e como são vistos. Isso porque, mesmo sem modificações físicas, os espaços podem se configurar como importantes ambientes de trocas de interesses, idéias e representações de mundo, permeadas por idéias próprias a cada tempo, como foi o caso da idéia de civilidade que se queria construir no início dos oitocentos, levando, então, a alterações no modo de serem sentidos, utilizados ou caracterizados. Assim é o caso, por exemplo, das praças, largos, igrejas, teatros e vendas – ocupados por variados grupos, nem sempre com a mesma intencionalidade – que participam de todo o movimento de trocas e de apropriações que ajudam a explicar as transformações.

Marco Morel exemplifica bem essa noção ao analisar os espaços físicos e sua dimensão política como partes determinantes na compreensão da idéia de nação que se construía na primeira metade do século XIX. Dentre os variados espaços analisados pelo autor, tem-se a praça que eram

espaços abertos e de certo modo em aberto, isto é, como passíveis de serem apropriados por determinadas interferências coletivas, resultando daí identidades próprias para cada um destes locais – identidades que se fixavam mas [também] tendiam a se transformar...<sup>168</sup>

Nesse sentido, os espaços urbanos ao mesmo tempo em que possibilitavam a aproximação e visualização dos grupos distintos, a apresentação de regras e posturas, a manifestação de expressões culturais, por outro sofriam por si só uma construção de identidade própria do lugar, a todo tempo transformada pelos diversos grupos que lhes freqüentavam.

---

<sup>168</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial – (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 165.

Mas, como foi dito, havia também aqueles espaços que foram transformados fisicamente ou literalmente construídos e, com isso, uma outra prática educativa estava presente. Cynthia Greive Veiga, em seu trabalho sobre a construção da capital mineira e o processo educativo existente na edificação, mesmo falando de outro contexto histórico<sup>169</sup>, apresenta, nessa análise a tentativa, por parte do Estado e das elites, de se ordenar o espaço e formar bons cidadãos<sup>170</sup>. Segundo a autora, tanto o projeto pedagógico como os projetos urbanistas tinham em comum o fato de “ambos planejarem construir um ser humano tipo ideal enquanto ser social civilizado”<sup>171</sup>.

Nesse sentido, mesmo em um contexto histórico diferente, creio ser pertinente pensar, do mesmo modo que Veiga, as transformações ocorridas nas duas Vilas em questão, como parte de uma “concepção” que, muito mais que construção e modificação da estrutura física, estivesse preocupada com um “projeto” pedagógico que buscava construir uma civilidade entre seus moradores. Isso porque, ao construir novos espaços, como escolas, bibliotecas, associações e, ao mesmo tempo, promover modificações na estrutura urbana da Vila, o interesse era formar novos hábitos e posturas nas pessoas.

Mas, que modificações seriam estas? Permeadas pelas novas idéias que passaram a fazer parte do cotidiano dos principais centros urbanos da América portuguesa, as Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei tentaram construir uma realidade urbana que demonstrasse uma civilidade, que permitisse uma comparação ou, pelo menos, uma aproximação com as cidades das nações européias. Para isso, apropriaram-se das idéias higienistas do início dos oitocentos.

São João del-Rei, até as primeiras décadas do século XVIII, tinha a sua vida urbana limitada ao lado esquerdo do Córrego do Lenheiro. Ali teriam sido erguidas as primeiras construções da Vila, área ocupada de forma desordenada, caracterizada por ruas tortuosas e muitos becos. A partir daí, entretanto, por ordens do governador das Minas, novas construções foram feitas no lado direito do córrego, provocando o surgimento de dois aglomerados. Segundo Maria Augusta do Amaral Campos, a primeira intervenção na parte física da Vila se dera baseada no

---

<sup>169</sup> O trabalho de Veiga tem como período, o final do século XIX. Nesse momento, tem-se no Brasil o governo republicano e, assim, um conjunto de concepções específicas desse período. Essa pesquisa, diferentemente, inserida no início dos oitocentos, baseia-se em outro momento histórico marcado pelo período imperial e, certamente, por outras representações e concepções políticas.

<sup>170</sup> VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Bragança Paulista: EDUSP, 2002.

<sup>171</sup> *Ibidem*, p. 19.

argumento de que “o lado direito do córrego era considerado o mais propício para o seu desenvolvimento”<sup>172</sup>. Na intervenção é possível encontrar as influências das idéias higienistas, pois ao contrário do lado esquerdo da Vila, na nova área de ocupação o que se evidenciava eram ruas retas, com casas bem arejadas, que davam ao lugar uma impressão de maior salubridade. Assim, do mesmo modo que a construção de novas cidades, como foi o caso de Belo Horizonte, na Vila de São João del-Rei, também por intervenção de seus dirigentes, o que se procurava era edificar uma área nova, “sem história” “cuja intenção educativa deixa contudo, entrever um passado/presente a ser erradicado, eliminado de modo completo, exigindo a transferência para um espaço neutro, não contaminado por costumes e vícios prevalecentes”<sup>173</sup>.

Mas, em São João del-Rei, a tentativa de construir uma nova área a fim de que a antiga fosse desabitada não fora alcançada<sup>174</sup>. O “novo” passou a conviver com o “velho”, pois as edificações existentes no lado esquerdo do córrego se mantiveram e, juntamente com elas, os costumes dos seus moradores também prevaleceram. Já no século XIX, surgiu na Vila uma efervescência cultural, política e arquitetônica marcada por essa co-existência do “novo” e do “velho” em um mesmo espaço urbano.

Dentro do referido contexto, outras formas de civilidade foram inscritas. Numa tentativa de se aproximar das nações européias, as construções do lado direito da Vila de São João del-Rei foram marcadas pela substituição de antigas rótulas e gelosias<sup>175</sup> de madeira por novos tipos de materiais, como as grades de ferro e os vidros, introduzidos no Brasil a partir de 1808. Ao mesmo tempo, novos estabelecimentos foram criados, manifestando essa busca da civilidade, como uma “uma sala de dança para senhoras de boa família e o “teatrinho de São João del-Rei, fundado em 1832”<sup>176</sup>, dentre outros espaços como mostrarei mais adiante.

Como bem lembra Campos, para os homens daquele período, e, posso dizer homens esses responsáveis pela construção, manutenção, idealização e gerência de determinada localidade, “a construção da cidade-ideal, civilizada, requeria obras

<sup>172</sup> CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização...*, p. 85-6.

<sup>173</sup> BRESCIANI, Maria Stella. Apresentação. In: VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação...*

<sup>174</sup> Campos, ao analisar a respeito das determinações sobre as intervenções no espaço físico da Vila de São João del-Rei, vai dizer que a intenção era que o lado esquerdo da Vila fosse abandonado. CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *Op. Cit.*

<sup>175</sup> As rótulas e Gelosias seriam umas espécies de grades de madeira colocadas nas janelas, utilizadas na América portuguesa durante o período colonial para manter a privacidade e diminuir a quantidade de luz e sol no interior das casas.

<sup>176</sup> CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *Op. Cit.*, p. 95-6.

públicas que modernizassem a Vila”<sup>177</sup>. Assim, muitas foram as obras realizadas. Ao mesmo tempo, antigos prédios foram ocupados com outras intenções, o que, por vezes, representava também a tentativa de edificar uma “civilização”<sup>178</sup>.

Conforme Veiga, “a idéia de modernidade incorpora-se totalmente ao modelo progressista”<sup>179</sup>, ou seja, à idéia de progresso. Entre os idealizadores de uma São João del-Rei civilizada, o que se percebe inerente a essa idéia é a de progresso. Segundo Campos,

civilização e progresso estavam associados (...) este progresso tinha uma noção de evolução, de continuidade, de algo sempre a perseguir, para frente progressivamente, a fim de alcançar-se um desenvolvimento<sup>180</sup>.

Ao construir o lado direito da Vila, a intenção era modernizá-la, possibilitando, ao mesmo tempo, o desenvolvimento e o progresso de São João del-Rei, bem como, ao modificar o espaço urbano, a fim de construir posturas mais civilizadas em seus moradores. Ou seja, os novos espaços, com características específicas, educariam as pessoas que deveriam controlar suas atitudes. As características dos espaços urbanos eram, a partir da idéia de progresso, marcadas pela

... fixação da higiene e saúde, a funcionalidade das ruas (...), a objetivação de cada função a áreas determinadas e específicas. Tudo é passível de planejamento: a moradia, o lazer, o trabalho; a rejeição ao passado é substituída pelo traçado geométrico...<sup>181</sup>

O que se percebe nas construções é a incorporação de determinações sanitárias. Suas ruas retas, bem arejadas, com casas mais claras, entremeadas pelo verde dos pomares, buscava-se atender às exigências higienistas. Ao mesmo tempo, as transformações processadas poderiam permitir uma modificação nas relações de seus habitantes com novos espaços de sociabilidade e, a partir daí, alterações também nas suas concepções de mundo. Isso porque, ao planejar e construir o lado direito da Vila de São João del-Rei, seus governantes pretendiam educar seus moradores “por meio da arte expressa na arquitetura e no planejamento

---

<sup>177</sup> *Ibidem*, p. 103.

<sup>178</sup> Assim foi o caso da Casa da Intendência que a partir de 1833 deixava de ser um local de administração e passava a ser o endereço do Colégio e da Biblioteca. *Ibidem*, p. 104.

<sup>179</sup> VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação...*, p. 84.

<sup>180</sup> CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização...*, p. 81.

<sup>181</sup> VEIGA, Cynthia Greive. *Op. Cit*, p. 84.

das cidades, de modo a ser o espelho no qual o homem moderno dever-se-ia mirar”<sup>182</sup>.

Mas não foram somente transformações na estrutura física da Vila que representaram a busca de uma civilidade. Muitas foram as ações da Câmara Municipal que buscavam o decoro dos habitantes são-joanenses e, para tal, os habitantes necessitariam produzir novas idéias e visões de mundo, baseadas nas européias. Dentre os decretos editados, posso citar a proibição de enterros dentro das igrejas<sup>183</sup>. Muitas dos decretos estavam diretamente ligados à tentativa de se produzir ambientes mais salubres em conformidade com a idéia de civilidade que se queria construir. Se por um lado ocorreram muitas resistências por parte de variadas pessoas e instituições perpassadas por suas heranças culturais – como é o caso das irmandades acostumadas com o ritual fúnebre no interior das igrejas –, ao mesmo tempo, os decretos por si só já refletem uma nova realidade na Vila de São João del-Rei.

A partir das observações a respeito das transformações na estrutura física da Vila e também as outras posturas indiretamente ligadas às modificações, pode-se pensar em que medida as alterações exerceram uma função pedagógica. Como foi apresentado, o que se tencionava era desenvolver uma maior civilidade nas atitudes e costumes das pessoas. Sendo assim, pode-se pensar que as transformações buscavam contribuir para modificar algumas das maneiras de seus moradores, educando-os a partir das noções de civilidade. E, inseridos no processo, outros instrumentos estavam presentes, como as escolas, irmandades, associações filantrópicas, bibliotecas e a imprensa. A re-ordenação física da Vila de São João del-Rei em conjunto com as concepções de mundo presentes nas instituições, anunciavam um novo tempo, marcado por uma tentativa de mudança não somente em relação aos espaços urbanos, mas também nos costumes e posturas dos moradores.

A Vila de São José del-Rei, do mesmo modo que a sede da Comarca, também era dividida em lado direito e lado esquerdo, já que igualmente era cortada por um rio. Ao mesmo tempo, acompanhando a estrutura hierárquica da sociedade mineira existente desde o período colonial, a Vila organizava-se em espaços

---

<sup>182</sup> *Ibidem*, p. 89.

<sup>183</sup> Conforme ofício, esse decreto deveria ser respeitado a partir de 1830. *Cartas e Ofícios da Câmara – 1823/1831 – Ofício de 23-04-1829. ACMSJ/BMBCA. São João del-Rei. Entretanto, como afirma Campos, somente aos poucos essa medida vai ser realmente respeitada, quando as irmandades constroem seus cemitérios. CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. A marcha da civilização..., p. 81.*

distintos, uns pertencentes às moradias dos mais abastados e outros àquelas ocupadas pelos mais pobres.

No entanto, diferentemente de São João del-Rei, São José del-Rei não fora palco de grandes modificações em sua estrutura urbana, e nela houve menos intervenções. Mesmo considerando que sua “boa sociedade” vivia na área rural, seus dirigentes, ainda sim, prescreveram alguns decretos visando, do mesmo modo que a vizinha São João del-Rei, dotar a Vila de certos elementos de civilidade. Assim, especificamente em relação às modificações estruturais, tem-se a edificação da cadeia pública que, segundo Campos, fora uma das poucas construções realizadas na primeira metade do século XIX<sup>184</sup>. A prisão, dentro do ideário de civilidade dos oitocentos, conforme a mesma autora,

... deveria ser mais do que mero depósito de homens indesejáveis. Ela se encarregaria de reter aqueles que não deveriam circular, mas com sentido educativo. Estes homens deveriam ser treinados para se tornarem cidadãos com bons hábitos e principalmente trabalhadores ordeiros<sup>185</sup>.

Ao mesmo tempo, outras alterações foram surgindo. Com a chegada da companhia inglesa de mineração, nos anos vinte do século XIX, muitas habitações, que até esse período tinham sido praticamente abandonadas pelos seus moradores – que haviam se mudado para São João del-Rei ou para a zona rural –, foram reformadas e valorizadas. Segundo Campos, “a presença dos ingleses em São José foi responsável por uma interferência em sua dinâmica urbana”<sup>186</sup>. No entanto, a estadia dos ingleses não durou muito tempo, pois em 1832 a Saint John D’El Rey Mining Company encerrou aí suas atividades, transferindo-as para a Mina de Morro Velho no então Arraial de Congonhas do Sabará (atual Nova Lima)<sup>187</sup>.

Sendo uma Vila marcada pela vida rural, os dirigentes de São José del-Rei preocuparam-se em dar mais assistência a essas atividades. Havia muitas determinações visando o melhoramento e conservação das estradas e pontes, o incentivo ao uso de novas técnicas nas atividades agropecuárias como a construção

---

<sup>184</sup> *Ibidem*, p. 133. Ainda conforme a autora, a referida cadeia pegara fogo no ano de 1827, sendo necessário o lançamento de uma subscrição para a construção de uma nova que deveria ser no adro da Igreja do Rosário. Essa construção demorara vinte e três anos para o seu término e enquanto isso os presos ficavam no porão da câmara. *Ibidem*, p.150-1.

<sup>185</sup> *Ibidem*, p. 120.

<sup>186</sup> *Ibidem*, p. 145.

<sup>187</sup> *Ibidem*, p. 146; MINERAÇÃO MORRO VELHO LTDA. *Morro Velho: histórias, fatos & feitos*. Nova Lima: 1995. p.40.

de cercas para os animais, o combate às pragas, o replantio para o suprimento de madeiras, a manutenção das matas virgens<sup>188</sup>.

Além disso, do mesmo modo que a vizinha São João del-Rei, as medidas higienistas também fizeram parte das novas posturas apresentadas pelos dirigentes de São José del-Rei. Dentre elas, buscaram estabelecer o local para o matadouro de animais, reformar o curral público e, ainda, tentaram proibir o sepultamento no interior das igrejas<sup>189</sup>.

A população da Vila de São José del-Rei, como já foi apresentada em capítulo anterior, era formada basicamente por mestiços. Considerando uma já arraigada representação desse grupo como problemático em sua natureza, muitos dos decretos produzidos na Vila eram voltados para essa população e para o controle de suas atitudes:

Da mesma sorte e com as mesmas penas são proibidos os ajuntamentos dos negros assim forros como cativos em outra qualquer parte da Vila jogando ou com brinquedos a que chamam quimbetes. Quando os pretos da Irmandade do Rosário pretenderem como costumam fazer algum brinquedo para tirarem esmolas para a Irmandade pedirão licença (...) que lhe dará com condição de se portarem com decência e honestidade, e de responderem por qualquer desordem que suceda haver, e ainda por excesso de decoro com que devem portar<sup>190</sup>.

Ambas as Vilas foram, assim, espaços nos quais tentavam-se a construção de uma civilidade conforme os modelos valorizados na época, e nos quais novas idéias e posturas fossem incorporadas e capazes de educar seus moradores. Ao materializar os ideais de civilidade, o que estava em jogo era a tentativa de impregnar, nas mais variadas construções e medidas a elas relacionadas, uma pedagogia capaz de construir indivíduos civilizados. Conforme Cynthia Greive Veiga,

são nos pressupostos da racionalidade exterior que sobressaem a ênfase na construção da civilidade aproximando práticas urbanas de práticas educativas. A civilidade se torna o elemento central no entendimento da formação/educação dos indivíduos – a cidade nos seus traçados e edificações é portadora de uma monumentalidade que pretende se fazer produtora e transmissora de saberes na

---

<sup>188</sup> CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização...*, p. 146.

<sup>189</sup> *Ibidem*, p. 147-8.

<sup>190</sup> PMPC – Vila de São José – 1829 – n.º 13. Arquivo da Câmara Municipal de Tiradentes/Tiradentes *Apud*: CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *Ibidem*, p. 138-9.

solidez/precariedade, permanência e provisoriedade de suas edificações<sup>191</sup>.

Dessa forma, os espaços urbanos possuem uma função pedagógica. Seus edifícios, com suas formas e traçados, são produzidos a fim de contribuir para a transmissão de uma educação moral, política, religiosa e cultural. O mesmo pode ser dito em relação àqueles monumentos que passam a ser ocupados com intencionalidades diferentes.

Os espaços urbanos, nesse contexto, fazem parte do movimento de educação das pessoas que os freqüentam. A regulação de impulsos, o controle das emoções, o bom comportamento como um todo, característico das noções de civilidade deveriam ser ensinados em primeiro lugar às elites. Entretanto, como os espaços urbanos são, em sua maioria, lugar de todos os indivíduos, esses sinais de distinção característicos de uma “boa sociedade” passam a ser apropriados por outras pessoas, como por exemplo, as ex-escravas e descendentes. Inseridas nesses espaços e, de certo modo, aprendendo algumas regras de moral, religião, cultura, política e decência, tais mulheres poderiam se apropriar do sentimento de disciplina e dos demais elementos de civilidade. Ao mesmo tempo, poderiam contribuir com suas representações de mundo para que os mesmos espaços fossem apropriados de outras maneiras, diferentemente daquela idealizada quando haviam sido construídos.

Além dos ambientes urbanos, outros instrumentos também estiveram presentes nesse movimento educativo, como a imprensa, as atividades religiosas e econômicas, os teatros, as associações, as festas e as irmandades.

---

<sup>191</sup> VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação...*, p. 28.

### 2.1.2. *As atividades econômicas*<sup>192</sup>

Nas atividades econômicas desenvolvidas nas duas Vilas – São João del-Rei e São José del-Rei – ocorriam não somente trocas de mercadorias ou relações limitadas especificamente no processo financeiro. Muito mais que isso, os contatos possibilitados pelas trocas comerciais permitiam um trânsito de idéias, costumes e posturas. Sendo assim, as atividades econômicas possuíam uma dimensão educativa, pois permitiam que as pessoas aprendessem costumes e idéias quando se apropriavam de alguma mercadoria específica de uma cultura diferente. Por exemplo, as roupas vindas da Europa, traziam consigo expressões culturais particulares daquele continente, entre elas a noção de civilidade, que poderiam ser apropriadas juntamente com a peça comercializada.

O trânsito às vezes se dava na dimensão imaterial, como é o caso das representações de mundo que se queria construir – uma sociedade civilizada, por exemplo; outras vezes em elementos mais palpáveis – como é o caso das roupas e jóias que deveriam absolver as idéias, os costumes e as posturas colocadas na circulação de saberes. O processo permitido pelas atividades econômicas pode ser entendido como um processo educativo, como foi dito, já que das relações financeiras tornava-se possível o encontro de visões de mundo diferentes e, mais do que isso, todo um movimento de apropriação, interiorização e re-elaboração dessas visões de mundo e de seus valores culturais.

O comércio era então um local de manifestação e encontro das expressões culturais. Mas as atividades econômicas permitiam também que outras formas de trocas de conhecimentos ocorressem. Sendo um espaço de encontro dos mais variados grupos sociais, ou seja, de sociabilidade compartilhada com outros indivíduos, o comércio possibilitava que as pessoas se apropriassem das maneiras de vestir, se portar, dos costumes e atitudes das outras pessoas. Particularmente sobre as ex-escravas e descendentes, permitiam que elas elegeassem determinados objetos a fim de alcançarem determinado reconhecimento, como por exemplo, os utilizados pelas mulheres da elite.

Muitos eram os lugares onde as relações econômicas se efetivavam e que também se apresentavam como espaços educativos. Seja no comércio ambulante,

---

<sup>192</sup> Ver a respeito das atividades econômicas desenvolvidas nas duas Vilas no primeiro capítulo.

“na pequena feira das mercadorias que chegavam à vila”<sup>193</sup> – especificamente sobre São João del-Rei – mas também nas lojas de secos e molhados era possível um processo de construção de identidades, de encontros de expressões culturais, saberes e formas de viver.

### 2.1.3. Atividades e instituições culturais

Outro espaço que exerceu funções pedagógicas foram os teatros. Segundo Ferdinand Denis, que residiu no Brasil na segunda década do século XIX, “o gosto pelo teatro estava espalhado por todo o território, havendo salas de espetáculo em quase todas as cidades importantes”<sup>194</sup>. O teatro foi um dos mecanismos utilizados pela elite cultural para impor, ou tentar impor, a sua concepção de mundo, seus valores, modelar os comportamentos das pessoas e, aqui especialmente, construir uma civilidade.

Em Minas Gerais, conforme Carla Simone Chamon, “o teatro vai ser um dos alvos de formação do povo no século XIX mineiro, devendo ser veículo difusor de civilização”<sup>195</sup>. Em busca de uma civilidade, da tentativa de se aproximar dos mesmos hábitos culturais da Corte do Rio de Janeiro, em São João del-Rei sempre era realizada uma peça teatral<sup>196</sup>. Antônio Guerra, em seu livro *Pequena história do teatro, circo, música e variedades em São João del-Rei*, apresenta uma relação de estabelecimentos existentes na Vila, utilizados para as atividades culturais de seus moradores. No período abarcado pela, além da “Casa da Ópera” inaugurada em 1782, para a música, foram inaugurados mais três estabelecimentos, o “Teatrinho particular” em 1828; o “Teatrinho” em 1833; e o “Teatro São Joanense” em 1839<sup>197</sup>.

<sup>193</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste...* p.56.

<sup>194</sup> Ferdinand Denis. *Lettres familières*, p. 99. *Apud*: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas e plebéias...*, p. 226.

<sup>195</sup> CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais...*, p. 162.

<sup>196</sup> Nos periódicos da Vila de São João del-Rei, há vários anúncios de apresentações e convites para peças teatrais. Só para se ter uma noção, no periódico *Astro de Minas* – 1827-39, nos meses de setembro e outubro de 1833, há dois anúncios de duas peças teatrais distintas – “Eufemia e Polidoro” e “Anel de Ferro”. Já o *Mentor das Brasileiras* – 1829-32, no mês de outubro de 1830, no espaço de uma semana, há também dois anúncios de duas peças, uma seria a já anunciada “Anel de Ferro”, e a outra denominada “Esposa Renunciada”. Percebe-se que a peça “Anel de Ferro” fora apresentada em dois momentos distintos. No *Astro* o anúncio se refere a uma apresentação em outubro de 1833, e no *Mentor* em outubro de 1830. Não sei dizer qual era o tema da peça, no entanto, seja qual for, mereceu atenção e interesse, pois fora repetida em duas temporadas distintas.

<sup>197</sup> GUERRA, Antônio. *Pequena história do teatro, circo, música e variedades em São João del-Rei – 1717 a 1967*. Juiz de Fora: Sociedade Propagadora Esdeva. 1968, p. 07.

No entanto, o teatro era um espaço reservado a um determinado público, pois a sua entrada era permitida apenas às pessoas que poderiam pagar pelos assentos. Além disso, em seu interior, havia ainda uma hierarquização econômica, já que os valores variavam conforme o lugar. No número 910 do *Astro de Minas* de 1833 há um aviso publicado, no qual José Venâncio de Assunção e Costa “roga aos amadores deste modesto entretenimento, onde se mistura o útil com o agradável, queiram coadjuvá-lo neste ensejo”<sup>198</sup> e, para isso, anuncia o aluguel de 2\$200 e a platéia superior por \$400<sup>199</sup>. Se pensarmos que a freqüência ao teatro poderia servir para marcar as diferenças e alcançar status, o pagamento do contrato implicava em outras ações.

Essas considerações, entretanto, não excluem a presença de pessoas de condições econômicas mais baixas das apresentações teatrais. Conforme Maria Beatriz Nizza da Silva, pelo menos no teatro baiano, as mulheres plebéias podem tê-los freqüentado, obtendo bilhetes avulsos para varandas, espaços permitidos a elas<sup>200</sup>. Em outro momento, discorrendo sobre a Capitania de São Paulo e alguns festejos em comemoração a dois nascimentos reais, no final do século XVIII, a mesma autora cita um “teatro público” onde eram realizadas “óperas gratuitas”. Para a autora, tais atividades permitiam não somente às donas assistirem peças teatrais, mas também às plebéias<sup>201</sup>. Nesse sentido, embora houvesse restrições, não havia impedimentos decisivos quanto à participação de segmentos sociais diversos.

Assim é o caso, por exemplo, das providências tomadas na Vila de São João del-Rei. Para aumentar a presença das pessoas nas apresentações teatrais, foram estabelecidas algumas medidas, como anúncios de redução de preços dos lugares existentes no teatro. No *Astro de Minas* número 928, encontra-se o seguinte anúncio: “... para mais facilitar a concorrência tem diminuído o preço dos camarotes, e feito um repartimento na platéia para as pessoas do sexo feminino”<sup>202</sup>.

Percebe-se que o desejo de aumentar o público não se resume apenas à questão numérica, mas também se refere ao sexo de seus freqüentadores, visto que havia medidas específicas para o público feminino. Começaram a aparecer, assim,

---

<sup>198</sup> *Astro de Minas*. São João del-Rei, n.º 910, quinta-feira, 12-09-1833, p.04.

<sup>199</sup> *Ibidem*.

<sup>200</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas e plebéias...*, p. 223.

<sup>201</sup> Para melhor compreensão, a autora estaria denominado “donas” aquelas mulheres brancas com determinada condição econômica e/ou social, ou seja, aquelas pertencentes às elites. Já as mulheres “plebéias” seriam aquelas mulheres mais pobres, brancas ou negras livres e libertas, isto é, às pertencentes às camadas mais baixas da sociedade.

<sup>202</sup> *Astro de Minas*. São João del-Rei, n.º 928, quinta-feira, 24-10-1833.

nos anúncios dos jornais, muitas descrições e relatos nos quais era destacada a presença do público feminino, não só nos teatros como em outros espaços de sociabilidade. No periódico *O Mentor das Brasileiras* número 73, descrevendo as comemorações do dia 07 de abril, pela abdicação de Dom Pedro I, na Igreja da Ordem Terceira São Francisco, a presença feminina foi notada, ressaltando-se o fato de estarem “ricamente vestidas”<sup>203</sup>. Talvez essa presença seja um dos exemplos da apropriação de costumes advindos da cidade do Rio de Janeiro que, desde a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, criara entre os homens de determinada condição, o costume de levar suas senhoras e filhas aos eventos sociais.

Ainda sobre os freqüentadores do teatro, Marco Morel, ao dizer que o teatro era espaço de conflitos e disputas as mais variadas, destacou aquelas relacionadas às questões étnicas. Conforme o autor, havia, dentro dos teatros, manifestações de contestação da presença de negros livres. Como exemplo, o autor cita os variados protestos provocados pela presença de uma mulher parda dentro do teatro. Dessa maneira, o teatro era espaço não somente dos espetáculos, mas também da platéia, visto que era um local em que diversos embates aconteciam<sup>204</sup>. Mas, a análise de Morel, se por um lado apresenta alguns conflitos, por outro mostra que não seria excluída a presença de não-brancos nas apresentações teatrais, mesmo que a presença fosse marcada por determinadas mobilizações.

O teatro fazia parte de um conjunto de instrumentos que buscavam construir novos hábitos e valores nas pessoas. Ele seria “a melhor escola dos bons costumes e civilização dos povos; ali se exalta a virtude e se abatem os vícios...”<sup>205</sup>. Muito mais que entretenimento para os moradores, o teatro ajudaria na construção de uma civilidade. Conforme Carla Simone Chamon, “o teatro mineiro no século XIX era visto como veículo de instrução e educação da população, resgatando-a da barbárie, ‘divulgando condutas morais’ e propagando a instrução cívica”<sup>206</sup>

Conforme Wlamir Silva,

com a ascensão do constitucionalismo e o movimento da independência, o teatro tendeu a ampliar-se e encaminhar-se para a praça pública, atingindo toda a população. Rompia-se,

<sup>203</sup> *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n.º 73, sexta-feira, 06-05-1831, p. 577.

<sup>204</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos...*, p. 237.

<sup>205</sup> *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei. n.º48, sexta-feira, 24-10-1830, p.377.

<sup>206</sup> CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais*, p. 58.

paulatinamente, com o cerimonial rígido e a distinção social das representações da Monarquia tradicional<sup>207</sup>.

Outra autora também a destacar as representações teatrais em palcos improvisados fazendo parte do conjunto de atividades desenvolvidas por ocasião das festas religiosas ou civis fora Maria Beatriz Nizza da Silva, mas referindo-se à cidade da Baía<sup>208</sup>.

Além dos trabalhos historiográficos sobre a função educativa do teatro, alguns relatos de viajantes também permitem inferir a esse respeito. John Luccock, por exemplo, destacou que as peças teatrais funcionavam como um meio de ridicularizar e corrigir as maneiras, vícios, dialetos e outras peculiaridades existentes<sup>209</sup>.

As associações de diversos tipos também foram importantes espaços de construção e de tentativa de disseminação de novas idéias e costumes. Ligadas aos mais variados campos, seja à política, à música, à leitura ou à filantropia, essas corporações poderiam ser multifuncionais, pois era comum dedicarem-se a várias atividades simultaneamente. Entretanto, havia especificidades que as caracterizavam. Existiam as chamadas *associações econômicas*, que se distinguiam pelas intenções especialmente lucrativas. As *filantrópicas* ligadas à beneficência, que visavam à “expansão da civilidade ocidental e ao mesmo tempo um meio eficaz de criar redes de poder e laços de clientela”; as *pedagógicas*, que se caracterizavam pela idéia de “levar as luzes do saber para os que não possuíssem, retomando, pela instrução, a incorporação de setores da população aos costumes, idéias e ao progresso civilizatório, bem como a formação da mão-de-obra”; as *políticas*, que tinham como objetivo pressionar diretamente ou intervir na cena pública; e, por fim, as *culturais*, com interesses culturais, artísticos e/ou científicos<sup>210</sup>. Na primeira metade do século XIX, as associações, presentes desde o século XVIII<sup>211</sup>, passaram a fazer parte do cotidiano dos principais centros urbanos do Brasil, como São João del-Rei e São José del-Rei. Essas associações poderiam ser secretas ou não, mas sempre alvo de muitas atenções dos dirigentes políticos.

---

<sup>207</sup> SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais*. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002, p. 150.

<sup>208</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas e plebéias...*, p. 220.

<sup>209</sup> LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro...*, p. 163.

<sup>210</sup> MOREL, Marco. *As transformações do espaço público...*, p. 221-2. Todas as citações deste parágrafo estão nessas páginas. As designações das variadas associações foram dadas por Morel. Para uma análise mais detalhada a respeito das mais variadas associações ver MOREL, Marco. *Op. Cit.*

<sup>211</sup> CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização...*, p. 155.

Como as associações não são objetos centrais da pesquisa e sim vistas como um dos espaços educativos e ao mesmo tempo com determinada função pedagógica, creio ser importante destacar apenas alguns elementos das associações de São João del-Rei e São José del-Rei ligados à função educativa. Começamos pela sociedade ligada à leitura existente na sede da Comarca do Rio das Mortes, aberta em 1827, denominada *Phylopolytechnica*. Essa sociedade tinha como membros os subscritores da Biblioteca Pública ou algum indicado por um dos sócios efetivos, sendo aceito também aqueles que não moravam na localidade de sua instalação. Dentre as atividades pretendidas pelos seus idealizadores, talvez seja importante analisar a idéia da redação de um periódico pelos seus próprios sócios. Visando a idéia de que as discussões não deveriam ficar restritas ao círculo dos sócios, “pois dessa forma a única coisa que conseguiria era ‘tirar de si próprias luzes para (...) concentrar em si mesmo’ (...) tornando-se (...) indiferente à sociedade”, em seu estatuto há a intenção de produzir um periódico. Esse periódico, fruto das leituras feitas pelos associados, permitiria dividir o ‘tesouro’ com os demais interessados. Talvez, essa parte da sociedade literária seria a que demonstrasse de uma forma mais evidente, as intenções educativas existentes, pois através do periódico seria possível difundir o espírito das nações cultas da Europa<sup>212</sup>. Conforme a autora,

A intenção de se tornar um instituto que desse aos leitores de seus extratos a possibilidade de se educar é muito enfatizada, pois, (...) de acordo com os Estatutos, o Gabinete ‘terá por fim o estudo, e o ensino, ficando ocupado em recolher e transmitir’<sup>213</sup>.

No entanto, a sociedade não chegou a se constituir de fato. Conforme Maria Augusta do Amaral Campos, sociedades muito cultas como a *Phylopolytechnica* eram vistas pela elite imperial como uma ameaça à estabilidade do governo<sup>214</sup>.

Outra associação a ser analisada é a *Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional*. Conforme Marco Morel, ela fora criada no Rio de Janeiro por Antônio Borges da Fonseca, se espalhando para outras partes, inclusive em São

---

<sup>212</sup> As observações feitas nesse parágrafo foram baseadas nos escritos do capítulo III intitulado “A sociedade Phylopolytechnica de São João del-Rei: estratégias de difusão e *letramento* da dissertação de mestrado de Christianni Cardoso Morais. MORAIS, Christianni Cardoso. *Para o aumento da instrução...*

<sup>213</sup> MORAIS, Christianni Cardoso. *Op. Cit*, p. 101. O Gabinete era uma das partes que compunha a sociedade literária de São João del-Rei. Seria ele que deveria ficar responsável pela redação do periódico. As outras partes seria o Ginásio Literário, lugar de discussão e o outro a diretoria mais ligada às questões administrativas.

<sup>214</sup> CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização...*, p. 172.

João del-Rei e São José del-Rei, e teve grande influência na vida política do país<sup>215</sup>. Em São João del-Rei, conforme o anúncio no periódico *O Mentor das Brasileiras*, a sua fundação tinha por fim

sustentar a Independência e a Liberdade legal, não arrogando a si atribuições das autoridades, mas coadjuvando-as em seus atos e empregando para o bem comum todos aqueles meios que estiverem ao alcance de cada um dos membros segundo o seu patriotismo<sup>216</sup>.

Em consonância com as outras *Sociedades Defensoras*, percebe-se que seu principal interesse estava ligado às atividades políticas. Especificamente na Defensora de São João del-Rei foi admitida a presença feminina. Conforme o estatuto seria considerado

sócios honorários todas as senhoras que se oferecerem a prestar auxílio à Sociedade. A sua entrada e quota mensal será igual a dos sócios. A sua admissão será feita com as mesmas formalidades com que se procede as dos sócios, remetendo-lhes o secretário seu diploma<sup>217</sup>.

Pelas determinações do estatuto, é possível apreender que as mulheres que se filiaram na Defensora, tanto quanto os homens, eram aquelas detentoras de alguma propriedade. Apesar de não existir uma explicação de que tipo de auxílio seria aquele a ser dado pelas senhoras, sua presença não esteve registrada somente no estatuto. Ao contrário, em vários números do periódico *O Mentor das Brasileiras* há anúncios da admissão das senhoras, nos quais vem ainda o nome dessas mulheres. Assim é o caso, por exemplo, no número 97, 98, 100, 102<sup>218</sup> e outros. Os anúncios demonstram, pela proximidade, que parece ter sido uma imitação de atitude entre as mulheres associadas, evidenciando assim não somente que o pertencimento na sociedade era sinal de *status*, mas também e inerente a isso, a tentativa de se equalizar e demonstrar a posição social que ocupavam. Tais anúncios evidenciam o caráter pedagógico das admissões e, ao mesmo tempo, ao narrar a sua ocorrência servem como propaganda dessas atitudes, que ao serem

<sup>215</sup> MOREL, Marco. *As transformações do espaço público...*, p. 277-8.

<sup>216</sup> *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n.º 95, sexta-feira, 07-10-1831, p.755.

<sup>217</sup> *Livro dos Estatutos da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional* – 1º de outubro de 1831. São João del-Rei – ACMSJ/SJDR. *Apud*: CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização...*, p. 157. Conforme a autora, a Defensora de São João del-Rei parece ter sido a exceção quanto a admissão de mulheres entre seus associados, mesmo em relação a outro tipo de associação. *Ibidem*, p. 172.

<sup>218</sup> *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n.º 97, sexta-feira, 21-10-1831, p.772; n.º 98, sexta-feira, 28-10-1831, p.781; n.º 100, sexta-feira, 11-11-1831, p.796; n.º 102, sexta-feira, 25-11-1831, p.815.

lidas, poderiam incitar outras entradas. A partir dessas observações, os relatos são duplamente educativos, sejam no ato em si narrados ou quando instigam a sua imitação. Tal fato representa uma brecha na sociedade oitocentista, quando às mulheres eram vetados os espaços políticos e culturais ditos masculinos. Dos 193 associados, 43 eram mulheres. Para Campos, a presença feminina na *Defensora*, muito mais que interesse político, fato ainda a ser refletido, se dava principalmente devido a benefícios sociais. “Eram momentos que proporcionavam a mulher sair de casa, encontrar-se com outras mulheres e viver um tipo de sociabilidade”<sup>219</sup>.

Destaca-se ainda as sociedades ligadas ao campo musical, algumas delas criadas no século XVIII e ainda hoje presentes na vida cotidiana das duas cidades. A música era parte importante dos festejos realizados nas duas Vilas, fossem cívicos ou religiosos, nos bailes realizados em residências, as bandas eram peças fundamentais dessas cerimônias. Essas sociedades estavam presentes ainda nas comemorações das irmandades e procissões.

Em São João del-Rei, na segunda metade do século XVIII fora criada a “Orquestra Lira Sanjoanense”. No ano de 1827, sob a direção de Francisco de Paula Miranda, recebe o nome de “Filarmônica Paulina”. Tempos depois voltara a ter seu antigo nome. Já em 1840, foi criada a “Orquestra Ribeiro Bastos”, por Francisco José das Chagas. Suas atividades não se encerravam na Vila de São João del-Rei, pois era comum serem contratadas para tocar em outras localidades. As duas companhias, além das atividades culturais, tiveram também uma função filantrópica e pedagógica, pois abrigavam meninos pobres, com talentos musicais, que passavam a aprender música, sendo mantidos por essas instituições. As duas companhias ainda existem e, como no passado, fazem parte dos principais eventos religiosos e civis da cidade, mantendo também seu caráter pedagógico, pois até hoje ainda funcionam como escolas de música<sup>220</sup>.

Já em São José del-Rei há registro de alguns grupos musicais. Um deles teria sido o de José Luiz Ramalho, do qual se originaria a “Orquestra Ramalho”, ainda atuante em nossos dias. Os outros grupos seriam os pertencidos ao padre Laureano Antônio do Sacramento e Manoel Marques Temudo<sup>221</sup>.

---

<sup>219</sup> CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização...*, p. 158.

<sup>220</sup> VIEGAS, Aluizio José. Música em São João del-Rei – de 1717 até 1900. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, vol. V. 1987, p. 53-65. *Apud*: CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *Op. Cit.*, p. 172-3.

<sup>221</sup> SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues. Guia da Cidade de Tiradentes. Antiga Vila de São José do Rio das Mortes. Tiradentes, 1978, p.33 *Apud*: CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização...*, p. 174.

Robert Walsh, que esteve em São José na segunda década do século XIX, destacou que na Vila havia

um bom número de pessoas dotadas de conhecimento musicais. Trata-se de uma arte para a qual os brasileiros geralmente têm pendor e talento. Costumam organizar concertos com músicos amadores, sendo esse um dos entretenimentos mais comuns do lugar<sup>222</sup>.

Não foi possível dizer se havia uma escola musical em São José del-Rei como em São João del-Rei. No entanto, é possível inferir a ocorrência da transmissão de saber, pois como bem ressaltou o viajante, músicos amadores não eram incomuns, e poderiam representar um grupo de pessoas que aprendiam a partir do contato cotidiano com a atividade musical, evidenciando assim uma prática educativa não escolar. Ainda conforme o viajante, o padre mulato<sup>223</sup> recebia de um amigo do Rio de Janeiro músicas originárias da Europa, mais especificamente inglesas<sup>224</sup>. Essas músicas ao serem transmitidas também podem revelar uma prática educativa, pois o padre adquiria conhecimentos vindo das culturas européias. Ao serem apropriadas pelo padre eram misturadas às religiosas, como foi demonstrado pelo viajante, o que revela uma apropriação particular, segundo suas experiências específicas. Sendo assim, mesmo que não houvesse um estabelecimento de ensino organizado, as atividades musicais desenvolvidas na Vila de São José del-Rei revelam, por si só, uma prática educativa existente e suas associações como importantes espaços educativos.

Conforme Maria Augusta do Amaral Campos, as associações musicais se caracterizavam pelo caráter excludente, já que suas apresentações, quando não estavam ligadas aos festejos cívicos e religiosos, ocorriam em ambientes fechados<sup>225</sup>. Entretanto, mesmo levando em conta as conclusões da autora em relação aos ambientes, ainda sim creio ser pertinente valorizar o fato de que eram bem mais populares que as sociedades literárias ou políticas. Mesmo levando em consideração o valor dos instrumentos musicais e a necessidade de um grupo com poder aquisitivo para comprá-los e manter os meninos pobres, ao permitirem o acesso desses alunos e mantê-los, tais associações permitiam que eles se

<sup>222</sup> WALSH, Robert. *Notícias do Brasil...*, p. 60.

<sup>223</sup> Conforme Campos, o padre mulato de que fala Robert Walsh seria Laureano Antônio do Sacramento.

<sup>224</sup> As referidas músicas seriam, conforme o viajante, “danças e marchas campestinas” WALSH, Robert. *Op. Cit*, p. 60.

<sup>225</sup> CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *Op. Cit*, p. 175.

dedicassem à atividade musical e aprendessem independente de suas condições econômicas. Por outro lado, mesmo existindo as apresentações em recintos privados, havia aquelas ligadas às atividades religiosas ou cívicas, realizadas em lugares públicos, que permitiam que mais pessoas assistissem, diferentemente das realizadas pelas sociedades políticas e literárias que ocorriam somente em estabelecimentos fechados.

A imprensa também fez parte das instituições que trabalharam no processo de transmissão de conhecimento e que exerceram funções pedagógicas. Iniciada legalmente no Brasil em 1808, logo após a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, a imprensa, muitas vezes ligada à elite política, serviu como o canal através do qual seriam difundidas idéias e valores conforme as visões de mundo específicas desse segmento da sociedade. Mais do que isso, a imprensa foi um instrumento educativo, visto como o “meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública”<sup>226</sup>. Conforme Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, a imprensa, do mesmo modo que outras instituições não diretamente ligadas ao processo chamado formal de educação, “cria valores, atitudes e idéias sobre uma multiplicidade de temas e (...) influenciam seus leitores...”, mobilizando opiniões e propagando idéias<sup>227</sup>.

Através dos periódicos, segundo Mônica Yumi Jinzenji, um maior número de pessoas teria acesso a determinados tipos de impressos que até aquele período estariam restritos a um grupo menor. Isso seria possível, pois era comum nos periódicos a reprodução, mesmo que fragmentada, de obras, leis, cartas e partes de outros jornais que, em conseqüência dos seus valores mais reduzidos, permitiam que mais pessoas lessem essas produções, ainda que em um suporte diferente. Em conseqüência, conforme a autora, através dessas leituras, seria possível imprimir um novo repertório de comportamentos e valores<sup>228</sup>, criando assim atitudes mais civilizadas.

Em São João del-Rei, na primeira metade do século XIX, havia doze periódicos. Em São José del-Rei, existiu o denominado “O Popular”. A maioria deles, como os demais produzidos em Minas Gerais, tiveram duração bastante curta, característica comum à imprensa do período. Conforme Campos, todos eles foram

---

<sup>226</sup> PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como imprensa educativa no século XIX. *Caderno de Pesquisa*. São Paulo, n.104, Jul.1998, p. 147.

<sup>227</sup> *Ibidem*, p. 145.

<sup>228</sup> JINZENJI, Mônica Yumi. O protagonismo dos jornais na ampliação das práticas de leitura em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX. In: *Anais Eletrônicos do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Uberlândia: UFU, 2006.

impressos em tipografias locais e a aquisição de cada um deles se dava a partir de assinaturas ou em separado. Geralmente possuíam em torno de quatro páginas e seu formato era compacto, a exemplo dos pasquins atuais<sup>229</sup>. Dentre os variados periódicos, torna-se digno de destaque um voltado especificamente para o público feminino – *O Mentor das Brasileiras (1829-1832)* – que, conforme Jinzenji, seria o primeiro periódico de Minas Gerais voltado para o público feminino<sup>230</sup>.

Os redatores dos periódicos eram vistos como pessoas com determinada missão pedagógica, e muitos deles se auto-intitulavam assim. Tais homens eram pertencentes a uma pequena parcela da população que dominava a leitura e a escrita. Conforme Chamon, os redatores pertenceriam aos segmentos mais privilegiados da sociedade, e por isso, seus relatos, anúncios e descrições estariam necessariamente impregnados das visões de mundo do grupo do qual faziam parte<sup>231</sup>. Entretanto, é necessário relativizar as considerações da autora, pois havia muitos redatores que não necessariamente eram originários das elites, mas que tiveram oportunidade de aprender a ler e escrever. Nesse caso, eles se baseavam nos discursos das camadas mais privilegiadas, talvez pelo fato de terem incorporado os valores dos grupos sociais mais favorecidos e, em consequência, acabavam sendo parte desses segmentos.

Ao mesmo tempo, é também importante refletir sobre os leitores. Conforme Wlamir Silva, os periódicos permitiram uma ampliação do acesso à leitura e às idéias decorrentes delas. Mesmo em uma sociedade com a maioria da população sem as habilidades da leitura e da escrita, como era o caso da existente tanto em São João del-Rei como em São José del-Rei, existia a possibilidade de circulação das idéias presentes nos escritos dos periódicos, através das leituras públicas. Assim, conforme o autor,

... os periódicos não atingiram apenas os alfabetizados da Província. As leituras públicas e, mesmo, a difusão oral das idéias liberais alcançavam analfabetos e os não letrados o bastante para escritos doutrinários<sup>232</sup>.

A difusão dos escritos, seja de uma forma particular, como a leitura silenciosa, ou a partir da “oralização do texto” permitiu, conforme Silva, “atingir setores

<sup>229</sup> CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização...*, p. 176-7.

<sup>230</sup> JINZENJI, Mônica Yumi. *Op. Cit.*, p. 3410.

<sup>231</sup> CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais...*, p. 22-3.

<sup>232</sup> SILVA, Wlamir. *Liberais e povo...*, p. 132.

excluídos de qualquer reflexão sobre o poder”<sup>233</sup>, e claro, pode-se dizer, sobre as outras idéias veiculadas por eles.

Outra autora a destacar também a leitura em voz alta como meio de um maior número de pessoas terem acesso aos escritos dos periódicos e outros impressos foi Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. Conforme a autora, “a leitura em voz alta, quer [no] âmbito doméstico, quer no público, era nessa época muito difundida e valorizada”<sup>234</sup>. Vemos, por exemplo, no número 47 do *Mentor das Brasileiras* uma correspondência que apresenta indícios dessa prática. Conforme o correspondente, uma senhora teria “ouvido ler” no Aurora Fluminense, periódico do Rio de Janeiro, alguma atitude de sucesso dos franceses que, em consequência provocou na referida senhora o apelo ao abandono das modas francesas<sup>235</sup>.

Ainda que pese o fato da grande quantidade de pessoas que não sabiam ler, as correspondências inseridas nos jornais e os escritos dos redatores funcionavam como veículo de difusão de idéias. Mesmo que tais relatos não correspondessem à realidade, eles, encerrados em si mesmos, traziam um ideal a ser criado, especificamente nesse período, uma civilização dentro dos moldes europeus. Desse modo, pode-se dizer que tanto o fato relatado como os próprios relatos tinham uma tarefa educadora, já que representavam um exemplo a ser seguido.

As festas, sejam civis ou religiosas, estiveram presentes na realidade urbana das Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei e também exerceram determinada função educativa. No início dos oitocentos, as festas realizadas nas duas localidades eram ainda bastante marcadas pela religião. Sendo assim, festa civil ou religiosa, havia sempre uma missa, um *Te Deum* ou uma procissão. Afonso Ávila, citado por Wlamir Silva, afirma que

a religião (...) não apenas faz evidenciar logo a sua hegemonia espiritual com a edificação de templos e instituição de irmandades, mas irradia também seu poder e prestígio por todas as atividades, notadamente aquelas ligadas ao embelezamento de matrizes e capelas ou à pompa litúrgica, como as artes plásticas e a música. As festividades de maior brilho são as religiosas ou cívico-religiosas<sup>236</sup>.

---

<sup>233</sup> *Ibidem*.

<sup>234</sup> PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *A imprensa periódica...*, p. 150.

<sup>235</sup> *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n.º 47, sexta-feira, 22-10-1830.

<sup>236</sup> ÁVILA, Afonso. Minas Gerais: condicionantes de um processo urbano-cultural. In: *O lúdico e as projeções do Barroco II*. São Paulo: Perspectiva, 1994, p. 30. Apud: SILVA, Wlamir. *Liberais e povo...*, p. 136.

Nesse contexto, a festa era um momento de exposição das representações de mundo. Tais celebrações continham sempre uma simbologia, um ritual que expressava as representações coletivas e nas quais novas idéias e posturas eram apresentadas ou construídas. Refletindo a sociedade hierárquica do período, as festas buscavam manter os lugares originariamente determinados para os grupos que a compunham. Tal fato, sendo parte de um grupo de elementos que caracterizavam as festas, tinha como função introduzir valores, modelar os comportamentos individuais e direcionar as pessoas para uma ação comum<sup>237</sup>.

Assim é o caso, por exemplo, das festas cívicas. Parte de um conjunto de estratégias desenvolvidas pela elite política, as festas cívicas eram um momento em que se buscava educar as pessoas dentro de uma determinada forma de poder e, assim, legitimar esse mesmo poder. Sendo assim, elas seriam rituais políticos que contribuiriam

de maneira fundamental para a construção de um determinado conjunto de crenças e de valores sociais, para a compreensão de como uma coletividade se faz e se diz, de como ela se coloca no mundo e qual é esse mesmo mundo que ela constrói<sup>238</sup>.

A festa, nesse contexto, seria para seus organizadores uma *escola* capaz de moralizar as pessoas e difundir valores nacionais<sup>239</sup>.

Durante o período que abarca esta pesquisa – 1808 a 1840 –, as festas cívicas adquiriram variadas dimensões e objetivos, sendo comum, por exemplo, a busca de valorização e legitimação da figura do monarca e a tentativa de difundir conceitos ligados ao projeto político de construção de uma nacionalidade brasileira<sup>240</sup>. No entanto, mesmo com as mudanças de objetivos de festa para festa, isto é, alterando-se o que se tentava construir conforme o que se comemorava, a função pedagógica dos festejos cívicos não se perdia. Ao contrário, as festas, independente das idéias políticas em voga, fizeram parte do conjunto de estratégias que possibilitavam “o convencimento de um contingente significativo [de pessoas] e a mobilização na direção desejada<sup>241</sup>”. No entanto, como bem destaca Chamon, muitas vezes as festas cívicas poderiam não atingir seu objetivo pedagógico em

---

<sup>237</sup> Essa análise foi baseada nas palavras de Baczko. BACZKO, Bronislaw. O Imaginário Social. In.: *Enciclopédia Einaudi*: Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Oficial: Casa da Moeda, 1985, p. 311.

<sup>238</sup> CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais*, p. 18.

<sup>239</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>240</sup> *Ibidem*.

<sup>241</sup> SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*, p. 142.

termos políticos, chegando mesmo a não serem compreendidos tais aobjetivoa pela população. Nesse caso, elas se configurariam simplesmente como um divertimento, sendo até confundidas com festejos religiosos, já que muitas festas cívicas se constituíam de variados elementos originários das cerimônias religiosas<sup>242</sup>.

Mas quem eram as pessoas que freqüentavam e/ou participavam das festas cívicas? Os relatos sobre elas sempre destacam a participação de grande número de pessoas. Conforme Chamon, ainda que exista certo exagero na quantificação, não se pode esquecer que os relatos, um exemplo a ser seguido pelos leitores, representavam uma idealização da festa como forma de valorizá-la. Afinal, sem a participação dos indivíduos, suas funções não poderiam ser efetivadas, principalmente na sua dimensão educativa. As festas destinavam-se a toda a população. A designação de “povo” seria uma dissimulação da rígida hierarquia existente e a tentativa de construção de uma coletividade livre de conflitos, baseada num mesmo ideal de civilização, estando cada indivíduo, porém, ocupando seu devido lugar<sup>243</sup>.

Sendo assim, é possível pensar que nas festas cívicas, onde todos, independente do seu *status* – excluindo os escravos<sup>244</sup> – eram chamados a participar, verificava-se a confluência de grupos sociais distintos, dentre eles as mulheres forras. Esta confluência poderia expressar a tentativa de construção de valores e virtudes cívicas comuns, e também permitir a mistura de expressões culturais distintas, produzindo assim realidades híbridas. Dessa forma, as festas cívicas foram momentos de instrução e formação das pessoas para princípios políticos, como era seu principal interesse, mas também de outras práticas educativas presentes em outros elementos que, do mesmo modo, indicavam a incorporação da civilidade, como um determinado vestuário, uma postura ou uma atitude diferenciada.

As festas religiosas, por sua vez, presentes nas Vilas de São José del-Rei e São João del-Rei, desde o período colonial, exerciam grande importância na vida de seus moradores, ainda que dividissem, agora, mais espaço com outras formas de

---

<sup>242</sup> CHAMON, Carla Simone. *Op. Cit*, p. 142. Creio que ao destacar essa falta de percepção do interesse político da festa, a autora não isenta dela outras práticas educativas existentes. Pois um ajuntamento de pessoas, possivelmente dos mais variados grupos sociais e pertencentes às mais diferentes origens culturais como foi o caso de Minas Gerais, poderia permitir que outros conteúdos fossem transmitidos e apropriados.

<sup>243</sup> *Ibidem*, p. 41-6.

<sup>244</sup> É importante ressaltar que, ao se dizer que os escravos não estavam incluídos no contingente populacional convidado para a festa, isso não significa dizer que estavam ausentes. Do mesmo modo que as outras pessoas, essa camada da população também estava dentro do processo pedagógico desenvolvido pelos festejos cívicos, como já fora ressaltado anteriormente.

comemoração. Geralmente promovidas pelas irmandades, os festejos religiosos movimentavam a população e construíam espetáculos que traziam imagens e lugares previamente estabelecidos no intuito de educar as pessoas. Assim é o caso, por exemplo, de uma procissão descrita por Auguste de Saint-Hilaire, que esteve em São João del-Rei nas primeiras décadas do século XIX. Conforme o viajante, a *Procissão das Cinzas* promovida pela *Ordem Terceira de São Francisco* provocara, desde a véspera da cerimônia, uma grande circulação de pessoas com destino à cidade, a fim de assistirem à festa. Na Vila, já movimentada, ocorrera primeiro uma missa e depois viria a procissão. Esta, descrita detalhadamente pelo viajante, era caracterizada por um grande número de imagens e encenações, além das posições dos grupos que refletiam a hierarquia social existente<sup>245</sup>. Tais elementos, em conjunto, traziam uma representação de poder e comunicavam esse poder, ao mesmo tempo em que o reforçavam. Desse modo, a procissão exercia uma prática educativa em seus moradores que deveriam legitimar não somente a Igreja, mas, também, sustentar a ordem hierárquica da sociedade.

As cerimônias religiosas, marcadas mais pelos atos externos que por uma reflexão dogmática<sup>246</sup>, foram caracterizadas pelo luxo, servindo também ao entretenimento das pessoas. Jean-Baptiste Debret, descrevendo os cultos religiosos no Rio de Janeiro, diria que as procissões, e pode-se dizer outros rituais, eram mais um divertimento público marcado pela ostentação e pela vaidade das irmandades religiosas. Essas associações, procurando se distinguir das demais através do ritual religioso exibiam extrema riqueza de ornatos, dos quais resultavam grandes despesas<sup>247</sup>.

Mas, além disso, especificamente para o público feminino, os festejos religiosos tiveram outra função. Conforme Nizza da Silva, fossem missas, procissões ou novenas, os ritos religiosos eram “o tão desejado pretexto para as donas aparecerem em público e terem pelo menos um contato visual, quando não físico com o sexo oposto”<sup>248</sup>. Debret, descrevendo a *Procissão de Nosso Senhor dos Passos* no Rio de Janeiro no início dos oitocentos, diria que as brasileiras viam na procissão o momento de “exibir publicamente sua graça, talvez um pouco estudada,

---

<sup>245</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagens às nascentes...*, p. 66.

<sup>246</sup> BOSCHI, Caio César. *Os leigos...*, p. 37.

<sup>247</sup> DEBRET, J. B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. t. 3. São Paulo: Itatiaia, 1989. p. 31. (Coleção Reconquista do Brasil)

<sup>248</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas e plebéias...*, p. 214.

que lhes inspira o desejo de agradar aos inúmeros espectadores...”<sup>249</sup>. As cerimônias religiosas eram, assim, o momento de serem vistas e admiradas e, para isso, se enfeitavam com seus melhores trajes e jóias.

A festa, “pelo seu caráter de dia especial”, mesmo a cívica, “fazia sair dos armários e baús os trajes de gala. (...) Os habitantes se vestiam ricamente ou com as suas melhores roupas, aparecendo em público com toda a distinção possível”<sup>250</sup>. Assim foi o caso, por exemplo, das comemorações pela abdicação de D. Pedro I no dia 7 de abril de 1831 em favor de seu filho Pedro, realizadas na igreja da *Ordem Terceira de São Francisco* em São João del-Rei. Conforme o relato desse acontecimento, as senhoras estavam “ricamente vestidas, que o templo, apesar de ser bastante espaçoso não era suficiente para acomodar a todas as pessoas que concorreram ao festejo”<sup>251</sup>.

Lugar onde se encontravam todos os grupos sociais, a igreja era, por excelência, um espaço propício para as diferentes trocas. As trocas poderiam ser os olhares entre o sexo oposto, mas também conhecimentos, costumes e atitudes. Eram nas festas religiosas que devoções reais ou teatralizadas poderiam ser incorporadas, uma vestimenta poderia ser apropriada e atitudes civilizadas poderiam ser percebidas em sua materialidade. Isso porque, ao ocorrer um ajuntamento com grande quantidade de pessoas distintas que, por sua vez, exteriorizavam seus comportamentos e atitudes, era possível que outras pessoas, dentre elas as mulheres forras e descendentes, se apropriassem de comportamentos e atitudes impregnados do ideal de civilidade.

As associações religiosas, além de serem organizadas em torno de uma devoção, promotoras dos encargos religiosos, responsáveis pela construção de templos, eram também lugares em que os variados grupos poderiam se manifestar com relativa liberdade e autonomia e, ainda, afirmar suas identidades culturais e étnicas<sup>252</sup>. É o caso, por exemplo, da Irmandade do Rosário de São João del-Rei. Sendo comumente conhecida como uma congregação cujos filiados eram basicamente negros e mestiços – forros ou escravos –, essa irmandade era marcada pela organização de grupos menores em seu interior. Os grupos eram formados por membros pertencentes a uma mesma etnia que, por causa disso,

---

<sup>249</sup> DEBRET, J. B. *Op. Cit.*, p. 36.

<sup>250</sup> CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais...*, p. 155.

<sup>251</sup> *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n.º 73, sexta-feira, 06-05-1831, p. 577.

<sup>252</sup> BOSCHI, Caio César. *Os leigos...*, p. 64-8.

tentavam reproduzir determinadas manifestações culturais específicas de suas origens. Assim, além de minimizar conflitos existentes no interior das irmandades, esses grupos buscavam reler as estruturas hierárquicas a partir de suas visões de mundo, re-apropriando-se de certos elementos característicos do poder vigente, produzindo assim um movimento de mestiçagem cultural. Pode-se citar o caso da eleição de reis e rainhas que era marcada pela mistura de elementos da memória africana e da cultura católica européia<sup>253</sup>.

Mas ao mesmo tempo, as associações se configuraram como um eficiente agente de colonização, já que buscavam enquadrar os negros aos padrões culturais dos brancos<sup>254</sup>. Segundo Caio César Boschi, o estabelecimento de instituições como as irmandades representavam a adesão e incorporação de padrões e ideologias de um grupo dominante por outro dominado. Isso porque, ao serem edificadas as irmandades próprias de negros e descendentes, eram baseadas nos modelos das associações de brancos. Nesse sentido, havia uma incorporação dos comportamentos e atitudes dos brancos pelos negros e descendentes<sup>255</sup>. Relativizando as palavras de Boschi, os negros e descendentes quando alçavam à liberdade, se apropriavam dos costumes e atitudes dos brancos, mas isso não significava totalmente uma dominação por parte desses últimos. Os negros e descendentes não abandonavam completamente suas crenças e sim provocavam uma mestiçagem cultural, na qual estava presentes costumes e atitudes dos brancos e deles próprios.

No século XIX, o pertencimento a alguma irmandade ainda se apresentava como fator indispensável. Era sinal de prestígio, garantia de sepultamento e, ainda, exteriorização da fé católica. Sendo assim, a própria congregação, sem levar em consideração as especificidades dos seus estatutos, já representava em si um espaço de manifestação cultural, mas ao mesmo tempo de apropriação de elementos culturais diferentes. A convivência dos filiados – sejam eles brancos, negros ou mestiços<sup>256</sup> - provocavam a coexistência de expressões culturais distintas,

---

<sup>253</sup> OLIVEIRA, Anderson José Machado de. A Nobre Nação Benguela: identidade, africanidades e irmandades em São João del-Rei – séculos XVIII e XIX. In: Anais eletrônicos do XV Encontro Regional de História – ANPUH – MG. São João del-Rei, UFSJ, 2006.

<sup>254</sup> BOSCHI, Caio César. *Op. Cit.*, p. 68.

<sup>255</sup> *Ibidem*, p. 156.

<sup>256</sup> Nas irmandades ditas dos negros havia a presença de outros segmentos, como as pessoas brancas. Essas pessoas poderiam ser os brancos pobres, mas também aquelas autoridades civis e militares, juntamente com suas famílias comumente encontradas entre os irmãos e que muitas vezes eram convidadas pelos próprios associados. BOSCHI, Caio César. *Os leigos...*, p. 136-9. Além disso, mesmo em associações como as ordens

especialmente aqui, a africana e a portuguesa, que permitia um trânsito de comportamentos, idéias e estratégias. Sendo assim, essas congregações foram importantes espaços de práticas educativas.

Finalmente, o sermão poderia ser visto também como educativo, já que, ao ser um instrumento que alcançava uma grande quantidade de pessoas, ele serviria como meio para a propagação de determinadas idéias, posições e determinações. Juntamente com os outros elementos constituintes das cerimônias religiosas, os sermões, sejam eles os proferidos nas igrejas ou nas novenas, faziam parte de um conjunto de estratégias que poderiam instruir as pessoas. Affonso Ávila, analisando as transformações na linguagem de dois sermões proferidos na matriz de Nossa Senhora da Conceição na Vila de Sabará, no século XVIII, vai destacar o papel desse tipo de discurso. Conforme o autor, sendo a igreja “núcleo polarizador de vidas e interesses”, o sermão seria “um instrumento comunicador e persuasório” dentro do diálogo entre o clero e os fiéis<sup>257</sup>.

Um exemplo da prática educativa exercida pelo sermão, seria a descrita pelo redator do *Mentor das Brasileiras*. Dentro das comemorações suscitadas pelos acontecimentos do dia 07 de abril de 1831, ocorrera no Curato do Cajuru, povoado pertencente ao Termo da Vila de São João del-Rei, algumas atividades, dentre elas, uma missa e um *Te Deum*. Nessas celebrações, o reverendo José Lameda de Oliveira proferira um discurso no qual fazia alusão aos acontecimentos ocorridos na Corte do Rio de Janeiro. Conforme o redator, o padre destacou “a obrigação que tínhamos de render graças ao Altíssimo pela feliz e verdadeira restauração da pátria” e, se referindo especificamente ao “belo sexo” pronunciou as seguintes palavras:

Convosco também falo, ó ilustres brasileiras, minhas caras patricias. Vós que não sei por que fatalidade jazeis à respeito dos sucessos da pátria no mais abjeto esquecimento, lembrai-vos que no Sistema, que felizmente nos rege, precisão temos da vossa cooperação e nacionalidade. Vos tendes pais, esposos, filhos e parentes a quem docemente deveis inspirar heróicos sentimentos à prol da santa causa da liberdade e da pátria. Mostrai ao mundo inteiro que se o Brasil foi fértil em produzir heróis, ele não foi menos fecundo em briosas e ilustres brasileiras<sup>258</sup>.

---

terceiras caracterizadas como exclusivamente das camadas superiores e de pessoas brancas, poderiam, graças a maior flexibilidade existente em Minas Gerais, ter pessoas que não eram necessariamente brancas.

<sup>257</sup> ÁVILA, Affonso. Da linguagem Barroca ao Discurso Reto – dois sermões na Vila Real do Sabará. In: *Revista Barroca*. n.5, Belo Horizonte: UFMG, 1973, p. 76.

<sup>258</sup> *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n.º 76, sexta-feira, 29-05-1831, p. 603.

O que se percebe nas palavras do padre seria sua intenção de educar as mulheres e criar nelas um sentimento de patriotismo, unidade e nacionalidade, em outros termos, despertar o sentimento cívico. No entanto, se essas mulheres não poderiam exercer plenamente as funções cívicas, elas deveriam não somente se preocupar com a sua formação e instrução, mas também dos homens que faziam parte da sua família. Têm-se então duas idéias presentes no referido discurso. A mais evidente seria a noção de construir um sentimento cívico. A segunda, por sua vez, seria a afirmação dos papéis das mulheres naquele contexto: educar e instruir os seus filhos e maridos, que seriam os responsáveis por levar aquela localidade, juntamente com o restante do país, ao desenvolvimento e à civilização, equiparando-se assim, às culturas européias.

A idéia de espalhar a civilização vai perpassar todo o discurso do período. Seja na Imprensa, na Igreja ou na instituição formal de ensino, além de outros espaços de construção e disseminação de idéias, a tentativa de se construir uma sociedade mais ordeira esteve sempre presente. No entanto, a existência de uma grande quantidade de discursos que buscavam inculcar nas pessoas atitudes mais civilizadas, leva pensar, ao mesmo tempo, que a busca de uma civilização nos moldes europeus ainda era uma realidade bem distante. Entretanto, ainda que pese essas considerações, é importante destacar que, mesmo assim, a busca foi uma constante durante todo o período que abarca esta pesquisa. Além disso, quando penso nas práticas educativas desenvolvidas nos espaços de sociabilidade provocadas pelos mais variados meios, inclusive pela convivência de expressões culturais e grupos distintos, acredito que algumas impressões e representações de mundo eram construídas, mesmo que não fossem próximos da tão sonhada civilização baseada na européia. Essas representações de mundo construída, recebendo os elementos das mais variadas expressões culturais, aqui especificamente a africana e a portuguesa, já não era lusitana nem africana e sim híbrida.

Vemos nesse processo a mulher forra, produzindo estratégias de sobrevivência e ascensão no seu dia-a-dia. Essas mulheres tiveram destacada importância na conformação e formação da sociedade mineira. Na presente pesquisa, particularmente, elas foram parte essenciais no movimento de mestiçagem biológica e, principalmente, cultural das Vilas de São João del-Rei e

São José del-Rei. Essas mulheres e seu papel como sujeitos históricos nos mais variados campos serão o tema do próximo capítulo.

### **Capítulo 3**

#### ***FORRAS E DESCENDENTES – IMPORTANTES “ARQUITETAS” NA FORMAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E CULTURAL DAS VILAS DE SÃO JOÃO DEL-REI E SÃO JOSÉ DEL-REI***

As Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei, no início dos oitocentos, foram o palco onde as mulheres forras e suas descendentes buscaram se estabelecer e marcar presença. A fim de percorrer um pouco de suas histórias, suas estratégias e sua participação na construção da conformação urbana desses espaços, tentarei agora mostrar alguns detalhes de suas vidas. Vidas marcadas pelos contatos com africanos – libertos ou escravos – com índios, com os nascidos de relações entre portugueses, negros e índios em terras americanas, além dos europeus. Todos com suas representações de mundo e contribuindo para a formação do emaranhado cultural característico dos centros urbanos mineiros, desde o século XVIII. Como já salientei em outros momentos da pesquisa, de todos os contatos que pudessem ser estabelecidos por essas mulheres, interessa analisar aqueles desenvolvidos com as mulheres da elite que, de forma particular, também contribuíram para a construção das representações de mundo das ex-escravas e descendentes e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas.

A história de Minas Gerais e, especificamente, a da Comarca do Rio das Mortes, esteve intimamente ligada às ações cotidianas das libertas e suas filhas nascidas livres. Essas mulheres, como destaca Eduardo França Paiva, deixaram para a posteridade, pequenos trechos de suas histórias que relatam a convivência cotidiana e, mais do que isso, demonstram que

longe de [ser] um história de grandes e ilustres homens, colhida já pronta em documentos tomados como verdadeiros, (...) [são trechos de] personagens quase anônimas, agentes construtores de complexo conjunto cultural, inscritas em intrincadas relações sociais. Suas vidas e a de pessoas próximas, assim como seus relatos (...) são prolongamentos da sociedade urbana mineira, e a atuação (...)

[dessas] mulheres, também contribuiu para a conformação daquele universo cultural<sup>259</sup>.

A pluralidade das duas Vilas era característica não somente na economia, mas também nas pessoas que estabeleciam contatos e trocavam suas experiências. Sendo assim, essa história tem como personagens mulheres que transitaram pelas ruas, comércios, espaços religiosos e civis, participando do cotidiano, da movimentação das Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei e que contribuíram, com suas bagagens culturais, para as trocas, práticas as mais variadas e a formação do universo cultural.

Entretanto, os aspectos das histórias das mulheres aqui analisadas, muito mais que retrato da sociedade como um todo, são, na verdade, expressões de uma pequena parcela que permite conhecer e entender um pouco as experiências do grupo do qual faziam parte. Os documentos analisados – 41 inventários e 45 testamentos de ex-escravas e descendentes e 23 e 17 respectivamente das mulheres da elite<sup>260</sup> – revelam que essas mulheres são parte de um grupo, a minoria da população, que teve a oportunidade e condição de redigir, ou fazer redigir, tais documentos<sup>261</sup>.

Especificamente a respeito das ex-escravas e descendentes, o pequeno número de documentos encontrados é, realmente, uma amostra de um seletivo grupo que teve oportunidade de redigir seus legados. Muitas das forras e sua segunda geração talvez nem tiveram tempo de redigir seus testamentos, morrendo de repente, sem que pudessem comunicar suas vontades. Por outro lado, o pequeno número de documentos do grupo quiçá estivesse ligado a outros fatores. Segundo

---

<sup>259</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo...*, p. 84-5.

<sup>260</sup> Para analisar o processo de mestiçagem cultural desenvolvido nas Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei, será feito também algumas considerações a respeito das mulheres da elite, mesmo sendo interesse nesse capítulo valorizar, especificamente, o papel exercido pelas ex-escravas e descendentes na conformação das referidas vilas. Os documentos pertencem ao Acervo do Museu Regional de São João Del Rei.

<sup>261</sup> Fazendo uma comparação entre o número populacional do Termo da Vila de São João del-Rei em 1821, utilizados por Afonso de Alencastro Graça Filho, e a quantidade de documento encontrados no Banco de Dados do Museu Regional de São João del-Rei para o período entre 1808 e 1840, é possível inferir a quantidade de pessoas que fizeram seus testamentos e inventários. Segundo os dados do censo havia no Termo da Vila de São João del-Rei 20.152 pessoas livres e 10.887 cativos. Já no Banco de Dados foram encontrados 1.252 testamentos e 3.722 inventários nos quais havia o indicativo de que seus titulares eram moradores dos Termos de São João del-Rei e São José del-Rei. Tais informações, que indicam um número muito menor de documentos do que a quantidade de habitantes – mesmo durante um período maior – sugere que somente uma pequena parcela elaborou esse tipo de documento. Não se pode esquecer, por outro lado, que a existência de um número pequeno de documentos também pode estar ligada a questões de outra natureza, como, por exemplo, a conservação. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste...*, p.43; Os dados coletados referem-se ao estado atual do banco de dados.

Eduardo França Paiva, dentro do grupo populacional que redigiu testamento ou inventário, é possível,

que entre os homens livres, mais sobretudo, entre as mulheres livres, houvesse forros, cuja condição não foi registrada na documentação (...) várias mulheres, sobretudo as mestiças, possivelmente incluídas entre as livres, eram descendentes de pais libertos, mas nada disso foi registrado (...) daí as cifras (...) serem subestimadas<sup>262</sup>.

Muitos dos documentos registrados de mulheres forras ou que possuíam alguma ascendência escrava podem não haver a declaração desse pertencimento. Além disso, omitir a cor/condição no máximo de documentos talvez seja uma das estratégias no processo de tentativa de ascensão social.

Júnia Furtado, ao discorrer sobre as relações consensuais das ex-escravas e os filhos frutos de seus relacionamentos, afirma que o registro de algum vínculo com a escravidão no menor número possível de documentos era uma das poucas formas de diminuir o que era considerado desvantagem<sup>263</sup>. Assim era o caso Ana Maria de Jesus<sup>264</sup>. Visando o esquecimento de suas origens, numa sociedade em que a condição dos antepassados dizia mais sobre os indivíduos que sua história de vida<sup>265</sup>, Ana Maria de Jesus não fora identificada em seu inventário como parda, nem mesmo na cópia de testamento existente dentro do processo. Essa informação estava disponível somente no testamento original e fora indicada uma vez pelo tabelião, o que sugere que possivelmente não fora dito pela testadora e sim uma “opinião dada pelo o outro”<sup>266</sup>.

Ana Maria de Jesus tinha uma ligação com o passado escravo, quem sabe sua mãe Maria Nunes de Ramos, já que não dissera mais nada da sua ascendência, mas, simplesmente, que era filha natural. Seja quem for o fato é que, em algum

---

<sup>262</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo...*, p. 142.

<sup>263</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva...*, p. 24.

<sup>264</sup> MRSJDR – INV – 1837 – caixa 108. Inventário de Ana Maria de Jesus – São João del-Rei, 25 de FEV de 1837.

<sup>265</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Pérolas Negras...*, p.88.

<sup>266</sup> Sheila Faria, analisando as informações existentes nos registros paroquiais, afirma que alguns registros que continham informações dadas por outras pessoas indicavam os lugares sociais que o registrado tinha na sociedade local. Ou seja, muito mais que simples informação, as designações, características, profissões, cor/condição refletem como as outras pessoas viam os envolvidos nos registros. FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del-Rei (1700 – 1850)*. Tese Niterói: Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2004, p. 70-2. Creio ser interessante pensar dessa forma também para as ex-escravas e descendentes que muitas vezes tinham suas características apresentadas não por elas mesmas, mas por outras pessoas que declaravam as suas opiniões e como as viam.

momento, um de seus ascendentes conseguiu quebrar a ligação com a escravidão e contribuiu para aumentar a população liberta existente.

Entre os alforriados, as mulheres foram as maiores privilegiadas. Nas palavras de Peter L. Eisenberg, citado por Faria,

o alforriado foi mormente ou desproporcionalmente mulher, mulata, crioula, muito jovem ou muito velha, de profissão mais qualificada e de preço menor que o preço médio de uma escrava<sup>267</sup>.

Seja a partir do acúmulo de pecúlio, ou da “boa” vontade de seus senhores, o fato é que as mulheres, minoria entre os escravos, seriam as que, proporcionalmente, mais tiveram acesso à liberdade<sup>268</sup>. Dentre as forras, segundo a mesma autora, a maioria era nascida no Brasil<sup>269</sup>. Entretanto, as mulheres analisadas tiveram certa equiparação, chegando mesmo a pender a balança para as nascidas na África<sup>270</sup>. Pelos dados, das 45 analisadas, 20 declararam sua origem africana e outras 2 disseram ser pretas<sup>271</sup>, somando assim 22 africanas. As que declararam ser naturais da América portuguesa foram 15 e outras 6 provavelmente o eram, perfazendo um total de 21 mulheres. As outras 2 não mencionaram sua origem.

---

<sup>267</sup> EISENBERG, Peter L. A carta de alforria e outras fontes para estudar a alforria no século XIX. In: Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 1989a, p. 251. *Apud*: FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Op. Cit*, p. 111.

<sup>268</sup> FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Op. Cit*, p. 115.

<sup>269</sup> *Ibidem*, p. 117.

<sup>270</sup> Outra autora a encontrar também a predominância das africanas entre as alforriadas foi Furtado. FURTADO, Júnia Ferreira. Pérolas Negras..., p. 97.

<sup>271</sup> Conforme a mesma autora, o termo “preto” era utilizado para pessoas nascidas na África. FARIA, Sheila de Castro. O cotidiano dos negros no Brasil escravista. Madri: Fundación Tevera, s/p, Mimeo. (no prelo). *Apud*: JANUÁRIO, Erlaine Aparecida. *A sociedade das Aparências: Vila Rica (1789 – 1807)*. São João del-Rei: UFSJ, 2003, p. 05. Monografia – Curso de Especialização em História de Minas – século XIX, da UFSJ; Orientadora Dra. Maria Tereza Pereira de Cardoso, p. 20.

**Quadro 1**  
**Origem das mulheres forras – 1808 – 1840**

Africanas	20	44,44%
Possivelmente africanas	2	4,44%
Total.....	22	48,88%
Brasileiras	15	33,33%
Possivelmente brasileiras	6	13,33%
Total.....	21	46,66%
Indeterminado	2	4,44%
Total absoluto.....	45	100%

**Fonte:** Inventários e testamentos do Museu Regional de São João del-Rei.

**Nota:** Nessa análise, as mulheres consideradas “possivelmente africanas” seriam aquelas que, apesar de não dizerem suas naturalidades, declararam ser “pretas”, que como já foi salientado, era um termo utilizado para designar as pessoas nascidas na África. Já aquelas consideradas “possivelmente brasileiras” seriam as que, do mesmo modo não indicaram local de nascimento, mas afirmaram em testamento que eram “pardas” ou “crioulas”. Segundo Faria, tais designações eram, geralmente, utilizadas para pessoas nascidas em terras da América portuguesa. FARIA, Sheila Siqueira de Castro. (2004) *Op. Cit*, p 65-77.

Tais números podem indicar que os meios empregados pelas nascidas na América portuguesa estavam sendo utilizados também pelas mulheres africanas. Não é interesse direto deste trabalho a questão das razões da maior ou menor porcentagem de africanas ou brasileiras entre as forras. Interessa-nos ressaltar que todas elas, com suas visões de mundo, marcadas pelas expressões culturais as mais variadas, ao engrossar os números da população livre, contribuíram para o processo de mestiçagem cultural em curso.

Já em relação às mulheres da elite, das 23 mulheres analisadas, 13 declararam que eram nascidas em terras da América portuguesa, e as outras 10 não mencionaram os locais de nascimento. Dentre as 13 que indicaram de onde eram naturais, 12 revelaram que haviam nascido na Comarca do Rio das Mortes, sendo a outra natural de Vila Rica. Entretanto, é possível pensar que, das que expuseram os locais de onde eram originárias e mesmo aquelas que não o indicaram, talvez houvesse algumas descendentes de portugueses, ou outros locais da Europa, estabelecendo assim um vínculo com o velho mundo. Assim foi o caso de Dona Isabel Teresa de Jesus que teve seus bens inventariados no ano de 1830<sup>272</sup>. Segundo informação existente no inventário de seu pai, Manoel Pereira Penella, ele

<sup>272</sup> MRSJDR – INV – 1830 – caixa 116. Inventário de Isabel Teresa de Jesus – São João del-Rei, 13 de MAI de 1830.

era natural da Freguesia de São Romão, Arcebispado de Braga, em Portugal<sup>273</sup>. Nesse caso, pode-se pensar a respeito das representações de mundo dessas mulheres da elite que tinham exemplos de comportamentos de pessoas vindas da Europa e que, de certa forma, ensinavam costumes e atitudes baseadas nas suas próprias experiências.

Das 45 forras e descendentes, 30 já haviam contraído matrimônio – 22 casadas e 8 viúvas – ou seja, 73% tiveram relações legítimas. Entre as 30 mulheres, 14 declararam que haviam casado com homens de cor: 8 foram descritos como pretos, 2 crioulos, 1 cabra e 3 pardos. Pode-se perceber que pelo menos nessas 14 relações, o casamento se deu entre iguais, sendo possível que entre as outras 16 também houvesse outros com tais características, porém não foram assim declarados. O matrimônio representava alguma inserção social, pois, como bem destaca Furtado, “a Igreja procurava moralizar e reger a sociedade pelos laços sagrados do casamento cristão”<sup>274</sup>.

**Quadro 2**  
**Estado civil das mulheres forras e descendentes**

Casadas	22	47%
Viúvas	8	20%
Solteiras	11	24%
Não mencionaram	4	9%
Total.....	45	100%

**Fonte:** Inventários e testamentos do Museu Regional de São João del-Rei

Das 23 mulheres da elite em questão, 20 – 12 casadas, 7 viúvas e 1 divorciada – ou 87% tinham assumido algum enlace matrimonial.

**Quadro 3**  
**Estado civil das mulheres da elite**

Casadas	12	52%
Viúvas	7	30%
Solteiras	3	13%
Divorciadas	1	4%
Total.....	23	100%

**Fonte:** Inventários e testamentos do Museu Regional de São João del-Rei

**Nota:** Uma das mulheres viúvas, casara-se novamente, mas ela foi computada somente entre as viúvas.

<sup>273</sup> MRSJDR – INV – 1807 – caixa 492. Inventário de Manoel Pereira Panella – São João del-Rei.

<sup>274</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. Pérolas Negras..., p. 97.

Especificamente para as mulheres da elite, as alianças matrimoniais eram vistas como importantes estratégias para a perpetuação e manutenção das riquezas entre as famílias da elite local, ocorrendo muitas vezes a endogamia<sup>275</sup>. Dona Ana Custódia de Magalhães que tivera seus bens inventariados no ano de 1834<sup>276</sup> era prima de seu marido, o comendador e vereador Francisco de Paula de Almeida Magalhães que, por sua vez, era filho do importante negociante Capitão Pedro de Alcântara de Almeida<sup>277</sup>. A família Almeida Magalhães, ao que parece, é um bom exemplo da prática de casamento entre iguais, e muitas vezes entre parentes, a fim de preservar seus patrimônios.

O casamento consistiria assim numa possibilidade de ascensão econômica, já que através dele as fortunas poderiam ser multiplicadas; ou seria ainda capaz de produzir e marcar distância entre os diferentes grupos que compunham a sociedade, pois permitia a manutenção de determinados extratos sociais<sup>278</sup>. As 20 mulheres da elite casadas foram exemplos, presentes no cotidiano das Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei, de mulheres que utilizaram o casamento como estratégia para aumentar suas fortunas ou mantê-las, influenciando, quem sabe, as atitudes das mulheres forras e suas descendentes. O matrimônio seria uma “maneira de fazer” cotidiana que permitia a construção de posições e identidades, podendo ser visto como determinado tipo de comportamento ou atitude que poderia ser apropriado. Sendo assim, ele poderia ser visto com um significado específico, que ia além da união entre duas pessoas, e que poderia ser aprendido por outras pessoas, como por exemplo, pelas ex-escravas e descendentes.

Pelos dados apresentados referentes aos dois grupos analisados, a grande maioria – 73% entre as forras e descendentes e 87% entre as mulheres da elite – eram casadas. Tal informação, específica de São João del-Rei e São José del-Rei, corrobora as conclusões feitas por Eduardo França Paiva referente à Comarca do Rio das Mortes quanto aos casamentos. Referindo-se particularmente à população não-branca, o autor destacou que na referida comarca fora bastante expressivo a

---

<sup>275</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste...*, p.67-71.

<sup>276</sup> MRSJDR – INV – 1834 – caixa 147. Inventário de Ana Custódia de Magalhães - São João del-Rei, 14 de maio de 1834

<sup>277</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Op. Cit.*, p.70.

<sup>278</sup> Para um aprofundamento nessa discussão, ver o capítulo 4 de Silvia Brügger. BRÜGGER, Silvia. *Minas Patriarcal...*

proporção de casamentos sacramentados<sup>279</sup>. Pelas minhas análises, tal fato, como era de se esperar dado o perfil do segundo grupo – composto pela elite que utilizava o casamento como uma das estratégias para perpetuar e manter suas riquezas e *status*, como já fora destacado – também se repetiria.

Das 22 mulheres forras e suas descendentes que ainda tinham seus maridos vivos (quadro 4), 17 (77%) os instituíram como seus herdeiros. Das 17, 2 tinham filhos, mas como ainda eram cativos e não poderia receber a herança, instituíram seus esposos como herdeiros<sup>280</sup>; outra, tendo a mãe ainda viva rogou que sua herança fosse dividida para os dois. Das outras 5 restantes, 4 deixaram seus bens para os filhos e netos ainda vivos e a outra instituíra como herdeira uma escrava, que alforriou, alegando que sempre a havia criado como filha. Das 8 mulheres viúvas, somente 1 tinha filho, então seu herdeiro forçado. Das 7 restantes, 1 instituiu por herdeiro seu testamenteiro, 2 deixaram seus bens para as sobrinhas, 1 para a afilhada, outra para 1 menina sem especificação da ligação e ainda 1 última que designara como herdeira sua escrava.

**Quadro 4**  
**Relação Herdeiros – casadas e viúvas – forras e descendentes**

	Casadas	Viúvas
Maridos	17	-
Filhos	4	1
Outros	-	5
Mãe	1*	-
Escravos	1	1

**Fonte:** Inventários e testamentos do Museu Regional de São João del-Rei

\*dividiu a herança entre o esposo e a mãe ainda viva.

<sup>279</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo...*, p.164.

<sup>280</sup> Os filhos cativos das duas mulheres casadas receberam legados para ajudar na alforria. Dentre elas, Josefa Maria de Jesus era casada com seu inventariante e testamenteiro. Conforme suas declarações, ela gostaria que fossem herdeiros os seus filhos, e se não fosse possível, instituía o marido. No entanto, deixava de legado para cada um 60\$000, que ao final, devido às contas do processo, receberam somente 18\$550 réis para dividir para os dois. Além disso, segundo o proprietário dos dois, ele não se sentia obrigado a forrar os filhos de Josefa, continuando, por isso, cativos. Josefa era proprietária de 2 escravos, alguns trastes de casa e animais. MRSJDR – INV – 1820 – caixa 345. Inventário de Josefa Maria de Jesus – São João del-Rei, 18 de OUT de 1820. O exemplo de Josefa permite relativizar algumas observações feitas por Faria. Analisando testamentos, a autora observou que muitas mulheres não mencionavam se tinham ou não filhos. A partir dessas constatações a autora declara que provavelmente essas mulheres não os tinham, pois sendo donas de escravos, muitos dos quais alforriados por elas, não terem o cuidado de libertar seus filhos do cativo seria atitude pouco possível. FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras...*, p. 187. Creio que, muitas mulheres não tiravam seus filhos do cativo por outros motivos, não necessariamente ligado à posse de escravos. Inicialmente poderia ser que seus bens não chegassem aos valores de seus filhos; outro fator talvez estivesse ligado à não intenção dos donos de seus filhos de os alforriarem, pois conforme ela mesmo destaca, ao citar Manuela Carneiro da Cunha, não era lei até 1871, a obrigação do senhor de libertar o escravo que desse o seu valor equivalente. FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Op. Cit*, p. 83.

Rita Maria de São José foi uma das mulheres que, não tendo filhos, nomeou para seu herdeiro o marido, mesmo tendo a mãe ainda viva. No caso dela, foi graças ao casamento que se tornara uma mulher forra. O casamento para ela representou uma ascensão social, juntamente com a alforria. Conforme Rita,

*sendo eu cativa do capitão Antonio Carvalho de Azevedo meu marido por esmola me libertou e casou-se comigo sem que eu então possuísse coisa alguma, portanto se for justo ou da lei, apesar do exposto que minha mãe seja minha herdeira, é minha vontade que seja e por tal o instituo e não sendo de lei que ela dita minha mãe seja minha herdeira*<sup>281</sup>

Sendo sua mãe ainda viva, como herdeiros ficaram os dois, tanto o marido como a herdeira instituída pela lei. Rita foi assim, um exemplo de mulher que ao se casar buscou além do companheiro, alguém capaz de lhe proporcionar certa estabilidade econômica. Seus bens foram avaliados em 1:229\$540. Dentre eles haviam 3 escravos, 1 casa coberta de telhas, jóias, vestuários, alguns animais e, pela quantidade de dívidas, é possível perceber não só uma intrincada rede de relações sociais que gerava formas de convivência, mas também estratégias engendradas para uma melhor adaptação ao sistema escravista<sup>282</sup>.

Pelos dados apresentados anteriormente, 2 das mulheres analisadas instituíram como herdeiras de seus bens as escravas que alforriaram. Catarina da Silva, preta forra, fizera seu testamento em 1824. Nele declarava que era casada como Joaquim José de Campos e nunca tivera filhos. Dona de 3 escravos, Catarina alforriou 2 deles, Eva e Maria, mãe da primeira, instituindo a menina como sua herdeira, pois sempre “criei como filha”<sup>283</sup>. Rosa de Freitas, por sua vez, era viúva do preto forro João Ferreira da Costa Lima e, do mesmo modo, sem filhos, não tendo herdeiros forçados ascendentes ou descendentes. Sendo assim, designava como universal herdeira a sua escrava Joana de Freitas Baraxa, preta de Benguela, alforriada em testamento.

Já entre as mulheres da elite (Quadro 5), das 12 casadas com seus maridos ainda vivos, 2 (17%) instituíram seus esposos como herdeiros dos seus bens, sendo uma delas sem filhos e a outra com o filho já falecido no momento da feitura do

<sup>281</sup> MRSJDR – INV – 1820 – caixa 238. Inventário de Rita Maria de São José – São João del-Rei, 19 de JUN de 1820. [grifo meu]

<sup>282</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos...*, p. 26.

<sup>283</sup> MRSJDR – TEST – 1824 – caixa 124. Testamento de Catarina da Silva – São João del-Rei, 29 de JUL de 1824.

testamento. Das outras 10 mulheres casadas, 8 instituíram seus filhos como herdeiros; 1 designara sua afilhada de batismo, exposta em sua casa e a última indicara como herdeira sua mãe, deixando a terça parte ao marido, essas 2 últimas não tinham filhos. Das 7<sup>284</sup> viúvas, 3 deixaram seus bens para seus filhos; 1 para uma menina, à qual não deixou explícita qual a ligação quem tinham e 2 deixaram seus bens para seus escravos<sup>285</sup>, às quais também sem filhos. A única mulher entre a documentação que havia sido divorciada, deixara seus bens para os filhos.

**Quadro 5**  
**Relação Herdeiros – casadas, viúvas e divorciadas – mulheres da elite**

	Casadas	Viúvas	Divorciadas
Maridos	2	-	-
Filhos	8	3	1
Outros	1	1	-
Mãe	1	-	-
Escravos	-	2	-

Fonte: Inventários e testamentos do Museu Regional de São João del-Rei

Tem-se aqui uma semelhança em relação às disposições dos bens. Mulheres que não tinham filho tendiam a deixar os bens da parte que lhes cabiam para os maridos<sup>286</sup>. Existira também nos dois grupos em questão, aquelas que instituíram por herdeiros seus escravos, homens e mulheres, depois de alforriá-los. Essa última prática talvez se enquadre naquelas feitas por caridade. A caridade, de qualquer natureza, era uma forma de buscar distinção. Conforme Júnia Furtado, “a caridade para com os pobres não era apenas um ato cristão, uma obrigação (...) era também

<sup>284</sup> Uma das mulheres viúvas tinham filhos, mas não inclui entre esses dados porque o documento analisado se refere a um inventário de casal, do qual ela era inventariada e inventariante, sendo seu marido o que havia falecido. MRSJDR – INV – 1810 – caixa 422. Inventário de Luiz Ferreira da Silva e Maria Arcângela de Jesus – São João del-Rei, 22 de DEZ de 1810.

<sup>285</sup> As duas mulheres da elite que deixaram os bens para seus escravos foram: Maria Arcângela de Jesus que nomeou como herdeira Gertrudes Arcângela Ferreira, “cria” da sua casa que libertou “a muitos anos”. MRSJDR – INV – 1820 – caixa 422. Inventário de Maria Arcângela de Jesus – São João del-Rei, 17 de ABR de 1820; e Maria Joaquina de São José que deixou seus bens para seus três escravos: Geraldo, Luzia e Custódio. MRSJDR – INV – 1838 – caixa 606. Inventário de Maria Joaquina de São José – São João del-Rei, 21 de ABR de 1838.

<sup>286</sup> Entre os casados, “quando um dos cônjuges morria, da metade que pertencera ao falecido, os filhos herdavam automaticamente dois terços e o restante (a terça) era disposto conforme determinações testamentárias. Normalmente (...) deixava-se a terceira parte do dinheiro para a realização do enterro, a celebração de missas, bem como para esmolas e outras práticas...”. FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva...*, p. 82. Entretanto, quando não tinha filhos, os bens ficavam para os descendentes do falecido, como os netos. Se não houvesse herdeiros descendentes, os bens ficavam para os ascendentes, como a mãe, o pai, por exemplo. Mas, se não houvesse herdeiros ascendentes ou descendentes, os bens ficavam para quem o falecido determinasse. *Ordenações Filipinas*, livro Quarto, Tít. XCVI Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. *Fac-simile* da Edição de Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870, p. 954-6. No caso dos cônjuges, eles eram herdeiros universais do outro falecido quando esse último tivesse morrido sem testamento e não tivesse herdeiros ascendentes ou descendentes até 10º grau. *Ordenações Filipinas*, livro Quarto, Tít. XCIV, p. 947-8.

uma forma de sociabilidade da época”<sup>287</sup>. Sendo assim, agir de caridade para com seus escravos, talvez fosse uma das formas que essas mulheres encontraram para tornar público perante a sociedade suas riquezas e demonstrar que eram “boas cristãs”.

Das 11 mulheres forras ou suas descendentes solteiras (Quadro 6), 2 instituíram seus filhos como herdeiros; 3 indicaram seus testamenteiros e as outras 6 instituíram como seus sucessores nos bens outras pessoas, quais sendo: em 3 casos os sobrinhos – 2 porque seus filhos já haviam falecidos e 1 porque não tinha nenhum filho; 2 indicaram pessoas com as quais não explicou a ligação e a última designava como herdeira sua afilhada. De todas as 9 mulheres que indicaram outras pessoas como herdeiros diferentes de seus filhos, 5 nunca haviam sido mães e as outras 4 tinham seus filhos já falecidos. Das que não mencionaram seu estado civil, 2 indicaram como herdeiros seus filhos, 1 instituiu seu neto e a última indicara seu testamenteiro.

**Quadro 6**  
**Relação Herdeiros – solteiras e que não mencionaram estado civil**

	Solteiras	Não menciona
Filho	2	2
Testamenteiro	3	1
Mãe	-	-
Escravos	-	-
Outros	6	1

**Fonte:** Inventários e testamentos do Museu Regional de São João del-Rei

Ana Gonçalves Chaves foi uma das mulheres que indicara como herdeiro seu testamenteiro. Tendo seus bens inventariados no ano de 1812, não declarara seu estado civil e se algum dia já havia sido mãe. Conforme suas disposições, instituía por herdeiro seu testamenteiro Joaquim de Motta Gonçalves “em atenção a caridade com que me tem tratado na presente enfermidade que padeço e ter sido cria da minha casa”<sup>288</sup>. Tais palavras nos deixam inferir de que seu testamenteiro e herdeiro provavelmente tenha sido seu escravo alforriado já algum tempo, quiçá no momento do batismo.

<sup>287</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Op. Cit*, p. 165.

<sup>288</sup> MRSJDR – INV – 1812 – caixa 56. Inventário de Ana Gonçalves Chaves – São João del-Rei, 07 de FEV de 1812.

Entre as mulheres da elite que não se casaram, 3 no total, 1 indicou as filhas e filhos de seu compadre, a outra nomeou seu inventariante que também era seu irmão e a última indicara 2 de suas escravas, libertas em testamento. Tem-se aqui o fato de que a estratégia da caridade para com seus escravos não era uma atitude comum somente entre as casadas. Deixar os bens aos escravos provavelmente era um modo de tentar determinado reconhecimento, como foi dito. Principalmente quando se pensa na conformação urbana das vilas analisadas, onde as notícias circulavam sem grandes problemas por entre ruas, praças e becos<sup>289</sup>.

Outro aspecto analisado diz respeito à procriação. Como bem destaca Faria, “o casamento não era condição para ter filhos (...) nem mesmo a virgindade delas era importante para os homens com quem casavam”<sup>290</sup>. Das 30 mulheres que haviam sido casadas, somente 7 tiveram filhos, sendo declarados inclusive os falecidos e cativos. Dessas 7, 2 tinham tido filhos somente dos maridos; 1 tinha 4 filhos antes de se casar e 2 do marido; outra possuía 4 filhos do primeiro matrimônio e nenhum do marido e outras 3 foram mães antes de se casar. Em outras palavras, das 7 mulheres que procriaram, 5 (71%) tiveram filhos fora da relação matrimonial que se encontravam.

**Quadro 7**  
**Relação do estado civil e filhos – ex-escravas e descendentes**

	Com filhos	Filhos falecidos	Filhos escravos
Casadas	6	3*	2
Viúvas	1	-	-
Solteiras	6	4	-
Não mencionaram	3	2**	-
Total.....	16	-	-

**Fonte:** Inventários e testamentos do Museu Regional de São João del-Rei

\*Uma das mães que indicou seus filhos cativos foi também a mesma que disse ser seu outro filho morto; duas mães tinham filhos livres e falecidos.

\*\* Uma possuía filhos livres e falecidos; outra mãe indicara que seus filhos já falecidos eram cativos.

Já as mulheres solteiras, 11 assim indicadas, 6 tiveram filhos, sendo que dessas 6, 4 não tinham mais seus filhos para serem seus herdeiros, pois já haviam falecido. Das mulheres que não mencionaram se eram ou não casadas, 4 das 45 forras e descendentes, 2 tinham filhos que no momento da feitura de seus testamentos já se achavam falecidos.

<sup>289</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo...*, p. 81.

<sup>290</sup> FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas: acumulação...*, p. 299.

A partir desses dados, pode-se concluir que entre as mulheres forras e descendentes, realmente ser mãe não estava ligado ao casamento, pois como demonstram os dados, entre as casadas com filhos a maioria (71%) tivera filhos fora do matrimônio, e as solteiras, 6 (55%) de um total de 11 mulheres, foram mães. Pelo menos nesse aspecto, essas mulheres tendiam a se esquivar da moral católica, destacada por Silvia Brügger, quando se pensa que a noção de família ideal seria aquela formada a partir da união matrimonial que objetivava a procriação<sup>291</sup>.

Muitos dos filhos dessas mulheres poderiam ter sido frutos de uma relação com homens brancos. Assim era o caso da ex-escrava Eugenia Maria de Oliveira, casada legitimamente com o Capitão Francisco Alves da Costa e mãe de 6 filhos. Com seu marido havia tido 2 filhos e, quando solteira, fora mãe de mais 4, dentre eles, “Maria [Josefa de Oliveira], de quem é pai José Rodrigues, homem branco, solteiro, morador na mesma Freguesia de Lavras, e se acha casada com Caetano de Caldas Feliz”<sup>292</sup>.

Casos como de Eugênia são exemplos do processo de mestiçagem biológica existente. Conforme destacou Luciano Figueiredo, a colonização do Brasil foi marcada pela miscigenação que definiu a presença do mestiço na composição da sociedade<sup>293</sup>. Já no século XIX, a miscigenação ainda estava presente. Os filhos mestiços continuaram sendo numerosos e as mulheres forras deram sua parcela de contribuição para aumentar esses números entre a população livre.

Creio ser interessante pensar que o número de filhos frutos de relações entre mestiças e brancos provavelmente foi bastante expressivo. No entanto, no conjunto de documentos analisados, somente Eugênia o declarou abertamente. Ao mesmo tempo, muitos dos filhos das mulheres analisadas poderiam ter sido cativos como suas mães e conseguiram a liberdade talvez devido às estratégias de sedução utilizadas pelas mães, fato comum, como destaca Eduardo França Paiva. A liberdade para mãe e filho poderia estar vinculada ao estabelecimento de alguma condição, como o pagamento para que a paternidade não fosse revelada. Tais relações foram extremamente comuns, conforme aponta Paiva<sup>294</sup>, e contribuíram para o

---

<sup>291</sup> BRUGGER, Silvia. *Minas Patriarcal...*, p. 147.

<sup>292</sup> MRSJDR – INV – 1829 – caixa 179. Inventário de Eugênia Maria de Oliveira – São João del-Rei, 16 de janeiro de 1829.

<sup>293</sup> FIGUEIREDO, Luciano. *Mulheres nas Minas Gerais...*, p.166.

<sup>294</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo...*, p. 199.

multicolorido da mestiçagem [que] marcava o mundo colonial já de forma indelével. Afinal, dos contatos estabelecidos entre tão diversas origens e visões de mundo, travados em terras portuguesas da América, conduzidos por relações de poder moldadas às peculiaridades de regiões e épocas, nasceram indivíduos e grupos que não eram nem europeus, nem africanos, nem índios. Eram mestiços<sup>295</sup>.

Isso significa dizer que ocorreram duas formas de mestiçagem, a cultural e a biológica, da qual resultaram os mestiços. Estes apropriaram-se de alguns valores próprios das elites. “Chegaram mesmo a experimentar alguns privilégios, como o uso da indumentária, ornamentos e emblemas *destinados à priori* aos posicionados na parte superior da hierarquia social”<sup>296</sup>.

Diferentemente das ex-escravas e descendentes, a procriação entre as mulheres da elite analisadas, em sua maioria, estava diretamente ligada ao enlace matrimonial. Isso porque, das 23 mulheres da elite analisadas, somente as que haviam contraído matrimônio eram mães, um total de 13 mulheres (65%) de 20 mulheres casadas. As outras 7 casadas não tinham filhos, porque, conforme declaração de uma delas, “*sempre vivi honestamente*”<sup>297</sup>. Dessas 13 mulheres, encontrei somente 2 (15%) que haviam tido filhos que não eram de seus maridos. A primeira era Dona Maria Teixeira de Carvalho. Dona Maria contraindo primeiras núpcias com João de Miranda de Ramalho fora mãe de 5 filhos. Entretanto, quando viúva tivera mais 1 filho, Miguel Teixeira de Carvalho, para o qual não há declaração de quem seja o pai. Dona Maria se casaria novamente com Bento Gonçalves da Costa, não ficando nenhum herdeiro dessa relação<sup>298</sup>. A segunda mulher a ter filhos naturais fora Dona Jacinta Maria do Sacramento que era divorciada do marido. Conforme suas palavras, as duas filhas já existiam antes de se casar com Pedro Alves de Andrade<sup>299</sup>.

Os dados referentes às mulheres da elite indicam que, se houve casos que tiveram filhos fora do casamento, a grande maioria segue o ideal tradicional de procriação em que esta era associada ao casamento que, conforme Brügger, estava

---

<sup>295</sup> *Ibidem*, p. 36-7.

<sup>296</sup> *Ibidem*, p. 144.

<sup>297</sup> Essas palavras são da já citada Isabel Teresa de Jesus. MRSJDR – INV – 1830 – caixa 116. Inventário de Isabel Teresa de Jesus – São João del-Rei, 13 de MAI de 1830

<sup>298</sup> MRSJDR – INV – 1822 – caixa C-05. Inventário de Maria Teixeira de Carvalho e Bento Gonçalves da Costa – São João del-Rei, 1822.

<sup>299</sup> MRSJDR – INV – 1836 – caixa 295. Inventário de Jacinta Maria do Sacramento – São João del-Rei, 26 de MAR de 1836.

presente em Portugal e também nas áreas coloniais<sup>300</sup>. Mas, ao mesmo tempo havia aqueles casos de filhos ilegítimos, apesar da minoria.

Toda argumentação referente às mulheres da elite permite pensar que, dado o contexto do período analisado – de grande movimentação econômica, política e cultural das vilas em questão – não só o casamento, mas tornarem-se mães ia de encontro com as perspectivas de manter e perpetuar seus *status* e fortunas. Isso porque, como bem destacou Brügger, a prole era importante peça no estabelecimento de alianças<sup>301</sup>. Nesse aspecto, talvez seja interessante pensar que as ex-escravas e descendentes também poderiam utilizar seus filhos para firmarem contatos com outras pessoas, às vezes de condição social e econômica mais elevada, provocando assim certa inserção num círculo *a priori* restrito. Visto dessa maneira específica, tornar-se mãe quiçá tenha sido um exemplo aprendido e posto em prática pelas mulheres analisadas.

A contribuição da mulher forra e sua segunda geração para a formação da sociedade urbana das Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei se dera também em outros aspectos. Dentre eles a economia. Conforme Sheila Faria, “foi no comércio que os alforriados, principalmente as mulheres, conseguiram as melhores chances de enriquecimento”<sup>302</sup>. Muitos dos inventários analisados trazem entre os bens relacionados, tabuleiros, balanças, frascos, inclusive doces que, permitem sugerir que suas donas estavam ligadas a alguma atividade mercantil. Outras, além desses objetos, deixavam como legados em testamento missas para *todos com quem teve negócios*.

Assim é o caso de Joana Tavares do Couto. Joana, solteira, sem filhos, era natural da Costa da Mina. Entre seus bens, além de 1 escravo, havia tachos, bacias, tabuleiros, frascos, garrafas, copos, balança, espumadeira, gamelas, doces de amendoim, amêndoas, inclusive algumas “encartuchadas”, e ainda dinheiro, que indicam o comércio como uma das possíveis formas que Joana encontrou para tentar alcançar a ascensão econômica. Além das missas para sua alma, para alma de seus senhores e as do purgatório, Joana determinou que fosse celebrada três missas “por todos com quem tive negócio”<sup>303</sup>.

---

<sup>300</sup> BRUGGER, Silvia. *Minas Patriarcal...*, p. 148.

<sup>301</sup> *Ibidem*, p. 210.

<sup>302</sup> FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás pretas, Damas mercadoras...*, p. 146.

<sup>303</sup> MRSJDR – INV – 1820 – caixa 70. Inventário de Joana Tavares do Couto – São João del-Rei, 07 de OUT de 1820.

As mulheres forras ligadas ao mercado a varejo buscavam, através dessa atividade, afastar-se da escravidão, já que tentavam acumular pecúlios e com eles ter maior acesso aos símbolos exteriores de riqueza, tentando com isso ostentar a sua ascensão, pelo menos econômica. Tais atividades foram importantes não só para elas em particular, mas para toda a sociedade como um todo, pois seus gêneros abasteciam a população trabalhadora das Vilas.

Conforme Luciano Figueiredo, já no período colonial, era bastante representativo a presença feminina no comércio. Conhecidas como “negras de tabuleiro”, essas mulheres dominavam uma parte do comércio que “representava uma garantia de abastecimento estável para as populações mineiras, além de gerar recursos para as despesas administrativas na região de cobrança de tributos”<sup>304</sup> Mas, ao mesmo tempo em que exerciam função tão importante, elas representaram uma ameaça para as autoridades. Conforme Figueiredo, as autoridades viam essas mulheres como “sutis ladrões”, pois muito do ouro furtado pelo escravo ia parar na mão delas, contribuindo assim para o desvio do metal extraído<sup>305</sup>.

Os viajantes estrangeiros também destacaram a presença das mulheres de cor, especialmente nesta análise, as livres e libertas, em atividades ligadas aos gêneros de consumo. Jean-Baptiste Debret, ao descrever sobre a forma como as “*negras livres viviam de suas atividades*” no Rio de Janeiro, relata que

as mais bem-educadas e inteligentes procuram logo entrar como operárias por ano ou por dia numa loja de modista ou de costureira francesa (...) outras (...) dedicam-se ao comércio de legumes e frutas, instalando-se nas praças<sup>306</sup>.

---

<sup>304</sup> FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais..., p. 146-7.

<sup>305</sup> *Ibidem*, p. 151-2.

<sup>306</sup> DEBRET, J. B. *Viagem Pitoresca...*, p. 131. (tomo 2)

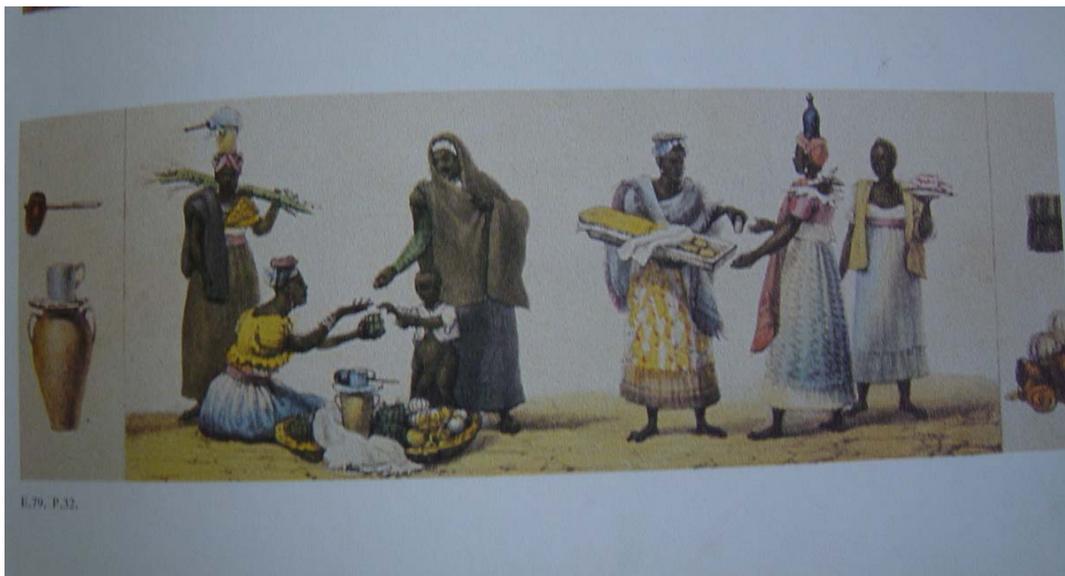


Figura 1 – *Negras livres vivendo de suas atividades*

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. v. 2. São Paulo: Itatiaia, 1989

Na imagem acima (Fig. 1) Debret apresenta algumas atividades mercantis desenvolvidas pelas mulheres negras, chamadas “quintadeiras”. Na parte esquerda sentada há uma mulher vendendo o *aluá*<sup>307</sup>, para qual atividade é necessário

possuir um pote de barro, um prato, uma grande xícara de porcelana e, finalmente, um coco de cabo de madeira, espécie de colher e ao mesmo tempo medida de capacidade que serve para tirar do pote a quantidade de bebida suficiente para encher a xícara<sup>308</sup>.

Os materiais, colocados sobre uma toalha, poderiam ser amarrados e carregados na cabeça. Acima, outra mulher com cana-de-açúcar que poderia vendê-la em gomo, sendo também uma oportunidade de render determinado lucro às mulheres. Do lado direito, a mulher com tabuleiro se dedica à venda do *maué* que, conforme Debret, seria “um folhado recheado de carne”, ou ainda – do lado direito desta última – à venda de sonhos, “fatias de pão passadas no melado e com certa quantidade de pedras por cima”, que sempre eram dispostos para a venda de modo que parecesse uma pirâmide<sup>309</sup>.

As observações de Debret referem-se à realidade do Rio de Janeiro. Entretanto, sendo São João del-Rei, no início do século XIX, local de intensa atividade econômica, é bem possível pensar que as negras livres também poderiam

<sup>307</sup> Conforme Debret o aluá seria uma bebida fresca feita de “água de arroz fermentado ligeiramente acidulada, embora açucarada”.

<sup>308</sup> *Ibidem*, p. 132.

<sup>309</sup> Todas as citações desse parágrafo foram tiradas de: *Ibidem*, p. 132-3.

estar inseridas no comércio de gêneros alimentícios. Principalmente quando se depara com casos como o de Joana Tavares do Couto, anteriormente citada, que tinha entre seus bens doces de amendoim e amêndoas e ainda, em testamento, determinou que fossem celebradas missas para as pessoas com quem tivesse estabelecido algum negócio.

Entretanto, as atividades que rendiam algum pecúlio não se resumiam ao comércio. Muitas mulheres se dedicaram a outras funções como amas-de-leite, parteiras e, inclusive, a prostituição. Para Luciano Figueiredo, algumas mulheres poderiam utilizar o tabuleiro para disfarçar a prostituição. A prostituição seria uma prática que complementaria o comércio ambulante, contribuindo para que muitas dessas mulheres pudessem acumular algum pecúlio para sobreviver, já que elas viviam em plena pobreza<sup>310</sup>.

Nesse sentido, a execução de alguma atividade econômica, ou mais de uma dela, era a forma que muitas mulheres encontravam para alcançar determinada ascensão ou pelo menos sobreviver. Embora muitas delas pudessem, inclusive, ter enriquecido, isso não representou, necessariamente, o alcance de prestígio social<sup>311</sup>. Ao contrário, conforme Sheila Faria, essas mulheres estavam triplamente estigmatizadas: a cor da pele, relacionada à escravidão; o defeito mecânico, condição vil; e a prostituição, repúdio religioso<sup>312</sup>.

Considerando a narrativa do viajante Johann Emanuel Pohl, que esteve em São João del-Rei, no início dos oitocentos, essa seria a forma como muitos viam as mulheres negras, na época:

Estando em seu quarto, numa hospedaria, viu entrar *duas negras jovens* para lhe vender frutas em conservas. As atitudes e os olhares das negras, entretanto, revelaram-lhe *claramente qual era sua verdadeira ocupação*. Mandou que as negras saíssem. Enquanto ele se distraiu, uma delas pegou algo de um baú e dele retirou um pacotinho de sementes, deixando-o quando ele se virou. Nenhuma delas mostrou embaraço com a tentativa do furto. Ao contrário, deram muitas risadas. (...) Concluiu que o episódio evidenciou o *quanto é descurada aqui, moralmente, a classe baixa*<sup>313</sup>.

<sup>310</sup> FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais..., p. 152-162.

<sup>311</sup> FARIA, Sheila de Castro. Sinhás pretas: acumulação..., p. 308.

<sup>312</sup> Sheila Faria está se referindo ao trabalho manual quando fala a respeito do defeito mecânico, vistos por muitos no período como atividade vil. FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras...*, p. 156.

<sup>313</sup> POHL, Johann Emanuel. Viagem ao interior do Brasil (1817-1821). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: UDUSP, 1976, p. 87-8. Apud: FARIA, Sheila de Castro. *Sinas pretas: acumulação...*, p. 308.

Para Sheila Faria, a impressão do viajante seria provavelmente a mesma dos habitantes brancos do local. Além disso, ressalta que, apesar do viajante ter dito que as duas negras eram da “classe baixa”, não necessariamente o eram; e que nesse caso, talvez a pobreza estivesse mais ligada ao *status* social que à condição material<sup>314</sup>.

Penso que outras idéias estavam embutidas nas palavras do viajante, ligada à moral. Ao dizer que os olhares das negras lhe revelaram sua verdadeira ocupação, é possível pensar que ele teria percebido nelas – movido por suas próprias referências culturais - uma falta de moral e de modéstia, consideradas duas virtudes no período. Afinal, muitos dos instrumentos educativos, dentre eles a Igreja, buscavam destacar a importância dessas qualidades nas mulheres. É verdade que, em geral, eram qualidades associadas às mulheres das elites, o que não exclui o fato que outras mulheres de condição variada também fossem passíveis de serem cobradas neste sentido, como as ex-escravas. Sendo assim, o viajante destacava que, pelo menos entre aquelas mulheres pertencentes à “classe baixa”, tais virtudes não estavam presentes.

Muitas das ex-escravas, provavelmente já exerciam determinadas atividades econômicas quando ainda eram cativas e continuaram a desempenhá-las após a conquista da alforria, com o diferencial que libertas poderiam praticá-las com mais desenvoltura e sem os entraves comuns do tempo de cativo. Por isso mesmo, como destacou Eduardo França Paiva, para tentar negar sua antiga condição, necessitavam de se apropriarem de valores dominantes<sup>315</sup>.

Em relação às mulheres da elite, como bem lembra Maria Beatriz Nizza da Silva, imaginá-las como totalmente ociosas “constitui uma generalização a partir do ambiente doméstico de algumas donas que não usavam as mãos nem para se distrair com bordados e rendas”<sup>316</sup>. Muitas das mulheres analisadas provavelmente se utilizavam dos seus teares, das agulhas a fim de desenvolver algum tipo de trabalho. Outras se dedicavam a administração da economia doméstica ou a supervisão do trabalho de seus escravos. Conforme Nizza da Silva, “a distribuição das tarefas pelos escravos no espaço doméstico competia às mulheres, e a boa

---

<sup>314</sup> *Ibidem*, p. 309.

<sup>315</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos...*, p. 131

<sup>316</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas e Plebéias...*, p. 167.

ordem do governo de uma casa dependia da repetição das ocupações”<sup>317</sup> que futuramente iriam exercer.

Mas poderia haver também aquelas mulheres que cuidaram das atividades financeiras dos maridos quando necessitavam de viajar ou faleciam. Dona Maria Madalena de Jesus, viúva de Luiz Alves Taveira, mãe de 4 filhos, tivera seus bens inventariados no ano de 1830. Pelos dados contidos no processo, é possível inferir que entre seus bens houvesse um engenho de cana-de-açúcar e, principalmente que, depois da morte do marido, tenha sido ela a responsável pela sua administração. Entre os recibos do documento há um específico no valor de 35\$000, referente a subsídios literários<sup>318</sup> pagos sobre a aguardente fabricada no engenho “de Maria Madalena”<sup>319</sup>.

Dona Maria Joaquina de São José, viúva de Mariano Antonio Coelho com quem, conforme suas palavras “infelizmente” se casou foi uma mulher que necessitou trabalhar para reconstituir sua riqueza. Segundo declarara, logo no dia após seu casamento, seu marido fora chamado para resolver um crime “para as partes da Paraíba pelo defloramento de uma moça”. Retornando depois de cerca de um mês e meio, ele levava da fazenda onde moravam “tudo quanto pode de moeda corrente, ouro lavrado e (sic) mais jóias minhas próprias, dois escravos, ótimo cavalo (...) e outros objetos”, voltando novamente para a Paraíba, onde fora assassinado. Tendo ocorrido isso há mais de 30 anos, o referido casamento, segundo Dona Maria Joaquina, só lhe servira “para deixar em total miséria, de maneira que tudo quanto possuo é devido a minha agência”<sup>320</sup>.

Para as mulheres da elite havia outros tipos de trabalhos. Sendo mães daqueles que no futuro ocupariam os principais cargos políticos e substituiriam seus pais na mercancia e outras atividades, a elas estava designada a função de educar seus filhos nos primeiros anos de suas vidas. Tal função era constantemente ressaltada pelas instituições que exerciam determinada função educativa no período<sup>321</sup>. Às mulheres cabiam, através de seus exemplos e outras funções de

---

<sup>317</sup> *Ibidem*, p. 197-8.

<sup>318</sup> O “subsídio literário” criado em 1772 era um imposto cobrado sobre a carne, o vinagre, o vinho e a aguardente, para subsidiar o sistema de aulas avulsas regidas por professores mantidos pela Coroa.

<sup>319</sup> MRSJDR – INV – 1830 – caixa 422. Inventário de Maria Madalena de Jesus – São João del-Rei, 01 de MAR de 1830.

<sup>320</sup> MRSJDR – INV – 1838 – caixa 121. Inventário de Maria Joaquina de São José – São João del-Rei, 21 de ABR de 1838.

<sup>321</sup> Dentre as variadas instituições que ressaltavam a função educativa exercida pelas mães tem-se a imprensa. Como exemplo, no periódico *O Mentor das Brasileiras*, o redator, em nota à *Carta enviada por Swift a uma noiva sobre a maneira de se conduzir no estado no estado de casada*, ao falar da importância de educar as mulheres,

mãe, ensinar suas filhas e filhos as primeiras virtudes morais e cristãs necessárias, conforme os escritos de um tratado do final do século XVIII intitulado *Tratado da educação física e moral das crianças de ambos os sexos* de Luiz Carlos Muniz Barreto<sup>322</sup>.

Sendo assim, muitas das mulheres da elite analisadas poderiam exercer determinado tipo de trabalho, mesmo que não estivessem ligados diretamente à obtenção do lucro como ocorria entre as ex-escravas e descendentes. O cotidiano das ex-escravas e descendentes e mulheres da elite permite assim ampliar a noção de trabalho, pois cada uma delas poderia exercer determinado tipo de função, aqui entendido como a sua tarefa, conforme o lugar que ocupava na sociedade.

As funções exercidas pelas mulheres forras e descendentes junto à realidade econômica e a conformação urbana das Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei se não lhes permitiram ascensão social como queriam, por outro lado foram possibilitadoras de ascensão econômica. Esta última, por sua vez, foi o meio encontrado por elas de se afastar do mundo da escravidão do qual tinham vindo. Além do mais, o fato de terem deixado de ser escravas já representava um grande salto para elas. Para demonstrar esse enriquecimento, elegeram variados símbolos, como bens (os escravos, as jóias, os tecidos) além de inúmeras estratégias, como o casamento, salientado anteriormente, ou a filiação em alguma irmandade, configurando tais ações num grande processo de apropriação dos costumes das elites econômica e social das vilas onde moravam.

Das 45 ex-escravas e descendentes analisadas, 27 (60%) declararam que possuíam escravos. Dessas 27, 19 eram casadas, sendo um indicativo de que talvez a companhia do marido lhes possibilitasse a posse de escravos ou que o cônjuge pudesse ter algum bem quando se casou. As duas maiores proprietárias eram casadas, tendo respectivamente, 9 e 16 escravos<sup>323</sup>. As outras mulheres casadas seguiram o padrão das proprietárias solteiras e daquelas que não declaram se eram ou não casadas, tendo uma média de até três escravos. Isso significa dizer que 53,33% das mulheres se encaixam no perfil de pequeno proprietário.

---

destaca que “as mães são as primeiras mestras dos seus filhos”. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n.º 03, segunda-feira, 14-12-1829, p. 20.

<sup>322</sup> BARRETO, Luiz Carlos Muniz Barreto. *Tratado da Educação física e moral das crianças de ambos os sexos*. Lisboa: Oficina de Real Academia de Ciências, 1787.

<sup>323</sup> As duas mulheres maiores proprietárias de escravos foram Helena Maria Silva, com 9 escravos; e Eugenia Maria de Oliveira, com 16 escravos. Além desses escravos. Eugenia dera como parte do dote de duas filhas 1 escravo para cada uma. MRSJDR – INV – 1819 – caixa 321. Inventário de Helena Maria Silva – São João del-Rei, 09 de setembro de 1819; MRSJDR – INV – 1829 – caixa 179. Inventário de Eugênia Maria de Oliveira – São João del-Rei, 16 de janeiro de 1829.

## Segundo Eduardo França Paiva

Como símbolo externo de ascensão econômica, mulheres e homens libertos procuraram transformar-se rapidamente, em proprietários de escravos. Era, obviamente, a negação da antiga condição social: de outrora cativo e atual proprietário de cativos. Mas, ao mesmo tempo, era atitude condizente com as necessidades de uma sociedade escravista colonial: possuir mancipios era investimento acumulado e instrumento rentável<sup>324</sup>.

Sendo assim, as mulheres investiam em escravos, interessadas em determinada ascensão, ao menos econômica, já que a propriedade escrava representava uma demonstração de poder e afirmação da condição dos indivíduos livres<sup>325</sup>. Mas ao mesmo tempo, representou também investimento e, conforme Faria, esses escravos adquiridos poderiam ser usados também como mão-de-obra auxiliar nas atividades desenvolvidas pelas mulheres forras<sup>326</sup>. A posse de escravos também se constituía em indicativo importante para se inferir o grau de fortuna das pessoas. Para Faria, não poderia ser considerado absolutamente pobre o proprietário de um único escravo, visto que a grande parte da população não tinha condições de ter nem mesmo um só cativo<sup>327</sup>.

A posse de escravos configurou-se como uma possibilidade de diminuição da desclassificação social, mas principalmente econômica. Mais do que isso, foi uma apropriação dos mesmos mecanismos utilizados pela elite econômica para demonstração de poder, pois

também buscavam com isso minorar a humilhação de serem confundidos com escravos, de terem que apresentar suas cartas de alforria para comprovarem sua liberdade e de sofrerem restrições e interdições legais destinadas a todos os não brancos<sup>328</sup>.

A afirmação de que as ex-escravas e descendentes se utilizavam das mesmas artimanhas da elite econômica para ostentar seu poder pode ser corroborada pelos dados apresentados nos inventários das mulheres da elite analisadas. Em outras palavras, as mulheres da elite provavelmente também se

---

<sup>324</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo...*, p. 67.

<sup>325</sup> Eduardo França Paiva vai destacar a existência de escravos proprietários de outros escravos. *Ibidem*, p. 67-8. No entanto, mesmo assim creio ser pertinente pensar a propriedade escrava como demonstração da condição de livre, que em consonância com outros bens poderiam ser vistos como indicação de riqueza e poder.

<sup>326</sup> FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, Damas mercadoras...*, p. 162.

<sup>327</sup> *Ibidem*, p. 166.

<sup>328</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo...*, p. 213.

utilizavam da posse de escravos para afirmar sua posição econômica e social. Das 23 mulheres da elite em questão, 22 (96%) indicaram a posse de escravos. Entre elas, 13 (59%) possuíam um plantel de escravos com número superior a 10 cativos. As duas maiores proprietárias eram Maria Teixeira de Carvalho e Maria Madalena de Jesus com 47 e 31 escravos, respectivamente<sup>329</sup>.

O único documento entre os analisados pertencentes às mulheres da elite que não faz referência à posse de escravos é o de Dona Joaquina de São José. Dona Joaquina era esposa do comerciante Antonio Felisberto da Costa. Inicialmente era inventariante dos bens do marido, indicando entre seus pertences 3 escravos. Entretanto, como morrera antes de terminar o processo de inventário do marido, seus filhos e herdeiros deram também seus pertences para avaliação dentro do mesmo documento, não sendo nele indicado nenhuma posse escrava. Mas a inventariada possuía outros bens para ostentar sua posição social e econômica. Somente os bens dela foram avaliados em 14:213\$821. Entre eles, havia um imóvel avaliado em 4:000\$000. Conforme sua descrição era um sobrado com 4 portas e 4 janelas localizado na Rua Direita<sup>330</sup>, “de muito boas madeiras e construção assoalhadas e forradas com todos os cômodos para numerosa família”.<sup>331</sup>. A propriedade imóvel entre os pertences de Dona Joaquina ao que se percebe ocupava 28% do valor de seus bens.

Como Dona Joaquina, entre os bens das outras mulheres pertencentes às elites, os bens de raiz tiveram grande representatividade. Das 23 mulheres analisadas 21 tinham algum bem imóvel. Dessas 21, 19 delas eram mulheres que já haviam contraído matrimônio. As outras 2 mulheres que não indicaram a posse de bem imóvel, 1 já tinha sido casada e se encontrava no “estado de viúva” e a outra era solteira. Dos 21 documentos que indicaram a propriedade imóvel em 15 (71%)<sup>332</sup>, tal pertence chegava a ocupar mais de 25% do valor total dos bens. No inventário de Dona Teresa Maria de Jesus realizado em 1840, de um monte-mor de 23:173\$758, os bens de raiz somaram 13:454\$763 (58%) do valor total dos bens.

---

<sup>329</sup> MRSJDR – INV – 1822 – caixa C-05. Inventário de Maria Teixeira de Carvalho – São João del-Rei; MRSJDR – INV – 1830 – caixa 422. Inventário de Maria Madalena de Jesus – São João del-Rei, 01 de MAR de 1830.

<sup>330</sup> A Rua Direita conforme Campos, seria um dos três logradouros que “concentrava a principal área comercial da Vila” de São João del-Rei. As outras duas seriam a Rua do Curral e Municipal. CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização...*, p. 88.

<sup>331</sup> MRSJDR – INV – 1830 – caixa 290. Inventário de Antonio Felisberto da Costa – São João del-Rei, 04 de FEV de 1830.

<sup>332</sup> Em uma das proprietárias não foi possível analisar a porcentagem dos bens de raiz porque não há referência do valor do monte-mor. MRSJDR – INV – 1819 – caixa 353. Inventário de Maria de Nazaré – São João del-Rei, 06 de OUT de 1819.

Já em relação às forras e descendentes, do mesmo modo que as mulheres da elite, elas procuraram outras formas de investimento, diversificando os elementos capazes de ostentar sua ascensão econômica.

Sendo assim,

casas cobertas com telhas e, às vezes, localizadas em nobres áreas das vilas e arraiais, roupas coloridas, feitas de uma variedade enorme de tecidos estrangeiros ou fabricados na região, encontrados com facilidade nas lojas existentes e, sobretudo no caso das mulheres, jóias e objetos de adorno de ouro, prata, pedras e metais preciosos<sup>333</sup>.

Em relação à propriedade imóvel, 33 (73,33%) mulheres das 45 analisadas eram proprietárias de pelo menos um bem de raiz, inclusive rural. Dessas, 24 eram casadas e 3 que não mencionaram seu estado civil também eram proprietárias. Do restante, 2 não mencionaram se tinham casas ou não. Em 19 (68%)<sup>334</sup> das 33 mulheres analisadas, a porcentagem da propriedade imóvel ultrapassara os 25% do valor do monte-mor. Em 2 casos, os bens de raiz chegaram a ser o único bem avaliado no inventário. Juliana da Silva, solteira e sem filhos vivos, declarou em seu testamento que “era muito pobre e não possuía mais que uma morada de casas”<sup>335</sup>. Ao ter seus pertences avaliados no ano de 1825, somente a referida casa foi constada no valor de 110\$000<sup>336</sup>.

Joana Maria da Silva, por sua vez, casada e sem filhos apesar de ter somente as casas avaliadas – 80\$000 – tinha outros bens. Os demais pertences citados pela inventariada em testamento seria 1 escrava – a qual fora alforriada no momento das disposições testamentárias – e 1 brinco “de águas marinhas” que deixara como esmola a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da qual era irmã<sup>337</sup>. Joana Maria da Silva, ao que parece, buscou meios de alcançar determinado reconhecimento. Sendo proprietária de tão poucos bens, ainda sim se utilizou de estratégias usadas pela população dominante. Nesse aspecto, pode-se pensar que, independente do sucesso na obtenção de variados meios de ostentação de riquezas, valores dominantes eram aprendidos.

<sup>333</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo...*, p. 68.

<sup>334</sup> 5 das 33 mulheres em que havia a declaração de que possuíam algum bem de raiz, não foi possível saber qual a proporção do mencionado pertence na soma total do monte-mor porque não havia referência da soma.

<sup>335</sup> MRSJDR – INV – 1825 – caixa 253. Inventário de Juliana da Silva – São João del-Rei, 19 de SET de 1825.

<sup>336</sup> *Ibidem*.

<sup>337</sup> MRSJDR – INV – 1829 – caixa 528. Inventário de Joana Maria da Silva – São João del-Rei, 05 de MAI de 1829. Ela também era irmã da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês.

As jóias e adereços, do mesmo modo, símbolos exteriores de riqueza, estiveram presentes nos inventários e testamento das ex-escravas e descendentes. Como afirma Eduardo Paiva, “vários dos badulaques inventariados representavam e celebravam seu triunfo pessoal, isto é, a alforria e a ascensão econômica, não obstante a ostentação deles ser prática coletiva e recorrente entre as forras”<sup>338</sup>.

Do total de mulheres analisadas, 16 (35,55%) possuíam algum tipo de jóia ou adereço, sendo 7 (43,75%) solteiras. As jóias e adereços foram também investimentos de capitais, sendo possível, através deles, conseguir determinados empréstimos, penhorando esses objetos.

Esse parece ter sido o caso de Antonia Correa de Andrade. Segundo a inventariada, vários trastes móveis de *seu uso* estavam em poder de Manoel de Nascimento Correa, os quais seu testamenteiro deveria trazer novamente para o conjunto dos seus bens. Além desses objetos, declarou ainda Antonia que,

que em posse do Capitão Antonio Pinheiro de Faria se acha[va] certos ouros lavrados, a guardar, [os] quais meus testamenteiro haverá a si assim como duas ou três moedas de ouro ou que o mesmo Pinheiro disser, pois que estava pela sua consciência por sempre o conhecer muito verdadeiro<sup>339</sup>.

Apesar de Antonia não dizer claramente que se tratava de um processo de penhora, tal fato pode ser interpretado dessa forma. Naquele período, já não mais existia a Inquisição, que poderia representar alguma ameaça à Antonia, caso suas jóias pudessem ter outro significado além de símbolos exteriores de riqueza ou investimento<sup>340</sup>. Muitas pessoas utilizaram jóias e adereços com funções além das apresentadas anteriormente. Conforme Eduardo, “foi escolha estética, mas foi, também indicativo de prática mágico-protetoras, de devoção, de vinculação religiosa, de guarda de tradições culturais, de autoridade e de poderes”<sup>341</sup>.

As jóias e adereços em geral tiveram importâncias para suas portadoras nem sempre fáceis de serem entendidas. Mas, provavelmente, ocupavam um lugar especial entre os bens dessas mulheres, pois, em muitos casos, determinavam que

<sup>338</sup> PAIVA, Eduardo França. Rotas de fortuna e histórias de amuletos: as Minas Gerais do século XVIII no Brasil. In: *Atas de Seminário Internacional Dimensões da História Cultural*. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 1999, p. 34.

<sup>339</sup> MRSJDR – INV – 1829 – caixa 14. Inventário de Antonia Correa de Andrade – São João del-Rei, 29 de abril de 1829.

<sup>340</sup> Eduardo Paiva afirma que no período em que ainda existia a Inquisição, muitas pessoas deixavam determinados objetos com significados que ultrapassavam o ornato e investimento, nas mãos de pessoas poderosas, tentando assim se defender. PAIVA, Eduardo França. *Rotas de fortuna...*, p. 33.

<sup>341</sup> *Idem, Escravidão e Universo...*, p. 235.

fossem com tais objetos que as missas por suas almas fossem pagas. Ou em outros, deixavam especialmente suas jóias para serem doadas às irmandades das quais faziam parte. Joana Maria da Silva, africana da Costa da Mina, sendo irmã da Irmandade do Rosário de São João del-Rei, deixara para a mesma congregação “um brinco de águas marinhas” e não outro legado<sup>342</sup>. Eugênia Maria de Oliveira, ex-escrava, ao mandar redigir seu testamento determinava que, por sua alma, fossem celebradas “400 missas na Corte do Rio de Janeiro (...) servindo a isto os ditos meus ouros lavrados e adereços”<sup>343</sup>.

Sendo assim, nas palavras de Sheila Faria,

os numerosos adereços (..) eram importantes em vários sentidos. Entre as mulheres, talvez fosse para atrair os olhares masculinos, para solicitar favores, para simbolizar um lugar social ou para atrair os espíritos. (...) De qualquer forma, cabe registrar que (...) não tinham como objetivo somente a ostentação de riqueza nos moldes ocidentais e seus significados poderiam variar de acordo com o portador ou o observador<sup>344</sup>.

Também entre os pertences das mulheres da elite, as jóias e adereços foram comuns: 18 (78%) das 23 mulheres pertencentes a esse grupo tinham alguma jóia mencionada no inventário. Para as mulheres da elite, alguns dos acessórios poderiam possuir significados mágico-protetores, do mesmo modo que era entendido pelas ex-escravas e descendentes. Charles Expilly citado por Faria, ao dissertar a respeito dos “objetos esquisitos” vendidos ao lado de uma igreja no Rio de Janeiro ressaltou que havia entre os compradores pessoas de todos os grupos sociais. “As moças supersticiosas e as orgulhosas senhoras não trepidam em vir fazer provisão de armas sobrenaturais contra os feiticeiros que vão encontrar no caminho”<sup>345</sup>.

Entretanto, havia outras características incorporadas a esses objetos comuns a todos os segmentos. Uma delas seria a ostentação de riquezas. As jóias e adereços permitiam que seus possuidores se distinguissem dos demais. Através deles, as mulheres, independentemente do grupo do qual faziam parte – forras e

---

<sup>342</sup> MRSJDR – INV – 1829 – caixa 528. Inventário de Joana Maria da Silva – São João del-Rei, 05 de maio de 1829.

<sup>343</sup> MRSJDR – INV – 1829 – caixa 179. Inventário de Eugênia Maria de Oliveira – São João del-Rei, 16 de janeiro de 1829.

<sup>344</sup> FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras...*, p. 228.

<sup>345</sup> EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1977, p 85. *Apud* FARIA, Sheila de Castro. *Op. Cit*, p. 221.

descendentes e as pertencentes às elites – poderiam explicitar suas riquezas. Junte-se a isso, funcionavam como uma espécie de “comunicadores” das condições financeiras de seu portador. Nesse sentido, à parte todas as outras funções exercidas pelos adereços e jóias destacados anteriormente, essas duas – ostentação e comunicação – eram importantes determinações designadas a esses objetos. Determinações que poderiam, assim como as demais, serem aprendidas por todos os grupos, inclusive as ex-escravas e descendentes no processo de construção de suas representações de mundo e conformação do seu universo cultural.

Funções semelhantes exerceram as vestimentas. As roupas também estiveram presentes nas estratégias cotidianas das ex-escravas e suas descendentes no intuito de demonstrar seu lugar na sociedade, pelo menos em termos econômicos. Conforme Erlaine Aparecida Januário, as roupas ultrapassavam sua função de protetora do frio, sendo possível percebê-las como “símbolos e sinais capazes de indicar pessoas em seus cargos e funções e ao mesmo tempo atribuir-lhes o *status* social”<sup>346</sup>.

Das mulheres forras e descendentes analisadas, 19 (42,22%) declararam algum tipo de vestuário, sendo 6 solteiras, 8 casadas, 3 viúvas e 2 que não mencionaram se eram ou não casadas. Outras mulheres que não tiveram algum tipo de indumentária declarado em seus documentos, talvez tenham deixados como legado a outra pessoa antes de falecer, ou realmente porque as roupas estavam muito velhas que não receberam avaliação alguma.

Já em relação as mulheres da elite, 15 (65%) dos 23 documentos analisados tiveram alguma indumentária declarada. Das que não tiveram suas roupas mencionadas nos documentos – 8 no total – 1 deixou explícito que as vestimentas da inventariada haviam sido distribuídas. Dona Inácia Joaquina de Andrade, solteira e sem filhos, instituíra como herdeiro de todos os seus bens, depois de cumprido tudo que havia determinado no testamento, ao seu testamentário e irmão José Esteves de Andrade. No processo de inventário, ainda que a inventariada não tenha determinado nada a respeito de suas roupas, há uma referência de que ela havia sido distribuída <sup>347</sup>.

---

<sup>346</sup> JANUÁRIO, Erlaine Aparecida. *A sociedade das aparências...*, p.12.

<sup>347</sup> MRSJDR – INV – 1830 – caixa 408. Inventário de Inácia Joaquina de Andrade – São João del-Rei, 18 de SET de 1830.

A doação de roupas fora atitude muito comum, seja a alguma pessoa específica ou indistintamente distribuída, como o caso de Dona Inácia Joaquina de Andrade. Entre as forras e descendentes analisadas também houve casos semelhantes. Joana Tavares do Couto determinara que suas roupas fossem distribuídas aos pobres<sup>348</sup>. Tem-se assim uma semelhança nos comportamentos quiçá provocada pela observação de atitudes como essas executadas por outras pessoas e, a partir daí, incorporadas?

Nesse sentido, determinadas atitudes, como o casamento, por exemplo, ou determinadas propriedades, tais como a posse de escravo, as roupas ou adereços, foram importantes e diversificados instrumentos utilizados na tentativa de alcançar determinada distinção, como já foi destacado. Interessa ressaltar que, muitos dos pertences e comportamentos fizeram parte do trânsito cultural desenvolvido pelas ex-escravas e suas filhas juntamente com as mulheres da elite. Afinal, na tentativa de se afastarem da antiga condição de escravas, as forras e descendentes se apropriavam de determinadas atitudes ou objetos, provocando assim uma circulação não só de objetos específicos, mas também referências culturais.

### **3.1 - Outras estratégias**

Eu Ana Josefa de Jesus, preta forra, (...) instruída nos sagrados dogmas da Santa fé Católica (...) encomendo a minha alma a Santíssima Trindade em cuja fé tenho vivido e espero salvar a minha alma e rogo ao Padre Eterno que pelos merecimentos de seu unigênito filho tenha piedade dela quando deste mundo partir ....<sup>349</sup>

Eu Inácia Barbosa da Silveira, preta forra de nação Mina, (...) ignorando quando [o] Senhor me chamará a pedir contas e constante nos dogmas de nossa Santa fé Católica, a verdadeira religião...<sup>350</sup>

Essas duas mulheres, ex-escravas, são uma amostra de outras tantas moradoras nas Vilas de São João del Rei e de São José del-Rei que, conseguiram, além da alforria, auferir certos bens materiais que contribuíram para se diferenciarem do restante da população. Quando da feitura de seus testamentos, fizeram questão

---

<sup>348</sup> MRSJDR – INV – 1820 – caixa 70. Inventário de Joana Tavares do Couto – São João del-Rei, 07 de OUT de 1820.

<sup>349</sup> MRSJDR – INV – 1818 – caixa 107. Inventário de Ana Josefa de Jesus – São João del-Rei, 13 de ABR de 1818.

<sup>350</sup> MRSJDR – INV – 1829 – caixa 259. Inventário de Inácia Barbosa da Silveira – São João del-Rei, 07 de JAN de 1829.

de destacar o fato de pertencerem à fé católica. Deixaram para a posteridade que haviam sido Instruídas na fé católica “a verdadeira religião”, fosse praticada de forma real ou teatralizada. Sendo assim, mesmo carregando o estigma da escravidão, utilizaram outros meios, como a religião, para se distinguirem e serem aceitas nos lugares onde moravam.

Assim como essas duas mulheres, entre as demais forras e descendentes, a incorporação de valores dominantes, dentre eles, a prática da religião católica, fora um dos meios encontrados por elas na tentativa de diminuir o espaço que as separava daquelas mulheres pertencentes às elites das Vilas de São João del-Rei e de São José del-Rei. Para isso, filiavam-se a alguma irmandade – ainda que estas fossem marcadas pela grande hierarquia no período, tendo instituições específicas para cada grupo constituinte da sociedade<sup>351</sup> – ou buscavam freqüentar as cerimônias religiosas realizadas nas Vilas.

Mesmo aquelas que não mencionaram se pertenciam ou não a alguma irmandade, era certo deixar como legado para seu funeral alguma missa para sua alma. Das 45 pesquisadas, 35 (77,77%) declararam ser irmãs de alguma congregação, sendo a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário a que possuía o maior número de congregadas (21, ou seja, 60%) dentre elas.

Nesse contexto, a vida religiosa funcionava como meio para a exteriorização das suas devoções, mas, ao mesmo tempo, como estratégia para a reafirmação das práticas culturais dominantes como sendo também suas, pois estariam sendo incorporadas, mesmo que não integralmente. Ao mesmo tempo, as irmandades funcionavam como locais privilegiados de afirmação de suas identidades culturais ou étnicas, mesmo havendo traços de práticas culturais européias e, muitas vezes, servindo como instrumentos que buscavam enquadrar os negros aos padrões culturais dos brancos<sup>352</sup>.

Entre as mulheres da elite, como era de se esperar, a maioria das que declararam a filiação em alguma instituição religiosa pertenciam às Ordens Terceiras. 6 (55%) das 11 mulheres que declararam alguma filiação eram irmãs da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo.

As ordens terceiras organizadas exclusivamente pelas camadas superiores da sociedade e nas quais a rígida seleção para admissão

<sup>351</sup> Uma discussão a respeito das instituições religiosas já fora realizada no capítulo 2.

<sup>352</sup> BOSCHI, Caio César. *Os leigos...*, p. 68.

se processava com base em critérios econômicos, sociais e étnicos. (...) a profissão nas ordens terceiras era sinônimo de status e privilégio das classes dominantes<sup>353</sup>.

Das outras 12 mulheres que não mencionaram o pertencimento a alguma irmandade, 4 deviam a irmandades diferentes. No entanto, não foi possível dizer que tipo de dívida qualquer uma tinha com as instituições religiosas.

A partir dessas observações, as ex-escravas e descendentes souberam, dada a grande movimentação das Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei, eleger comportamentos, atitudes e objetos para construir e demarcar determinada ascensão. Puderam, ao mesmo tempo, aprender as idéias incutidas em cada estratégia. Na sua participação nos espaços de sociabilidade da Vila, elas puderam observar vários exemplos que contribuíram para a construção de suas representações. Especificamente em relação ao seu contato com as mulheres da elite, puderam se apropriar de referências que, do mesmo modo, estavam em transformação, baseadas nos ideais de civilidade então em voga<sup>354</sup>, apropriando-se de certa forma talvez desses mesmos ideais.

As forras e descendentes participaram da formação das Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei, não somente em relação à economia, mas também da construção de uma realidade mestiça. Realidade esta, baseada em referências culturais as mais diversas, como por exemplo, as suas próprias com elementos africanos e das mulheres da elite que se apropriavam das referências culturais européias. Ex-escravas e descendentes provocaram misturas e trocas que se efetivaram “nas ruas, nas cerimônias festivas e religiosas, na mesa, na música e dança, nas práticas de magias e medicinais, na linguagem, na alimentação, na indumentária e na ornamentação”<sup>355</sup>

Sendo assim, contribuíram para a conformação do *universo cultural*, no qual

um amplo conjunto de diferentes e diferenças, em movimento constante, misturando-se, mas também chocando-se, antagonizando-se, superpondo-se, em ritmos que às vezes são lentos e outras vezes são velozes, de maneira harmoniosa e/ou conflituosa, dependendo de épocas e de regiões, dos protagonistas e de seus objetivos. (...) tudo isso se processa, claro numa via de mão

---

<sup>353</sup> *Ibidem*, p. 162.

<sup>354</sup> A respeito de um ideal de civilidade vigente no período vide capítulo 1 e 2.

<sup>355</sup> JANUÁRIO, Erlaine Aparecida. *A Sociedade das Aparências...*, p.21.

dupla (...) mesmo que um ou alguns entre eles imponham-se, mais frequentemente e a partir de seu maior poderio, sobre os outros<sup>356</sup>.

Entretanto, é importante salientar que, ao ressaltar a miscigenação, não estou entendendo que o processo tenha provocado uma homogeneização cultural. Ao contrário, como bem destaca Paiva,

O hibridismo cultural não eliminou espaços, práticas, crenças e ritos que se fizeram impermeáveis e permaneceram resistentes a alterações e a adaptações. (...) Coexistiram, portanto, (...) um movimento que tendia a misturar heranças culturais diversas e outro constituído por resistência ao hibridismo<sup>357</sup>

Sheila Faria destacou variados elementos da cultura africana que insistiam em se manterem como parte indelével de muitas atitudes das ex-escravas. Dentre eles, a autora destacou que a grande presença de mulheres originárias da África ocidental, conhecidas como “minas” no comércio, se deveria às influências das práticas culturais de onde tinham vindo<sup>358</sup>.

Como já demonstrei, havia entre as mulheres aqui pesquisadas, indícios provenientes de seus pertences de que suas atividades estavam ligadas às atividades mercantis. No entanto, somente a já citada Joana Tavares de Couto, de nação mina, deixou entender mais claramente essa situação, sendo por isso difícil dizer se as conclusões de Faria também seriam cabíveis a todas as mulheres analisadas por mim.

Creio que a convivência entre as africanas, suas descendentes nascidas no Brasil e as mulheres das elites fora marcada por aproximações e afastamentos que permitiram o surgimento de adaptações, apropriações, mas também, as variadas expressões culturais, porções que não se misturavam. No entanto, para presente pesquisa, elegi a relação entre o processo de mestiçagem cultural que necessariamente ocorreu a partir dos contatos estabelecidos nos variados espaços urbanos e as práticas educativas presentes. Dentre as variadas formas possíveis de mestiçagem, escolhi aquelas desenvolvidas a partir dos elementos de construção da aparência e das afirmações simbólicas – os vestuários e adereços – que, em consequência seria responsáveis pelas mais variadas práticas educativas.

---

<sup>356</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo...*, p. 32.

<sup>357</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>358</sup> FÁRIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras...*, p. 234-40.

## Capítulo 4

### **PRÁTICAS EDUCATIVAS E MISTIÇAGEM CULTURAL: ADORNOS E VESTIMENTAS DAS EX-ESCRAVAS E SUAS DESCENDENTES**

...a arte de observar as pessoas não se refere apenas aos outros, mas estende-se até o próprio observador (...) a auto-observação e a observação das outras pessoas são correspondentes. Uma não teria sentido sem a outra<sup>359</sup>.

Para Nobeit Elias, a observação das pessoas está diretamente ligada às necessidades da existência social<sup>360</sup>. Ao escrever essas palavras, Elias se referia à Sociedade de Corte europeia. Entretanto, ainda que seja em um contexto diferente, a idéia de observação como necessidade para o convívio social procede também para esta análise.

Mas por que observar? Para as mulheres analisadas na pesquisa, a “arte de observar” consistia numa possibilidade de aprender novos elementos capazes de lhes proporcionar maior *status* e poder. O observar o outro lhes permitia afastar ou se aproximar do que elas queriam ou não como “possibilitadores” de um reconhecimento. Observar a si própria possibilitava uma alteração nos próprios comportamentos e controle das atitudes, do mesmo modo, objetivando um determinado prestígio.

Nesse contexto, a observação seria parte de um processo educativo, pois permitiria o conhecimento de variados elementos, dentre eles aqueles ligados às atitudes morais e de virtude. Através da observação, as mulheres analisadas poderiam eleger as maneiras de se vestir, de andar, as atitudes ou algum tipo de adereço. Pois era através da observação que as mulheres tinham acesso às práticas de boas maneiras e as regras de civilidade.

Mas além da observação, e ligada a ela, outro elemento presente no processo educativo é o exemplo. Muitos foram os escritos que destacaram a observação e/ou o exemplo, como meios de aprender atitudes virtuosas e, em consequência alcançar

---

<sup>359</sup> ELIAS, Nobeit. *A sociedade de Corte...*, p. 121.

<sup>360</sup> *Ibidem*, p. 122.

determinada civilidade. Luiz Antonio Verney, ao dissertar sobre a ética e como distinguir a virtude dos vícios, destacou em alguns momentos como o exemplo podia promover determinadas atitudes que deviam ser seguidas ou abandonadas<sup>361</sup>. Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, ao escrever *Apontamentos para a educação de um menino nobre*, ainda que se referisse à educação infantil, destaca ao longo dos escritos a importância do exemplo e da observação no processo educativo, na construção de valores cristãos e morais<sup>362</sup>. Baseando-se nessas análises, é possível pensar como a presença das mulheres da elite nos espaços de sociabilidade, com suas posturas, modos de vestir e se adornar poderiam funcionar como exemplos e contribuir para transformar o comportamento das ex-escravas e descendentes e, ao mesmo tempo, “forjar” nessas mulheres valores ligados à idéia de civilidade.

A educação das mulheres ocorreria a partir de suas participações nas variadas atividades existentes nas Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei. Isso significa dizer que o processo educativo não estava necessariamente ligado às instituições de natureza escolar, ou seja, a dimensão educativa poderia ocorrer nos mais variados espaços de sociabilidade e estavam atrelados à observação, ao exemplo e, em conseqüência, à apropriação de diversos valores, atitudes e comportamentos. Montaigne, citado por Franco Cambi, destacou que

tudo que nos rodeia é tão válido quanto um livro: a argúcia de um pajem, a estupidez de um criado, uma conversa à mesa e assim por diante podem igualmente ensinar-nos alguma coisa... Este grande mundo, que alguns ainda multiplicam como espécie de um gênero, é o espelho em que devemos olhar para nos conhecermos pelo justo avesso<sup>363</sup>.

Dentre os variados elementos que poderiam funcionar, como sugeriu Montaigne, para a educação das pessoas, escolhi os vestuários e adereços. Esses elementos, em conjunto com os demais, seja a postura ou o comportamento, poderiam desempenhar papel fundamental no processo educativo. Eles poderiam ser utilizados pelas mulheres forras e descendentes na intenção de se aproximarem

---

<sup>361</sup> VERNEY, Luiz Antônio. *Verdadeiro Método de estudar*: para ser útil à República e à Igreja. Tomo II. Lisboa: Oficina de Antonio Balle, 1746, p.61-85. (digitalizado)

<sup>362</sup> PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de. *Apontamentos para a educação de hum menino nobre*: que para seu uso particular fazia. Lisboa: Oficina de Joseph Antonio da Silva, 1734.

<sup>363</sup> MONTAIGNE, Michel de. *Da educação das crianças...* Apud: CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 269. (Encyclopaedia)

das mulheres das elites e, ao mesmo tempo, seriam capazes de demarcar e permitir que se afastassem do mundo da escravidão do qual tinham saído. Funcionariam também como “identificadores” de suas portadoras, e, finalmente, a partir de toda uma simbologia inscrita nesses objetos, tornar-se-ia possível introduzir valores, e novos comportamentos.

Como proteção, física ou espiritual, indicativos da existência de decência e pudor ou falta desses, as jóias e vestimentas sugerem o grupo que suas portadoras poderiam pertencer. Muito mais que vestir ou adornar, as roupas e acessórios possuem variados significados dados por grupos específicos. Esses significados poderiam ser apropriados quando as vestimentas e adereços passavam a fazer parte dos pertences de um indivíduo, especificamente aqui, das mulheres forras e descendentes.

#### **4.1 - A indumentária**

O vestuário fala de muitas coisas ao mesmo tempo, seja em si mesmo, seja por um pormenor. Tem a função de comunicação, uma vez que é por ele que passa a relação de cada pessoa com a sua comunidade. O traje começa por se revelar pertencente ao sexo (...), a uma comunidade etária, um estado, uma profissão, uma posição social. Esta linguagem geral deve ser compreendida por todos, a despeito das suas variações conforme o nível de fortuna, as maneiras de viver, o adiantado da idade, a evolução da mobilidade social...<sup>364</sup>

Ultrapassando sua função de proteção, o vestuário, nesse contexto, “comunica” inúmeros outros fatores. É através das roupas que seus portadores objetivam que determinadas características sejam entendidas por outras pessoas. As roupas são assim elementos que demarcam grupos e ao mesmo tempo possibilitam que pessoas de grupos distintos se aproximem ou se afastem.

Mas, além da função de “comunicar”, o vestuário é também capaz de ensinar. Na sociedade mineira, especificamente, nas Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei dos oitocentos, as roupas além de serem instrumentos de diferenciação e distinção social, foram também utilizadas na tentativa de transmitir um ideal de

---

<sup>364</sup> ROCHE, Daniel. Vestuário e aparências. In: *História das coisas banais: nascimento e consumo nas sociedades tradicionais – século XVII e XIX*. Trad: Tema Costa. Lisboa: Teorema, 1998, p. 221.

sociedade que se queria construir. As roupas, dentre os variados elementos, buscavam ensinar virtudes, moldar comportamentos e instruir as pessoas nos ideais de civilidade. Cada peça, confeccionada com determinado tecido e cor, era parte de um processo maior que buscava transformar os comportamentos das pessoas.

Com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil e a abertura dos portos, as roupas e adereços europeus passam a fazer parte, de maneira mais intensa, da vida cotidiana da população dos principais centros urbanos. Tal processo tende a provocar uma modificação nas maneiras de vestir da população que passa a adotar algumas das maneiras de se adornar da cultura europeia. As roupas então passam a exercer a função de transmitir ou pelo menos aproximar a população das maneiras, gostos e atitudes das *civilizadas* culturas europeias. Nesse contexto, a roupa, “suporte das crenças e das observâncias, e também das representações sociais”<sup>365</sup> funcionam como suporte na busca de um padrão de civilidade.

Dentro do processo de aprender e ensinar alguma coisa, através do vestuário, há ainda um elemento a ser destacado – as misturas de expressões culturais distintas. Sendo a roupa capaz de demarcar posições, sua propriedade poderia significar, como foi dito, determinado pertencimento social e/ou econômico. Quero acreditar que, nas Vilas mineiras de São João del-Rei e São José del-Rei, quando as ex-escravas e suas descendentes adquiriam alguma roupa, muito mais que demonstração de ascensão econômica ou social, elas buscavam também e, por causa disso, se aproximar das mulheres das elites, cujas posturas, atitudes e maneiras de vestir eram exemplos do tipo de “pessoas de bem”, modelos de ascensão econômica e social. Nesse contexto, tomá-las como exemplo e, do mesmo modo, suas maneiras de agir e se adornar era um modo de se apropriar de valores e buscar uma distinção<sup>366</sup>.

Ao tentar se aproximar das mulheres “bem nascidas”, as ex-escravas e descendentes provocavam a circulação e a troca de expressões culturais. Cores e tecidos os mais diversos participavam do trânsito cultural, muito mais complexo do que o que se poderia chamar de imitação. O que ocorria era então uma apropriação de elementos culturais distintos pelas ex-escravas e descendentes que, em conjunto com suas próprias referências, produziam uma realidade mestiça, nesta análise, especificamente, entre os elementos presentes nas expressões culturais europeias e

---

<sup>365</sup> *Ibidem*, p. 222.

<sup>366</sup> Essas observações foram feitas a partir das análises de Daniel Roche. *Ibidem*, p. 229.

africanas. As roupas foram assim, conforme destacou Eduardo França Paiva, um dos elementos que fizeram parte das trocas e misturas desenvolvidas no universo cultural das Vilas mineiras de São João del-Rei e São José del-Rei<sup>367</sup>.

Segundo Paiva, “os encontros pessoais, materiais e culturais foram inevitáveis e corriqueiros”<sup>368</sup>. Da convivência entre as mulheres das elites e as forras e as suas descendentes resultou um processo de “aproximação entre universos geograficamente afastados, em hibridismos e em impermeabilidades, em (re)apropriações, em adaptações e em sobreposição de representações e de práticas culturais”<sup>369</sup>. Ao tentar se afastar da antiga condição de escravas ou diminuir o estigma que carregavam – que incluía também a sua cor - as mulheres forras e descendentes buscavam meios para se aproximar do mundo dos brancos e, com isso, “minorar a humilhação de serem confundidas com escravas, (...) e de sofrerem restrições e interdições legais destinadas a todos os não brancos. Para se oporem a tal labéu, elegeram cores, roupas e adereços específicos”<sup>370</sup>.

Destarte é o caso de Águida Ribeira<sup>371</sup>, uma preta crioula, como assim fora chamada, natural e moradora da Vila de São João del-Rei, que tivera seus bens inventariados no ano de 1833. Águida, apesar de não conseguir acumular uma grande riqueza, tinha boa parte dos seus bens em vestuário. De um monte-mor somado em 149\$960, 18\$960 ou 13% eram em roupas, a maior porcentagem se comparada com as demais mulheres. Do restante, 110\$000 correspondiam à sua casa, ficando o remanescente em poucos móveis e objetos de casa e ainda 2 pares de brincos de prata com pedras falsas. Entre as roupas havia capas, vestidos, saias, lenços, inclusive um francês que, em comparação com um outro lenço também inventariado, revela o quão era valorizado, avaliado em \$640 (o outro valeria \$120<sup>372</sup>). Ao mesmo tempo, essa peça em si demonstra uma incorporação de produtos europeus e, em conjunto com os outros bens, revelam a tentativa de se aproximar do mundo dos brancos. Ainda em relação às roupas, muitos dos tecidos utilizados eram de baixo custo – a baeta e o algodão grosso –, mas também havia

---

<sup>367</sup> Baseado nas análises de Paiva sobre a construção do universo cultural. PAIVA, Eduardo França. *Universo Cultural...*, p. 39.

<sup>368</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>369</sup> *Ibidem*.

<sup>370</sup> *Ibidem*, p. 213.

<sup>371</sup> MRSJDR – INV – 1833 – caixa 212. Inventário de Águida Ribeira - São João del-Rei, 25 de outubro de 1833.

<sup>372</sup> Comparando esse lenço com os avaliados no inventário do comerciante Gabriel Antonio de Mesquita feito em 1808, há certa semelhança entre os valores. Por exemplo, um lenço importado da Escócia também fora avaliado em \$640, enquanto um ordinário acreditaram valer \$200. MRSJDR – INV – 1808 – caixa 160. Inventário de Gabriel Antonio de Mesquita - São João del-Rei, 02 de março de 1808.

aqueles tecidos considerados de boa qualidade, como por exemplo, o lemiste, originário da Inglaterra<sup>373</sup>.

Águida foi um exemplo entre muitas mulheres que participaram do movimento de construção de uma sociedade mestiça. Assim como outras mulheres da primeira metade dos oitocentos, viu nas indumentárias a possibilidade de demonstrar sua ascensão, ao menos econômica. Ao mesmo tempo, através das roupas buscou se apropriar de um ideal que a princípio era destinado somente às mulheres da elite. Em outras palavras, através do vestuário, Águida, assim como as outras mulheres, participava do processo educativo no qual era possível aprender valores e comportamentos inicialmente idealizados às mulheres pertencentes à elite.

Além disso, as roupas, no início dos oitocentos, funcionavam como um investimento. No entanto, esse investimento não se dava apenas no sentido de demarcar espaços e posições, como símbolos exteriores de riquezas. Nesse período, o vestuário foi também investimento econômico. Conforme Erlaine Aparecida Januário, os trajes poderiam ser utilizados para pagar dívidas. Ao mesmo tempo, funcionavam como um dos elementos estratégicos de tentativa de reconhecimento, já que as roupas poderiam ser doadas, num ato de caridade, aos pobres, a ex-escravos ou a outra pessoa próxima<sup>374</sup>.

Joana Tavares do Couto, que teve seus bens inventariados no ano de 1820 foi uma mulher que utilizou suas roupas para realizar obras de caridade. Preta, natural da Costa da Mina, solteira e sem filhos, nomeou como sua herdeira a tal Domingas Ribeira da Silva. Entretanto, antes da nomeação, declarara que era da sua vontade que fossem distribuídas aos pobres as roupas de seu uso<sup>375</sup>.

Dos 41 inventários de ex-escravas e descendentes, 20 (49%) tinham ao menos um tipo de vestuário descrito. Imagino que nos documentos em que não havia a declaração de alguma vestimenta, talvez fossem exemplos dos casos em que as roupas eram doadas ainda em vida pela inventariada, ou então, visto às altas taxas cobradas pela legislação no momento da feitura dos inventários, tivessem sido omitidas pelo inventariante<sup>376</sup>. De qualquer forma, tem-se assim um valor inerente à roupa e, quando destinadas a alguém tinham ao menos um valor simbólico.

---

<sup>373</sup> Conforme informação presente em: BLUTEAU, D. Raphael. *Dicionário Vocabulário Portuguez e Latino...* Coimbra: Colégio de Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 77. (digitalizado)

<sup>374</sup> JANUÁRIO, Erlaine Aparecida. *A sociedade das Aparências...*, p. 48.

<sup>375</sup> MRSJDR – INV – 1820 – caixa 70. Inventário de Joana Tavares do Couto – São João del-Rei, 07 de OUT de 1820.

<sup>376</sup> FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras...*, p. 212.

**Quadro 8**  
*Relação monte-mor e porcentagem de vestuários –  
ex-escravas e descendentes*

<b>EX-ESCRAVAS E DESCENDENTES</b>	<b>MONTE-MOR</b>	<b>VESTUÁRIO</b>	<b>%</b>
FAGUNDES, Maria Rosa Angélica	339\$060	14\$640	4
OLIVEIRA, Arsenia Maria de	345\$120	17\$200	5
PAIVA, Joaquina Ferreira de	234\$110	8\$560	4
RIBEIRA, Águida	149\$960	18\$960	13
NASCIMENTO, Narcisa Gomes do	984\$405	5\$760	1
PEREIRA, Marcela Joaquina da Silva	160\$010	10\$000	6
GLORIA, Ana Maria da	187\$155	15\$700	8
COUTO, Joana Tavares do	130\$470	7\$050	5
JESUS, Josefa Maria de	318\$125	5\$480	2
SÃO JOSÉ, Rita Maria de	1:229\$540	9\$000	1
Ana Rosa	106\$922	20\$400	19
GONÇALVES, Narcisa	148\$467	5\$700	4
RODRIGUES, Maria de Lara	117\$940	30\$880	26
JESUS, Ana Maria de	2:544\$435	13\$060	1
JESUS, Ana Josefa de	186\$250	5\$800	3
GOMES, Rita	800\$848	1\$200	0,001
SILVA, Helena Maria da	1:548\$020	22\$200	1
OLIVEIRA, Eugênia Maria de	11:302\$500	76\$400	2
NUNES, Teresa Joaquina	170\$370	10\$900	6
SILVA, Catarina da	269\$332	29\$480	11

**Fonte:** Inventários e testamentos do Museu Regional de São João del-Rei

A maior possuidora de roupas era Eugênia Maria de Oliveira, que também possuía o maior monte-mor. Entretanto, tendo como base a soma total dos bens e a importância da indumentária no conjunto, o que se percebe é que fora Maria de Lara Rodrigues que mais investiu nesse bem, visto que ele chega a 26% do valor total dos seus pertences inventariados.

No entanto, outra importante constatação pôde ser vista aqui. Em relação a esse grupo de forras e sua segunda geração, as mais pobres, ou melhor, as que possuíam os menores monte-mores eram também as que mais investiram em

vestuário. Ainda não posso dizer o porquê dessa situação. Talvez a explicação estivesse no fato de que eram esses os objetos de ostentação de riqueza mais acessíveis a essas mulheres, visto que das 4 mulheres que tiveram seus vestuários ocupando boa parte do valor dos seus bens, como mostra a tabela anterior, somente a Catarina da Silva tinha escravos<sup>377</sup>.

Nos documentos das mulheres da elite, por sua vez, a porcentagem de vestuário fora muito pequena, indicando que essas mulheres puderam diversificar os símbolos exteriores de riqueza. Dentre os 23 inventários analisados, 16 (70%) possuíam descritos entre seus pertences algum tipo de indumentária<sup>378</sup>.

---

<sup>377</sup> Os escravos eram um dos maiores medidores de riqueza das pessoas no início do século XIX, assim como também os bens de raiz. Sobre o assunto ver ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens Ricos, Homens Bons...*

<sup>378</sup> Para o entendimento da noção de “mulheres da elite” ver a explicação na introdução. Os critérios como foram apresentados nessa explicação foram baseados no pertencimento familiar, no número de escravos, a variedade de bens imóveis, além de algum indício de diversificação de atividades.

*Quadro 9*  
*Relação monte-mor e porcentagem de vestuários –*  
*Mulheres da elite*

<b>MULHERES DA ELITE</b>	<b>MONTE-MOR</b>	<b>VESTUÁRIO</b>	<b>%</b>
NEVES, Francisca Maria das	1:259\$607	60\$200	5
JESUS, Isabel Teresa de	9:010\$891	111\$240	1
BARBOSA, Clara Maria de	12:161\$720	86\$000	1
CONCEIÇÃO, Ana Maria da	12:821\$525	50\$800	0,003
CARVALHO, Maria Teixeira de	35:771\$139	17\$100	0,0004
CONCEIÇÃO, Verônica Maria da	6:054\$564	76\$860	1
SACRAMENTO, Jacinta Maria do	5:990\$040	262\$091	4
NAZARÉ, Maria de <sup>379</sup>	S/VALOR	2:350\$552	-
SILVA, Antonia Josefa da	3:030\$192	28\$500	1
JESUS, Joaquina Maria de	4:940\$697	153\$090	3
JESUS, Tereza Maria de	2\$243\$129	24\$080	0,001
JESUS, Maria Madalena de	17:480991	339\$650	2
JESUS, Maria Arcângela de	2:635\$315	25\$290	1
COSTA, Antonio Felisberto da*	14:213\$821	7\$000	0,0004
SÃO José, Maria Joaquina de	1:228\$530	43\$905	4
Ana Bernarda	1:522\$300	77\$240	5

**Fonte:** Inventários e testamentos do Museu Regional de São João del-Rei

\* dentro desse inventário a descrição em separado dos bens da mulher Maria Joaquina de São José que também falecera. Para a comparação com outras mulheres, somente os bens e o monte-mor de Joaquina foram computados.

Pelo que se percebe, entre as mulheres da elite, a relação monte-mor/porcentagem de roupas não seguiu, geralmente, as mesmas proporções que entre os bens das ex-escravas e sua segunda geração. Isso porque houve casos como de Francisca Maria das Neves e Ana Bernarda em que as vestimentas ocupavam 5% dos seus bens inventariados. Entretanto, elas não eram as que possuíam os menores monte-mores, apesar de não se distanciarem demasiadamente desse perfil. Ao mesmo tempo, pelas descrições dos outros bens, Ana Bernarda era dona de 6 escravos e outros pertences; já Francisca das Neves

<sup>379</sup> Para Maria de Nazaré não foi possível dizer qual era a porcentagem das vestimentas entre seus bens. As descrições do seu processo de inventário trazem uma infinidade de dívidas ativas e passivas que sugerem que ela ou seu marido, José Pedro de Carvalho, era proprietário de algum comércio. Tal sugestão é reforçada quando se analisa a soma 2:350\$552 e a variedade de vestuários e tecidos. MRSJDR – INV – 1819 – caixa 353. Inventário de Maria de Nazaré – São João del-Rei, 06 de OUT de 1819.

era senhora de 3 escravos e outros bens. Posso pensar que essas duas mulheres buscaram adquirir variados meios de exteriorizar suas riquezas, como escravos, jóias, bens de raiz e também o vestuário.

A análise das roupas em si demonstrou, por sua vez, muita semelhança entre os bens desses dois grupos. Ao mesmo tempo, houve também pontos de divergência. As formas, os tecidos, as cores, muitas são as vestimentas que se repetem e se fazem comuns, como também aquelas que estiveram acessíveis a apenas um pequeno grupo com determinada ascensão econômica. A fortuna é traduzida através destes variados sinais: a qualidade do tecido, a quantidade de roupas que possibilitavam variar ou alguma peça específica que pelo seu alto custo, poderiam indicar a riqueza de seu possuidor<sup>380</sup>.

Assim, muitos são os vestidos, capas, saias, capotes, entre outros vestuários que pertenciam tanto às ex-escravas e descendentes como também às mulheres da elite. Isso significa dizer que, pelo menos quanto a forma, as roupas são bastante homogêneas, se diferenciando talvez na quantidade existente nos documentos de cada grupo específico ou ainda, na qualidade dos tecidos utilizados para a sua confecção. Quanto a esse último será feita uma análise mais à frente. Tais constatações sugerem uma apropriação por parte dessas mulheres, especialmente neste trabalho das ex-escravas e descendentes, dos modos de vestir das mulheres da elite. É possível dizer que um processo educativo estava em curso desencadeado por aqueles elementos anteriormente analisados, quais sejam, a observação e o exemplo.

Para abordar a quantidade de peças existentes nos documentos dos dois grupos específicos – as ex-escravas e suas descendentes e, do outro lado, as mulheres da elite – decidi fazer uma comparação entre essas mulheres, e analisar até que ponto a quantidade pode indicar que tipo de apropriação das peças estava se efetivando. Nos documentos analisados, foram encontradas 229 indumentárias no total, somando tanto às existentes nos pertences das ex-escravas e descendentes (109 peças) como também aquelas presentes entre os bens das mulheres da elite (120). Fizeram parte desta análise somente as peças prontas. Os tecidos encontrados nos inventários e testamentos das mulheres foram excluídos, apesar de entender que poderiam ser utilizados na confecção de algum tipo de indumentária.

---

<sup>380</sup> ROCHE Daniel. Vestuário e aparências..., p. 225.

**Quadro 10**  
*Comparação da quantidade de indumentárias que mais apareceram nos documentos das mulheres da elite e ex-escravas e descendentes;*

<b>Roupas</b>	<b>Ex-escravas e descendentes</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres da elite</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
Lenços	17	<b>47</b>	19	<b>53</b>	36
Capotes	14	<b>54</b>	12	<b>46</b>	26
Capas	14	<b>70</b>	6	<b>30</b>	20
Camisas	8	<b>42</b>	11	<b>58</b>	19
Saias	33	<b>72</b>	13	<b>28</b>	46
Vestidos	21	<b>33</b>	42	<b>67</b>	63
Fitas	2	<b>11</b>	17	<b>89</b>	19

**Fonte:** Inventários e testamentos do Museu Regional de São João del-Rei

Pelos números apresentados, quando se compara os bens desses dois grupos femininos distintos, o que se percebe é que a saia foi a peça que predominou entre as ex-escravas e descendentes (72%). Já entre as mulheres da elite, a fita foi a indumentária que mais apareceu (89%). Mas, por outro lado, houve peças que sua quantidade fora próximos, como os capotes – 14 (54%) para as forras e descendentes e 12 (46%) mulheres da elite – o que pode indicar certa homogeneidade, em relação à essa vestimenta, não somente à sua forma, mas também a quantidade e, inerente a isso, a importância dessa vestimenta no período.

Por outro lado, quando se analisa as indumentárias que mais apareceram entre os pertences de um mesmo grupo específico e qual o percentual de cada tipo de vestuário no conjunto de bens desse grupo (Quadro11), tem-se outra realidade. Entre os bens das mulheres da elite, o vestido era a peça mais encontrada (35%). Já entre os pertences das forras e sua segunda geração, a saia foi a peça que mais predominou (30%)

**Quadro 11**  
*Indumentárias presentes nos inventários e testamentos de ex-escravas, descendentes e mulheres da elite.*

<b>Roupas</b>	<b>Forras e descendentes</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres da elite</b>	<b>%</b>
Lenços	17	<b>16%</b>	19	<b>16%</b>
Capotes	14	<b>13%</b>	12	<b>10%</b>
Capas	14	<b>13%</b>	6	<b>5%</b>
Camisas	8	<b>7%</b>	11	<b>9%</b>
Saias	33	<b>30%</b>	13	<b>11%</b>
Vestidos	21	<b>19%</b>	42	<b>35%</b>
Fitas	2	<b>2%</b>	17	<b>14%</b>
Total.....	109	<b>100%</b>	120	<b>100%</b>

**Fonte:** Inventários e testamentos do Museu Regional de São João del-Rei

Algumas considerações sobre esses dados se fazem necessárias. Primeiramente em relação às saias. A saia foi a vestimenta predominante entre os bens das ex-escravas, seja em relação ao seu próprio grupo ou à quantidade de peças das mulheres da elite. Conforme Januário, o uso da saia se generalizou, devido ao baixo custo, por causa do clima de Minas Gerais e, também, pela facilidade de movimentação proporcionada<sup>381</sup>. Sendo assim, a maior proporção de saias entre as ex-escravas e descendentes, se explicaria, dentre outras coisas, por causa das atividades que desempenhavam, dentre elas o comércio, que necessitava de maior movimentação e praticidade. Além disso, a saia permitia que as mulheres variassem a peça de cima quando saíssem.

A fita por sua vez, analisada sob o aspecto de indumentária, para muitos poderia ser um acessório e, a partir daí, sua funcionalidade se reduziria. Talvez seja esse o motivo de sua escassez entre os bens das ex-escravas.

O vestido, peça que predominou entre os pertences das mulheres da elite, era uma peça inteiriça e, por causa disso, menos prática quanto à variação. Geralmente essas peças eram guarnecidas com algum enfeite, fato que se configurava como um dos elementos que, conforme a quantidade e qualidade, valorizavam a indumentária. Esses enfeites comumente eram de ouro, a prata, bordados com flores, barrados, de

<sup>381</sup> JANUÁRIO, Erlaine Aparecida. *Sociedade das Aparências...*, p. 59.

musselina bordada, com rendas e cauda<sup>382</sup>. Por outro lado, havia ainda aqueles vestidos utilizados como peças íntimas<sup>383</sup>. Entre os vestidos apresentados, tanto entre os bens das mulheres da elite como nos pertences das ex-escravas e descendentes, não houve muita variação. As diferenças dos valores se davam mais por causa da qualidade do tecido utilizado e, como foi dito o ornato empregado.

Mas além dessas peças, foram comuns entre os bens dos dois grupos femininos distintos, a camisa, o capote, a capa e o lenço. As capas e capotes tiveram variada funcionalidade. Para muitas dessas mulheres, tais peças poderiam ser utilizadas para encobrir a escassez de vestimenta. Por outro lado, seriam usadas como sinais de prestígio, ou ainda para ofuscar o luxo das indumentárias e jóias, já que a exibição excessiva poderia recair para o lado da desonra<sup>384</sup>.

Saint-Hilaire, ao descrever uma procissão da Confraria de São Francisco em sua viagem pela região de São João del-Rei no início dos oitocentos, destacou a presença da capa entre os moradores. Conforme o viajante:

Apesar do calor extremo, quase todos estavam envoltos em amplas capas de gola larga, semelhantes às que se usam na França na época de Natal. Esse costume, originário de Portugal, era generalizado (...). À época de minha viagem, os mineiros de certa posição só usavam capa quando estavam em casa, para cobrir as roupas caseiras, mas não havia um único trabalhador que saísse sem ela, e a posse dessa peça do vestuário era cobiçada por todos os mulatos livres<sup>385</sup>.

Ainda que as descrições estejam impregnadas das visões de mundo e preconceitos, e que tenha ocorrido certa generalidade por parte do viajante, a intenção aqui é demonstrar o quanto era comum a utilização das capas e, certamente, das suas variáveis, como o capote. Outro detalhe destacado pelo viajante era o fato de as peças serem do mesmo estilo que as francesas e o costume de utilizá-las ser originário de Portugal. A dar crédito a essas observações, pode-se pensar aqui, o quanto a tentativa de aproximação dos costumes europeus era prática comum às mulheres da elite e também, especialmente, às ex-escravas e descendentes.

---

<sup>382</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Sociologia do traje: *In: Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1978, p. 28-9.

<sup>383</sup> JANUÁRIO, Erlaine Aparecida. *Sociedade das Aparências...*, p. 32.

<sup>384</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>385</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem às nascentes...*, p. 64.

A moda francesa fora bastante apreciada entre as mulheres nessa época. No periódico *O Mentor das Brasileiras* (1829-32) seu redator destaca o uso das vestimentas francesas no Rio de Janeiro, modelo para as mulheres das Vilas de São João e São José del-Rei. Conforme o jornal,

A Corte do Rio de Janeiro é hoje o caminho delas [das modas], que quase sempre nos vem das nações estrangeiras; ali se encontra a maior variedade no traje e no vestir, o concurso de imensos estrangeiros, que diariamente procuram aquele porto; apresenta aos olhos de um especulador grande embaraço na escolha do melhor traje; contudo tem-se notado que o traje a *francesa* tem sido o mais seguido por se julgar o mais análogo a delicadeza de corpo de nossas brasileiras<sup>386</sup>.

Pelas descrições do periódico, o ideal de vestuário era aquele originário principalmente da França, naquele período<sup>387</sup>. Tais descrições indicam que a idéia de se basear nos modelos europeus como exemplos de *civilidade* estavam, pelo menos em parte, se materializando.

Debret também destacaria a apropriação dos modelos franceses pelas mulheres, especificamente, as não-brancas livres. Descrevendo a respeito das atividades exercidas pelas mulheres negras no Rio de Janeiro, o artista francês diria que muitas trabalhavam com modistas francesas. Para o ele, tal atividade lhes permitia conhecer a moda francesa e imitá-la, conforme suas palavras, com “rebuscamento e decência”<sup>388</sup>.

---

<sup>386</sup> *O Mentor das Brasileiras*, São João del-Rei, n.º 06, quarta-feira, 06-01-1830, p.47-8.

<sup>387</sup> É importante destacar que, no decorrer da existência desse periódico, a idéia de vestuário baseado nas modas francesas será duramente criticada, demonstrando assim uma mudança de perspectiva. Conforme seus redatores, seria muito melhor, para a “glória da nação” que as mulheres buscassem criar suas próprias modas e não ficassem imitando as “ridicularias” francesas, desprezando assim o luxo excessivo. (*O Mentor das Brasileiras*, São João del-Rei, n.º 47, sexta-feira, 22-10-1830, p.370-1). No entanto, penso que, se havia tantas críticas provavelmente seria porque ainda o estilo das roupas se baseava em modelos europeus. Muitos são os pertences tanto de ex-escrava e descendente quanto das mulheres da elite indicando que haviam sido importados da Europa. Essa crítica aos modelos europeus, foi corrente neste jornal, excetuando somente alguns poucos números iniciais. Mas, não fora somente no *Mentor* que houve essa crítica. Outros periódicos, inclusive citados pelo *Mentor* vêem essa imitação como uma peste nas “cabecinhas ocas” das mulheres, como por exemplo. *Manual das Brasileiras* (não foi possível dizer qual o seu período de duração), publicado em São Paulo; *O Simplicio* (1831-52), originário no Rio de Janeiro e *O Tribuna do Povo* (1831- ?), também do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, esses mesmos periódicos trazem descritas várias opiniões de mulheres que não concordam com as exposições dos redatores, principalmente quanto à moda e o luxo.

<sup>388</sup> DEBRET, J. B. *Viagem pitoresca e histórica...*, p. 131. (tomo 2)

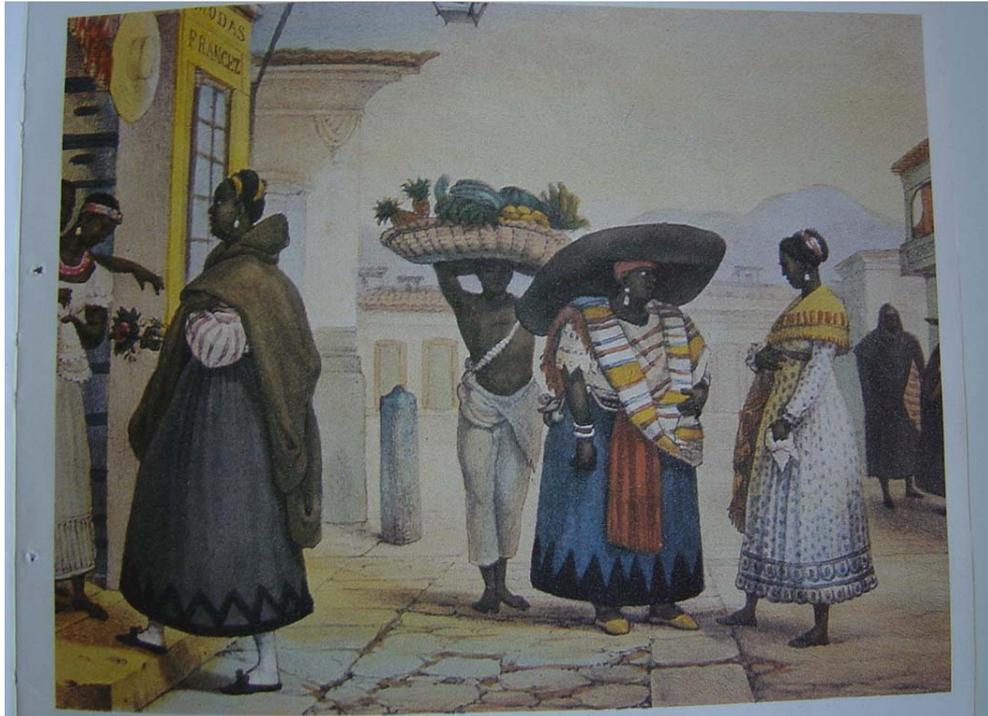


Figura. 2 – *Negras livres vivendo de suas atividades 2*

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Itatiaia, v. 2, 1989.

Na imagem anterior (Fig. 2), Debret apresentou como as negras livres viviam de seus trabalhos. À esquerda, o artista destacou a presença de uma negra entrando num atelier de costura francesa. Ela, vestida com uma saia ou vestido barrado, tinha ainda uma capa com gola larga, provavelmente francesa e semelhante talvez às utilizadas pelas pessoas quando iam à procissão da Confraria de São Francisco em São João del-Rei, acima descrita.

Ainda sobre as roupas outro aspecto merece destaque – os tecidos utilizados. Nesse particular, fizeram parte não somente as indumentárias prontas, mas também os tecidos declarados, pois poderiam ser utilizados para a confecção de algum vestuário.

Quadro 12

*Comparação da quantidade de tecidos que mais apareceram nos documentos das mulheres da elite e ex-escravas e descendentes*

<b>Tecidos</b>	<b>Forras e descendentes</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres da Elite</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
Baeta	14	56	11	44	25
Baetão	11	58	8	42	19
Seda	13	23	44	77	57
Paninho	3	11	24	89	27
Holanda	0	0	4	100	4
Pano Inglês	2	33	4	67	6
Renda	1	10	9	90	10
Durante	2	100	0	0	2
Canga	0	0	1	100	1
Belbute	0	0	1	100	1
Veludo	0	0	5	100	5
Cambaia	6	60	4	40	10
Cassa	3	17	15	83	18
Garça	0	0	11	100	11
Ganga	3	43	4	57	7
Bretanha	2	50	2	50	4
Tafetá	2	67	1	33	3
Cetim	7	27	19	73	26
Riscado	6	21	22	79	28
Droguete	2	29	5	71	7
Linho	2	25	6	75	8
Lã	3	21	11	79	14
Chita	18	28	46	72	64
Algodão	28	41	41	59	69
Filó	1	25	3	75	4
Sedinha	1	25	3	75	4
Sarja	0	0	4	100	4
Escócia	3	33	6	67	9
Camurça	2	100	0	0	2
Melanha	2	100	0	0	2
Lemistre	2	100	0	0	2
Francês	1	100	0	0	1
Americano	1	14	6	86	7
Tanquim	2	100	0	0	2
Casimira	2	18	9	82	11
Damasco	0	0	4	100	4
Índia	0	0	2	100	2
Morim	1	13	7	88	8
Brim	0	0	5	100	5
Cassineta	0	0	3	100	3

**Fonte:** Inventários e testamentos do Museu Regional de São João del-Rei

Foram encontrados na documentação 497 referências a tipos de tecidos – 148 de ex-escravas e descendentes e 349 das mulheres da elite. Como já destaquei, entre os números estão inseridos também os pedaços de tecidos indicados, que poderiam ser utilizados para confeccionar algum tipo de vestuário. Se comparados os documentos dos dois grupos em análise, nos inventários das mulheres da elite em relação aos das ex-escravas, o pano mais utilizado foi proporcionalmente a renda (90%). Já nos documentos das ex-escravas em relação aos da elite, o tecido proporcionalmente mais utilizado foi o tafetá (67%). Cabe destacar que para essas conclusões foram excluídos aqueles tecidos que foram encontrados somente nos documentos de um dos grupos.

Por outro lado, quando a análise se refere somente aos bens dos grupos em separado, a predominância de tecidos é modificada. Pelo Quadro 13, os tecidos mais encontrados nos documentos das mulheres da elite foram a seda e a chita com 13% ambos; o tecido mais encontrado nos documentos das ex-escravas foi o algodão com 19%.

**Quadro 13**  
*Tecidos presentes nos inventários e testamentos de ex-escravas, descendentes e mulheres da elite.*

<b>Tecidos</b>	<b>Ex-escrava e descendentes</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres da elite</b>	<b>%</b>
Baeta	14	9%	11	3%
Baetão	11	7%	8	2%
Seda	13	9%	44	13%
Paninho	3	2%	24	7%
Holanda	0	0%	4	1%
Pano inglês	2	1%	4	1%
Renda	1	1%	9	3%
Durante	2	1%	0	0%
Canga	1	1%	0	0%
Belbute	0	0%	1	0%
Veludo	0	0%	5	1%
Cambaia	6	4%	4	1%
Cassa	3	2%	15	4%
Garça	0	0%	11	3%
Ganga	3	2%	4	1%
Bretanha	2	1%	2	1%
Tafetá	2	1%	1	0%
Cetim	7	5%	19	5%
Riscado	6	4%	22	6%
Droquete	2	1%	5	1%
Linho	2	1%	6	2%
Lã	3	2%	11	3%
Chita	18	12%	46	13%
Algodão	28	19%	41	12%
Filó	1	1%	3	1%
Sedinha	1	1%	3	1%
Sarja	0	0%	4	1%
Escócia	3	2%	6	2%
Camurça	2	1%	0	0%
Melanha	2	1%	0	0%
Lemistre	2	1%	0	0%
Francês	1	1%	0	0%
Americano	1	1%	6	2%
Tanquim	2	1%	0	0%
Casimira	2	1%	9	3%
Damasco	0	0%	4	1%
Índia	0	0%	2	1%
Morim	1	1%	7	2%
Brim	1	1%	5	1%
Cassineta	0	0%	3	1%
<b>Total....</b>	<b>148</b>	<b>100%</b>	<b>349</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Inventários e testamentos do Museu Regional de São João del-Rei

Pelos dados acima (Quadro 12 e 13), pode-se perceber que para a produção de suas roupas, as mulheres utilizaram de grande variedade de tecidos. A renda, presente em maior quantidade entre as mulheres da elite (90%) era um tecido bastante caro. No entanto, cabe destacar que ela era utilizada para guarnecer algum tipo de vestuário. O tafetá, por sua vez, presente entre as mulheres forras e descendentes, era um tecido nobre<sup>389</sup>, o que indica que, do mesmo modo que as mulheres da elite, as forras e descendentes se preocupavam em ostentar suas riquezas também a partir do tecido utilizado.

Já a seda e a chita, presentes em maioria entre os bens das mulheres da elite, demonstram uma diversidade. Isso porque a chita era um tecido mais barato, enquanto a seda estava entre os tecidos considerados mais nobres. O algodão, predominante entre os bens das ex-escravas e descendentes, por sua vez, do mesmo modo que a chita, era considerado um tecido de qualidade inferior. No entanto, como destaca Cláudia Mol, citada por Januário, talvez o traje utilizado pelos africanos e descendentes estivessem ligados em raízes mais profundas. Conforme a autora, um dos tecidos mais utilizados na África foi o algodão, ficando restrito à realeza e aos nobres o uso da lã, da seda, do veludo e do tafetá<sup>390</sup>. Tais observações indicam talvez uma manutenção de costumes e hábitos africanos, pois como bem lembra Paiva, “coexistiram(...) um movimento que tendia a misturar heranças culturais diversas e outro constituído por resistência ao hibridismo”<sup>391</sup>

Afora os 4 tipos de tecidos, os demais estiveram presentes entre os bens dessas mulheres em menor quantidade. Muitos deles foram encontrados somente entre os bens de um único grupo e, mesmo assim, em pouca quantidade. Pelos quadros 12 e 13 pode-se perceber que tanto as forras e descendentes como as mulheres da elite tiveram acesso a tecidos considerados inferiores, como a baeta, o algodão, a chita; mas também puderam usufruir de tecidos de qualidade superior, como o veludo, a seda, cetim, considerados nobres e, por isso, ao alcance de grupos com condição econômica mais favorecida. Houve também os tecidos importados, como de Bretanha, França, Holanda, Cambaia, Índia que chegavam às Minas graças ao comércio estabelecido com o Rio de Janeiro. Sob esse aspecto,

---

<sup>389</sup> JANUÁRIO, Erlaine Aparecida. *Sociedade das Aparências...*, p. 26.

<sup>390</sup> MÓL, Cláudia Cristina. *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica – (1750-1800)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2002. *Apud*: JANUÁRIO, Erlaine Aparecida. *Op. Cit*, p. 28.

<sup>391</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo...*, p. 38.

Paiva ressaltou que, graças às atividades econômicas entre variadas partes do mundo, o mercado da América portuguesa transformou-se em endereço privilegiado para produtos europeus, mas também orientais. Tais produtos trouxeram consigo representações e modos de uso de suas culturas de origem que foram apropriadas e reconstruídas em terras da América portuguesa<sup>392</sup>.

Do mesmo modo que às roupas, nos dois grupos analisados, os tecidos também possuíam determinada semelhança sugerindo uma apropriação de determinados tecidos vistos como indicativo de distinção pelas ex-escravas e descendentes. Essa apropriação indica um processo que passa da “comunicação” de posições e *status* à mestiçagem de expressões culturais distintas. Mas, ao mesmo tempo, sugere um processo educativo, pois a partir de elementos intrínsecos nas indumentárias era possível que variados valores e comportamentos fossem apropriados ou construídos juntamente com as vestimentas.

As roupas apresentadas nos documentos das mulheres analisadas, seja em relação ao modelo especificamente ou à qualidade do tecido, os adornos ou as cores empregadas se assemelhavam muito àquelas utilizadas na Europa no mesmo período. Em um periódico produzido na primeira metade do século XIX em Lisboa, denominada *O Recreio, jornal das famílias* (1835-1842)<sup>393</sup>, há várias ilustrações de indumentárias femininas análogas àquelas existentes nos documentos analisados. Cores como o rosa, o amarelo ou o azul; tecidos como a baeta, a seda e a cassa adquiriam formatos em vestidos, espartilhos, capotes e chapéus que vestiam mulheres dos dois lados do oceano. Não posso dizer que os modelos utilizados na América portuguesa eram exatamente idênticos àqueles usados na Europa. Entretanto, como destaquei acima ao apresentar algumas considerações sobre os modelos específicos, a moda europeia era muito apreciada entre as mulheres nos principais centros urbanos da América portuguesa no início dos oitocentos. Vejamos um modelo (Fig. 3):

---

<sup>392</sup> *Ibidem*, p. 223.

<sup>393</sup> *O Recreio, Jornal das Famílias*, Lisboa: Imprensa Nacional. (1835-1842)

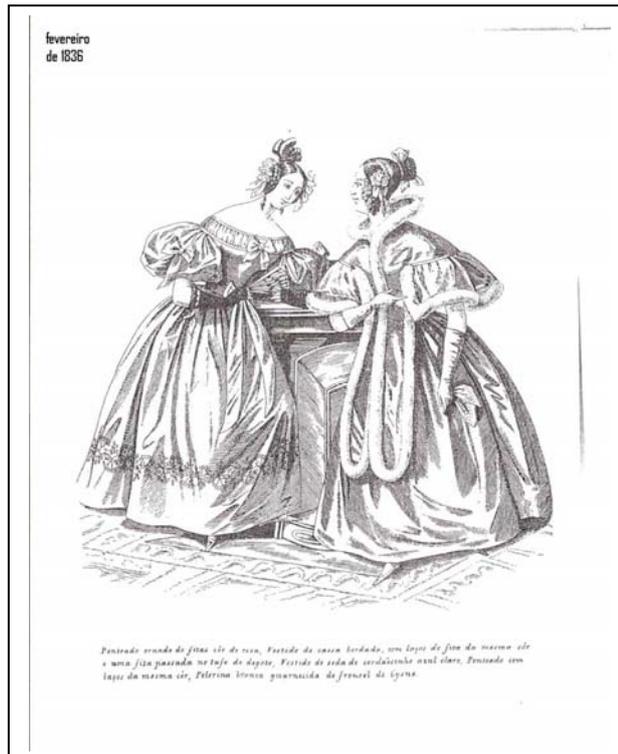


Figura 3 – *Moda Inverno: século XIX*

Conforme o escrito abaixo da figura, na mulher à esquerda, o penteado estava ornado com fitas cor de rosa; o vestido era de cassa bordado, com laços de fita também rosa e completando, uma fita passava pelo tufo do decote. Já a mulher do lado direito usava um vestido de seda de “cordãozinhos” azul claro e o penteado tinha laços da mesma cor. Essas informações vão de encontro com aquelas existentes nos documentos analisados, como já foi destacado.

Ao mesmo tempo, a figura acima retrata modelos de vestuários semelhantes às informadas pelos periódicos no período. No periódico *O Mentor das Brasileiras*, por exemplo, seus redatores informavam, além da cor mais usual – o rosa, os modelos de vestimentas então em voga no período. Segundo ele,

os vestidos cumpridos tem decididamente a vitória, apesar da resistência que o bom gosto das senhoras brasileiras faz a favor das cinturas ligadas debaixo do seio, moda comumente mais natural e elegante. (...) Já existem os mais degolados, porém esta moda não está muito exagerada; as mangas são demasiadamente largas; as guarnições sofrem grande variedade na forma segundo o gosto

particular de cada um, todavia elas são altas e sobem de ordinário até os joelhos<sup>394</sup>.

Por essas informações apresentadas contidas no periódico tem-se a explicitação de modelos de vestimentas que deveriam ser apropriadas, pois eram exemplos a ser seguidos de indumentárias das “civilizadas” culturas européias. Não é possível dizer se as mulheres, sejam elas pertencentes à elite e principalmente as ex-escravas e descendentes, tinham acesso às informações como essas contidas no *Mentor das Brasileiras*. No entanto, pelos bens inscritos nos documentos, usavam indumentárias semelhantes às européias, como já foi destacado, talvez proporcionada por outros meios, como o intenso comércio e o trânsito cultural entre as Vilas mineiras de São João del-Rei e São José del-Rei e o Rio de Janeiro.

O vestuário, nesse contexto, para as mulheres analisadas pode ter sido visto e utilizado como um elemento no processo de transição de conhecimentos, de representações e de posturas. A roupa fazia parte de um conjunto de estratégias que visavam construir espaços, posições e identidades. Muito mais que cobrir corpos e proteger do frio, serviriam como meios de demonstração de distinção social, de afirmação da condição e, especificamente para as forras e descendentes, como um instrumento capaz de aproximá-las das pessoas de “qualidade”.

#### **4.2 - Os adornos**

Os adereços fizeram parte também de todo o movimento de troca cultural no período. Usadas para ostentar riqueza, os acessórios funcionavam como elementos de distinção entre as pessoas de igual condição ou, do mesmo modo que as vestimentas, como uma possibilidade de se aproximar das pessoas de “qualidade”. Junte-se a isso, sua função de “*comunicar*”. Em conjunto com as vestimentas, os adereços seriam mais um elemento capaz de informar para as outras pessoas a ascensão econômica das portadoras.

Outro papel exercido pelas jóias era a penhora. Como destacou Sheila Faria, “a propriedade de jóias por parte destas mulheres [ex-escravas] (...) tinha significados variados. Mas havia um que, presumo, era importantíssimo: sua

---

<sup>394</sup> O *Mentor das Brasileiras*, São João del-Rei, n.º 06, quarta-feira, 06-01-1830, p.48.

facilidade em funcionar como garantia de empréstimo”<sup>395</sup>. Nos documentos trabalhados muitas são as mulheres que parecem ter utilizado seus adereços como possibilidade de conseguir determinado crédito. Ana Maria da Glória que tivera seus bens inventariados no ano de 1810, declarou em seu testamento que tinha

na mão de *Jorge de Azedian* (?) um cordão de ouro de duas varas com o peso de quatro oitavas, e uma imagem da Conceição também de ouro com o peso de oitava e quarto, tudo *empenhado* por seis oitavas de ouro, a cuja conta já lhe dei uma oitava e quatorze vintém. E na testamentaria do falecido Gabriel Antonio de Mesquita tenho empenhado um cordão de ouro de pescoço com uma imagem de Cristo, e dois pares de brincos um de diamantes em ouro e outro também de ouro e aljôfares, tudo por quatro oitavas, ou o que na verdade for, os quais todos meu testamenteiro inteirará a custo dos meus bens, e estes e o mais que possuo se venderão para se pagar o meu enterramento, e o mais que eu dever<sup>396</sup>

Pelas declarações da inventariada suas jóias, além de terem sido utilizadas para conseguir algum crédito, serviriam também para o pagamento de suas contas de funeral.

Cabe destacar ainda a função simbólica que permeava os adereços. Cada tipo de acessório recebia um significado diferente para seu portador, que muitas vezes não percebido era pelas outras pessoas que observavam. Sendo assim, conforme Paiva,

o que parecia (...) ser um adorno sem especial importância para uns, era indicador de autoridade, de poder, de devoção e de proteção para outros. E estes signos maquiados estendiam-se também, à indumentária, às cores usadas e aos cortes e arranjo do cabelo<sup>397</sup>.

Dessa forma, os adereços utilizados pelas mulheres forras e suas descendentes poderiam funcionar como elementos de proteção, impregnados de suas representações de mundo e quando usadas com outros objetos representavam, para muitos, apenas um enfeite.

Eram muitos os objetos africanos – figas, contas – e também adereços europeus – como medalhas, crucifixo, imagens religiosas – usados no intuito de se protegerem de alguma coisa. Muitos desses objetos, quando utilizados juntos,

<sup>395</sup> FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras...*, p. 229.

<sup>396</sup> MRSJDR – INV – 1810 – caixa 97. Inventário de Ana Maria da Glória – São João del-Rei, 14 de NOV de 1810.

<sup>397</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo...*, p. 222.

indicavam uma mistura de elementos africanos e europeus, inclusive expressões religiosas distintas. Misturá-los poderia simplesmente representar um enfeite, mas poderia também indicar “práticas mágico-protetoras, de devoção, de vinculação religiosa, de guarda de tradições culturais”. A mistura poderia ainda possibilitar uma “apropriação de emblemas, representações e estéticas européias pela população negra e mestiça”<sup>398</sup>.

Muitos foram os adornos ligados à religiosidade encontrados nos documentos. Tais objetos, quando utilizados pelas forras e descendentes, permitiam a elas “professarem sua religião oficial, mesmo que fosse uma religião de ‘aparências’<sup>399</sup>. Nesse sentido, os adereços foram elementos importantes no processo de apropriação pelas forras e descendentes dos hábitos, costumes e expressões culturais distintas, contribuindo assim para a aproximação de universos culturais distintos.

Dentro do processo de mestiçagem cultural, um outro processo se desenvolvia – as práticas educativas. Era através das trocas que os grupos envolvidos poderiam transmitir suas representações, para seus próprios membros ou de outros grupos sociais. Especificamente no período estudado, em que havia uma tentativa de produzir nas pessoas atitudes mais civilizadas, os adereços funcionaram como “propagadores” dessas idéias. Sendo apropriados pelas ex-escravas e descendentes, muitos dos objetos pertencentes às mulheres da elite ou originariamente vindos da Europa, traziam consigo alguns dos ideais de civilidade que, a partir daí, poderiam fazer parte das atitudes dessas mulheres. Ao mesmo tempo, quando utilizados pelas mulheres da elite poderiam ser vistos como um exemplo a ser seguido e apropriado, indicando no exemplo observado um processo educativo.

Especificamente sobre os adereços outras práticas educativas poderiam ser desenvolvidas. Não somente as negras poderiam se apropriar dos elementos europeus e dos ideais de civilidade, como o processo de apropriação também poderia ocorrer de modo inverso. Debret, descrevendo o cotidiano do Rio de Janeiro destacou como as senhoras ricas usavam as “*figas de coral, ouro ou malaquita, presas a brincos ou a colares*”<sup>400</sup>. Esse parece ter sido também o caso de Dona Maria de Nazaré, pertencente ao grupo de mulheres consideradas da elite. Casada,

---

<sup>398</sup> *Ibidem*, p. 235.

<sup>399</sup> JANUÁRIO, Erlaine Aparecida. *Sociedade das Aparências...*, p. 28.

<sup>400</sup> DEBRET, J. B. *Viagem pitoresca...*, p. 55. (tomo 3)

mãe de 5 filhos, Maria tinha entre seus bens “1 sino de (sic), uma meia lua, uma figa e 1 par de botões de ouro”<sup>401</sup>.

Entre os documentos analisados foram encontradas 248 peças – 93 das forras e descendentes e 155 das mulheres da elite – assim distribuídas:

**Quadro 14**  
*Adornos presentes nos inventários e testamentos de ex-escravas, descendentes e mulheres da elite.*

<b>Jóias</b>	<b>Forras e Descendentes</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres da elite</b>	<b>%</b>	<b>total</b>
Brincos	17	18%	25	16%	42
Laços	3	3%	4	3%	7
Botões	11	12%	8	5%	19
Colares	0	0%	7	5%	7
Crucifixos	4	4%	3	2%	7
Bentinhos	1	1%	1	1%	2
Memórias	3	3%	5	3%	8
Figas	0	0%	2	1%	2
Cordões	5	5%	11	7%	16
Rosários	8	9%	10	6%	18
Bichas	0	0%	10	6%	10
Leques	2	2%	4	3%	6
N. S. da Conceição	2	2%	2	1%	4
Caixilhos	3	3%	7	5%	10
Caixa	0	0%	3	2%	3
Anel	6	6%	10	6%	16
Contas	7	8%	6	4%	13
Pentes	4	4%	3	2%	7
Terço	1	1%	0	0%	1
Pulseira	3	3%	6	4%	9
Cruzes	3	3%	8	5%	11
Flores	2	2%	0	0%	2
Relógios	1	1%	5	3%	6
Bocetas	1	1%	3	2%	4
Fivelas	1	1%	8	5%	9
Relicários	1	1%	0	0%	1
Correntinhas	2	2%	1	1%	3
Corais	2	2%	0	0%	2
Luas	0	0%	2	1%	2
Misericórdia	0	0%	1	1%	1
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>100%</b>	<b>155</b>	<b>100%</b>	<b>248</b>

**Fonte:** Inventários e testamentos do Museu Regional de São João del-Rei

<sup>401</sup> MRSJDR – INV – 1819 – caixa 353. Inventário de Maria de Nazaré – São João del-Rei, 06 de OUT de 1819.

Pelos dados apresentados, o brinco era a jóia em maior quantidade – 17 (18%) e 25 (16%) entre os adereços analisados. Mas, além dele, os rosários, botões, as contas, os laços eram elementos que fizeram parte tanto dos acessórios das mulheres da elite como das ex-escravas e descendentes.

A maioria das peças encontradas nos documentos eram confeccionadas principalmente com ouro e, às vezes, juntamente com ele, mais outro tipo de material. Dos adereços encontrados, 55% entre os bens das ex-escravas e descendentes e 52% nos pertences das mulheres da elite eram produzidos com esse material. Mas, além do ouro, a prata foi bastante usual – 13% nos bens das forras e descendentes e 16% nos das mulheres da elite. Os outros materiais utilizados para a confecção de jóias foram, principalmente, o topázio e o diamante.

Ao analisar os vestuários e jóias dos dois grupos pesquisados, não posso negar a semelhança dos seus pertences e a possibilidade de encontrar nessa semelhança um processo educativo desencadeado pela apropriação, mas também a reconstrução de determinados costumes e objetos. As roupas e jóias, nesse contexto, se, por um lado, foram parte da valorização de aparências entre as mulheres analisadas, funcionando como meios de exibição e ostentação econômica, de poder e privilégios, por outro funcionaram como propagadoras de idéias, costumes e posturas. A partir de sua linguagem não-verbal e sim visual, os vestuários e acessórios que traziam em si uma representação de poder, serviam como instrumento de comunicação desse poder, já que em uma sociedade em que poucos sabiam ler, eram através de meios exteriores que se poderia demarcar sua posição social e apresentar a incorporação de civilidade tão em voga no período.

#### **4.3 - Duas mulheres – misturas e manutenções**

Os dois grupos analisados – ex-escravas e descendentes e mulheres da elite – trazem relatos e bens que, quando comparados, são exemplos das misturas e manutenções, além de todo um processo educativo inscrito. Como não é possível analisar cada documento particularmente, elegi duas mulheres, cada uma pertencente a um segmento diferente, para evidenciar de forma mais detalhada

como estavam tão distanciados, mas, ao mesmo tempo, se encontravam tão próximos graças às “brechas abertas” pelos contatos nos espaços de sociabilidades e práticas educativas desenvolvidas.

Eugênia Maria de Oliveira<sup>402</sup>, uma ex-escrava, teve seus bens inventariados nos anos de 1829. Dona Isabel Teresa de Jesus<sup>403</sup>, por sua vez, teve seus pertences avaliados em 1830. Apesar da proximidade da feitura dos seus inventários, é bem provável que elas não se conheçam, pois a primeira era natural da Freguesia de Santa Ana das Lavras do Funil que, naquele período pertencia ao Termo da Vila de São João del-Rei<sup>404</sup> e a segunda era originária da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Vila de São João del-Rei.

Pertencentes a grupos sociais distintos, ainda sim se assemelharam em muitas de suas escolhas, como por exemplo, em relação aos legados e determinações inscritas em testamento, a posse de escravos ou os arranjos matrimoniais legítimos aos olhos da Igreja. Comuns também nos demais documentos utilizados nesta pesquisa, essas escolhas e estratégias, podem indicar uma prática educativa que se desenvolvia quando ocorria determinada apropriação de comportamentos a partir de exemplos presentes naquele período que ensinavam tais condutas.

Eugênia Maria de Oliveira foi casada legitimamente com o então Capitão Francisco Alves da Costa, mais tarde, seu inventariante e testamenteiro, com quem teve dois filhos, Nicolau e Lucinda casada com João Pereira Marques. No entanto, no estado de solteira teve mais quatro filhos, “todos pardos”. No momento da feitura de seu testamento determinou que o genro João Pereira Marques pelas más atitudes que obrou com sua mulher Lucinda fosse deserdado no testamento da sogra, caso tivesse direito a alguma herança. Dos filhos naturais, foram deserdados José e Maria Josefa. Segundo Eugênia por causa das “ingratidões e injúrias para com ela, além de acusações, como feiticeira e assassina”<sup>405</sup>. A referida filha havia sido libertada pela mãe do cativo e tinha como pai um homem branco chamado José Rodrigues. Os outros dois filhos de Eugênia era Leonor, casada com Manoel de Souza e o padre Luiz da Costa Azevedo Pereira.

---

402 MRSJDR – INV – 1829 – caixa 179. Inventário de Eugênia Maria de Oliveira – São João del-Rei, 16 de janeiro de 1829.

403 MRSJDR – INV – 1830 – caixa 116. Inventário de Isabel Tereza de Jesus – São João del-Rei, 13 de maio de 1830.

<sup>404</sup> GRAÇA FILHO. Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste...*, p. 35

<sup>405</sup> MRSJDR – INV – 1829 – caixa 179. Inventário de Eugênia Maria de Oliveira – São João del-Rei, 16 de janeiro de 1829.

O matrimônio visto como uma forma de inserção na sociedade hierárquica da época, uma conquista não só financeira, mas também social<sup>406</sup> foi uma das estratégias empregadas por Eugênia. Ao casar com um capitão e desfrutar de determinada estabilidade econômica, Eugênia provavelmente pôde freqüentar espaços restritos à elite econômica da Freguesia onde morava. Não foi possível dizer se quando ocorreu o casamento, um dos dois já possuía algum bem significativo. No entanto, suas propriedades, ao serem inventariadas, fizeram a soma de 11:302\$500.

Dos bens inventariados, torna-se digno de destaque o volume de jóias que, conforme as determinações testamentárias de Eugênia, deveriam ser utilizadas para o pagamento das quatrocentas missas a serem celebradas na Corte do Rio de Janeiro. Dentre as jóias havia 1 rosário de ouro grande com bola e cruz cravada de pedras tudo de ouro bom; 1 caixilho grande com cordões de ouro bom; 2 pares de botões grandes de punho de ouro; 20 contas de ouro grandes; 1 pulseira de ouro com 6 corais; 1 cruz de ouro com 3 contas também de ouro; 1 par de pulseiras de três círculos; 1 par de brincos; 1 anel comprido com três círculos; outro anel de retrato; 1 par de brincos com pedras desbotadas; 1 pente de tartaruga; 1 pente de travessa; 1 leque de seda verde bordado de lantejoulas; 1 flor grande de pedras falsas; 1 chapéu de pêlo usado. Pelo que se percebe, havia entre os objetos aqueles que remetiam à religião católica e que demonstravam sua devoção. Para completar a exteriorização de sua religiosidade, possuía um oratório particular com duas imagens. A exteriorização da religiosidade e o seu pertencimento à fé católica demonstravam uma apropriação das representações e costumes dominantes, quem sabe através da observação de outras mulheres que freqüentavam os mesmos espaços que Eugênia, mais uma vez sugerindo a existência de prática educativa. A posse de objetos da religião católica era um forte indício da absorção e um exemplo do “embranchecimento” dos valores e atitudes dos forros, conforme foi salientado por Paiva<sup>407</sup>, além de um investimento e símbolo de prestígio social.

Numa tentativa de demonstrar sua ascensão econômica e, principalmente, para completar o processo de aceitação dos valores da elite branca e de forma a inserir-se na sociedade hierarquizada do período, Eugênia reproduziu para si um mundo semelhante ao da população dominante. Para isso, procurou imitar seus

---

<sup>406</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Pérolas Negras...*, p. 88.

<sup>407</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos...*, p. 42.

hábitos, costumes, estilo de vida e indumentária<sup>408</sup>. Era proprietária de 16 escravos que apesar de não existir nenhuma menção aos ofícios, é possível supor que havia entre eles, através das ferramentas presentes no arrolamento de bens, pedreiros, ferreiros, sapateiros, que poderiam com seus trabalhos aumentar a renda da família da ex-escrava Eugênia.

Dona Isabel Teresa de Jesus, por sua vez, era casada, assim como Eugênia, com um capitão chamado João Batista Barroso Pereira. No entanto, nunca tivera filhos, mesmo no estado de solteira, porque como mesmo disse, “sempre viveu honestamente em companhia dos pais”<sup>409</sup>. Por causa disso nomeava como sua sucessora na herança a exposta em sua casa Maria Teresa de Jesus, afilhada de batismo tanto de Isabel como do marido. Seus bens foram avaliados em 9:010\$891, dos quais, 45% ou 4:080\$000 estavam empregados em 14 escravos.

Juntamente com a ascensão econômica, Eugênia conseguiu desfrutar de uma determinada distinção social. Dona Eugênia Maria de Oliveira, assim era a forma como a ex-escrava e filha da crioula forra Inocência era chamada. Visto como um traço de separação e nobreza, utilizado para nomear as mulheres, esposas e mães pertencentes à elite social, o distintivo “dona” fora utilizado também para Eugênia em muitas partes do seu processo de inventário. Além disso, numa demonstração do grau de proximidade entre ela e pessoas importantes do local onde residia, a ex-escrava Eugênia juntamente com seu marido capitão, no ano de 1811, foi inventariante, testamenteira e herdeira do Reverendo José da Costa Oliveira, vigário da Freguesia de Lavras, sendo também nesse processo referendada com o título de tratamento honorífico “dona”.

Dona Isabel, além de receber o distintivo “dona”, possuía outras características que explicitava a posição social a que pertencia. Era irmã professa da Ordem Terceira do Carmo e pediu em testamento que, ao morrer, fosse sepultada na capela e com o hábito da mesma ordem de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Vila de São João del-Rei. Espaço privilegiado para demonstração de distinção social e econômica, mas, ao mesmo tempo, de apropriação de novos hábitos e costumes, Dona Isabel, além da Ordem Terceira do Carmo da Vila são-joanense, era irmã de mais quatro irmandades: Terra Santa, Irmandades das Mercês de São

---

<sup>408</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva...*, p. 23.

<sup>409</sup> MRSJDR – INV – 1830 – caixa 116. Inventário de Isabel Tereza de Jesus – São João del-Rei, 13 de maio de 1830

João del-Rei, Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo e Nossa Senhora da Boa Morte da Vila de Barbacena.

Já Eugênia não mencionara se pertencia a alguma irmandade. No entanto, ao ditar seus legados testamentais, pediu para que seu corpo fosse envolto no hábito de Nossa Senhora das Dores e sepultado na capela de Nossa Senhora do Rosário do Arraial de Lavras, acompanhado pelo corpo da Irmandade da mesma senhora. Tal fato pode, ao menos, representar uma consciência de quanto a presença de uma irmandade poderia servir como exemplo de distinção e, talvez, indício de que ela fosse filiada a ela.

Ainda visando uma posição privilegiada na hierarquia social do período, Eugênia Maria de Oliveira, em busca de melhores casamentos, ascensão econômica e social para sua descendência, ao casar suas três filhas utilizou como estratégia a dotação. Pelo que é possível perceber na descrição, cada um deles tiveram valores diferenciados, mas, possuía em comum a presença de roupas e jóias, às vezes em maior ou menor quantidade. Muitas dessas peças eram originárias da cultura européia, como por exemplo, o pente francês pertencente ao dote de Lucinda, ou ainda um lenço inglês descrito na dotação de Leonor. Especificamente nesse aspecto, é possível pensar que Eugênia, ao dotar as suas filhas com esses objetos, estivesse não somente transmitindo estratégias de distinção, mas ao mesmo tempo, evidenciando um exemplo a ser seguido por suas filhas que fosse capaz de produzir posições e costumes diferenciados de seus antepassados.

No inventário de Eugênia Maria de Oliveira, as jóias e vestuário representavam 3,16% do patrimônio. Entre esses bens, é possível encontrar 2 pares de calças riscadas e ganga; 2 camisas de algodão; 5 camisas de Bretanha; 2 pescocinhos de Marcelina aberta; 1 saia de algodão riscado grosso; 1 vestido azul de raminhos escarlates; 1 vestido riscado azul; 2 vestidos brancos morim com babados; 1 vestido de cambrinha bordado de lantejoulas; 2 saias de pano fino; 1 vestido de chita branca; 1 manto preto de seda com renda falsa; 1 vestido preto de cetim Macau; 1 xale branco bordado de ouro; 1 manta de tanquim (?) amarelo; 4 lenços de seda de cores; 1 cinta de ceda mor pérola; 1 vestido de cassineta mor pérola com defeito; 1 par de meias de algodão; 1 capote de riscado escocês; 1 vestido de pano usado muito ordinário de montar a cavalo; 1 robe de seda rapé; 1 robe de pano da mesma cor; 1 colete de seda preta; 2 pares de calças de cassineta

listrado; 1 monta de tanquim (?); 1 par de luvas de seda. Como é possível perceber, dentre as roupas e peças arroladas, havia tecidos considerados diferentemente como superiores e inferiores ou ordinários.

Dona Isabel Teresa de Jesus, se comparada a ex-escrava Eugênia, teve suas jóias e roupas avaliadas em valores mais modestos. No entanto, serviam, do mesmo modo que os pertencentes à Eugênia, como símbolos exteriores de riqueza. Entre os bens descritos havia 1 caixilho com uma volta de cordão de ouro; 1 rosário também de ouro com uma cruz; 1 par de brincos quebrados encastoados em prata; 1 chapéu de senhora de castor moderno; 1 vestido de senhora e de seda cor de pérola; 1 bojo de casimira cor de canela; 1 capote de casimira cor de canela debruado de veludo de pano cor de garrafa; outro capote já mais usado e cor de rapé; 1 robissão de pano azul; 1 vestido novo de chita amarela; 1 outro vestido de riscadinho; outro vestido de chita azul; outro vestido de paninho branco; 1 lenço de garça axadrezado; 1 xale de chita.

Os dados presentes nos dois documentos evidenciaram, como foi dito, determinadas semelhanças. Roupas, adereços, além de outros pertencentes podem evidenciar um processo educativo então em curso, no qual objetos, atitudes, representações de mundo e comportamentos específicos funcionavam como uma espécie de exemplos a serem seguidos e que, uma vez apropriados, resultavam não somente numa analogia dos bens e atitudes, mas também uma semelhança em relação às referências construídas. O desenvolvimento desse processo educativo se realizava também através dos contatos nos espaços de sociabilidade de São João del-Rei e São José del-Rei. Como foi dito anteriormente, as duas vilas, em especial São João del-Rei, se caracterizavam pela grande atividade econômica, política, cultural e religiosa. Era a partir dessas atividades que os espaços de convivência eram forjados e, em consequência, os contatos eram estabelecidos. Interessa agora estudar o papel desses espaços, de forma mais detalhada, no processo de formação de um universo cultural mestiço provocado pelas relações entre grupos femininos distintos e, dentro desse processo, as práticas educativas desenvolvidas.

#### **4.4 - Os espaços de sociabilidade onde realidades mestiças eram forjadas**

Muitos foram os espaços de sociabilidade que permitiram a transferência, apropriação e reconstrução das representações das mulheres analisadas. Tais espaços eram forjados pelas intensas atividades religiosas, civis, comerciais ou ainda culturais que caracterizavam as Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei. Assim, uma festa, um passeio em público, o comércio, a participação em alguma irmandade ou ordem terceira, as missas de domingo e demais cerimônias religiosas foram alguns dos espaços que possibilitaram o contato entre mulheres de grupos sociais distintos. Esses espaços, como foram apresentados em capítulo anterior, eram lugares que exerciam uma função pedagógica. Primeiramente porque era a partir de suas atividades que sentimentos religiosos eram difundidos, além de uma concepção de moralidade e idéias de civilidade. Mas, além disso, os espaços e suas cerimônias se configuravam como importantes ambientes em que as noções de civilidade e decência se materializavam e, a partir daí, tornava-se possível apreendê-las a partir dos exemplos que estavam presentes, como uma postura mais requintada ou a sofisticação do trajar.

Júnia Ferreira Furtado, ao descrever a respeito das roupas como sinais exteriores de riqueza, ressaltou como os espaços públicos forneciam a oportunidade de afirmação do papel social de cada um. Além disso, a autora destacou principalmente como esses lugares se configuravam como ambientes propícios para a apropriação por parte das negras e mulatas forras, dos acessórios e roupas até então exclusivos das senhoras brancas<sup>410</sup>.

Sendo assim, os espaços de convivência foram importantes ambientes onde as pessoas viam e eram vistas e, ao mesmo tempo, onde poderiam ocorrer uma apropriação e reconstrução de referências culturais a partir de exemplos de civilidade presentes, como as roupas. Muitos desses contatos talvez não se dessem de maneira próxima como poderíamos imaginar, já que havia toda uma hierarquia a ser respeitada naquele período, na qual os grupos ocupavam lugares *à priori* estabelecidos. Maria Beatriz Nizza da Silva, destacou que, “nos festejos aos santos, as mulheres das camadas populares conviviam nas ruas com os homens, enquanto

---

<sup>410</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. Pérolas Negras..., p. 137.

as donas assistiam das janelas as brincadeiras”<sup>411</sup>. Entretanto, essa distância não representava um impedimento para a troca de referências culturais. Isso porque, mesmo separadas, tal situação não impedia que se vissem.

Em uma pintura de Debret do início do século XIX, é possível encontrar indícios de como as trocas poderiam se realizar. A pintura, intitulada a *Folia do Divino*, apesar de ter como interesse trazer algumas considerações a respeito da referida festa, também nos revela uma forma de convivência entre mulheres de diferentes condições. Não foi possível dizer se a mulher negra à esquerda (Fig. 4 – abaixo) era livre ou escrava, no entanto, o momento da “folia do divino” apresentado por Debret retrata essa mulher e do outro lado, na sacada, uma senhora que via, mas também deixava ser vista. Ainda que pese todas as considerações a respeito da visão de um estrangeiro, a iconografia revela um dos possíveis meios através do qual poderia ocorrer o trânsito de conhecimento.



Figura 4 – *Folia do Divino*

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Itatiaia, v. 3, 1989.

Além das festas, o comércio também exercia importante papel nessas trocas. Era através dele que as modas européias chegavam à população feminina das Vilas

<sup>411</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas e plebéias...*, p. 217.

analisadas. Endereço privilegiado das modas francesas, inglesas, ou de outros continentes, inclusive o africano<sup>412</sup>, o comércio permitiu que representações e modos de uso fossem apropriados e reconstruídos.

Ao que parece, os donos das lojas de São João del-Rei e São José del-Rei conheciam seus consumidores, pois seus estabelecimentos estavam sempre abarrotados de produtos importados, mas também de objetos mais baratos, que depois alcançavam as ruas nos vestuários e adereços. Talvez a explicação para isso estivesse na ligação com o Rio de Janeiro que permitia que os comerciantes mineiros trouxessem produtos da corte que, por sua vez, tinham vindo de outros continentes e que, por causa disso, possivelmente eram vistos como um modelo a ser seguido e apropriado pelos seus clientes.

Eram nessas lojas que as mulheres encontravam uma infinidade de tecidos importados, roupas e acessórios que contribuiriam para a ostentação da ascensão econômica, mas também para o processo de mestiçagem cultural provocado pelas influências vindas de outras partes – especificamente no presente trabalho, da Europa e da África.

Através do crédito, muito comum nas Vilas analisadas<sup>413</sup>, as pessoas, sejam elas pertencentes à elite econômica ou o restante da população, tinham acesso aos mais variados objetos. Muitos são os documentos que demonstram que a clientela das lojas pertencia aos mais variados segmentos sociais. Assim, na testamentaria de Gabriel Antonio de Mesquita, um comerciante que teve seus bens inventariados em 1808, as dívidas ativas que ficaram para serem recebidas demonstram que entre seus devedores havia desde ex-escravas, até a elite da Vila de São João del-Rei. O crédito foi, para essas pessoas, uma possibilidade de acesso aos mais variados objetos da sua loja que vendia especialmente tecido e miudeza de costura<sup>414</sup>. Mas, mais importante, permitiu que mulheres das mais variadas condições tivessem acesso aos mesmos produtos e, dessa forma, se assemelhassem nas maneiras de se vestirem. Conforme Daniel Roche, era por meio do crédito, que as pessoas tinham a oportunidade de se apropriarem da aparência do outro<sup>415</sup>. O crédito

---

<sup>412</sup> Sheila Faria sugeriu que dentro do comércio com a África, poderia existir também uma importação de tecidos africanos para a América portuguesa. FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras...*, p. 229.

<sup>413</sup> Para um aprofundamento do papel do crédito na economia da Comarca do Rio das Mortes, onde estavam inseridas as duas vilas analisadas, ver GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste...*

<sup>414</sup> MRSJDR – INV – 1808 – caixa 160. Inventário de Gabriel Antonio de Mesquita – São João del-Rei, 02 de MAR de 1808.

<sup>415</sup> ROCHE Daniel. *Vestuário e Aparências...*, p. 247.

possibilitava que as variadas pessoas tivessem acesso aos objetos presentes no comércio, mesmo aqueles mais caros, ainda que não tivessem dinheiro naquele momento, podendo amortizar a dívida de forma parcelada e/ou com determinado prazo. Sendo assim, através do crédito era possível que os variados segmentos se apropriassem de elementos que a princípio estariam inalcançáveis a alguns, haja vista às condições econômicas.

A partir dessas exposições, é possível dizer que o comércio teve papel fundamental no processo de mestiçagem cultural, pois era através dele que os mais variados grupos sociais tinham acesso aos produtos que traziam em si expressões culturais distintas. Particularmente sobre as ex-escravas e descendentes, o comércio permitia que elas tivessem acesso a produtos e, indiretamente, aos ideais de civilidade difundidos por e para as mulheres da elite. Sendo assim, foram importantes ambientes de apropriações, interiorizações e re-elaboraões de expressões culturais. Além disso, especificamente nesta análise, ele talvez tenha sido um dos principais espaços de difusão de um ideal de civilidade, pois era através dele que a população em geral tinha acesso aos produtos europeus, considerados a materialidade desse ideal.

Certamente muitas das pessoas que compravam nas lojas das Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei, não tinham intenção de, a partir desse ato, se apropriarem de uma civilidade europeia. No entanto, tencionavam alcançar certo reconhecimento, ostentar suas riquezas e, para isso, se aproximarem das “pessoas de qualidade”, o que, indiretamente, acabava provocando uma incorporação dos costumes, posturas e representações dessas pessoas que, por sua vez, se baseavam nos modos europeus.

Do mesmo modo que outros espaços, o comércio foi também oportunidade de afirmação de suas culturas de origem. Pois, se havia produtos das culturas consideradas “civilizadas”, ao mesmo tempo, muitos dos objetos vendidos remetiam à cultura africana.

Assim, os espaços de convivência, seja ele o comércio ou aqueles ligado à vida religiosa e cultural das Vilas, permitiam que as jóias ou alguma roupa, repletas de valores simbólicos, pudessem ser usadas sem que, com essa atitude, levantassem maiores suspeitas. Sendo assim, se muitos são os fatores que demonstram uma incorporação, outros do mesmo modo, mostram os momentos de impermeabilidade.

Como destaca Eduardo França Paiva, a conformação e a preservação do universo cultural se tornam possíveis através de aproximações e afastamentos, da formação de espaços coletivos, privados e comuns, que envolvem as mais diferentes dimensões do viver, sejam elas materiais, relacionadas aos costumes ou às tradições, ligadas às práticas e às representações culturais. Esse universo, ligado ao campo político e econômico é continuamente reordenado e construído socialmente<sup>416</sup> pelos mais diferentes grupos, especificamente aqui, pelas mulheres da elite, forras e descendentes que freqüentaram espaços, construíram representações e comportamentos, ao mesmo tempo em que se apropriam de valores, interiorizando-os de forma real ou teatralizada.

---

<sup>416</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo...*, p. 40.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso realizado neste estudo permitiu perceber que aprender e ensinar são dois elementos de formação das pessoas que não se restringe às instituições de natureza escolar. Ao contrário, formar pessoas perpassa os mais variados meios.

Uma roupa, um adereço, um comportamento em público são, como sugere Montaigne, “*livros*” que ensinam e constroem representações de mundo, que moldam as pessoas e que “registram” pensamentos e ideais os mais variados. No contexto do início do século XIX, especificamente nas movimentadas Vilas mineiras de São João del-Rei e São José del-Rei, os objetos e determinados comportamentos foram elementos importantes para propagar o ideal de civilidade então em voga.

A Igreja, as festas – civis e religiosas –, o passeio aos domingos com a família, as irmandades e o comércio – seja o espaço em si ou os objetos que vendia – participavam do processo de formação de valores e construção de comportamentos dos indivíduos. Essa participação se dava de duas formas: primeiro, eram espaços educativos e, em segundo, exerciam determinada função pedagógica. Sua função pedagógica se encerrava no fato de que as atividades de cada um dos espaços, contendo características específicas, buscavam formar e educar as pessoas. Quanto à possibilidade de poderem ser percebidos como espaços educativos, se deve ao fato de que, através deles, contatos eram estabelecidos e, em consequência, poderia haver uma socialização de conhecimentos e representações de mundo, passíveis de serem aprendidos.

Através dos espaços de sociabilidades, trocas de referências culturais poderiam se processar. Nesse aspecto, o que se provocava era uma mistura de expressões culturais, na qual os objetos e comportamentos eram apropriados, reelaborados e modificados, tendo como base os significados específicos que “carregavam”. Tal processo era desencadeado pelos variados indivíduos e suas heranças culturais presentes nos espaços urbanos das Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei. Mereceu atenção especial aquele realizado pelas ex-escravas e descendentes que tentando se afastar do mundo da escravidão do qual tinham saído, buscavam se apropriar dos objetos e atitudes das mulheres da elite. Para isso, se valeram dos exemplos trazidos e praticados pelas mulheres da elite que

eram observados nos espaços de sociabilidades. No processo de apropriação, tomaram para si não somente objetos e comportamentos específicos, mas também representações de mundo inerentes a eles. A apropriação, nesse aspecto, foi uma prática educativa, pois permitiu que um conjunto de crenças e atitudes fossem aprendidas e ensinadas.

A partir dessas constatações, a posse de determinados bens e práticas como, por exemplo, a caridade e o pertencimento a alguma irmandade, não se encerravam na tentativa de ostentação e reconhecimento. Apropriar-se dos elementos característicos da população dominante era uma forma de se aproximar das “pessoas de bem”, mas era, ao mesmo tempo, a possibilidade de aprender os ideais que perpassavam os elementos.

Partícipes da conformação urbana das Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei, ex-escravas e descendentes tiveram um papel fundamental na economia mineira. A partir do comércio, com seus tabuleiros, no trabalho cotidiano de busca de determinada ascensão, pelo menos econômica, desenvolveram atividades importantes não somente a elas, mas a toda sociedade de um modo geral, oferecendo seus serviços a toda população trabalhadora das Vilas. Mas as atividades que desempenhavam e que lhes valiam algum rendimento não se resumiam ao comércio. Muitas se dedicavam à prostituição, ao trabalho de costureiras ou cozinheira, por exemplo. Reforça essas considerações, a existência de grande quantidade de teares, rodas de fiar, tabuleiros e frascos, dentre outros pertences aos os bens dessas mulheres.

Pela análise dos documentos foi possível perceber que havia uma semelhança entre os pertences das ex-escravas e descendentes. A posse de escravo ou os bens de raiz, para os dois grupos analisados, tiveram importância significativa no conjunto de suas propriedades. Os escravos, por exemplo, representavam não somente um investimento, mas importante elemento na ostentação de riquezas, sendo a sua posse, pelas ex-escravas e descendentes um indicativo de que se apropriavam dos mesmos mecanismos utilizados pela população dominante para a demonstração de poder.

O mesmo pode ser dito em relação aos legados deixados em testamento. Tanto as ex-escravas e descendentes quanto as mulheres da elite utilizaram-se das mesmas determinações testamentárias: deixaram esmolas para as irmandades, aos pobres, alforriaram seus escravos. Ao mesmo tempo, e reforçando essas atitudes,

buscaram deixar registrado em testamento que eram tementes a Deus e “boas cristãs”. Desse modo, legaram à posteridade a uma noção de que haviam aceitados os valores dominantes, ainda que de forma maquiada, se pensarmos nas ex-escravas e descendentes. Em face disto, foi possível inferir que os contatos estabelecidos nos espaços de sociabilidades possibilitaram uma prática educativa, como se pensava.

Privilegiando, entre os bens, os adereços e roupas, foi possível perceber que se utilizavam, de um modo geral, dos mesmos modelos, tecidos e cores. Mas houve também características que se divergiram, como, por exemplo, alguns tecidos. Entretanto, a divergência se explicava mais em termos econômicos, pois algumas vestimentas mais caras estavam acessíveis a apenas àqueles com determinadas fortunas. Isso significa dizer que aquelas mulheres forras e descendentes que alcançaram alguma ascensão econômica também tiveram acesso aos acessórios e indumentários mais caros, do mesmo modo que aquelas pertencentes às elites. As roupas e jóias fizeram parte da valorização de aparências entre as mulheres analisadas. Funcionaram também como ostentação econômica. Mas, participando do trânsito cultural desenvolvido nos espaços de sociabilidade, é possível pensar que foram também educativas, pois ensinaram idéias, costumes e comportamentos agregados a eles.

Apropriar-se das expressões culturais dominantes de forma real ou teatralizada não significou o abandono das heranças culturais de origem, por parte das ex-escravas e descendentes. Ao contrário, o hibridismo cultural que misturava costumes e objetos e “forjava” valores, convivia com crenças e ritos que insistiam em se manter impermeáveis.

O processo de mistura e “resistência” certamente era comum em outros espaços e períodos alheios a essa pesquisa. Ou seja, não foi uma especificidade das Vilas de São João del-Rei e São José del-Rei no início dos oitocentos. Objetos e comportamentos já eram apropriados em tempos mais remotos, até porque apropriá-los e ostentá-los era uma forma de tentar conseguir determinado reconhecimento. Entretanto, diferentemente de outros momentos, o contexto vivido no início do século XIX era marcado pela abertura dos portos e a vinda da Corte portuguesa para o Brasil que permitiu a entrada de novos elementos e representações de mundo que modificaram o *modus vivendi* da população.

O trabalho permitiu adentrar em espaços ainda pouco explorados pelos estudos ligados à educação. Entretanto, muito ainda há por fazer. Seria interessante talvez aprofundar a análise a respeito do processo de mestiçagem cultural provocado pela apropriação de elementos africanos por parte das mulheres da elite. Afinal, como fora ressaltado, as trocas e apropriações de objetos e referências se dava numa “via de mão-dupla”. Ao mesmo tempo quem sabe, estudá-las mais de perto, poderia trazer à tona o quanto os ideais de civilidade do período estavam adquirindo materialidade. São possibilidades de estudo para o futuro...

## REFERÊNCIAS

### Fontes Manuscritas

- MR/SJDR – TEST – 1808 – 1840 – São João del-Rei.
- MR/SJDR – INV – 1808 – 1840 - São João del-Rei

### Fontes Impressas:

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Ed. USP, 1982.

*Astro de Minas (O)*. São João del-Rei, 1827-1839.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. 2. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BARRETO, Luiz Carlos Muniz Barreto. *Tratado da Educação física e moral das crianças de ambos os sexos*. Lisboa: Oficina de Real Academia de Ciências, 1787.

BRASIL, *Anuário de pesos e medidas, moedas e tabelas meteorológicas de 1888*.

BLUTEAU, D. Raphael. *Dicionário Vocabulário Portuguez e Latino...* Coimbra: Colégio de Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 77. (digitalizado)

CAMPANGNE, E. M. DICCIONARIO// UNIVERSAL// DE EDUCAÇÃO// E ENCINO... VOLUME III// PORTO// LIVRARIA INTERNACIONAL DE ERNESTO CHARDRON// 1886.

CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 4. ed. São Paulo: José Olympio, 1991.

DEBRET, J. B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. (tomo. 2 e 3.) São Paulo: Itatiaia, 1989. p 17. (Coleção Reconquista do Brasil)

ERASMO. *A Civilidade Pueril*. Tradução Fernando Guerreiro. Lisboa: Editorial Estampa, 1978

LIMA JUNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974, p.163.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *As vítimas- algozes: Quadros da escravidão*. 3 ed. São Paulo: Scipione, 1991.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Comarca do Rio das Mortes. *In.: Corografia histórica da Província de Minas Gerais* (1837). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, p. 115.

*Mentor das Brasileiras (O)*. São João del-Rei, 1829-1832.

MINERAÇÃO MORRO VELHO LTDA. *Morro Velho: histórias, fatos & feitos*. Nova Lima: 1995. p.40.

*Ordenações Filipinas*, livro Quarto, Tít. XCIV. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. *Fac-simile* da Edição de Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870.

\_\_\_\_\_. Livro Quarto, Tít. XCVI Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. *Fac-simile* da Edição de Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870.

PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de. *Apontamentos para a educação de hum menino nobre: que para seu uso particular fazia*. Lisboa: Oficina de Joseph Antonio da Silva, 1734.

*Recreio, Jornal das Famílias (O)*. Lisboa: Imprensa Nacional. (1835-1842)

RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca atraves do Brasil*. 8 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. (Coleção Reconquista do Brasil ; Nova serie ; v.2)

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

\_\_\_\_\_. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

\_\_\_\_\_. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; são Paulo: Eusp, 1975.

\_\_\_\_\_. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; são Paulo: Eusp, 1974.

*Simplício (O)* Rio de Janeiro, 1831 - ?.

SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.F.P. von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. BH: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1981, p. 194

VERNEY, Luiz Antônio. *Verdadeiro Método de estudar: para ser útil à República e à Igreja*. Tomo II. Lisboa: Oficina de Antonio Balle, 1746, p.61-85. (digitalizado)

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil – 1828 – 1829*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985, p. 56. (vol. II)

WIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1958, p. 23. (Biblioteca pedagógica brasileira; serie 5).

### **Bibliografia:**

ADÃO, Áurea do Carmo da Conceição. Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras - as aulas régias (1772-1794). TOMO I. Tese (doutorado) Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1995.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e ordem privada no Império. In: *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, v.2, 1997, p. 12-3. (Coleção História da Vida Privada no Brasil).

\_\_\_\_\_. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan. Educação Feminina: vozes dissonantes no século XVIII e a prática colonial. In: MONTEIRO, John Manuel e BLAJ, Ilana. *História e Utopias*. São Paulo: ANPUH, 1996.

\_\_\_\_\_. Famílias e Vida Doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. v.1 São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *Honradas e Devotas: mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial, 1750-1822*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 2001.

AMARAL, Alex Lombello. *O Astro de Minas contra a correnteza*. São João del-Rei: UFSJ, 2003. Monografia – Curso de Especialização em História de Minas – século XIX, da UFSJ; Orientadora Dr. Wlamir Silva.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary (Org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2000.

ARIES, Philippe; DUBY, Georges. *Historia da vida privada*. v.5. São Paulo: Companhia das Letras, 1995-1997.

ÁVILA, Affonso. Da linguagem Barroca ao Discurso Reto – dois sermões na Vila Real do Sabará. In: *Revista Barroco*. n.5, Belo Horizonte: UFMG, 1973.

BACZKO, Bronislaw. O Imaginário Social. In.: *Enciclopédia Einaudi: Antropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Oficial: Casa da Moeda, 1985.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. *As Vilas del-Rei e a cidadania de Tiradentes*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

BICALHO, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no século XVIII: A transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. In: *Urbana: Revista Eletrônica do centro interdisciplinar de estudos da cidade*, Campinas, Ano 1. nº 01. Set/Dez 2006. Dossiê: religião, poder, civilização e etnia na cidade colonial, p. 01. <http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/dossie1.pdf> Acessado em: 10-07-2007.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de hábitos e campo. In: *O poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. Espaço Social e Gênese das “Classes”. In: *O poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.

BRIQUET, Raul, Instrução pública na Colônia e no Império (1500-1889). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.2, n.4, out. 1944.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). Tese (doutorado) Niterói: UFF, 2002;

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. (Encyclopaideia)

CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João del-Rei e São José do Rio das Mortes – 1810/1844*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CAPRI, Roberto & BELLO, André (Orgs.) *São João d'El-Rey, Minas*. São Paulo: Pocai & Comp., s.d.

CARDOSO, Ciro. E.; VAINFAS, R. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineira Coloniais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

CARVALHO, Feu de. Instrução pública; primeiras aulas e escolas de Minas Gerais (1721-1860). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXIV, v.1, 1933.

CARVALHO, Horácio (Org.). *Almanack de São João d'El-Rey*. São João del Rei, s/ed., 1924.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Editora Saraiva, 1978.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. *Das cores do silêncio* (Os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815 – 1845)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

\_\_\_\_\_. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, 2 vols.

DAVES, Alexandre Pereira & ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. Subsídios para a história da instrução na capitania de Minas Gerais - a Comarca do Rio das Velhas (1716-1755). In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães et al (orgs). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo; condições feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/Edunb, 1993.

\_\_\_\_\_. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. Magia e Medicina na Colônia: o corpo feminino. In: *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2000.

DUARTE, Constância Lima. Para a história da educação feminina brasileira, séc. XIX. In: *Com Textos*. CIED/UFOP. Mariana, v.9. 1999.

DUBY, George; PERROT, Michelle. *História das mulheres no ocidente*. Porto: Afrontamento; São Paulo, 1993-1995. 5v.

ELIAS, Nobert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1993.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador. Uma história dos costumes. v.1.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII e XIX).* In: SILVA, F. C. T. da; MATOS, H. M.; FRAGOSO, João (Orgs.). *Ensaio sobre História e Educação.* Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.

\_\_\_\_\_. *Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del-Rey (1700 – 1850).* Tese Niterói: Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2004.

FERNANDES, Rogério. *Os Caminhos do ABC – Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras.* Portugal: Porto Editora, 1994.

FIGUEIREDO, Luciano. *Mulheres nas Minas Gerais.* In: DEL PRIORE, Mary. (Org) *História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_.; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Negras de tabuleiro e vendeiras: a presença feminina na desordem mineira do século XVIII.* In: *Ciências Sociais Hoje – 1984.* São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1984.

FONSECA, Marcus Vinícius da. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil.* Bragança Paulista: EDUSP, 2002.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. & VEIGA, Cynthia Greive. *História e Historiografia da Educação no Brasil.* Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003c.

\_\_\_\_\_. *História Cultural e História da Educação na América Portuguesa. 26ª Reunião Anual da ANPED - Novo governo, novas políticas?* Rio de Janeiro: Anped, 2003.

\_\_\_\_\_. *Historiografia da Educação na América portuguesa: balanço e perspectivas.* *Anais do II Congresso Mineiro de História da Educação em Minas Gerais.* Uberlândia: EDUFU, 2003c.

\_\_\_\_\_. *Sociabilidades e práticas educativas na Capitania de Minas Gerais: estratégias sociais e práticas culturais.* Projeto de Pesquisa Pós-Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; Niterói: Universidade Federal Fluminense; Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006.

FRAGOSO, João. *A Formação da economia no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)* In: FRAGOSO, João *et. al.* *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala; formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.* 2ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1990.

\_\_\_\_\_. Em torno de uma sistemática da miscigenação no Brasil patriarcal e semipatriarcal. In: *Sobrados e Mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15 ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

\_\_\_\_\_. O Oriente e o Ocidente. In: *Sobrados e Mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. v.2, 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o Contratador dos Diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. Pérolas Negras: mulheres livres de cor no distrito diamantino. In: *Diálogos Oceânicos*: Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

GAIO, SOBRINHO, Antônio. *Um passeio histórico e turístico por São João del-Rei*. São João del-Rei: A Voz do Lenheiro, 1996.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira & LOPES, Eliane Marta Teixeira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes; cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. (trad.) São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. *Os Fios de Penélope: A mulher e a educação feminina no século XIX*. 26ª Reunião Anual da Anped: Poços de Caldas, 2003.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831 – 1888)*. São Paulo: Annablume. 2002.

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol, séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GUERRA, Antônio. *Pequena história do teatro, circo, música e variedades em São João del-Rei – 1717 a 1967*. Juiz de Fora: Sociedade Propagadora Esdeva. 1968.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. Ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

\_\_\_\_\_.; CAMPOS, Pedro Moacyr. *História geral da civilização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Difel, 1976.

\_\_\_\_\_. Metais e pedras preciosas. In: *História Geral da Civilização Brasileira* (dir.). 3ª ed., São Paulo: DIEFEL, 1973, t.1, v.2.

HUFTON, Olwen. Mulheres, trabalho e família. In: DAVIS, Natalie Zemon e FARGE, Arlette (org). *História das Mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Edições Afrontamento, s/ data. Vol. 3.

JANUÁRIO, Erlaine Aparecida. *A sociedade das Aparências: Vila Rica (1789 – 1807)*. São João del-Rei: UFSJ, 2003, p. 05. Monografia – Curso de Especialização em História de Minas – século XIX, da UFSJ; Orientadora Dra. Maria Tereza Pereira de Cardoso.

JINZENJI, Mônica Yumi. A instrução e educação das senhoras brasileiras do século XIX através do periódico O Mentor das Brasileiras. In: *VIII Congresso do Brazilian Studies Association*, 2006, Nashville, TN, USA. Disponível em: [www.brasa.org](http://www.brasa.org). Acessado em 22-03-2007

\_\_\_\_\_. *O protagonismo dos jornais na ampliação das práticas de leitura em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX*. In: Anais Eletrônicos do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia: UFU, 2006.

KREUTZ, Lúcio. Etnia e educação: perspectivas para uma análise histórica. In: SOUZA, Cynthia Pereira de; CATANI, Decine Bárbara (Orgs) *Práticas Educativas, cultura escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

LARA, Silvia Hunold. Sedas, Panos e Balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador (século XVIII) In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva (Org.) *Brasil: Colonização e Escravidão*: Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

LE GOFF, Jacques. *Reflexões sobre a História*. (trad. por.) Lisboa: Edições70, 1986.

LEWKOWICZ, Ida. Herança e relações familiares: pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, n.º 17, 1989.

LIBBY, Douglas Cole. & GRIMALDI, Márcia. *Equilíbrio e estabilidade: economia e comportamento demográfico em um regime escravista, Minas Gerais no século XIX*. Papéis Avulsos. n.º7, 1988.

\_\_\_\_\_.; PAIVA, Eduardo França. *A escravidão no Brasil: relações sociais, acordos e conflitos*. São Paulo: Moderna, 2000.

LODY, Raul. *Jóias de Axé: Fios-de-contas e outros adornos do corpo – A joalheria afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. *Pencas de balangandãs da Bahia; um estudo etnográfico das jóias-amuletos*. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional do Folclore, 1988.

MARTINS, Angela Magalhães. Século XIX: estrutura ocupacional de São João del-Rei e Campanha. In: *V Seminário sobre economia mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 1990.

MASSIMI, Marina. A pregação no Brasil colonial. In: *Varia História*. v.21, n. 34 Belo Horizonte. jul./2005.

MATTA, Roberto da. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema; a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão-de-obra escrava urbana (1819-1888). In: PELÁEZ, Carlos Manuel & BUESCU, Mircea (coord.) *A moderna história econômica*. Rio de Janeiro: Apec, 1976.

\_\_\_\_\_. *Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX; uma fonte para o estudo de mentalidades*. Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBa, 1979.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa; a Inconfidência Mineira: Brasil – Portugal – 1750 – 1808*. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MELLO E SOUZA, Gilda. *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MÓL. Cláudia Cristina. Na vitrine Colônia. In: *Nossa História*. n. 23, set. 2005.

MORAIS, Christianni Cardoso. *Para aumento da instrução da mocidade da nossa pátria: Estratégias de Difusão do Letramento na Vila de São João del-Rei (1824-1831) Dissertação (Mestrado)*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial – (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOTT, Luiz. *Rosa Egípcia: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1993.

MOURÃO SENIOR, Francisco. *Tradições de São João del-Rei*. São João del-Rei: Typ. Commercial, 1924.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. A Nobre Nação Benguela: identidade, africanidades e irmandades em São João del-Rei – séculos XVIII e XIX. In: Anais eletrônicos do XV Encontro Regional de História – ANPUH – MG. São João del-Rei, UFSJ, 2006.

PAIVA, Eduardo França. 500 anos de hibridismo e impermeabilidade culturais no Brasil: os *passseurs culturels*. In: COSENTINO, F. C.; SOUZA, M. A. de. (Org.). 1500-2000. *Trajetórias*. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 1999.

\_\_\_\_\_. De Português a mestiço – o imaginário brasileiro sobre a colonização e sobre o Brasil. In: FONSECA, T. N. DE L.; SIMAN, L. (Org.). *Inaugurando a história e construindo a nação: discurso e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. Discussão sobre fontes de pesquisa histórica: testamentos coloniais. *LPH – Revista de História*, UFOP – Mariana, n. 4, 1994, p. 92-106.

\_\_\_\_\_. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716 – 1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

\_\_\_\_\_. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistências através de testamentos*. 2ª ed. São Paulo Annablume, 2000.

\_\_\_\_\_. Rotas de fortuna e histórias de amuletos: as Minas Gerais do século XVIII no Brasil. In: *Atas de Seminário Internacional Dimensões da História Cultural*. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 1999.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como imprensa educativa no século XIX. In: *Caderno de Pesquisa*. São Paulo, n.104, Jul.1998.

Pereira, André Luiz. *As festas de coroação de reis negros em São João del-Rei no século XIX*. São João del-Rei: UFSJ, 2003. 35 p. Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de História de Minas - Século XIX - Especialização Lato Sensu. Orientador: Profa. Dra. Silvia Brugger.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou silêncio da História*. Bauru: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. Mulheres. In: *Os excluídos da história*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *Mulheres públicas*. vol.21. n.3 São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

REIS, Liana Maria. Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro nas Minas Gerais do século VIII. *Revista do Departamento de História*. UFMG, Belo Horizonte, n.º8, 1989, p. 72-85.

\_\_\_\_\_. Municipalidade, poder e controle social: o confronto entre ordem pública e ordem privada nas Minas Gerais do século XIX ". In: *Anais do I Colóquio de Estudos Hisóricos Brasil – Portugal*. Belo Horizonte: PUC-MG; 1994.

RESENDE, Fernanda Mendes; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Política Educacional em Minas Gerais no Século XIX – os relatórios dos presidentes da província. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. n.2. jul/dez. 2001, p. 79-115.

RIBEIRO, Arilda Inês. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os símbolos do poder: cerimonia e imagens do estado monárquico no Brasil*. Brasília: UnB, 1995.

ROCHE, Daniel. Introdução. In: *História das coisas banais: nascimento e consumo nas sociedades tradicionais – século XVII e XIX*. Trad: Tema Costa. Lisboa: Teorema, 1998.

\_\_\_\_\_. Vestuário e aparências. In: *História das coisas banais: nascimento e consumo nas sociedades tradicionais – século XVII e XIX*. Trad: Tema Costa. Lisboa: Teorema, 1998.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

\_\_\_\_\_. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, Angela Mendes de (org). *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 198.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_; AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Angela Marques da. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Os homens de negócio no Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750) In: FRAGOSO, João *et al.* *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas e Plebéias na Sociedade Colonial*. Lisboa: Estampa, 2002.

\_\_\_\_\_. Educação Feminina e Educação Masculina no Brasil Colônia. In: *Revista de História. São Paulo. 109: 149-164. 1977.*

\_\_\_\_\_. Sociologia do traje: In: *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1978.

\_\_\_\_\_. *Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Estampa, 1993.

SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais*. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro. E. & VAINFAS, R. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SONNET, Martine. Uma filha para educar. In: DAVIS, Natalie Zemon e FARGE, Arlette (org). *História das Mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Vol. 3 Porto: Edições Afrontamento, 1991.

SOUZA, Gilda de Mello e. *A moda no século XIX: (ensaio de sociologia estética)*. São Paulo: Revista do Museu Paulista, [19-].

\_\_\_\_\_. *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUZA, Laura de Mello e. (org). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. I.

\_\_\_\_\_. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. *Norma e conflito; aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999, p. 151-74.

\_\_\_\_\_. *O diabo e Terra de Santa Cruz; feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Maria Eliza de Campos. *A indumentária setecentista das Minas do Rio das Velhas nos inventários post-mortem*. Belo Horizonte: UFMG, [s.d.]. Mimeografado.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo Companhia das Letras, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. Homoerotismo Feminino e o Santo Ofício. In: DEL PRIORE, Mary (Org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2000, p. 115

VIANNA, Hélio. A educação no Brasil colonial. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v. 5, n. 15, set. 1945.

VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João Del-Rei*. 3.ed.. Belo Horizonte, 1959.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. In: *Revista Brasileira de Educação*. n. 21, set/out/nov/dez. 2002, p. 90-103.

\_\_\_\_\_. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Bragança Paulista: EDUSP, 2002.

\_\_\_\_\_. 1897 - Pensando com Elias as relações entre Sociologia e História da Educação. In: *Pensadores Sociais e História da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.